

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JACQUELINE JORENTE

RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS? O léxico sob uma perspectiva enunciativa



ARARAQUARA – S.P.
2012

JACQUELINE JORENTE

RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS? O léxico sob uma perspectiva enunciativa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino Aprendizagem de Línguas

Orientadora: Prof^a Dr^a Leticia Marcondes Rezende

Bolsa: FAPESP (processo nº 09/54893-0)

ARARAQUARA – S.P.
2012

Jorente, Jacqueline

Relações parafrásticas?: o léxico sob uma perspectiva
enunciativa / Jacqueline Jorente - 2012

265 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Letícia Marcondes Rezende

1. Enunciação. 2. Léxico. 3. Ensino. 4. Linguagem. 5. Línguas.
I. Título.

JACQUELINE JORENTE

RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS? O léxico sob uma perspectiva enunciativa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino Aprendizagem de Línguas

Orientadora: Prof^a Dr^a Letícia Marcondes Rezende

Bolsa: FAPESP (processo nº 09/54893-0)

Data da defesa: 22/05/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a Dr^a Letícia Marcondes Rezende
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Araraquara-SP

Membro Titular: Prof^a Dr^a Marília Blundi Onofre
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Membro Titular: Prof^a Dr^a Alessandra Del Ré
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP Araraquara-SP

Membro Titular: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Membro Titular: Prof^a Dr^a Ana Cristina Salviato Silva
Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista - FAE

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Aos meus pais,

À minha família,

Ao Patrice,

Às professoras

Letícia Marcondes Rezende

Marília Blundi Onofre

Lucie Gournay,

À COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares),

Às agências de fomento

CNPQ (início de apoio ao Mestrado)

CAPES (bolsa PDEE – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior)

FAPESP (bolsa de Mestrado e de Doutorado Direto);

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar relações léxico-gramaticais no processo de produção de significação em redações de alunos, a fim de, por meio de tais reflexões, apresentar discussões voltadas ao ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Essas discussões são feitas por meio de uma mediação entre a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” e o contexto educacional, articulando questões sociais, linguísticas e educacionais. A sociedade, por meio até mesmo de publicações voltadas à orientação da população, dá ênfase a uma diferenciação entre termos próximos, defendendo que uma simples substituição de expressões abrandaria discriminações. Enquanto isso, no ensino, alguns exercícios sobre sinonímia encontrados em livros de Português focam uma aproximação indistinta de termos. Os dois casos consideram a significação descontextualizadamente, trabalhando com cristalizações. Partindo da hipótese de que são relações léxico-gramatical-discursivas que vão construir significações, observa-se como um termo muitas vezes apontado como “preconceituoso” em nossa sociedade aparece empregado em redações de vestibulandos. Verifica-se se a maneira como o léxico é trabalhado nas produções textuais sustenta a ideia de que uma simples substituição de termos não é capaz de minimizar preconceitos sociais, ao mesmo tempo que não seria interessante trabalhar com sinônimos aproximando termos descontextualizadamente, já que o contexto seria preponderante na construção de significação. Em um desses casos, ele teria um papel que seguiria uma direção de atenuar a diferenciação entre termos, quando o uso de um léxico ou outro não amenizaria discriminações se todo um texto indicasse ideias que fossem em uma direção considerada “preconceituosa”. Mas, ao mesmo tempo, é o contexto ainda que seria capaz de provar que cada termo guarda uma especificidade que não permite falar em “sinônimos perfeitos”. Assim, as relações estabelecidas no texto ora ressaltariam a especificidade de termos, ora apareceriam voltadas a uma atenuação dessas diferenciações, mas sempre seriam muito importantes na construção de significação. A concepção apresentada implica repensar os conceitos clássicos de relações sinonímicas ou parafrásticas e vem confrontar-se com a visão tradicional acerca do léxico, que geralmente é abordado como tendo um estatuto pleno na língua. A proposta é mostrar que o trabalho com léxico seria redutor quando desconsidera o papel de outras unidades lexicais e das unidades gramaticais envolvidas na produção de significação e levantar uma reflexão sobre a relevância de se adotar no ensino uma abordagem lexical sob a perspectiva enunciativa. Em uma sociedade marcada por polarizações, que são refletidas na linguística e no ensino, trata-se de enfatizar a importância do trabalho do sujeito por uma articulação entre linguagem e línguas, formal e empírico, estabilidade e plasticidade.

Palavras – chave: Enunciação. Léxico. Ensino. Linguagem. Línguas.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est d'étudier des relations lexico-grammaticales dans le processus de production de la signification dans les compositions d'étudiants, et, à partir de ces réflexions, de présenter un point de vue lié à l'enseignement et l'apprentissage de la langue portugaise. Ces discussions sont faites à partir d'une médiation entre la "Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives" et le contexte éducationnel, en articulant des questions sociales, linguistiques et éducationnelles. La société, au travers de publications d'orientation à la population, met l'emphasis sur la différenciation de termes rapprochés, en défendant qu'une simple substitution d'une expression par une autre puisse faire diminuer la discrimination. En même temps, dans l'enseignement, certains exercices sur la synonymie, que l'on rencontre dans les manuels de portugais, font un rapprochement indistinct entre les termes. Ces deux cas prennent la signification hors du contexte, en travaillant avec des cristallisations. À partir de l'hypothèse que ce sont les relations lexico-grammaticales discursives qui vont construire des significations, nous observons comment un terme, souvent identifié comme discriminatoire dans notre société, est mobilisé dans les compositions d'étudiants. Nous vérifions si la manière avec laquelle le lexique est travaillé dans les compositions soutient l'idée qu'une simple substitution de mots n'est pas capable de faire baisser les préjugés, tout comme il ne serait pas intéressant de travailler avec des synonymes en rapprochant les termes hors contexte, puisque le contexte est prépondérant dans la construction de la signification. D'un côté, le contexte a un rôle d'atténuation de la différenciation entre les termes, lorsque l'utilisation d'un lexique ou d'un autre ne peut pas diminuer le caractère discriminatoire d'un texte déjà bourré de préjugés. De l'autre côté, c'est à partir du contexte qu'il est possible de prouver que chaque terme garde une spécificité qui nous empêche de considérer des "synonymes parfaits". Ainsi, les relations établies dans le texte ont parfois la particularité de faire ressortir la spécificité des termes, alors qu'à d'autres moments ils participent à l'atténuation de leurs différences. Dans les deux cas, ces relations sont toujours très importantes dans la construction de la signification. La conception présentée ici implique de repenser les concepts classiques de relations synonymiques, et elle vient se confronter avec la vision traditionnelle sur le lexique, où ce dernier est généralement vu comme ayant un statut plein dans la langue. Notre proposition est de montrer que le travail avec le lexique est restreint lorsqu'il ne considère pas le rôle des autres unités lexicales et des unités grammaticales impliquées dans la production de la signification, et de réfléchir à la pertinence d'adopter une approche lexicale sous la perspective énonciative pour l'enseignement de la langue maternelle. Dans une société caractérisée par des polarisations, qui sont réfléchies dans la linguistique et dans l'enseignement, il s'agit de mettre l'emphasis sur l'importance du travail du sujet pour une articulation entre langues et langage, le formel et l'empirique, la stabilité et la plasticité.

Mots-clés: Énonciation. Lexique. Enseignement. Langage. Langues.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distinções entre alguns casos semânticos	51
Quadro 2	Tipologia Verbal	77
Quadro 3	Avaliações da noção “caipira” no <i>corpus</i> inicial	159
Quadro 4	Avaliações da noção “caipira” no <i>corpus</i> ampliado	198
Quadro 5	Positividade e negatividade: “caipira” e “globalização”	209
Quadro 6	Avaliações da noção “caipira” no <i>corpus</i> inicial e no <i>corpus</i> ampliado	212

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Domínio Nocional	63
Figura 2	Exemplo de uma taxonomia	101
Figura 3	<ser caipira> para E3	163
Figura 4	<ser caipira> para E2	165
Figura 5	<ser caipira> para E1	167
Figura 6	<ser caipira> para E1, E2 e E3	170
Figura 7	<ser caipira> para E3	217
Figura 8	<ser caipira> para E2	217
Figura 9	<ser caipira> para E4	219
Figura 10	<ser caipira> para E1	220

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLITICAMENTE INCORRETOS	18
2.1 Uma publicação	18
2.2 A escola	23
3 NEGRO VILÃO	31
3.1 “A Questão”	32
3.2 Língua e linguagem: diferentes abordagens	34
3.3 A questão lexical	36
3.3.1 Léxico sob a ótica tradicional	37
3.3.1.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: um realismo em que o arbitrário desaparece	44
3.3.2 Léxico sob a ótica estrutural	45
3.3.2.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: a intercambialidade no paradigma	51
3.3.3 Léxico sob a ótica enunciativa	53
3.3.3.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: operações de linguagem	64
4 A LINGUAGEM E AS LÍNGUAS	65
4.1 O ensino de Língua Portuguesa	66
4.1.1 Léxico, ensino e ótica tradicional	72
4.1.2 Léxico, ensino e ótica estrutural	75
4.1.3 Léxico, ensino e ótica enunciativa	79

5 A ESTABILIDADE E A PLASTICIDADE LINGUÍSTICAS	84
5.1 A questão sinonímica	85
5.1.1 Sinonímia e as óticas tradicional, estrutural e enunciativa	87
5.1.2 A questão sinonímica em Ilari e Geraldi (1985)	89
5.2 “Tipo”	94
5.2.1 O “tipo” e a construção do domínio nocional segundo a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”	94
5.2.2 “Tipo”, “Protótipo”, “Estereótipo”, “Arquétipo”	97
5.2.3 Rosch e o conceito de “protótipo”	99
5.2.3.1 A categorização humana	100
5.2.3.2 Princípios de categorização	101
a) Economia cognitiva	102
b) Estrutura do mundo percebido	103
5.2.3.3 Nível básico	105
5.2.3.4 Protótipo	111
a) Definição	111
b) Princípios de Prototypicalidade	114
c) Utilização	116
5.2.4 A abordagem da psicologia cognitiva: algumas considerações	119
5.2.5 Por um movimento entre estabilidade e deformabilidade	127
6 LEITOR E LINGUISTA	135
6.1 Metodologia de análise	135
6.1.1 O trabalho do linguista de acordo com a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”	136
6.1.2 Epilinguístico e metalinguístico articulados	139
6.2 Teoria e prática	143
6.2.1 Enunciadores	145

7 CAIPIRAS	147
7.1 <i>Corpus</i> de pesquisa inicial	148
7.2 Análise do <i>corpus</i> inicial	149
7.2.1 Primeiro momento	150
7.2.1.1 A noção “caipira”	150
a) Recursos linguísticos	150
b) Focalizações	152
7.2.2 Segundo momento	159
7.2.2.1 Análise	160
a) Situação enunciativa inicial	161
b) A noção “caipira” construída por E3 (“entre E0 e E3”)	162
c) A noção “caipira” construída por E2 (“entre E0 e E2”)	164
d) A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1”)	165
7.2.3 Algumas observações	172
7.2.3.1 Apreensões da noção	172
7.2.3.2 Polarização	184
7.3 <i>Corpus</i> de pesquisa ampliado	185
7.4 Análise do <i>corpus</i> ampliado	186
7.4.1 Primeiro momento	186
7.4.1.1 A noção “caipira”	186
a) Recursos linguísticos	186
b) Focalizações	190
7.4.2 Algumas observações	198
7.4.2.1 Apreensões da noção	198
7.4.2.2 Polarização	208
7.4.3 Segundo momento	212
7.4.3.1 Análise	213
a) Situação enunciativa inicial	214
b) A noção “caipira” construída por E3 (“entre E0 e E3”)	215
c) A noção “caipira” construída por E2 (“entre E0 e E2”)	217

d) A noção “caipira” construída por E4 (“entre E0 e E4”)	218
e) A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1”)	220
8 PÓLOS E GRUPOS	225
8.1 Polarizações nas redações: uma reflexão	225
8.2 Separação em grupo: o preconceito na marginalização	229
9 POR UMA DESTITUIÇÃO DE POLARIZAÇÕES: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E LÍNGUAS, FORMAL E EMPÍRICO, ESTABILIDADE E PLASTICIDADE	235
9.1 Uma teoria da apropriação: o trabalho do sujeito	235
9.2 Por “fronteiras” no ensino e aprendizagem de línguas: a contradição revisitada	238
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	250
APÊNDICES	251
APÊNDICE A – Esquemas que auxiliaram a primeira análise	252
APÊNDICE B – Esquemas que auxiliaram a segunda análise	257
ANEXOS	263
ANEXO A – Proposta de redação	264

1 INTRODUÇÃO

“Caipira” ou “habitante do interior”? “Preto”, “negro” ou “afrodescendente”? O emprego de alguns termos seria preconceituoso e, por isso, deveria ser evitado, em favor da escolha de outras expressões que, em uma direção oposta, não promoveriam discriminações? Haveria termos “politicamente mais corretos” que outros?

Essa discussão motiva a pesquisa que apresentamos.

Enquanto a sociedade, por meio até mesmo de instrumentos como publicações voltadas à orientação da população, dá ênfase a uma diferenciação entre termos e expressões próximos, defendendo que uma simples substituição de expressões abrandaria discriminações, no ensino alguns exercícios sobre sinonímia encontrados em livros de Português focam uma aproximação indistinta de termos.

O que esse quadro nos leva a pensar? Que discussões ligadas à educação e trabalho com léxico em sala de aula ele pode suscitar?

Ainda que em um primeiro momento possam parecer distantes, os dois casos aproximam-se por considerar a significação descontextualizadamente, trabalhando com cristalizações. Esse tipo de abordagem preocupa-nos por desconsiderar a produção de significação a cada enunciação.

A partir de uma teoria linguística que não está diretamente ligada ao ensino, propomos discutir como a escola pode trabalhar o ensino de Língua Portuguesa em uma sociedade que se mostra marcada por inúmeras polarizações.

Antoine Culioli, linguista francês que, por meio da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, propõe a tese da indeterminação da linguagem, permitirá que, abordando uma questão linguística em específico, a sinonímia, acoplemos à nossa reflexão questões sociais e educacionais.

Partindo da hipótese de que são relações léxico-gramatical-discursivas que vão construir significações, tratar-se-á de observar como um termo muitas vezes apontado como “preconceituoso” em nossa sociedade aparece empregado em redações de vestibulandos.

O que se propõe observar é se a maneira como o léxico é trabalhado nas produções textuais sustenta nossa ideia de que uma simples substituição de termos não é capaz de minimizar preconceitos sociais, ao mesmo tempo que não seria interessante trabalhar com sinônimos aproximando termos descontextualizadamente, já que a nosso ver o contexto é preponderante na construção de significação. Em um desses casos, esse contexto teria um papel que seguiria uma direção de atenuar a diferenciação entre termos, quando acreditamos

que o uso de um léxico ou outro não amenizaria discriminações se todo um texto indicasse ideias que fossem em uma direção considerada “preconceituosa”. Mas, ao mesmo tempo, é esse mesmo contexto ainda que, a nosso ver, é capaz de provar que cada termo guarda uma especificidade que não permite falarmos em “sinônimos perfeitos”. Assim, as relações estabelecidas no texto ora ressaltariam a especificidade de termos, ora apareceriam voltadas a uma atenuação dessas diferenciações, mas sempre seriam muito importantes na construção de significação.

Nossa concepção implica repensar os conceitos clássicos de relações sinonímicas ou parafrásticas e vem confrontar-se com a visão tradicional acerca do léxico, que geralmente é abordado como tendo um estatuto pleno na língua.

A proposta é buscar mostrar que o trabalho com léxico no ensino seria redutor quando desconsidera o papel de outras unidades lexicais e das unidades gramaticais envolvidas na produção de significação. Por outro lado, temos como intenção, ainda, levantar uma reflexão sobre a relevância de se adotar no ensino uma abordagem lexical sob a perspectiva enunciativa.

Em um caminho de conexão entre questões sociais, linguísticas e educacionais, tratar-se-á de dar um destaque ao trabalho do sujeito, que permite que pólos sejam destituídos em favor de uma articulação entre a linguagem e as línguas, o formal e o empírico, a estabilidade e a plasticidade.

A tese está dividida em 10 capítulos: 1. “Introdução”, 2. “Politicamente incorretos”, 3. “Negrão vilão”, 4. “A linguagem e as línguas”, 5. “A estabilidade e a plasticidade linguísticas”, 6. “Leitor e linguista”, 7. “Caipiras”, 8. “Pólos e grupos”, 9. “Por uma destituição de polarizações: uma articulação entre linguagem e línguas, formal e empírico, estabilidade e plasticidade”, 10. “Considerações finais”.

Em um primeiro momento, apresentamos a publicação do governo brasileiro que nos permitiu levantar a discussão que motiva nosso trabalho. Trata-se da chamada “Cartilha do Politicamente Correto”, que sugere à população a opção pelo emprego de alguns termos “politicamente mais corretos” que outros, a fim de se evitar “preconceitos”.

Ainda que o manual não tenha se oficializado, e não possamos afirmar sobre a amplitude de sua divulgação, vemos que a ideia por ele sugerida, de uma possível

minimização de discriminações sociais a ser conseguida a partir de uma simples substituição de termos, está difundida.

A cartilha acaba manifestando uma direção normativa, ao estabelecer “o que deve” e “o que não deve ser dito” e o tipo de crença que ela revela mostra-nos uma postura pautada em estabilizações, cuja validade questionamos.

Em 2. “Politicamente incorretos”, buscamos situar como essa discussão pode estar relacionada a uma pesquisa que se volta a pensar em como abordar a questão lexical em sala de aula. Após uma apresentação da “Cartilha do Politicamente Correto”, pensamos um pouco em como os estudos linguísticos e o ensino se ligam a essa sociedade que a publicação federal nos revela.

Quando trabalham língua e linguagem desarticuladamente, a linguística e a escola também não atingem um estado de indistinção, anterior a estabilizações, que, quando se privilegiam polarizações, não é buscado.

Fazemos, no entanto, neste primeiro momento, apenas uma apresentação geral da questão. Uma reflexão mais minuciosa sobre a linguística e sobre o trabalho com léxico no ensino serão apresentados nos dois capítulos seguintes.

Buscaremos discutir com mais cuidado esse estado de indistinção, anterior aos estados polarizados e para onde toda nossa tese defenderá que se deve olhar. Para isso, no capítulo 3. “Negro vilão”, é a linguística que será abordada com mais detalhes. Partindo especificamente da questão lexical, apresentaremos os olhares que lhe são dirigidos a partir das óticas tradicional, estrutural e enunciativa.

É também sob as óticas tradicional, estrutural e enunciativa que especificamente a questão lexical no ensino e aprendizagem de línguas será abordada no capítulo 4. “A linguagem e as línguas”.

Discutiremos que nos dois casos, tanto com relação à linguística, abordada no capítulo 3, quanto ao que diz respeito à questão lexical no ensino e aprendizagem de línguas, discutida no quarto capítulo, a opção de se olhar para um lugar anterior a estabilizações nem sempre é tomada.

Só se consegue trilhar uma direção que se afasta de polarizações quando linguagem e línguas estão articuladas: proposta da terceira ótica levantada.

Pensando ainda no ensino, mas especificamente abordando a questão sinonímica, é que passamos ao quinto capítulo de nossa tese.

Discutiremos que a maneira como a sinonímia algumas vezes é tomada configura-se como um exemplo de trabalho com estabilizações no ensino, e, a fim de destacar um caminho

que consideramos interessante em contraposição a um olhar apenas para a estabilidade linguística, apresentamos um conceito que nos permitirá mostrar como acreditamos que o estável deve ser tomado. Trata-se do “tipo”, bastante trabalhado na “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”.

Apresentando uma associação nesta teoria do conceito de “tipo” ao de “atrator”, que leva a abordá-lo necessariamente ligado a uma operação de regulação, as reflexões caminharão em uma direção de defesa de uma articulação entre estabilidade e plasticidade linguísticas.

Após essas discussões, nossa pesquisa chega à parte das análises que propôs realizar.

Um primeiro capítulo é dedicado à apresentação da metodologia com a qual trabalhamos.

6. “Leitor e linguista” discute um caminho de trabalho baseado em dois momentos de se olhar questões linguísticas: um mais intuitivo e outro mais formal. Trata-se de uma proposta de articulação entre o saber linguístico do falante e uma postura científica, que leva a um trabalho com as atividades epilinguística e metalinguística.

A partir desse caminho de trabalho proposto é que realizamos as análises que serão apresentadas no capítulo 7. “Caipiras”.

Nossa intenção era observar o emprego de “caipira” em redações de alunos, noção escolhida por ser uma entrada da “Cartilha do Politicamente Correto”, pensando nas discussões inicialmente propostas por nossa pesquisa.

Uma verificação de polarizações de “caipira” em “bom” e “ruim” em nosso *corpus* de análise inicial despertou nosso interesse por observar mais textos, ampliando o *corpus* de nosso trabalho por meio do acesso a produções textuais escolhidas então sob o critério “nota acima da média”.

O questionamento que passou a direcionar nosso trabalho foi se a polarização que vimos ser característica de nossa sociedade, bem como estar presente nos estudos linguísticos e no ensino, é também refletida nos textos dos alunos. Acessamos produções textuais muito bem avaliadas, a fim de verificar se encontraríamos redações capazes de superar pólos.

O que as análises mostram é que também na produção textual a superação de polarizações não é uma atividade fácil de ser encontrada.

Um capítulo (8. “Pólos e grupos”) discutirá essa polarização, bem como um mecanismo específico que foi observado nas redações. Trata-se da separação em grupo. Verificamos nas redações de estudantes que analisamos que muitas vezes recursos linguísticos são utilizados para estabelecer um grupo: o “grupo dos caipiras”. Discutiremos que é a partir

desse mecanismo que acreditamos que a questão do preconceito deva ser pensada, ao invés de se preestabelecer o caráter discriminatório ou não de um termo, como faz a “Cartilha do Politicamente Correto”.

Após essa reflexão, fechando as discussões de nossa pesquisa, finalmente chegamos ao capítulo 9. “Por uma destituição de polarizações: uma articulação entre linguagem e línguas, formal e empírico, estabilidade e plasticidade”.

Nele apresentamos que aquilo que pode levar a um acesso a um momento anterior a estabilizações é olhar o trabalho do sujeito, como a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” propõe.

Refletindo sobre um espaço gerador, anterior ao estável, que permite aos sujeitos instaurarem-se como origem de seus discursos, em um processo de apropriação, enfatizaremos que uma “teoria da apropriação” é particularmente interessante para abordar o ensino e aprendizagem de línguas.

Daremos destaque ainda à importância de se abordar casos fronteiros em sala de aula. Para isso, discutiremos que, muito mais interessante do que preestabelecer, por exemplo, o que é “caipira”, como a “Cartilha do Politicamente Correto” faz e exercícios tradicionais muitas vezes indicam, será pensar aquele que “é e não é caipira” ao mesmo tempo.

É por meio de uma observação do trabalho do sujeito, destacada neste capítulo, que uma articulação entre linguagem e línguas defendida por nosso trabalho pode acontecer.

Gostaríamos de destacar que sempre que o termo “contexto” aparecer em nosso trabalho, ele é por nós utilizado para fazer referência a relações léxico-gramaticais estabelecidas em um texto.

O termo “formal” também deve receber uma atenção especial.

Na teoria culioliana, três níveis são discutidos quando se pensa em análise linguística, como será apresentado no capítulo 6. “Leitor e linguista”. A partir da materialidade linguística (nível II), que são os enunciados que temos à nossa disposição, o linguista busca discutir a atividade de produção de significação (nível I), através de um aparato metalinguístico (nível III). Culioli discute que essa atividade de produção de significação, que são as operações linguísticas, o trabalho com a linguagem, não é acessível diretamente. Seria por meio de um trabalho sobre os enunciados que estão à nossa disposição, traços dessas operações a que não temos diretamente acesso, a partir de um dispositivo metalinguístico, que o linguista as acessaria.

No caso do nível I, pode-se falar em “formal” em termos dessa atividade de linguagem, o trabalho que realizamos quando produzimos ou reconhecemos enunciados. Já no

caso do nível II, trata-se de uma “forma” diferente, ligada à materialidade textual, que Culioli apresentará como “uma *organização* de marcadores de operações” (CULIOLI, 1990, p.137) ¹. Finalmente, ligado ao nível III, o “formal” aparecerá então associado a uma atividade metalinguística, como “representações de representações” (CULIOLI, 1990, p.178) ².

Será, assim, ora em uma ora em outra dessas direções que o termo “formal” será por nós empregado em nosso texto.

Na verdade, o que é interessante é que o projeto culioliano de articulação entre linguagem e línguas naturais parece estar ligado justamente a uma articulação desses três conceitos de “forma”. A apreensão da linguagem por meio das línguas naturais pelo linguista passa pelos três lugares que discutimos.

Foi a articulação desses três lugares que o desenvolvimento de nossa pesquisa nos mostrou.

O trabalho do sujeito está no centro de nossas discussões. Fornecendo um aparato metalinguístico específico para as análises que propusemos realizar, Culioli permitiu que a partir da materialidade dos textos que compõem nosso *corpus* de pesquisa, pudéssemos discutir operações linguísticas que se manifestam em nossa relação com o outro e com o mundo.

¹ Tradução nossa.

“[...] *agencement* de marqueurs d’opérations.” (CULIOLI, 1990, p.137)

² Tradução nossa.

“[...] representatives of representatives.” (CULIOLI, 1990, p.178)

2 POLITICAMENTE INCORRETOS

Quem nunca ouviu dizer que se deve evitar o uso de determinado termo em favor do emprego de um outro a fim de combater discriminações sociais?

A crença de que alguns termos são preconceituosos é comum entre a população e reflete a postura de uma sociedade calcada em valores classificatórios. Ao se determinar o que deve ou não ser dito, trabalha-se com um preestabelecimento de significações, em termos de uma polarização em “certo” e “errado”.

As polarizações são um lugar comum entre nós, estando em toda a parte. Dentro do domínio que especificamente nos interessa, os estudos linguísticos e a educação, a situação não é diferente: os pólos também se mostram presentes.

Este capítulo apresenta uma publicação lançada pelo governo brasileiro no ano de 2004. Ao ditar termos “politicamente corretos”, a cartilha ilustra uma postura pautada em estabilizações, cuja validade deve ser questionada. Pensando em como essa postura chega até nosso interesse de pesquisa, o léxico no ensino e aprendizagem de línguas, abordaremos a escola, refletindo sobre a linguagem.

Na linguística, um estado de indistinção, anterior aos estados polarizados, muitas vezes não é buscado, conforme adverte Culioli (2005, p.26-27). Fuchs & Le Goffic (1992, pp.10) chamam-nos ainda a atenção para o perigo, para os estudos linguísticos, de um fechamento sobre o sistema, ou, em direção contrária, buscando variáveis, correr-se o risco de perda da sistematicidade, sem conseguir articular esses dois pontos importantes. Na escola, alguns exercícios descontextualizados mostram que léxico e gramática muitas vezes não são trabalhados de forma articulada, como destaca Rezende (2000b, p.358).

2.1 Uma publicação

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas. (CIPRIANO, 2004, p.11)

A citação acima ilustra a contracapa de uma publicação recente do governo brasileiro. Como podemos notar, o texto sugere uma preocupação com a possibilidade de ofensas ao

“outro” por meio do uso de determinadas formas linguísticas quando essas são mobilizadas por alguns em específico: “profissionais com grande influência social”.

Tal preocupação é que teria motivado o lançamento, há alguns anos, de um pequeno livro voltado à sugestão de “termos politicamente corretos”: a chamada cartilha *Politicamente correto e direitos humanos*, distribuída gratuitamente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República ³.

O objetivo de tal livro, de acordo com Perly Cipriano, então subsecretário de promoção e defesa dos direitos humanos, responsável pela apresentação da cartilha em questão, seria o de “[...] chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes” (CIPRIANO, 2004, p.11-12).

Nas primeiras páginas da publicação o subsecretário enfatiza:

Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”. Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”.

Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc. (CIPRIANO, 2004, p.12)

Tais ideias são ainda complementadas por reflexões de um outro autor, Jaime Pinsky, historiador que empresta um texto à introdução da cartilha ⁴. Segundo Pinsky:

Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao “nosso” e ao do “outro”, numa atitude que, mais do que autocondescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor, eles são fanáticos; nós acreditamos na lei de Deus (o nosso sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas; nós temos hábitos, eles vícios; nós cometemos excessos compreensíveis, eles são um caso perdido; jogamos muito melhor, o adversário tem é sorte; e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião formada sobre as coisas. (PINSKY, 2004, p.17-18)

³ QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

⁴ De acordo com a cartilha, sua introdução, intitulada “O preconceito nosso de cada dia”, trata-se de uma reprodução gentilmente autorizada por Pinsky de texto originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo* (20/05/1993) e no livro *Brasileiro (a) é assim mesmo – Cidania e Preconceito*, editora Contexto, 2003.

De acordo também com o historiador:

De nada adianta praticar nossa indignação moral diante da televisão, protestando contra limpezas raciais e discriminações pelo mundo, se não ficarmos atentos ao preconceito nosso de cada dia. (PINSKY, 2004, p.18)

Esse “preconceito nosso de cada dia” se manifestaria, por exemplo, por meio do uso cotidiano de palavras e expressões que, conforme já vimos a apresentação do livro discutir, “[...] por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais” (CIPRIANO, 2004, p.11). Daí a importância de uma cartilha “[...] com vistas a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos” (CIPRIANO, 2004, p.11), como destaca mais uma vez Perly Cipriano.

Mas será mesmo que um glossário como o apresentado é capaz de promover uma diminuição de preconceitos? Qual a real relevância de uma lista voltada para um grupo específico (é preciso notar que a preocupação da cartilha é pontual: “profissionais com grande influência social” (CIPRIANO, 2004, p.11)) de alguns termos considerados por alguns “preconceituosos” seguidos por outros apontados como “mais corretos”? Será que divulgar o julgamento de alguns sobre determinados termos com o intuito de minimizar discriminações é uma prática interessante? Ela é válida? Seria a sugestão de “termos politicamente corretos” uma boa forma de construir a “cultura de direitos humanos” almejada?

A leitura de trechos do texto em questão, como os aqui citados que utilizamos para exemplificar concepções e ideais da chamada “Cartilha do Politicamente Correto”, é capaz de levantar grande polêmica em diversos meios da sociedade, não somente entre pessoas diretamente mais interessadas em promover discussões voltadas a questões linguísticas e os questionamentos levantados podem ser inúmeros.

Foi por isso que os poucos exemplares impressos do livro foram rapidamente tirados de circulação e a distribuição do texto logo interrompida. Não é por não mais ser veiculada, no entanto, que não podemos ainda hoje promover discussões a partir dessa publicação.

Embora a cartilha não tenha se oficializado e não se possa afirmar sobre a amplitude de sua divulgação, fato é que o tipo de policiamento por ela sugerido, acerca do emprego de expressões politicamente corretas, difundiu-se. É muito comum ouvirmos comentários sobre o uso de determinadas expressões que “não podem ser ditas”, com o risco de revelar comportamentos condenados socialmente, ainda que tais expressões estejam empregadas em

contextos claramente preconceituosos e até mesmo irônicos. Quem jamais ouviu, por exemplo, alguém formular construções como “Esse veado (veado não, homossexual) [...]”, seguidas de outros comentários em que podemos notar preconceito instaurado?

Assim, o material oferecido pela cartilha é riquíssimo, uma vasta fonte capaz de suscitar inúmeras discussões não só especificamente linguísticas. Na Linguística, podemos deparar com a possibilidade de serem desenvolvidos inúmeros estudos a partir de perspectivas teóricas diversas e voltados a interesses variados.

Mas, ainda que o assunto em questão seja rico e permita uma vasta gama de trabalhos, por que despertaria a atenção de uma pesquisa interessada em discussões voltadas ao ensino e aprendizagem de línguas? Afinal, por mais diversificadas que possam ser as possibilidades de estudos ligados à cartilha, o campo referido parece à primeira vista não ter relação alguma com ela.

Os questionamentos que não poderiam deixar então de ser levantados são:

O que tem a ver a cartilha com a escola?

Por que a apresentamos em um trabalho voltado a pensar em como abordar a questão lexical em sala de aula?

Tal publicação, baseada em uma crença de que é “mais correto” o uso de certas expressões em detrimento de outras, pois dessa forma seria possível minimizar algumas discriminações sociais, traz em seu texto trechos como ⁵:

AIDÉTICO: Termo discriminador dos portadores do vírus da Aids, ou síndrome da imunodeficiência adquirida, HIV. **O correto é** chamar a pessoa nessa condição de “HIV positiva” ou “soropositiva”, quando não apresenta os sintomas associados à doença, e “pessoa com Aids” ou “doente de Aids”, quando ela já tem aqueles sintomas. (QUEIROZ, 2004, p.20)

ALEIJADO: Termo ofensivo, que estigmatiza as pessoas com pessoas com deficiência física ou mental. **Não é correto** chamá-las de “pessoas deficientes” ou “excepcionais”, atribuindo-lhes incapacidade absoluta. **Nem é pertinente** chamá-las de “portadoras de habilidades especiais”, eufemismo que não ajuda a preservar sua dignidade. Em geral, as pessoas nessas condições gostam de ser tratadas como “portadoras de deficiência” ou simplesmente “pessoas com deficiência”. (QUEIROZ, 2004, p.20)

DE MENOR: “De menor” ou “menor” são expressões carregadas de forte preconceito e discriminação, geralmente associadas às crianças e adolescentes pobres, negras, em situação de rua ou que cometem atos infracionais. O termo “menor” constava do antigo Código de Menores, substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, a palavra foi banida do vocabulário dos defensores dos direitos

⁵ Grifos nossos.

da infância. **Palavras adequadas:** criança, adolescente, garoto (a), guri (a), moço (a), menino (a), jovem, piá etc. (QUEIROZ, 2004, p.35)

DENEGRIR OU DENIGRIR: Esse verbo, com o sentido de aviltar, diminuir a pureza, conspurcar, tornou-se ofensivo aos negros e, por essa razão, *deve ser evitado*. (QUEIROZ, 2004, p.37)

MENINO DE RUA: O termo é *inadequado* para designar as crianças e adolescentes que passam os dias nas ruas, pois as estatísticas demonstram que a maioria deles tem alguma relação com amigos e parentes, ainda que fora do padrão da família tradicional. Meninos em situação de rua é a *expressão mais correta*. (QUEIROZ, 2004, p.64)

SAPATÃO: Expressão usada para discriminar as lésbicas, mulheres homossexuais. “Entendidas” e “lésbicas” são *termos adequados*. (QUEIROZ, 2004, p.80)

VEADO: Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As *expressões adequadas* são gay, entendido, homossexual. (QUEIROZ, 2004, p.85)

O que vemos é uma posição normativa de restrição a usos de alguns termos em favor de outros, que vem já elucidada no próprio título da publicação.

“Padrão de comportamento ou maneira de ser”⁶, uma cartilha se presta a posturas não ingênuas de apontamento de direções que se deseja que sejam tomadas.

No caso específico do texto que abordamos, em nome de uma considerada possível minimização de discriminações sociais a ser conseguida a partir de uma simples substituição de termos, a utilização dos mesmos caminhos e estratégias daqueles que são apontados como “preconceituosos”: uma voz como autoridade impondo o que considera “certo” ou “errado”.

O que nos perguntamos então é: será que esse lugar de imposição a partir de atitudes polarizadas que a publicação em questão mostra não é também encontrado no ensino? Não seria a cartilha mero espelho de uma sociedade que também se refletiria na maneira como a escola trabalha?

Acreditamos que, para entender como se dá a abordagem lexical em sala de aula, nossa questão específica de estudo, é importante compreender melhor o contexto maior no qual o ensino se encontra e, assim, também pensar na organização de nossa sociedade.

Nesse sentido é que é preciso questionar: Como a escola trabalha hoje? A sala de aula conseguiria deixar de espelhar uma postura normativa como a vista abordada na cartilha e que nada mais parece ser do que um reflexo de como nos organizamos socialmente?

⁶ HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 638 – aceção 3.

2.2 A escola

[...] la plupart du temps, nous avons tendance à travailler dans des univers restreints de valeurs, c'est-à-dire à avoir bon/mauvais, grand/petit, et là encore, il est évident que tout le travail sur les antonymes, les antagonismes, les contraires, les contradictoires, nous amène presque toujours à privilégier en fait un certain type de couple qui est fondé pour l'essentiel sur une certaine idée naïve de la complémentation logique, c'est-à-dire $A/\bar{A}$ ($A/\text{non } A$). (CULIOLI, 1990, p.84) ⁷

Certo e errado, verdadeiro e falso, direita e esquerda, positivo e negativo, bom e ruim.

Vivemos em uma sociedade em que polarizações estão por toda a parte: ou uma determinada postura é apropriada, ou inadequada; um sujeito é capaz, ou ele é considerado incompetente, uma atitude é vista como válida, ou descartada, acertamos ou erramos, ações são justas ou completamente equivocadas.

De questões mais amplas a assuntos mais particulares, é sempre cobrado que uma posição estanque seja tomada e quando posturas que não coincidem com os extremos são adotadas, as críticas não demoram a aparecer. Em todo o tempo, é como se apenas dois pontos extremados existissem, e que toda a gama entre eles não devesse ser levada em conta a um risco de acusações de não adoção de posturas definidas, o tão famoso “estar em cima do muro”.

Esta “sociedade de pólos”, que tem por sustentação uma das polarizações mais preocupantes, a desarticulação “eu” e “outro”, responsável por comportamentos cada vez mais individualistas, não está interessada na riqueza do diálogo que um olhar para tudo aquilo que está entre duas posturas pode oferecer.

Não se vê que sempre é na articulação que tanto um dos lados quanto o outro se compõem: não há “positivo” se não houver o “negativo”, um “certo” só pode ser visto a partir de uma determinada concepção do que é considerado “errado”. Desconsidera-se, muitas vezes, que é porque um lado existe que há a possibilidade do outro ser pensado, a partir de uma relação por meio da qual ambos são definidos.

⁷ “[...] na maior parte do tempo, nós temos tendência a trabalhar em universos restritos de valores, quer dizer a ter bom/mau, grande/pequeno, e aqui mais uma vez, é evidente que todo o trabalho sobre os antônimos, os antagonismos, os contrários, os contraditórios, nos levam quase sempre a privilegiar na verdade um certo tipo de par que é baseado essencialmente sobre uma certa ideia ingênua da complementação lógica, quer dizer $A/\bar{A}$ ($A/\text{não } A$).” (CULIOLI, 1990, p.84) *Tradução nossa.*

Quando se concebe dois pontos articulados, consegue-se enxergar que o que os une é uma infinidade de “entres”, em que não se é nem uma coisa nem outra, mas um “quase”, cuja riqueza e variedade são infinitas.

Antoine Culioli, linguista que embasa teoricamente nossa pesquisa, em um recente diálogo com Claudine Normand, pesquisadora francesa responsável pela publicação da obra *Onze rencontres sur le langage et les langues*, comenta:

[...] la plus part du temps, les gens prennent “vérité” comme quelque chose d’achevé... En logique, vous avez le Vrai et le Faux, pourquoi pas, je n’ai aucune objection. Le vrai et le faux, ça peut être utile, par exemple, dans le domaine technique; dans le domaine judiciaire ça commence à être plus douteux : demander à quelqu’un de dire la vérité, toute la vérité, ça veut dire qu’on confond ce qu’il va dire, à supposer qu’il ne ment pas, avec ce qu’il **croit** être la vérité, c’est déjà beaucoup plus discutible. Bon! pour les logiciens, j’accepte. Simplement ce qui m’intéresse, moi, c’est que derrière le vrai et le faux, il y a quelque chose qui est en deçà du vrai et du faux, un état d’indifférence. (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 26-27) ⁸

Quando este estado de indistinção não é levado em conta é que uma visão classificatória de valores, cujo interesse é uma manutenção de padrões, costuma ser notada. É muito mais fácil que se tenham apenas duas posições. Assim, controles de toda a ordem podem ser muito mais facilmente estabelecidos a partir de imposições. Quando se abre para o que está entre os pólos, uma infinidade de valores podem surgir e, então, determinados domínios podem ser perdidos.

Este último parece definitivamente não ser o objetivo de um meio hierarquizado como o em que vivemos. Dicotomizações aparecem por toda parte em uma sociedade que veicula publicações como a “Cartilha do Politicamente Correto”.

Rezende (2000b), em sua tese de Livre-Docência ⁹, comenta:

Como movimento ideológico paralelo ao desenvolvimento dos estudos linguísticos sob uma ótica estática dos fenômenos de língua, há todo o

⁸ “[...] na maior parte do tempo, as pessoas tomam “verdade” como qualquer coisa de acabado... Em lógica, tem-se o Verdadeiro e o Falso, (porque não?), eu não tenho nenhuma objeção. O verdadeiro e o falso, isso pode ser útil, por exemplo, no domínio técnico; no domínio judiciário começa a ser mais incerto: pedir a alguém que diga a verdade, toda a verdade, significa que se confunde aquilo que ele dirá, supondo que ele não mente, com aquilo que ele **acha** ser a verdade, e isso é então mais aberto à discussão. Bom! para os lógicos, eu aceito. Simplesmente o que me interessa, a mim, é que por trás do verdadeiro e do falso, há qualquer coisa que é aquém do verdadeiro e do falso, um estado de indiferença.” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 26-27) *Tradução nossa*.

⁹ A citação, na verdade, é retirada de um artigo que se trata de um capítulo do trabalho de Livre-Docência da autora, publicado quando a tese ainda estava em preparação.

desenvolvimento e prestígio das ciências positivas, que acabam fornecendo o padrão de cientificidade. As polarizações entre o que existe e, portanto, é signo, e o que não existe, e, portanto, não é signo; entre o positivo e o negativo; o verdadeiro e o falso; o gramatical e o não gramatical facilitam as exigências de modelização, e, consequentemente, a implementação tecnológica e os processos de automação em geral.

Os valores e significados polares refletem uma opção filosófica que procura um essencialismo na organização do conhecimento em geral e do conhecimento linguístico em particular. Esse essencialismo, essa organização “pura” do conhecimento que salpica pontos construídos dentro de uma estrutura também pré-dada é útil à tecnologia em geral e reflete a inteligência mecânica (das máquinas). Para estudar a dimensão humana do conhecimento, precisa-se enfocar esquemas de ação particulares que pertencem a cada sujeito cognoscente que colocam resistência, fazem obstrução, criam imprevisibilidade à organização ideal e pura do conhecimento e que desse modo oferecem a continuidade ou globalidade do fenômeno, objeto do conhecimento. A continuidade, os pontos em paralelo de construção do conhecimento oferecem-nos ainda os pontos construídos, mas também o processo que os construiu, e, desse modo, os pontos não construídos também. (REZENDE, 2000b, p. 355-356)

Na tradição linguística, a começar por Saussure, quando dicotomias foram estabelecidas para que os estudos linguísticos adquirissem o status de ciência, sempre se viu muitas polarizações. Desde *langue/parole*, sincronia/diacronia, sintagma/paradigma à competência/desempenho, forma/sentido, semiótico/semântico, muito trabalho desenvolvido sem que vasos comunicantes fossem estabelecidos entre planos apresentados. E, até hoje, uma grande dificuldade em se obter articulações, conforme Catherine Fuchs e Pierre Le Goffic levantam por meio de questionamentos:

Qu'en est-il du **langage** ? A l'époque du structuralisme dominant [...], le risque pour la linguistique était celui d'un enfermement sur le système de la langue, lié à une conception très restrictive de ce dont la linguistique était censée pouvoir rendre compte à propos de langage. Actuellement, le risque serait plutôt inverse: à trop vouloir étreindre en matière de langage (sémantique, pragmatique, langage en acte, productions discursives, ...), la linguistique risque de perdre le contrôle de son champ ainsi que de son objet et de ses méthodes. Comment, par exemple, concilier la recherche d'une systématique avec l'étude de productions langagières particulières, variables par definition? (FUCHS ; LE GOFFIC, 1992, p.10)¹⁰

¹⁰ “E com relação à **linguagem**? Na época do estruturalismo dominante [...], o risco para a linguística era aquele de um fechamento sobre o sistema da língua, ligado a uma concepção muito restritiva de a linguística poder render conta da linguagem. Atualmente, o risco seria mais o inverso: querendo demais abarcar a linguagem (semântica, pragmática, linguagem em ação, produções discursivas, ...), a linguística corre o risco de perder o controle de seu campo assim como de seu objeto e de seus métodos. Como, por exemplo, conciliar a pesquisa de uma sistematicidade com o estudo de produções linguageiras particulares, variáveis por definição?” (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.10) *Tradução nossa*.

Não conseguir tal conciliação faz que, com frequência, vejamos língua e linguagem sendo trabalhadas desarticuladamente, o que, quando se pensa em questões de ensino, significa, também, uma separação entre léxico e gramática.

Culioli defende que “[...] le lexique est toujours pénétré, traversé de faits grammaticaux, et que la grammaire n’existe qu’à travers du lexique qui capte” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.96) ¹¹ e, então, Rezende (2000b) discute:

Tendo o texto como ponto de partida, precisaremos da gramática para entender o léxico, e vice-versa. A abordagem tradicional em ensino de línguas estuda o léxico (vocabulário) no texto, mas ignora que a gramática e a ocorrência de outros léxicos estão ajudando o trabalho interpretativo. Já o trabalho com a gramática no texto praticamente não existe. Salvo uma visão equivocada, [...], a gramática geralmente é ensinada em uma atividade distinta da atividade em que se ensinaram texto e vocabulário. (REZENDE, 2000b, p.358)

O que vemos, assim, é que se costuma desconsiderar que são relações que tornam estáveis certas unidades.

É a mesma autora quem diz:

No ensino de línguas em particular, mas também para qualquer estudo das manifestações verbais (orais e escritas) em que se postula a existência de configurações de língua em movimento, auto-organizando-se, regulando-se, é extremamente importante o subterrâneo de formas concorrentes e ainda não vencedoras no sistema estabilizado. Não só as formas que emergem, os signos, são necessárias como também as que submergem. (REZENDE, 2000b, p. 355-356)

Não é o tipo de trabalho sugerido que parece ser visto em sala de aula quando nos deparamos, em livros didáticos de Língua Portuguesa, com exercícios como os abaixo trazidos ¹²:

➔ Forme oito pares de antônimos com estas palavras:

alto	perto	inimigo	prender	cheio	manso
baixo	conhecer	esquecer	amigo	soltar	vazio

¹¹ “[...] o léxico é sempre penetrado, atravessado de fatos gramaticais, e a gramática só existe através do léxico que capta.” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p.96) *Tradução nossa*.

¹² Exercícios retirados de dois livros didáticos de Língua Portuguesa, cuja fonte detalhada optamos por não apresentar por não ser a intenção de nosso trabalho a realização de críticas a obras específicas.

feroz desconhecer longe lembrar

➔ Reescreva as frases seguintes, substituindo as palavras destacadas por um sinônimo. (Preste atenção no sentido da frase!)

- a) Noite na casa da serra, a luz apagou. Entra o **garoto**.
- b) **Escutou** o que eu **falei**, pai?
- c) Eu fico aqui mesmo, **sossegado**.
- d) Você **custa** muito a acordar.
- e) Está com a roupa **encharcada**.
- f) Mas de outra vez você vai prestar mais atenção no **sentido** dos verbos, ouviu?
- g) O menino não me disse nada **direito**.

➔ Forme pares de antônimos com as palavras do quadro. Qual delas vai sobrar?

simpático	progredir	silencioso
simples	complicado	terminar
regredir	antipático	mínimo
começar	corajoso	semelhante
	barulhento	máximo
		medroso

➔ *Amor e ódio* são antônimos. Dê o antônimo das seguintes palavras:

- | | | |
|-------------|--------------|-------------|
| 1. amizade | 6. estimar | 11. fiel |
| 2. ignorar | 7. despir | 12. secar |
| 3. permitir | 8. discordar | 13. devagar |
| 4. calmo | 9. achar | 14. fim |
| 5. justo | 10. sair | 15. nascer |

Como podemos observar, as atividades apresentadas trabalham descontextualizadamente, com valores cristalizados, sem esboçar preocupação em discutir os porquês de uma proximidade ou distância entre os termos focados em cada exercício. Fica nítido que a intenção não é uma exploração do movimento de construção de sentidos, contrariando o trabalho que Rezende (2006a) defende que seja feito em sala de aula:

Pensamos que o importante não é o valor polarizado que podemos atribuir a uma construção gramatical mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do valor final atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o valor em si. (REZENDE, 2006a, p.19-20)

Tal discussão permite ainda que se pense nos processos avaliativos que costumam ser adotados no ensino. Da mesma forma como não se tem por interesse sensibilizar os alunos para os processos de linguagem, restringindo o trabalho em sala de aula a olhares, destituídos de reflexão, para produtos tomados fora de realizações em textos, a avaliação, de acordo com Rezende (2008), se limitaria a “[...] medir a experiência construída e não o esforço em construí-la e em lhe oferecer expressão” (REZENDE, 2008, p.103).

Para alterar esse tipo de atitude se precisaria olhar para a linguagem de uma forma diferente da que se costuma trabalhar tradicionalmente:

A compreensão do conceito de linguagem, como uma forma de construção de experiências, que antecede a própria expressão de forma e conteúdo em uma língua dada, é muito importante para o ensino porque permite dar visibilidade (se conseguirmos criar protocolos de visibilidade para isso), ao esforço, ao trabalho que cada aprendiz está fazendo para construir a sua experiência singular e que pode inclusive resultar no vazio interpretativo por falta de correspondência entre as experiências envolvidas (por exemplo, experiências de vida e de leitura, do professor e do aluno). (REZENDE, 2008, p.102)

Tal compreensão da linguagem, no entanto, não costumaria ser vista com frequência, como Rezende (2008) discute:

É interessante notar como sempre as nossas reflexões sobre línguas ou sobre ensino de línguas classificam, tipologizam, polarizam. Isso acontece por falta de um conceito de linguagem que permita flagrar o diálogo entre os pontos polarizados e instaurar uma continuidade aos fenômenos observados. (REZENDE, 2008, p.102)

Vemos, então, a partir das reflexões levantadas, que a sala de aula parece realmente não conseguir deixar de espelhar posturas de uma sociedade alicerçada em valores classificatórios. Os mesmos olhares estáveis que sustentam publicações como a “Cartilha do Politicamente Correto” são refletidos pela escola quando esta realiza avaliações meramente voltadas a produtos e não a processos, ou fala, por exemplo, em sinônimos e antônimos sem

considerar a semelhança entre diferentes e a diferença no semelhante, como vimos nos exercícios voltados à questão lexical apresentados.

Discutindo aquele tipo de atividade por nós mostrado, Rezende (2000b) mais uma vez é quem argumenta:

O estudo do léxico em forma de listas de palavras sem o texto (exercício às vezes presente no ensino de línguas) é inócuo, pois ele nada mais é do que um momento na trajetória do trabalho cognitivo completo de análise e síntese. (REZENDE, 2000b, p.358)

De acordo com Robert (1997), linguista francesa que desenvolveu alguns trabalhos a partir da perspectiva culioliana:

[...] dans l'activité de langage, les unités n'apparaissent jamais seules, elles sont toujours prises dans un énoncé. Or l'énoncé est le lieu d'une **construction** du sens selon un processus dynamique. Le mise en énoncé produit alors un **travail** sur les unités. (ROBERT, 1997, p.30) ¹³

Nesta mesma direção de ideias, são do próprio Culioli as palavras usadas para enfatizar a necessidade de uma mudança de algumas direções de trabalho em Linguística:

Lentement, nous passons d'une linguistique des états à une linguistique des opérations. Peu à peu, nous entrevoyons que le langage est une incessante mise en relation (prédication, énonciation), grâce à quoi des énonciateurs, en tissant un jeu structuré de références, produisent un surplus d'énoncés et repèrent une pluralité de significations. (CULIOLI, 1973, p. 87 *apud* FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.151) ¹⁴

Essa pluralidade de significações da qual Culioli fala leva-nos a ver com ressalvas trabalhos pautados em estabilizações, considerando-se que polarizações prestam-se a uniformizações de comportamentos, julgamentos, ideias. Acreditamos que a linguagem possui uma espessura dialógica que é deixada de lado quando se desconsidera o movimento entre

¹³ “[...] na atividade de linguagem, as unidades não aparecem jamais sozinhas, elas são sempre tomadas em um enunciado. Assim o enunciado é o lugar de uma **construção** do sentido segundo um processo dinâmico. A colocação em enunciado produz então um **trabalho** sobre as unidades.” (ROBERT, 1997, p.30) *Tradução nossa.*

¹⁴ “Lentamente, nós passamos de uma linguística de estados a uma linguística de operações. Pouco a pouco, nós entrevemos que a linguagem é uma incessante colocação em relação (predicação, enunciação), graças à qual os enunciadores, tecendo um jogo estruturado de referências, produzem um excedente de enunciados e determinam uma pluralidade de significações.” (CULIOLI, 1973, p. 87 *apud* FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.151) *Tradução nossa.*

pólos e se preestabelece sentidos como busca fazer a “Cartilha do Politicamente Correto” e a escola parece refletir.

3 NEGRO VILÃO

Diante da discussão levantada a partir da cartilha apresentada no capítulo anterior, nosso posicionamento face às crenças de que substituições de termos são capazes de minimizar discriminações é o de que, ao invés de promoverem uma política de igualdade social almejada, só reforçam preconceitos, uma vez que um espaço anterior a estabilizações, que seria preciso ser observado, é deixado de lado. Essa discussão sobre a necessidade de olhar para um estado de indistinção, anterior a polarizações, é válida de forma análoga para as questões linguística e educacional também abordadas.

Veríssimo (2008), em uma crônica publicada em 2008, foca o “negro vilão” como marco das relações raciais norte-americanas, uma vez que seria apenas quando se tem atribuição de propriedades boas e ruins para os dois lados, tanto para o negro quanto para o não-negro, que discriminações poderiam ser realmente extintas. Assim, políticas voltadas a uma tentativa de promoção social do que se tem chamado de “minorias”, como as que têm sido buscadas no Brasil por meio de ações como “cotas” e a publicação da cartilha de termos politicamente corretos, deveriam ter sua validade questionada.

Este capítulo apresenta o texto de Veríssimo (2008) e, a partir dele, propõe pensar como cientificamente a questão da diferenciação entre termos ditos “politicamente corretos” ou não, levantada na crônica, poderia ser abordada. Tomando por base uma tripartição de concepções de língua e linguagem que costuma ser vista nos estudos linguísticos, pensar-se-á a questão lexical sob as óticas tradicional, estrutural e enunciativa.

Na primeira ótica, por se considerar uma associação entre linguagem e realidade, discutiremos que uma observação de alguns termos a partir dos quais Veríssimo (2008) tecerá suas reflexões, “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”, restringir-se-ia a uma classificação de acordo com classes de palavras e características morfológicas. Destacaremos ainda que, ao preestabelecer o que é discriminatório ou não, a postura da cartilha parece se aproximar do realismo, uma vez que parece considerar que há algo intrínseco aos termos determinando-os preconceituosos.

Já na abordagem estrutural, por se considerar não mais a associação entre linguagem e realidade, mas relações no sistema, será discutido que, não havendo então nada de intrínseco que pudesse justificar o preconceito ou não de um termo, “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho” seriam vistos como intercambiáveis por ocuparem uma mesma posição no sintagma.

Diante dessas duas primeiras abordagens, posicionamo-nos contra a consideração de um termo como sendo intrinsecamente preconceituoso, independentemente de seu uso, como a ótica tradicional aponta, mas também sustentamos que não se pode ver uma intercambialidade na cadeia sintagmática, sem discussão, como a direção estruturalista indicaria. É preciso considerar as operações de linguagem veiculadas a cada enunciação.

A ótica enunciativa, ao considerar o trabalho do sujeito, permitirá que se olhe para o léxico sempre contextualizadamente, considerando as relações linguísticas construídas no uso. Mostraremos que os termos que vinham sendo evocados, “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”, passam a ser vistos, então, não de maneira isolada, mas levando-se em consideração a construção de significação a cada enunciação.

Essas três óticas mostram que o caminho de se olhar para um momento de indiferenciação, anterior a polarizações, é difícil de ser atingido. O “negro vilão” nem sempre é observado. O espaço defendido é atingido na terceira abordagem apresentada, quando linguagem e línguas, formal e empírico são articulados.

3.1 “A Questão”

A crônica apresentada abaixo foi escrita por Luís Fernando Veríssimo antes das eleições presidenciais dos Estados Unidos, ocorridas no final de 2008.

A Questão^{15 16}

É difícil imaginar um negro como Barack Obama sendo eleito presidente - do Brasil. Dos Estados Unidos, talvez. Lá um negro já chegou a secretário de Estado, e foi substituído no cargo por uma negra. Desculpe: afro-descendente. Pelo menos não escrevi "um negão como Barack Obama", ou, para mostrar que não sou racista, "um negrinho". A diferença entre um país e outro é essa. Lá o racismo é uma questão nacional. Aqui uma ficção de integração dilui a questão racial. E se a questão não existe, se ninguém é racista, por que nos preocuparmos com denominações corretas ou incorretas? Só quando a ficção é desafiada, como no caso das cotas universitárias, é que aparece o apartheid que não se reconhece.

¹⁵ Crônica publicada no livro: VERÍSSIMO, L. F. **O mundo é bárbaro – e o que nós temos a ver com isso**. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva, 2008, p.79-80.

¹⁶ Agradeço à Profª Drª Marília Blundi Onofre pela valiosa sugestão deste texto.

Um dos marcos das relações raciais nos Estados Unidos não foi a primeira vez em que um negro interpretou um herói no cinema, provavelmente o Sidney Poitier. Nem a primeira vez em que um negro e uma branca, ou vice-versa, namoraram na tela. Foi a primeira vez em que um negro foi o vilão do filme. Colin Powell e Condoleezza Rice, que chegaram a secretários de Estado, e o próprio Obama, devem suas carreiras a esse vilão histórico, que significou o fim dos estereótipos e a aceitação, sem melindres, de que negro também pode ser ruim, igual a branco. Se a cor da pele não determinava mais que ele fosse sempre retratado como um inferior virtuoso ou uma vítima, também não o descriminava de outras maneiras. Powell e Rice levaram essa reversão de esteréotipos ainda mais longe. Os dois são do partido republicano. Como Clarence Thomas, único juiz negro da Suprema Corte americana que também é um dos seus membros mais conservadores.

Claro que a cor da pele vai ser um fato na eleição ou não do Obama, como o fato de ser mulher vai ajudar ou não a Hillary. Por isso mesmo, sua possível eleição seria uma prova dessa transformação da questão racial no país, uma vitória numa guerra por direitos iguais que lá - ao contrário do Brasil - nunca foi disfarçada, ou desconversada. Aqui a miscigenação significou que alguns quase-negros, ou só um pouco afro-descendentes, chegassem ao poder, mas miscigenação entre nós não tem significado integração por vias naturais, e sim apenas outra forma de despolitizar e adiar a questão.

Obama será o candidato dos democratas? Estão comparando sua campanha com a de Bob Kennedy, pelo entusiasmo que provoca numa faixa de idade que não se interessava tanto por política desde a mobilização contra a guerra do Vietnã. Li que 40 por cento dos americanos que podem votar este ano nunca conheceram outro presidente que não fosse um Bush ou o Clinton, e Hillary seria outro Clinton nessa dança de dinastias. Assim, Obama seria uma novidade em mais do que o sentido racial. Como se precisassem outros.

Na comparação com Bob Kennedy, claro, ninguém ainda lembrou (pelo menos não sem bater na madeira) que aquela novidade terminou numa poça de sangue, no chão de uma cozinha de hotel. Batamos todos na madeira.

O texto traz uma discussão que interessa diretamente ao nosso trabalho: fala em uma destituição de preconceitos quando há uma reversão de estereótipos. Comparando formas de abordar a questão racial no Brasil e nos Estados Unidos, o autor destaca que um dos marcos das relações raciais norte-americanas não foi a primeira vez que se viu um negro interpretando um herói no cinema, mas o primeiro momento em que negros apareceram como vilões de filmes.

A ideia levantada é que somente quando se considera que um negro também pode ser ruim, como há brancos bons e brancos ruins, pode-se ter uma garantia de que as relações são iguais. A possibilidade de atribuição de propriedades tanto positivas quanto negativas a todos ressaltaria a dimensão humana que os une, instalando-se em um momento anterior a diferenciações quer raciais, quer de outra natureza.

Quando se busca, como no Brasil, caminhos como o de se pensar em denominações corretas ou incorretas para se referir às pessoas, ou instaurar cotas em universidades, o racismo, ao invés de ser atenuado, como alguns pensam, parece só se tornar ainda mais forte. Não seria a reserva de vagas ou a propagação de termos como “afro-descendente”, por exemplo, ao invés de “negro”, “negrão” ou “negrinho”, que reduziria discriminações. Pelo contrário, ao partir de lugares cristalizados, tais propostas acentuariam uma separação de nossa sociedade em grupos.

Nossa posição, seguindo a levantada por Veríssimo (2008) também é a de que essas iniciativas parecem, incoerentemente, somente reforçar diferenças. Buscaremos delinear nosso ponto de vista ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho e o texto focado permite-nos levantar algumas questões que norteiam nossas reflexões.

A partir da crônica, podemos discutir: como diferentes posturas teóricas abordariam a discussão focada por nossa pesquisa e também trazida por Veríssimo (2008) de que existem crenças de que substituições de termos são capazes de minimizar preconceitos? De que maneira diferentes olhares para questões linguísticas poderiam cercar a questão levantada?

3.2 Língua e linguagem: diferentes abordagens

Quando se pensa em questões linguísticas, é uma determinada maneira ou outra de se conceber língua e linguagem que acabamos vendo moldando caminhos diferentes de se encarar fatos linguísticos e, conforme aponta-nos Travaglia (1995), normalmente três possibilidades de compreensão têm sido levantadas: linguagem como expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação e linguagem como forma ou processo de interação.

No primeiro caso, quando a linguagem é vista como expressão do pensamento, uma preocupação em relacionar categorias da língua a categorias da realidade extralinguística é observada. O pensamento obedeceria a três operações lógicas, discutidas pela chamada

*Gramática de Port-Royal*¹⁷, publicada na França, em 1660: conceber, julgar e raciocinar, as quais determinariam que a linguagem fosse vista como se estruturando por meio de predicados que seriam julgamentos sobre categorias inicialmente concebidas a partir do real. O sujeito é considerado, mas se trata de um sujeito estático, que se relaciona com o mundo a partir das operações lógicas citadas.

Estamos diante de uma maneira de abordar a linguagem que não tem por base ainda uma ciência linguística. Língua e linguagem não são diferenciadas e o objetivo é entender o pensamento, em um contexto de discussões filosóficas envolvendo o homem e suas relações com o mundo.

A fim de romper com a relação imediata entre língua e pensamento, trazida por essa primeira concepção, bem como entre língua e realidade, aparecem as reflexões de Saussure. Trata-se, então, de uma compreensão científica da língua, que, a partir da oposição *langue/parole* faz uma opção por tomar o sistema linguístico por objeto de estudo.

Nesse caso, a partir de uma separação entre língua e linguagem, escolhe-se a primeira para análise, deixando-se de lado dos estudos linguísticos o sujeito, uma vez que o objeto em questão não é o diálogo, a enunciação.

O objetivo que se tem é apenas a descrição de línguas, vistas como sistema, feita a partir de observações exaustivas.

Acoplada a essa direção tomada, prolifera um conceito de linguagem como instrumento de comunicação. Situações enunciativas não são consideradas e a língua é concebida como sendo algo exterior ao homem, um instrumento do qual este se apodera para se comunicar. Essa comunicação ocorreria de forma mecânica, direta, por meio de codificações e decodificações entre falantes e ouvintes.

Finalmente, com o objetivo de trazer ao cenário das discussões linguísticas o sujeito, antes deixado de lado, aparece a terceira concepção levantada: linguagem como forma de interação.

Como exemplos que se encaixam em uma proposta de interação verbal, Rezende (2010, p.10) cita-nos, além da linguística aplicada, a psicolinguística, a sociolinguística, a pragmática, a análise do discurso, o funcionalismo, teorias da enunciação, linguística textual, análise da conversação, etc. Esses domínios preocupar-se-iam com a inserção do homem, com contexto, mas a autora chama-nos a atenção para o fato de apresentarem “[...] descrições bem feitas mas fragmentadas onde dificilmente poderíamos encontrar a unidade, quer dizer, a

¹⁷ ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

linguagem” (REZENDE, 2010, p.11). Segundo ela: “[...] nem todos esses setores se preocupam com o desenvolvimento e a transformação que para nós é central” (REZENDE, 2010, p.10).

A ideia principal é que:

[...] a vertente social da linguagem, embora tendo no horizonte a questão da variação e da mudança, não cria protocolos experimentais para visualizar a gênese dessa transformação e o seu desenvolvimento na escala individual e apenas os visualiza quando eles (gênese e desenvolvimento) se materializam com contornos sociais e seus conflitos correspondentes. De um certo modo, a separação entre estrutura e indivíduo presente nos conceitos de “língua e fala” se repete em uma outra escala com a psicolinguística e a sociolinguística, ficando a instabilidade (gênese e desenvolvimento) para a psicolinguística e a estabilização (agora não de sistemas mas de subsistemas) para a sociolinguística. (REZENDE, 2010, p.11)

A perspectiva enunciativa que, assim como Rezende (2010), adotamos, baseada na “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, de Antoine Culioli, buscará uma articulação entre a instabilidade e a estabilização discutidas na citação.

Há, então, uma proposta de articulação entre língua e linguagem, entendendo-se a primeira como sistema de representação responsável por veicular a segunda, forma de interação. A preocupação que se tem é com o diálogo que é produzido entre enunciadore e veiculado pela língua.

As duas primeiras abordagens de língua e linguagem discutidas estariam dentro do que poderia ser chamado de “linguística do enunciado”, que não trabalha com a consideração de um sujeito dinâmico nas análises. A última, ao contrário, comporia a chamada “linguística da enunciação”.

3.3 A questão lexical

A tripartição de concepções de linguagem discutida leva-nos a pensar sobre a questão lexical por meio de três direções: léxico sob a ótica tradicional, léxico sob a ótica estrutural, léxico sob a ótica enunciativa.

As discussões que apresentaremos baseiam-se na leitura de diferentes textos.

Os apoios que teremos na construção de uma reflexão sobre a primeira direção tomada, léxico sob a ótica tradicional, serão: Maria Helena de Moura Neves e a obra *A vertente grega da gramática tradicional*; John Lyons com o livro *Introdução à Linguística Teórica*, além da gramática tradicional atual de Cunha e Cintra (2001).

Já no segundo caso, léxico sob a ótica estrutural, Lyons continuará sustentando as discussões, que contarão ainda com o *Curso de Linguística Geral* de Saussure e o suporte da leitura de Fuchs e Le Goffic (1992). Também fazemos referências a Borba (1979), Ignácio (2002) e Tèsnier (1966) a fim de apresentar algumas abordagens formalizantes que nos interessam discutir com relação à questão lexical.

Enquanto isso, a terceira direção a se tomar na abordagem do léxico, ótica enunciativa, é construída por meio do apoio de reflexões levantadas por Benveniste (*Problemas de Linguística Geral I e II*) e Culioli (textos encontrados nos três livros do autor – *Pour une linguistique de l'énonciation* volumes um, dois e três -, artigo “A propos de la notion” e entrevista por ele concedida a Frédéric Fau no livro *Variations sur la linguistique*), além de textos que abordam os autores citados (artigos “Do nome à noção: do enfoque estático ao dinâmico”, de Onofre, e “Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'œuvre d'Antoine Culioli”, de Vignaux, além de Fuchs (1985) e mais uma vez Fuchs e Le Goffic (1992)).

A intenção não é fazer um histórico de olhares para o léxico como poderia parecer em razão do caminho que optamos por tomar na construção de nosso referencial teórico, mas levantar e dar destaque a alguns momentos que consideramos importantes para se pensar a questão lexical.

3.3.1 Léxico sob a ótica tradicional

Para pensar a questão lexical sob a ótica tradicional é preciso que se dê destaque à relação entre linguagem e realidade. É ela que caracterizará o olhar tradicional para o léxico.

Dentro dessa abordagem, nossa atenção acaba voltando-se para tempos antigos, a partir dos quais é delineado um percurso que vai desde os primeiros filósofos gregos até os primeiros gramáticos que surgem.

Esse percurso parte de uma discussão sobre a relação entre os nomes e as coisas, levantada quando o discurso filosófico aparece na Grécia antiga, passa por uma mudança de foco das reflexões para a questão da significação, quando, mais tarde, dois pensadores importantes, Platão e Aristóteles, consideram a função representativa da linguagem, até chegar à constituição da gramática tradicional pelos alexandrinos.

Nesse trajeto percorrido, a relação entre linguagem e realidade está sempre posta. Ela tem seu foco mudado, quando com Platão a atenção das discussões passa da palavra para a proposição, mas sempre sustenta as considerações que são feitas.

Apresentamos com mais detalhes essa discussão, a partir de reflexões trazidas por Maria Helena de Moura Neves em *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*, livro que busca compreender o processo de instituição da gramática tradicional.

De acordo com Neves (1987, p.21-22), nas sociedades primitivas, a linguagem era vista como uma força real, cósmica, que se confundia com as forças do corpo e da natureza.

Os primeiros a entender a linguagem como uma realidade sonora teriam sido os gregos¹⁸.

No início, no entanto, nos é apresentado por Neves (1987, p.22) que uma primeira direção tomada, ligada à linguagem poética, associava o falar e o agir, como poemas homéricos atestam. Uma reflexão teórica teria surgido com o aparecimento do discurso filosófico, quando a chamada arte retórica aparece.

A linguagem passa a ser discutida com mais profundidade, e, dentro de um terreno mais amplo, ligado ao problema da essência do homem e sua relação com a natureza, surge a problemática do nome¹⁹.

Uma discutida dicotomia entra em cena: a chamada, em grego, *phýsei/nomói*, cuja importância para toda a reflexão sobre linguagem que surgirá a partir de então será bastante grande, conforme Neves (1987, p.239) aponta-nos: “A partir dela se vão desenvolver as investigações subsequentes. A partir, mesmo, de sua solução ou conciliação é que avançam as pesquisas linguísticas”. Segundo a autora:

Enquanto considerar a linguagem *phýsei* significa julgá-la apropriada às coisas, considerá-la *nomói* ou *thései* significa acreditar na subjetividade arbitrária na imposição dos nomes. (NEVES, 1987, p.31)

O questionamento que se fazia estava relacionado ao nome: se ele seria natural ou convencional. No primeiro caso, quando a linguagem é considerada *phýsei*, ele seria natural, estando as palavras “[...] apropriadas por natureza às coisas” (LYONS, 1979, p.04); já no segundo caso, *nomói* ou *thései*, a existência de uma convenção é postulada.

Segundo Lyons (1979, p.04):

¹⁸ “O simples fato de os gregos entenderem a linguagem como realidade sonora mostra que ela já não é sentida como uma força cósmica.” (NEVES, 1987, p.21-22)

¹⁹ Neves discute que, na obra *Crátilo*, Platão “[...] trata da questão da justeza dos nomes, confrontando as duas teses opostas, a que defende a origem natural e a que defende a origem convencional da linguagem. Na verdade, o problema central do diálogo, que é o dessa relação *nómos/phýsis*, assenta-se em um terreno mais amplo que o da linguagem. No fundo, é o problema da essência do homem, sua relação com a natureza.” (NEVES, 1987, p.46)

Dizer que uma determinada instituição era *natural* equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável; dizer que era *convencional* equivalia a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição, isto é, de algum acordo tácito, ou “contrato social”, entre os membros da comunidade – “contrato” que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado.

Essas reflexões levantadas tinham a preocupação restringida, no entanto, à natureza da linguagem, não havendo um interesse pela função da mesma. Tal preocupação surge com os chamados sofistas.

À partir das discussões de Neves (1987, p.35), vemos que os sofistas estavam voltados à formação do homem político e interessar-se-iam pela função da linguagem, na medida em que a consideravam para fins de persuasão. Diante de tal finalidade, como apresenta Neves (1987), para eles não deveria haver preocupação com a busca da verdade, mas com o proveito que se pode tirar da aparência dela. Criticando-os, vemos os nomes de dois pensadores bastante conhecidos: Platão e Aristóteles.

De acordo com Neves (1987, p.36):

Para Aristóteles, a sofística é uma sabedoria aparente, sem realidade, e o sofista, um homem que tira proveito pecuniário de uma sabedoria aparente, não real. (*Refutações sofisticas*, 1, 165a 20; 171b, 27-29). Assim, pois, a marca que caracteriza a sofística está na intenção, que se resume na busca do proveito, contra a intenção da Filosofia, que se resume na busca da verdade.

Platão, por sua vez, teria afirmado que: “Eles chegariam até a provar, pela força da palavra, que as coisas pequenas são grandes e que as grandes são pequenas, que o novo é velho e que o velho é novo (*Fedro*, 267a)” (NEVES, 1987, p.36).

É interessante discutir que, como nos é apresentado em Neves (1987, p.37), com os sofistas, o discurso não se trata das coisas reais e existentes. Vê-se claramente entre eles uma autonomia da linguagem, que teria precedência em relação à coisa. Abre-se então caminho para um marco fundamental nos estudos linguísticos: a separação entre o nome e a coisa, que leva ao reconhecimento da linguagem a partir de sua função representativa.

Segundo Neves (1987, p.39), não foram os sofistas que viram na linguagem sua função de representação. Eles teriam sido importantes, no entanto, na medida em que deram à palavra grande destaque em suas considerações. Esse destaque levanta a constituição de uma

base a partir da qual uma crítica da filosofia posterior faz os estudos sobre a linguagem avançarem²⁰.

Filósofos posteriores irão discordar da precedência da linguagem em relação à coisa, que pode ser depreendida dos estudos sofistas. Eles postulam, então, um caminho oposto, o da precedência da coisa em relação à linguagem. Uma separação da relação direta entre o nome e o real é empreendida e a função de representação é então salientada. Tal função será abordada por Platão.

O filósofo critica a ideia sofista da busca da persuasão por meio de manejos da linguagem e apresenta “[...] uma concepção filosófica segundo a qual a linguagem conduz a alguma coisa que não é ela mesma e, portanto, o discurso pode dizer ou não dizer a verdade” (NEVES, 1987, p.45). Vejamos uma breve observação sobre uma importante obra de Platão:

[...] no *Crátilo* se diz que o nome é a manifestação do objeto por meio de sílabas e letras (433b); se alguém apreende o que outro diz é porque recebe dele uma indicação (*déloma*, 455a). Por imitação, o nome (sinal) representa a coisa ou, mais exatamente, representa a ideia, já que os objetos nada mais são do que uma sombra da esfera ideal. O sinal se reporta, pois, ao referente ideal que aquele que estabelece os nomes deve contemplar para bem cumprir sua tarefa. (NEVES, 1987, p.57)

As palavras são consideradas “[...] apenas sinais que representam as ideias e as coisas” (NEVES, 1987, p.55) e a linguagem aparece definida como um trabalho de pensamento²¹.

Nesse momento, “a linguagem não é representação imediata da coisa, mas o pensar, ou a opinião, medeia entre a *mimese* e a *coisa*.” (NEVES, 1987, p.58).

Com Platão, não estaria mais em causa, então, a natureza da linguagem, mas sua função de representação, buscando-se definir as relações entre a linguagem e o pensamento²².

Segundo Neves (1987, p.239), a controvérsia antes discutida entre naturalismo e convencionalismo deixa, então, de ser absoluta nas investigações linguísticas, para dar lugar

²⁰ “[...] a afirmação da preeminência e, portanto, da autonomia do *lógos*, básica na atividade sofística representa a constituição de uma base para a afirmação, que virá em contraponto, da precedência da coisa em relação à linguagem, ponto básico para a separação entre a linguagem e o real, que a filosofia posterior há de empreender.” (NEVES, 1987, p.43)

²¹ “A linguagem fica definida como o produto de um trabalho de pensamento, que, através dos sons simples e das sílabas, chega à figuração das essências.” (NEVES, 1987, p.53)

²² “Já desde o início do *Crátilo* não está em causa simplesmente a natureza da linguagem, mas se desenvolve gradualmente o problema da sua função. E a última questão do diálogo se desliga do exame da origem da linguagem e passa a buscar definir as relações entre linguagem e pensamento.” (NEVES, 1987, p.54)

ao problema da significação ²³. Tal questão será abordada a partir da proposição, apresentada como a associação entre um nome e um verbo inicialmente considerados.

De acordo com Neves (1987, p.53), “convencionalistas e naturalistas não separavam o nome da coisa e, por isso, tanto uns como outros consideravam que os nomes são sempre acertados”. Ao se partir da concepção de que o nome não é a própria coisa, a proposição passa a ser importante para se pensar a questão da verdade. Considerar-se-ia, então, que a verdade não está no nome, mas na atribuição de um verbo a um nome, de uma propriedade a uma coisa ²⁴.

Passa a predominar a ideia que, enquanto no nome se pode ver uma relação convencional, de denominação, a proposição seria natural ²⁵. Por meio dela se atingiria a verdade, por isso deveria passar a ser discutida.

Tanto Platão quanto Aristóteles a discutiriam, mas, de acordo com Neves, “diferem Platão e Aristóteles porque o último fala em semelhança sem falar em imitação, e isso significa considerar diferentemente a linguagem, significa tê-la em mais alta conta.” (NEVES, 1987, p.240-241).

Aristóteles vê o homem como um animal político, associado à faculdade humana de falar ²⁶, e, segundo Neves (1987, p.66), discute o significado como sendo resultado de acordo

²³ “É já num dos diálogos da primeira fase de produção platônica, o *Crátilo*, que a controvérsia naturalismo/convencionalismo deixa de ser absoluta nas investigações linguísticas e a pesquisa se encaminha para outras instâncias. Isso decorre particularmente do estabelecimento do estatuto do nome como algo que não é a própria coisa. Como é instrumento e como é imagem, ele implica natureza e convenção. O problema da adequação da linguagem muda de aspecto: a adequação não se procura na linguagem em si, como unidade de uma só face, mas na relação entre ela e o que ela diz.

A partir do momento em que se perde o fio daquela controvérsia, surge, então, um outro problema decorrente da mesma causa que determinou essa espécie de superação: o problema da significação.” (NEVES, 1987, p.239)

²⁴ “O exame que Platão faz da linguagem não fica, porém, na investigação da relação entre o nome e a coisa, mas, já no próprio *Crátilo*, passa à verificação da relação entre o *lógos* e a *ousía*. Platão fala da verdade do *lógos*, não da verdade do *ónoma*. Diz Sócrates a Crátilo que, se é possível não atribuir a cada pessoa o nome que lhe é próprio, o mesmo pode ocorrer com os verbos e que, se isso ocorre com os nomes e os verbos, forçosamente ocorrerá com os discursos (431b), que são formados pela reunião daqueles elementos (431b). Apesar disso, o *Crátilo* atenta especialmente o nome como indicador da coisa, e é no *Sofista* que a investigação deixa de centralizar-se na nominação, e a função de *mimese* se atribui ao *lógos*. Distinguem-se o *dizer* (*légein*) e o *denominar* (*onomázein*) e a verdade não é buscada no nome, mas na atribuição de um verbo a um nome, correspondente à atribuição de uma propriedade a uma coisa.” (NEVES, 1987, p.55)

²⁵ “Aristóteles [...] vai explicitamente registrar o *lógos* como a única instância de adequação verdadeira. Ele chama *apóphansis* à proposição e registra, assim, o estatuto natural do discurso proposicional. Se, para ele, no nome há significação sem semelhança e na proposição há significação com semelhança, e, portanto, há revelação, nesta se obtém um nível absoluto de *phýsis*. O nome é, pois, convencional, isto é, o acordo estabelece seu significado. Em Platão já se mostrava uma preeminência do *lógos* que, hierarquicamente superior ao nome, no entanto era imagem como ele. Em Aristóteles, o discurso filosófico é capaz de revelar o real e, assim, a preeminência do *lógos* não é simplesmente uma questão de grau numa hierarquia. Só através da proposição se atinge a verdade e, assim, só a proposição é natural.” (NEVES, 1987, p.240)

e convenção, algo que estaria ligado ao simbólico e não à natureza ²⁷. Considera também, segundo a autora, que “em si mesmos os nomes e os verbos não são verdadeiros nem falsos; um nome, por exemplo, significa alguma coisa, mas não é ainda nem verdadeiro nem falso, a menos que se acrescente que *ele é* ou que *ele não é*.” (NEVES, 1987, p.67), já que “não é [...] a função significativa, mas a função de expressão dos juízos que garante à proposição uma relação de verdade com as coisas” (NEVES, 1987, p.68).

O autor será bastante conhecido por levantar categorias que estariam ligadas a uma classificação de modos de predicação. Aristóteles vê o predicar como ligar categorias do mundo a categorias da língua e, assim, fala em dez tipos de estruturas linguísticas que corresponderiam a estruturas do mundo ²⁸. São elas, conforme podemos encontrar em Neves (1987, p.69): “a substância; ou quanto; ou qual; ou em relação a quê; ou onde; ou quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer (*Categorias* 4, 1b 25)”.

Tais categorias serão uma das bases da gramática tradicional, naquele momento ainda não constituída.

Essa gramática tem grande impulso com os estóicos, em um contexto histórico especial em que os gregos viviam. Trata-se do chamado período helenístico. Neves (1987, p.79) discute que, nesse momento histórico, uma perda de autonomia política instaura uma situação entre os gregos que leva a uma busca por preservar a língua como “[...] expressão que é dos valores” (NEVES, 1987, p.79) ²⁹.

Uma preocupação com regras, com o “bem-dizer” caracterizará, então, uma direção normativa que começa a ser delineada, diferente de “[...] uma perspectiva estritamente filosófica” (NEVES, 1987, p.243) que vinha sendo apresentada até Aristóteles, embora, como

²⁶ “O animal político (*zôon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política. Diz Aristóteles que o homem é um animal político mais do que as abelhas ou os outros animais gregários.” (NEVES, 1987, p.62)

²⁷ “Há, pois, nos nomes, *significação*, algo que resulta de acordo e convenção, algo que está na esfera do simbólico, não, portanto, no reino da *phýsis*, onde só entra quando vem acrescentado *ser* ou *não ser*, isto é, na proposição. Esta é a *apóphansis*, a “manifestação”, onde o que há não é apenas significação. Não é *apóphansis* todo discurso, mas só aquele que é susceptível do verdadeiro e do falso, aquele, portanto, que faz ver o que as coisas são e o que não são.” (NEVES, 1987, p.66)

²⁸ “O ponto fundamental da teoria aristotélica das categorias é o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura do mundo.” (NEVES, 1987, p.69)

²⁹ “Na verdade, toda mudança que significa perda de autonomia política traz consigo a reação natural de desejo de preservação daquilo que se perde ou se dilui. Nesse sentido é que a linguagem, como expressão que é dos valores, constitui um dos principais pontos que se evidenciam à observação e se põem em exame, na época helenística.” (NEVES, 1987, p.79)

destaca Neves (1987), a disciplina que começa a se formar guarde “[...] as marcas da filosofia que, dando-lhe base teórica, lhe dirigiu os primeiros passos” (NEVES, 1987, p.244)³⁰.

De acordo com Lyons (1979, p.12), os alexandrinos teriam dado continuidade ao trabalho gramatical iniciado com os estóicos, ainda que buscassem regularidades e não irregularidades linguísticas como outrora era feito. Eles teriam codificado “[...] mais ou menos definitivamente o que hoje chamamos gramática “tradicional” do grego” (LYONS, 1979, p.12).

Até hoje o modelo por eles pensado seria refletido nas gramáticas tradicionais com que nos deparamos. Sobre a obra de Dionísio o Trácio, que, segundo Neves (1987, p.229) “[...] pode ser considerada representativa do procedimento gramatical que surgiu na época alexandrina” e “[...] modelo sobre o qual se apoiaram, em geral, as gramáticas ocidentais”, a autora comenta:

Cruzem-se todas essas indicações, coloquem-se elas em um quadro gráfico, e ter-se-á uma apresentação em muitos pontos semelhante a quadros da atual Nomenclatura Gramatical Brasileira. (NEVES, 1987, p.236)

À partir de uma apresentação feita por Neves (1987, p.229-236), vemos uma grande preocupação com classificações e subclassificações. Busca-se uma sistematização a partir do estabelecimento de classes de palavras seguidas por definições. Em tais definições, uma mistura de critérios semânticos e formais é observada e as considerações feitas ficam somente no nível da palavra.

Nada muito diferente do que hoje se vê em gramáticas tradicionais que têm muitas de suas discussões levadas à sala de aula.

Uma observação de gramáticas tradicionais atuais mostra a questão lexical tomada a partir da perspectiva que é delineada pelas primeiras gramáticas tradicionais surgidas. O léxico é visto fazendo parte de um quadro de classificações e subclassificações sustentado por um viés normativo.

³⁰ Comentando o trabalho de Aristóteles, Neves (1987, p.77) nos diz: “É, pois, numa sistematização de base nocional, assentada sobre o fundamento da lógica, que se vê a consideração da linguagem preparar-se para ser abstraída da filosofia, trabalho que levará à constituição da gramática, ciência que nascerá normativa, sobre o modelo da arte de bem-dizer, tanto na prosa como na poesia. E, através de toda a tradição ocidental, a gramática procurará pôr as normas da eficiência na comunicação, bem como da excelência na expressão.” (NEVES, 1987, p.77)

Em um outro trecho de seu texto, a autora afirma ainda:

“Guardando as marcas da filosofia que, dando-lhe base teórica, lhe dirigiu os primeiros passos, a gramática se erige em disciplina.” (NEVES, 1987, p.244)

Dentro desse quadro, as classes de palavras, que, como vimos, remontam a reflexões filosóficas antigas, ocupam um lugar central. O léxico é tomado a partir delas, mas também se pode notar uma atenção dada a outros aspectos ligados à questão lexical. A ortografia e a estrutura e formação de palavras, por exemplo, também podem ser depreendidas de uma observação específica mais atenta da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Nesse compêndio, em particular, dez dos vinte e dois capítulos em que o livro se organiza são dedicados a discutir em pormenores cada uma das classes de palavras consideradas pelos autores. A preocupação é defini-las, ora apresentando subclassificações, a fim de construir um caminho para que se possa identificá-las.

Já quando a ortografia é estudada, uma descrição de regras é focada. Enquanto isso, no momento em que a estrutura e a formação de palavras são apresentadas, uma atenção é dada a uma decomposição de termos isolados a fim de se discutir como as palavras são estruturadas morfológicamente.

3.3.1.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: um realismo em que o arbitrário desaparece

Pensando em todas essas discussões apresentadas, podemos, então, finalmente voltar nossa atenção às reflexões inicialmente por nós sugeridas a partir do texto de Veríssimo trazido para abrir um questionamento a partir do qual as considerações teóricas de nossa pesquisa são tomadas.

Vemos que, sob a ótica tradicional, os termos “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”, levantados pela crônica, seriam tomados isoladamente, fora do contexto em que aparecem, e a preocupação se restringiria a uma classificação inicial deles a partir da classe de palavras a que pertencem para, em seguida, observar-se as características morfológicas que apresentam. Dir-se-ia, então, que são todos substantivos e talvez um destaque fosse dado ao fato de que três deles estariam mais próximos por compartilharem o mesmo radical, ainda que em um desses casos haja um sufixo indicador de grau diminutivo, enquanto em outro é um grau aumentativo que um sufixo que aparece indica.

A análise, assim, não tem por preocupação tomar os termos contextualizadamente e observar como em cada caso são construídos, uma vez que o texto não é a unidade de observação escolhida. A discussão levantada por Veríssimo (2008) não faz, então, sentido aqui.

Uma observação que ainda gostaríamos de fazer é que parece que quando se considera de antemão a existência ou não de preconceitos associados a termos tomados isoladamente, fora de um contexto, a relação entre a linguagem e a realidade se impõe. Temos, então, um realismo, em que o arbitrário desaparece. Assim como o léxico era visto tradicionalmente, em uma relação com a realidade, ao preestabelecer uma ligação entre um termo e uma significação, o que a cartilha que discutimos parece colocar é que há algo intrínseco a ele que o leva a estar associado ou não a preconceitos: uma reflexão em que se pode notar concepções bem próximas de considerações ligadas ao primeiro olhar para a questão lexical por nós apresentado.

Dando prosseguimento a nossa apresentação de diferentes visões sobre a questão lexical, posteriormente tal postura será criticada.

3.3.2 Léxico sob a ótica estrutural

Na instauração da linguística como ciência, a partir dos estudos de Saussure, o léxico passa a ser visto dentro de um sistema, que oferece uma descrição estática da língua. Essa nova atitude em relação à concepção de língua e de linguagem rompe com a relação linguagem e realidade que, como vimos, caracteriza o olhar tradicional para a questão lexical.

Para o autor:

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a tantas outras coisas. [...]

Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. (SAUSSURE, 2001, p.79)

Quando falamos, então, em léxico sob a ótica estrutural, ao invés de termos uma relação entre nomes e coisas, pensamos em um conjunto de relações internas discutidas por Saussure. Essas relações se dão entre signos, os quais são vistos como uma união arbitrária entre um significante e um significado.

As palavras do autor são: “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica.” (SAUSSURE, 2001, p.80) O conceito é o que seria o significado e a imagem acústica é definida como o significante, sendo o laço entre eles arbitrário, conforme Saussure apresenta:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*.

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-œ-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (Ochs) do outro. (SAUSSURE, 2001, p.81-82)

O autor ainda esclarece que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2001, p. 83).

Fuchs e Le Goffic (1992, p.18), em uma referência a Martinet (1960), levantam que a teoria do signo representa, então, “[...] uma ruptura com relação à concepção ingenuamente “nominalista” que liga a linguagem ao pensamento, a palavra à coisa, e só vê na língua uma nomenclatura”³¹. Vejamos:

Notons tout d’abord que la théorie du signe représente une rupture par rapport à la conception naïvement “nominaliste” qui identifie le langage à la pensée, le mot à la chose, et ne voit dans la langue qu’une nomenclature (cf. Martinet, 1960, rééd.1991, pp.10-12) (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.18)³²

Com esse rompimento com o real, a fim de se pensar em uma organização sistemática de formas, os valores passam a ser vistos como se dando por meio de relações internas entre os elementos.

Essas relações seriam de duas ordens: sintagmáticas e paradigmáticas. A primeira, ligada à linearidade do significante, estabelece-se entre as unidades que ocorrem juntas na cadeia, enquanto a outra diz respeito a possibilidades de ocorrências num mesmo contexto, instituindo-se entre termos que poderiam ocupar uma mesma posição no sintagma.

Vejamos o que Saussure nos diz:

A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação

³¹ Tradução nossa.

³² “Notemos para começar que a teoria do signo representa uma ruptura com relação à concepção ingenuamente “nominalista” que liga a linguagem ao pensamento, a palavra à coisa, e só vê na língua uma nomenclatura. (cf. Martinet, 1960, rééd.1991, pp.10-12)” (FUCHS ; LE GOFFIC, 1992, p.18) Tradução nossa.

associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual.
(SAUSSURE, 2001, p.143)

De acordo com Ignácio (2002, p.93-94), em livro dedicado a abordar a análise sintática sob diferentes perspectivas, no primeiro caso, ligado a um eixo horizontal, de coexistência, ter-se-ia uma relação de dependência, que obedece a um princípio de combinação. Já quanto ao paradigma, ligado a um eixo vertical, o que se vê é, ao invés de um vínculo associativo como no caso anterior, agora uma ligação contrastiva, com elementos não podendo ocorrer ao mesmo tempo, porque a presença de um exclui a de outro.

Partindo dessas relações, a questão do valor pode então ser discutida se dando como em um jogo de xadrez, em conhecida associação levantada por Saussure: por meio de oposições, a partir das quais cada elemento é visto como aquilo que outros não são, sendo o significado constituído de forma puramente diferencial, uma vez que “[...] *na língua só existem diferenças*” (SAUSSURE, 2001, p.139).

O autor busca, a partir de todas essas conceituações e reflexões, construir uma ciência descritiva em oposição a um olhar normativo para a linguagem estabelecido pela gramática tradicional. Como vemos, para isso, as posições saussureanas partem da ideia central já discutida de que “[...] em Linguística, os dados naturais não têm nenhum lugar” (SAUSSURE, 2001, p. 96) e, assim, “[...] a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos” (SAUSSURE, 2001, p.95).

Sustentando todas as discussões, o que temos é o estabelecimento de um objeto de estudos para a linguística: a *langue*, que, em oposição à *parole*, a qual é colocada de lado por estar ligada ao sujeito e assim ser considerada heterogênea, não se deixando classificar, é vista, ao contrário, como social, homogênea, e, então, passível de sistematização.

Para estudá-la, dois caminhos se oporiam: um ligado à sincronia e outro à diacronia, estando no primeiro um interesse por observar o sistema em um momento específico, enquanto o segundo, interessando-se por mudanças linguísticas, focaria a passagem de um estado de língua a outro.

O eleito por Saussure será o primeiro e, será a escolha da *langue* como objeto de estudos e a recusa da história que, segundo Fuchs e Le Goffic (1992, p.21), abrirão caminho para uma série de estudos sistemáticos e formais das línguas.

É o caso das gramáticas formais, como, por exemplo, a gerativa. Fuchs e Le Goffic (1992, p.73) discutem que, ainda que a gramática gerativa apresente vários aspectos que a distingam do estruturalismo, partilha com essa corrente postulados teóricos como “[...] a

insistência sobre as questões de forma e correlativamente uma tendência a colocar entre parênteses o sentido”³³.

Dentre outros estudos ligados a uma orientação formalizante trazida pelo estruturalismo citados por Fuchs e Le Goffic (1992, p.21), damos destaque ao gerativismo de Chomsky, em particular, por causa de um olhar específico para a questão lexical, que é a que nos interessa.

De acordo com Borba (1979, p. 162, 166, 174), a partir do postulado fundamental de que a capacidade cognitiva é inata, o objetivo dos gerativistas é explicar como são geradas as frases da língua. Para isso, observa-se se orações são bem formadas ou não e, por meio de descrições, busca-se chegar a um número finito de regras capaz de explicitar como se produz um número infinito de orações numa língua, segundo a tarefa do linguista apresentada por Lyons (1979, p.145):

[...] é tarefa do linguista, ao descrever uma língua, estabelecer regras capazes de explicar o número infinitamente grande de enunciados potenciais que constituem essa língua. Chama-se “gerativa” qualquer descrição linguística que tenha essa capacidade de descrever os enunciados potenciais.

Dentro desse quadro, o léxico é abordado por meio de critérios distribucionais, conforme discute Lyons (1979, p.149-150). Segundo o autor, “as palavras que em geral podem ser substituídas por outras em muitas frases diferentes podem, por esse motivo, ser agrupadas em *classes distribucionais*.” (LYONS, 1979, p.150).

A partir de tal ideia, as palavras de uma língua são classificadas segundo a sua associação com classes gramaticais. Essa classificação poderia partir ou de uma apresentação da classe seguida pelas palavras que a ela pertencem, ou aparecer em forma de uma lista geral em que os termos vêm primeiro, seguidos das propriedades gramaticais a eles ligadas. Vejamos:

S= {homem, rapaz, chimpanzé...} (LYONS, 1979, p. 164)

beauty/beleza: Substantivo

die, “cunho”, “morrer”, */calça*: Substantivo, Verbo

warm, “quente”, “aquecer”, */vão*: Adjetivo, Verbo (LYONS, 1979, p.165)

³³ Tradução nossa.

“[...] l’insistance sur les questions de forme et corrélativement une tendance à la mise entre parenthèses du sens.” (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.73)

É a partir dessas classes distribucionais, às quais se referem classes gramaticais, que as regras de formação de oração que são buscadas pelos gerativistas vão ser formuladas. Vemos, assim, em um momento inicial, o léxico observado a fim de que tais regras sejam compostas.

Após constituídas tais fórmulas, depois de um grande número de descrições que possibilitou chegar a elas, o que podemos ainda ter quanto à questão lexical é, em um outro caminho, oposto ao anterior, o léxico então abordado não para a formulação de regras, mas para a verificação de aceitabilidade de frases. Agora, com a regra já dada, o que temos é uma observação se termos podem ou não ser encaixados em uma ou outra fórmula determinada.

Assim, por exemplo, face a uma regra como a apresentada por Lyons (1979, p.167) para um tipo 1 de frase de uma língua: “ $\sum_1 : Art + S + V + Art + S$ ”, verifica-se se uma determinada organização de palavras apresentadas cabe ou não em tal fórmula. O que se observa é se o léxico levantado a cada momento preenche ou não o lugar dos símbolos trazidos. Se as palavras analisadas couberem na regra que está em questão, a frase é considerada bem formada, do contrário, não aceitável.

Uma última observação importante a ser feita é que, dentro dessa abordagem, o léxico, além de aparecer organizado em classes de palavras, pode ainda ser mais detalhado com relação a traços específicos, como um exemplo de Lyons (1979, p. 172) nos apresenta:

boy, / menino [comum], [humano], [masculino], ...
door, / porta [comum], [inanimado], ...
 (LYONS, 1979, p.172)

A necessidade que se passa a ter então é a de “[...] formular a regra, ou as regras, de substituição léxica, de modo a possibilitar a procura de uma determinada palavra segundo um ou mais traços específicos.” (LYONS, 1979, p.172).

Essa organização mais específica voltada a traços nos leva a pensar em alguns outros trabalhos ainda ligados a uma perspectiva estruturalista, mas que buscam considerar aspectos semânticos. Uma discussão nessa direção é feita por Ignácio (2002). Seguindo um caminho de consideração de traços semânticos, há um interesse por mostrar relações sintático-semânticas no léxico.

O autor discute que, a partir do verbo, considerado como elemento central de uma oração, em um caminho diferente do trazido pela perspectiva tradicional de bipartição da oração em sujeito e predicado, é possível se pensar em uma abordagem que fala em “casos semânticos”.

O que se chama de “casos”, “papéis semânticos” ou “papéis temáticos”, seriam atribuídos aos componentes que acompanham diretamente o verbo em uma oração, os quais são conhecidos pela nomenclatura de “actantes”.

Transcrevemos, citando os mesmos exemplos levantados por Ignácio (2002, p. 111-112) em suas explicações, os principais desses casos semânticos:

- agente ou agentivo** (instigador da ação verbal – Ex. “*O homem trabalha*”);
- paciente** (o que recebe a ação verbal ou sofre os resultados de um processo – Ex. “*O homem matou o animal*”, “*O asfalto da rua derreteu com o calor*”);
- receptivo ou destinatário** (aquele a quem se destina a ação verbal – Ex: “*Telefonei ao Itamar*”);
- beneficiário** (o que se beneficia ou é afetado pela ação ou pelo processo – Ex: “*Pedro ganhou um prêmio*”);
- experimentador** (o que experimenta um processo físico ou psíquico – Ex: “*Maricota sente saudades*”);
- causativo** (causador de uma ação ou de um processo; caracteriza-se por ser não animado, mas potente para atuar sobre algo – Ex: “*O vento derrubou a favela*”);
- instrumental** (desencadeador de uma ação; caracteriza-se por ser controlado e sempre pressupor um agente – Ex: “*O garoto quebrou o vaso com um martelo*”);
- objetivo** (ponto de referência de um evento ou de um estado; caracteriza-se pela neutralidade – Ex: “*A estátua era de marfim*”);
- origem** (ponto de origem de um processo – Ex: “*A fonte jorrava água cristalina*”)
- locativo** (lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas – Ex: “*Araraquara sediará os Jogos Abertos do Interior*”).

(IGNÁCIO, 2002, p.111-112) ³⁴

Esses casos estão ligados a funções semânticas, cuja distinção é feita em termos de traços diversos, como, por exemplo, “animacidade”, “intencionalidade” e “controle”, entre outros, conforme o quadro trazido por Ignácio (2002, p. 112) ilustra, a fim de distinguir três dos papéis temáticos que foram levantados:

³⁴ O que apresentamos é um resumo do que é trazido pelo autor nas páginas citadas.

Quadro 1 – Distinções entre alguns casos semânticos

CASO	ANIMACIDADE	INTENCIONALIDADE	CONTROLE
AGENTE	+ animado	+ intencional	+ controlador
INSTRUMENTAL	+/- animado	- intencional	+ controlado
CAUSATIVO	+/- animado	- intencional	- controlador; - controlado

Fonte: Ignácio (2002, p. 112).

Trata-se de um caminho de reflexão apontado pela chamada “Gramática de Casos”, que tem como grande representante Fillmore (1971), a quem Ignácio (2002) recorre para apresentar as discussões que levantamos.

Já o princípio da centralidade do verbo, também abordado, é defendido por Lucien Tesnière, para quem “[...] le verbe est au centre du noeud verbal et par conséquent de la phrase verbale. Il est donc le **régissant** de toute la phrase verbal.” (TÈSNIERE, 1966, p.103)³⁵. Esse autor é que teria difundido o conceito de valência verbal, que diz respeito à relação entre o verbo e o número de elementos que aparecem ligados a ele a cada oração.

Com essa reflexão finalizamos uma apresentação de alguns olhares estruturais para a questão lexical.

3.3.2.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: a intercambialidade no paradigma

Diante de todas essas considerações feitas, podemos então passar à discussão envolvendo os termos “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”, levantados pelo texto de Veríssimo que tomamos como base para questionamentos que direcionam a construção do referencial teórico de nossa pesquisa.

Vemos agora, sob a ótica estrutural, que os termos em questão seriam analisados pensando-se em relações paradigmáticas e sintagmáticas, que são as relações a partir das quais o léxico é considerado no sistema linguístico. Discute-se então, após serem feitas tentativas de comutação, que os quatro termos em questão estão em relação paradigmática, ocupando uma mesma posição no sintagma.

Não há uma discussão sobre significação e o texto não é contemplado.

³⁵ “[...] o verbo está no centro do nó verbal e, por consequência, da frase verbal. Ele é então o **regedor** de toda a frase verbal.” (TÈSNIERE, 1966, p.103) *Tradução nossa*.

Alguns trabalhos pensados a partir da ótica estrutural, mas que já se afastam um pouco do pensamento estruturalista central, por levarem em conta a semântica, ainda que se mantenham colados ao sistema, poderiam, além de ver “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho” em paradigma, levantar traços semânticos ligados a eles. O que teríamos, então, seria um conjunto de características levantadas como, por exemplo, “+ animado”, “+ intencional”, “+controlador”, dependendo das frases construídas, que coincidiriam para os quatro termos em questão, já que ocupam um mesmo lugar na cadeia sintagmática.

Não se chegaria ainda, no entanto, até o texto. Não interessaria o processo de construção que leva a cada uma das representações consideradas.

É preciso destacar que a abordagem agora apresentada vai ser importante porque vai permitir enxergar que não há nada de intrínseco a um léxico que o leve a naturalmente ser preconceituoso ou não. Como discutimos ³⁶, quando a preocupação é com relações tomadas dentro de um sistema, a ligação entre a linguagem e o real é rompida e, então, o tipo de reflexão levantado anteriormente, quando o léxico é visto sob uma ótica tradicional, deixa de ser válido.

Saindo-se de um realismo, em que o arbitrário desaparecia, e passando-se a entender que o valor de um signo só se dá por meio de relações instauradas dentro do sistema linguístico do qual faz parte, vemos, então, que os termos levantados são tomados como intercambiáveis dentro de um paradigma, sendo indiferente a opção pelo uso de um ou de outro, já que podem ocupar a mesma posição na cadeia sintagmática.

A reflexão que importa, no entanto, para esse olhar é apenas essa. Não há a possibilidade de se chegar até discussões sobre o que, então, levaria a preconceitos, se esses podem ou não figurar por meio da língua e de que maneira os caminhos são construídos, já que as análises se restringem ao sintagma.

Conclui-se, então, que quando o realismo sai de cena, com a conquista de cientificidade pela Linguística, não se tem mais sustentação para defender o tipo de postura frente à linguagem que pode ser depreendido da “Cartilha do Politicamente Correto” observada por nossa pesquisa. A discussão científica restrita ao sistema, no entanto, não permite também chegar ainda até o tipo de reflexão a que nos propusemos.

O que queremos discutir só poderá ser feito a partir de uma abordagem que tome termos contextualizadamente e leve em conta o sujeito, vendo seu trabalho na construção de representações. Passemos, então, a ela.

³⁶ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

3.3.3 Léxico sob a ótica enunciativa

Dando destaque ao sujeito, antes deixado de lado pelas análises empreendidas a partir de uma perspectiva saussureana, encontramos o trabalho desenvolvido por Émile Benveniste.

O linguista francês é conhecido por ser um dos precursores dos estudos enunciativos contemporâneos. É ele que teria introduzido o sujeito em discussões promovidas pela Linguística em um momento em que o estruturalismo e sua opção por focalizar o sistema, como vimos, predominavam nas pesquisas linguísticas.

O que observamos em suas reflexões, reunidas em duas obras, *Problemas de Linguística Geral I e II*, é uma distinção entre forma e sentido, planos semiótico e semântico. De acordo com Fuchs, em texto voltado a uma apresentação histórica e crítica das problemáticas enunciativas:

[...] Benveniste distingue a análise do signo “em língua”, no plano “semiótico”, que depende dos métodos da linguística estrutural, e a análise da frase “em discurso”, no plano “semântico”, que depende da linguística enunciativa; em um caso, a língua tem por função “significar”, em outro ela permite “comunicar”. (FUCHS, 1985, p.120)

As palavras do autor são as de que: “A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”. (BENVENISTE, 1989, p.229-230)

Essa língua colocada em ação é que aparece como resultante da atividade do sujeito, configurando aquilo que se chama de “enunciação”. Vejamos: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

O autor enfatiza que “Antes da enunciação a língua não é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 1989, p.83), além disso, “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 1995, p.286).

Por meio dessa ênfase ao sujeito, é preciso destacar que a reflexão vai para um caminho em que se considera que a linguagem é “[...] a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão” (BENVENISTE, 1995, p.289).

Discute-se que a língua oferece marcas indicadoras de pessoa e, ao fornecê-las, permitiria a subjetividade. Essas marcas teriam por característica levar aqueles que as

pronunciam a se constituírem como sujeitos, já que, de acordo com Benveniste (1995, p.280-281): “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’”.

Ligada a essa reflexão, o autor ainda afirma que “*Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’ ” (BENVENISTE, 1995, p.278). Deparamo-nos, então, com uma abordagem em termos de palavras “cheias” e “vazias” que interessa diretamente à nossa discussão voltada à questão lexical.

Discutindo formas pronominais como “eu”, o autor considera que:

[...] não remetem à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflipam assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. (BENVENISTE, 1995, p. 280)

O que se tem, assim, sob tal perspectiva, são palavras dêiticas, índices, que emanariam da enunciação, ao lado daquelas que teriam na língua seu estatuto pleno. Segundo Benveniste (1989, p.86):

É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aqueles que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor.

Se tal divisão mostra-se válida ou não, a partir da postura teórica que adotamos, discutiremos mais tarde ³⁷. Agora, no entanto, é preciso ainda apresentarmos uma outra discussão também diretamente ligada à questão lexical que levanta esse mesmo autor que temos abordado.

Trata-se de uma reflexão acerca do caráter arbitrário atribuído por Saussure ao signo linguístico, que podemos encontrar abordada em texto de Onofre (2003a) voltado a uma problematização da oposição entre nomes e verbos nos estudos linguísticos.

Em artigo intitulado “Natureza do signo linguístico”, Benveniste aparece criticando tal arbitrariedade da maneira como é apresentada na publicação do *Curso de Linguística Geral* e

³⁷ p.59.

por nós discutida no item “Léxico sob a ótica estrutural” ³⁸. Para ele, a relação entre o significado (conceito) e o significante (imagem acústica), elementos colocados por Saussure como os constituintes do signo linguístico, não é arbitrária como postularia o grande responsável por dar à Linguística o estatuto de ciência.

Como vimos e também discute Onofre (2003a, p.60), ao determinar a *langue* como objeto de estudos e postular que “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2001, p.80), Saussure teria tentado romper com a relação entre a linguagem e a realidade a fim de dar cientificidade aos estudos linguísticos.

Diante de tais ideias, a crítica de Benveniste aparece atrelada ao argumento de que o mestre genebrino, ao buscar explicar a arbitrariedade entre o significante e o significado por ele defendida, acaba por retomar a relação entre língua e realidade antes negada por este autor:

Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “soeur” não está ligada ao significante *s-ō-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ō-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que estes dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. (BENVENISTE, 1995, p.54)

Dando continuidade ao raciocínio levantado, segundo Benveniste:

Ora, é somente se se pensa no animal “boi” na sua particularidade concreta e “substancial” que se tem base para julgar “arbitrária” a relação entre *boi* de um lado e, *oks* do outro, com uma mesma realidade. Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui. (BENVENISTE, 1995, p.54-55)

Para o autor, “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário” (BENVENISTE, 1995, p.54): ideia que esse linguista diz estar presente, embora não explicitamente, no próprio raciocínio saussureano, quando a língua é comparada a uma folha de papel, em metáfora bastante referida usada para apresentar uma impossibilidade de isolamento entre som e pensamento. Sabemos que Saussure, colocando o pensamento como a face da folha e o som como o verso, apresenta que não se pode recortar a

³⁸ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

face sem recortar ao mesmo tempo o verso, de forma que não poderíamos isolar som e pensamento quando pensamos em língua. Vejamos:

A língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som; só se chegaria a isso por uma abstração cujo resultado seria fazer Psicologia pura ou Fonologia pura. (SAUSSURE, 2001, p.131)

Benveniste defende que “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro.” (BENVENISTE, 1995, p.56). Vemos, então, conforme comentários de Fuchs e Le Goffic (1992), que para este autor, o arbitrário, na verdade, se situa no recorte da realidade:

L’arbitrarie se situe donc dans le découpage de la réalité (on sait que les langues peuvent varier dans leur façon de distinguer les couleurs de l’arc-en-ciel, par exemple), contrairement au point de vue spontané du sujet parlant, pour qui le signe n’est que le nom de la réalité (telle qu’elle existe, indépendamment de tout langage et “avant lui”) (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.19)³⁹

A discussão de Benveniste com relação à questão focada, no entanto, é somente essa. Não vemos uma preocupação em observar a construção do signo, o movimento entre o significante e o significado.

Ainda assim, segundo Onofre (2003a, p.65), refletindo sobre todo o trabalho do autor:

[...] não se pode negar que suas reflexões são importantes revelações em direção a um estudo linguístico enunciativo, que procura explicitar as operações de linguagem responsáveis por gerar a significação veiculada pela língua (sistema de representação).

Esse estudo que busca discutir processos geradores pode ser visto no caminho construído por Antoine Culioli, autor que tomamos por embasamento teórico de nossa pesquisa.

³⁹ “O arbitrário situa-se então no recorte da realidade (sabemos que as línguas podem variar nas suas maneiras de distinguir as cores do arco-íris, por exemplo), contrairement au ponto de vista espontâneo do sujeito falante, para quem o signo só é o nome da realidade (como ela existe, independentemente de toda linguagem e “antes dele”).” (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p.19) *Tradução nossa*.

O linguista francês Antoine Culioli é conhecido por ser o responsável pela chamada “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” e a especificidade de seu projeto de pesquisa consiste em definir a linguística como uma ciência cuja finalidade deve ser apreender a linguagem por meio da diversidade das línguas naturais, como ele mesmo nos diz: “I shall define linguistics as the science whose goal is to apprehend language through the diversity of natural languages.” (CULIOLI, 1990, p.72)⁴⁰.

Em linhas gerais, para o autor, a linguagem trata-se de uma atividade de produção de significação realizada por interlocutores em interação e veiculada pela língua. Podemos dizer, então, em contrapartida, que a língua é concebida como um sistema de representação da atividade de linguagem, conforme apresenta-nos Onofre (2003a, p.62):

[...] Culioli tem uma compreensão da língua como o sistema de representação da atividade de linguagem (produção de significação) produzida por interlocutores em interação. Nesse processo dialógico realizam-se as operações de representação mental, referenciação e regulação, que dizem respeito respectivamente às operações de ordem psicológica, sociológica e psicossociológica.

A partir de tais definições, delineia-se uma linguística interessada em operações, que leva sempre em conta os processos envolvidos na produção de enunciados. Traços das operações linguísticas, esses enunciados seriam o meio pelo qual a linguagem torna-se acessível ao linguista. Estudos linguísticos realizados por meio da ótica culioliana são desenvolvidos, então, articulando língua e linguagem, produto e processo.

A perspectiva do autor é que, quando nos propomos a realizar estudos linguísticos, temos que tratar de fenômenos complexos. Segundo ele, em entrevista concedida a Frédéric Fau:

[...] vous ne pouvez tout simplement pas faire comme si les langues étaient tout simplement des systèmes classificatoires, avec des jeux d'étiquettes, et des petites cases, linéaires, de telle manière que vous accrochiez des étiquettes avec des petites cases, comme on faisait finalement à l'époque structuraliste. (CULIOLI, 2002, p.24)⁴¹

⁴⁰ “Eu definirei a linguística como a ciência cujo objetivo é apreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais.” (CULIOLI, 1990, p.72) *Tradução nossa*.

⁴¹ “[...] não se pode simplesmente fazer como se as línguas fossem simplesmente sistemas classificatórios, com jogos de etiquetas, e pequenas divisões, lineares, de tal maneira que se penduram as etiquetas com as pequenas divisões, como se fazia finalmente na época estruturalista.” (CULIOLI, 2002, p.24) *Tradução nossa*.

Isso significa um posicionamento de críticas a procedimentos meramente classificatórios. Culioli postula que é preciso considerar:

[...] des mises en relation d'ordre sémantique et ce que j'appelle des relations primitives, et des relations prédicatives, que l'on appelle très souvent "structurales" ou "proprement syntaxiques", des relations énonciatives de mise en valeur de tel terme par rapport à tel autre terme. Avec des changements, qui se produisent parce qu'on va ajouter tel déterminant ou tel autre. Vous allez avoir l'intonation, qui va jouer un rôle extrêmement important. Vous allez avoir la situation, parce que c'est elle qui va réguler dans une large mesure le jeu des références. Ces références, elles sont ajustées entre les sujets. Vous allez avoir aussi le rôle des contextes, le rôle des sous-entendus, le rôle des présupposés culturels! (CULIOLI, 2002, p.23-24)⁴²

As “relações primitiva, predicativa e enunciativa”, referidas na citação, são três grandes tipos de relações que Culioli postula que são realizadas no processo dialógico que é a atividade de linguagem.

Em linhas gerais, a primeira delas, relação primitiva, diz respeito a relações entre o que Culioli chama de noções, caracterizando-se pela seleção dos elementos que vão ser enunciados. Já a relação predicativa é aquela que é construída entre um termo de partida e um predicado. Trata-se do momento de ordenação dos termos selecionados anteriormente. Finalmente, a relação enunciativa imprime a um enunciado marcas de tempo, aspecto, modalidade e determinantes.

Essas três relações levam a análises interessantes, que partem de uma concepção dinâmica de língua e linguagem, rompendo com tradições linguísticas que tomam como objeto de estudo valores cristalizados no sistema linguístico.

O conceito de “noção”, referido quando falamos na primeira dessas relações, é um dos grandes responsáveis por essa dinamicidade que a teoria culioliana consegue em suas análises. Estando em um momento anterior ao ato de enunciação, a noção envolve um conjunto de possibilidades ligadas a fatores físico-culturais que vai se estabilizando por meio de processos de predicação que se repetem.

Para Culioli (1990, p.69):

⁴² “[...] o estabelecimento de relações de ordem semântica e aquilo que eu chamo de relações primitivas, e relações predicativas, que se chama muitas vezes de “estruturais” ou “propriamente sintáticas”, relações enunciativas de realce de um tal termo com relação a tal outro termo. Com mudanças, que se produzem porque se vai acrescentar tal determinante ou tal outro. Ter-se-á a entonação, que vai desempenhar um papel extremamente importante. Ter-se-á a situação, porque é ela que vai regular em uma larga medida o jogo de referências. Estas referências, elas são ajustadas entre os sujeitos. Ter-se-á também o papel dos contextos, o papel dos subentendidos, o papel dos pressupostos culturais!” (CULIOLI, 2002, p.23-24) *Tradução nossa*.

A notion can be defined as a complex bundle of structured physico-cultural properties and should not be equated with lexical labels or actual items. Notions are representations and should be treated as such; they epitomize properties (the term is used here in a very extensive and loose way) derived from interaction between persons and persons, persons and objects, biological constraints, technical activity, etc.⁴³

Dessa forma, considerar esse conceito significa conceber a linguagem como uma atividade relacionada a uma forma de apreensão do mundo pelo sujeito que se constrói mediada por fatores físico-culturais e mentais. Tal ideia sugere uma dialogia que vê conceitos nunca fechados, mas sempre como “em potencial”, delineados somente a cada processo de predicação estabelecido por sujeitos enunciadoreis.

Trata-se de uma proposta que se distancia de abordagens, como já aqui discutidas⁴⁴, que fazem uma divisão entre palavras chamadas dêiticas, índices, que emanariam da enunciação, e aquelas que teriam na língua um estatuto pleno. Para Culioli não se poderia admitir esse tipo de divisão, uma vez que todo termo encontra-se “em aberto”, “em potencial”, fechando-se somente no momento de cada enunciação particular. Nesse sentido, todo léxico seria um dêitico, tendo o significado preenchido na situação enunciativa⁴⁵.

Vemos, assim, quanto à questão lexical, uma outra perspectiva se delinear, diferente das que até então tínhamos apresentado quando discutimos o léxico sob as óticas tradicional e estrutural. O autor que abordamos vai mais além, quer observar o movimento entre o significante e o significado, a construção do signo. E é para tanto que o conceito de noção é trazido.

Toda discussão em torno desse conceito teria surgido a partir de uma insatisfação em face de atitudes meramente classificatórias, como Culioli nos apresenta:

⁴³ “Uma noção pode ser definida como um feixe complexo de propriedades físico-culturais estruturadas e não poderia ser comparada com rótulos lexicais ou itens reais. Noções são representações e deveriam ser tratadas como tal; elas compendiam propriedades (o termo é usado aqui de uma maneira muito extensiva e solta) derivadas de interação entre pessoas e pessoas, pessoas e objetos, restrições biológicas, atividade técnica, etc.” (CULIOLI, 1990, p.69) *Tradução nossa*.

⁴⁴ Início desse mesmo item em que estamos, 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53, quando discutimos sobre Benveniste e vemos que o autor defende que: “[...] a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor” (BENVENISTE, 1989, p.86).

⁴⁵ Essas discussões são feitas pela prof^a Dr^a Letícia Marcondes Rezende em sala de aula.

Je ne pouvais pas me satisfaire des classements des mots, des champs sémantique, des traits sémiques, de la syntaxe coupée de la sémantique (et du reste...), des concepts, qui tirent leur force de leur rigidité; je me refusais à confondre le trans-individuel et l’(inter) subjectif. C’est donc, comme je l’ai souvent dit, de l’inquiétude théorique qu’est née la *notion*. (CULIOLI, 1997, p.10) ⁴⁶

Para o autor, a linguagem é uma atividade de construir representações, que são referenciadas e reguladas. Na construção dessas representações é que a noção estaria, permeando produções de significação que se dão sempre entre sujeitos enunciadorees a partir da relação destes com o mundo.

Tal construção, partindo da noção, envolve a chamada “repérage”. Conhecida como “operação de localização”, a “repérage” está ligada a um “colocar em relação” que vê termos não de forma isolada, mas sempre associados, uns construindo os outros. Culioli diz que:

A relação de localização é sempre binária: até mesmo um único ponto *x* será construído como localizado em relação a si mesmo ou como o produto final de uma operação que identifica um localizado em relação a um localizador. (CULIOLI, 1990, p.180) ⁴⁷

Essa “colocação em relação de termos” seria responsável por determinar, dentre as propriedades gerais físico-culturais de uma noção, quais delas seriam validadas a cada enunciação. Isso significa postular que o léxico não pode ser considerado de forma isolada, já que só se constitui por meio do estabelecimento de relações entre termos.

Além da operação de localização, trabalhar com o conceito de noção envolve, ainda, conhecer algumas ideias como as de “domínio nocional”, “centro organizador”, “interior”, “exterior”, “gradiente” e “fronteira”.

O chamado “domínio nocional” seria um conjunto de propriedades possíveis de constituir-se uma noção, dizendo respeito a um momento de indistinção desta, quando ela se apresentaria, ainda, aberta a possibilidades significativas. Estabelecido esse domínio, teríamos um “centro organizador” a indicar quais traços determinam a noção então enunciada.

Vignaux (1995) diz que esse conceito de domínio nocional evoca a ideia de:

⁴⁶ “Eu não podia me satisfazer das classificações de palavras, dos campos semânticos, dos traços sêmicos, da sintaxe separada da semântica (e do resto...), dos conceitos, que tiram sua força de sua rigidez; eu me recusava a confundir o trans-individual e o (inter) subjetivo. É então, como eu já disse várias vezes, da inquietude teórica que nasceu a noção.” (CULIOLI, 1997, p.10) *Tradução nossa*.

⁴⁷ *Tradução nossa*.

“The relationship of location is always binary: even a single point *x* will be constructed as self-located, or as the end product of an operation which identifies a locatum with respect to a locator.” (CULIOLI, 1990, p.180)

[...] “contenu de pensée” d’une part ressemblant des objets de connaissance, et d’un autre part, les mettant en relation pour effectivement représenter certaines relations entre eux, mais qui vont être celles qu’un énonciateur choisit à chaque fois de considérer. Cela implique bien qu’il y a un *schéma*: des objets sont choisis, des propriétés leur sont affectées, et enfin, l’ensemble est composé, structuré, agencé. Le résultat va donc se traduire selon une certaine composition de significations délimitées par rapport à d’autres d’une part – on pourra parler de *frontières* et par suite, d’un *intérieur* de ce domaine en regard d’un *extérieur* – et d’autre part, focalisées, orientées vers un certain point de vue cognitif, vers une sorte de “centre” du domaine qui serait le *haut degré* de la notion, à chaque fois mis en valeur, structurant de ce fait, la relation ainsi construite. (VIGNAUX, 1995, p.577)

48

Um exemplo tomado por Culioli (2002, p.217-218) para exemplificar tais ideias é o de “cozimento”. Ele apresenta-nos que o “cozimento” supõe dois estados, o “cru” e o “cozido”. O autor diz que um legume, por exemplo, que é cru, permanecerá cru contanto que não comecemos a cozinhá-lo. Mas a partir do momento que comecemos a cozinhá-lo, mesmo que pouco, ele não é mais estritamente cru. Ainda assim, não é totalmente cozido. À medida que o cozimento se dá, vai aos poucos se tornando cozido. Cozinhando de pouco em pouco, quanto mais ele é cozido, menos é cru. Durante esse processo, alguém pode dizer: “Está cru!”, mesmo quando já houve um avanço no cozimento.

O que se teria ao longo desse processo seriam gradientes, que levariam o legume a passar de um estado cru para a forma cozida. Esses gradientes permitem um movimento em uma área chamada de “fronteira”, que se localizando entre os dois pontos atratores (cru e cozido), compreende espaços que, ora se aproximam mais do que se chama de interior do domínio nocional, ora se afastam dele em direção ao exterior da noção que está sendo considerada.

No caso tomado, o avanço no processo de cozimento leva a um movimento que parte de um interior “verdadeiramente cru” até o exterior “verdadeiramente não cru” (cozido), passando pelos estados fronteiriços de mais ou menos cozido, quando não mais se tem cru no sentido estrito do termo, mas ainda não se vê um cozimento total.

⁴⁸ “[...] “conteúdo de pensamento” de um lado parecendo objetos de conhecimento, e de um outro lado, os colocando em relação para efetivamente representar certas relações entre eles, mas que serão aquelas que um enunciador escolhe cada vez considerar. Isto implica bem que há um esquema: os objetos são escolhidos, as propriedades lhe são atribuídas, e enfim, o conjunto é composto, estruturado, organizado. Os resultados vão então se traduzir segundo uma certa composição de significações delimitadas com relação a outras por um lado – nós poderemos falar de fronteiras e em seguida, de um interior deste domínio em relação a um exterior – e por outro lado, focalizadas, orientadas na direção de um certo ponto de vista cognitivo, na direção de um tipo de “centro” do domínio que seria o alto grau da noção, a cada vez realçada, estruturando com isso a relação assim construída.” (VIGNAUX, 1995, p.577) *Tradução nossa.*

Culioli (2002, p.218) resume:

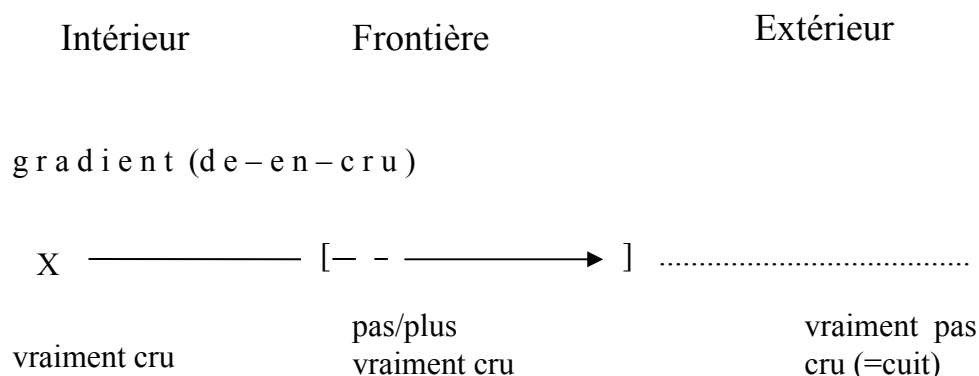
J'ai construit d'un côté un état qui est cru, d'un autre un état qui est cuit. L'état de cuire résulte dans ce cas d'un processus: il y a un état disons intermédiaire, avec un premier point où ça n'est déjà plus vraiment totalement cru, et un dernier point où ça n'est pas encore vraiment totalement cuit.

Donc, j'ai construit un premier point de cuisson et un premier point de crudité. J'ai construit là une *frontière* – c'est ce qu'on appelle une frontière – entre cru et cuit. Et vous avez là-dessus un *gradient*, avec des *attracteurs* vers cru/cuit: de moins en moins cru et de plus en plus cuit, dans ce cas-là.⁴⁹

Um esquema trazido pelo autor (CULIOLI, 2002, p.218) ilustra essa sua discussão:

⁴⁹ “Eu construí de um lado um estado que é cru, de outro um estado que é cozido. O estado de cozimento resulta nesse caso de um processo: há um estado digamos intermediário, com um primeiro ponto em que algo não é já mais verdadeiramente totalmente cru, e um último ponto onde ele não é ainda verdadeiramente totalmente cozido.

Então, eu construí um primeiro ponto de cozimento e um primeiro ponto de crueza. Eu construí aí uma fronteira – aquilo que chamamos uma *fronteira* – entre cru e cozido. E tem-se com relação a isso um *gradiente*, com *atratores* em direção a cru/cozido: menos e menos cru e mais e mais cozido, nesse caso.” (CULIOLI, 2002, p.218) *Tradução nossa*.

Figura 1 – Domínio Nocional

Fonte: Culioli (2002, p.218).

Refletindo sobre o esquema, Culioli aproveita para levantar o problema do complementar, apontado pelo autor como se dando tradicionalmente em um sistema de dois valores, onde um termo é tomado forçosamente como o oposto do outro, e discute:

Vouz allez pouvoir prendre le complémentaire polaire cru/cuit, et nous tombons dans le cas vu tout à l’heure: deux valeurs. Et vous allez pouvoir prendre le complémentaire de telle manière que vous preniez par exemple cuit et la frontière, cru et la frontière par rapport à l’autre valeur. Dans certains cas même vous allez pouvoir prendre la frontière en l’isolant par rapport à cru et/ou cuit selon l’accent que vous mettrez sur l’un ou sur l’autre. (CULIOLI, 2002, p.218) ⁵⁰

O que é interessante no comentário é esse destaque dado aos estados fronteirços, quando se tem, diríamos, “nenhuma coisa nem outra” verdadeiramente, mas um pouco de cada um dos pólos nos levando a questionar o absoluto de simples oposições binárias. É esse absoluto que Culioli critica ao discutir a questão do complementar, dizendo que o complementar de cru não é apenas cozido, como tradicionalmente se aponta. O conceito de noção permite que se veja o complementar de cru como podendo ser o cozido, mas sendo também todos os pontos entre os dois estados considerados. Segundo o autor: “[...] dès le

⁵⁰ “É possível tomar o complementar polar cru/cozido, e nós caímos no caso visto antes: dois valores. E é possível tomar o complementar de tal maneira que se toma, por exemplo, cozido e a fronteira, cru e a fronteira com relação ao outro valor. Em alguns casos mesmo é possível tomar a fronteira isolando-a com relação a cru e/ou cozido segundo a ênfase que se coloca sobre um ou outro.” (CULIOLI, 2002, p.218) *Tradução nossa.*

moment où ce n'est plus cru au sens strict du terme, et ce n'est pas cuit non plus, vous avez le complémentaire de cru" (CULIOLI, 2002, p.218) ⁵¹.

Vemos que a posição de Culioli é a de que não se pode trabalhar com dois valores. O que existe sempre são gradientes, que não permitem concepções mecânicas de termos, mas conduzem a análises que buscam compreender o funcionamento da linguagem.

Tomando um outro exemplo, a oposição “branco/não branco”, como apresenta-nos o autor, não significa unicamente “preto” (CULIOLI, 2002, p.217). Assim, não se pode trabalhar com “etiquetagens”, afinal a linguagem não funciona dessa maneira.

É buscando criticar etiquetagens, que, partindo desse olhar enunciativo para a questão lexical trazido por Antoine Culioli, nosso trabalho é desenvolvido.

3.3.3.1 “Negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”: operações de linguagem

Dentro da perspectiva apresentada, a discussão acerca dos termos “negro”, “afrodescendente”, “negrão” e “negrinho”, por nós proposta logo no início da construção de nosso quadro teórico, e que veio sendo abordada a cada ótica levantada acerca da questão lexical, passa a ser vista de uma forma diferente da trazida até então.

O interesse agora será observar a construção de tais termos, o caminho percorrido na enunciação de um ou de outro. Por isso defendemos a ideia de que não se pode considerar que há algo intrínseco a um léxico que o leva a ser preconceituoso independentemente do contexto em que aparece, como a ótica tradicional apontava, mas também acreditamos que não se pode ver termos como intercambiáveis sem discussão, face apenas à possibilidade de ocupação de uma mesma posição na cadeia sintagmática, como apresentamos que a ótica estrutural coloca.

A nossa posição é que é preciso considerar as operações de linguagem ligadas à veiculação de um ou de outro desses termos a cada enunciação. O interesse deve ser, segundo a nossa postura, observar as marcas linguísticas que são mobilizadas pelo sujeito junto aos enunciados em que os termos em questão aparecem. Enfim, defendemos que sejam consideradas todas as relações linguísticas que no uso se constroem.

⁵¹ “[...] a partir do momento em que não é mais cru no sentido estrito do termo, e não é também cozido, tem-se o complementar de cru.” (CULIOLI, 2002, p.218) *Tradução nossa*.

4 A LINGUAGEM E AS LÍNGUAS

O capítulo anterior discutiu que a opção de se olhar para o “negro vilão”, ou seja, um lugar anterior a estabilizações, nem sempre é tomado. Só se consegue acessar esse espaço que precede os estados polarizados, quando a linguagem e as línguas, o formal e o empírico estão articulados. Quando se observa apenas língua ou apenas linguagem, ou se apresenta cristalizações, ou se tem um “falar sobre” sem sistematicidade.

Pensando sobre léxico e ensino, este capítulo discute como é difícil a articulação entre linguagem e línguas também no contexto educacional.

Seguindo o caminho de discussão traçado no capítulo anterior, o ensino também pode ser pensado a partir das três definições de língua e linguagem que direcionaram nossa reflexão sobre o léxico. Assim, após uma discussão geral sobre o ensino, embasada na leitura de Franchi (2006), pensaremos sobre léxico e ensino sob as óticas, primeiramente tradicional, depois estrutural e, por fim, enunciativa.

Essas óticas estarão associadas, respectivamente, aos conceitos de “gramática normativa”, “gramática descritiva” e “gramática interna”, discutidas no texto de Franchi (2006). Enfatizaremos que as duas primeiras concepções compõem o que o autor chama de “gramática como construção teórica dos gramáticos e linguistas”, enquanto a última é considerada como “saber linguístico do falante”. Essa segunda direção interessará particularmente às reflexões educacionais que serão propostas, bem como uma quarta concepção ainda de gramática, que adotamos a partir de nossa formação teórica em particular.

Tradicionalmente, estando pautado na gramática normativa, o trabalho com léxico no ensino aparece ligado a práticas prescritivas. Já o olhar estrutural para a questão lexical, que é caracterizado por descrições, embora não esteja diretamente ligado ao contexto educacional, pode aparecer junto a alguns exercícios tradicionais prescritivos ou em alguns modelos de análise que buscam associá-lo à semântica, como a proposta de Ignácio (2002), que comentaremos. O trabalho do sujeito nessa abordagem, no entanto, não é contemplado.

Será a ótica enunciativa que, trabalhando com o que por meio de uma aproximação entre a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” de A. Culioli e o ensino e aprendizagem de línguas chamamos de “gramática operatória” ou “gramática da produção linguística”, permitirá explorar o processo de produção de significação, a partir de uma articulação entre léxico e gramática, gramática e produção e interpretação de textos. Assim, finalmente, linguagem e línguas poderão ser articulados.

4.1 O ensino de Língua Portuguesa

Seguindo o caminho de discussão feito no capítulo anterior, o ensino também pode ser pensado a partir das três definições de língua e linguagem que embasam nossas reflexões.

Discutindo o ensino de Língua Portuguesa, em *Mas o que é mesmo “gramática”?*, Franchi (2006) nos apresenta três concepções de gramática que poderíamos associar aos conceitos de linguagem como expressão do pensamento, instrumento de comunicação e forma de interação por nós levantados.

O autor é conhecido por uma preocupação em pensar o ensino de língua materna e, no texto a que fazemos referência, publicado primeiramente em 1991 pela Secretaria de Educação de São Paulo e recentemente divulgado por uma coletânea organizada por Sírio Possenti, destaca que as gramáticas chamadas de “normativa”, “descritiva” e “interna” são as concepções que costumam transparecer na prática escolar.

Acompanhando as reflexões de Franchi (2006), vemos que a “gramática normativa” está relacionada a um estabelecimento de prescrições que ditam normas para o que se chama de “bem falar e escrever”, um padrão de língua baseado em usos consagrados por escritores considerados bons ⁵². Predominando na maioria das práticas escolares sobre a linguagem, trata-se de uma concepção que entenderia por “saber gramática” o domínio de um certo conjunto de regras característico de uma determinada variedade linguística escolhida dentre outras como sendo a padrão.

É importante destacar que, dentro dessa concepção, essa escolha de uma língua padrão a ser seguida, baseada em uma valorização não estritamente linguística de variedades, levaria muitas vezes a trabalhos linguísticos equivocados, que contrapõem modalidades a partir de preconceitos subjacentes ⁵³. Franchi (2006) discute que esse tipo de trabalho em sala de aula, espaço em que essa gramática está bastante presente tradicionalmente, muitas vezes traz consigo critérios de correção baseados em representações de “certo” e “errado” equívocas, que acabam por levar muitos alunos a acreditar que desconhecem língua, quando, na verdade,

⁵² “Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, *estabelecidas* pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores.

Dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém “conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”. (FRANCHI, 2006, p.16)

⁵³ “Não há dúvida de que os gramáticos normativos partem de um fato da linguagem que todos estão dispostos a reconhecer: o fato de que, no uso da linguagem, existem diferentes modalidades e dialetos, dependendo de condições regionais, de idade e sexo e, principalmente, de condições sociais (econômicas e políticas). Mas também fica muito evidente, nessa concepção, uma valorização não estritamente linguística dessas modalidades: existem subjacentes nela preconceitos de todo tipo, elitistas e acadêmicos, e de classe.” (FRANCHI, 2006, p.18)

apenas não dominam uma variedade linguística diferente daquela à qual têm acesso com mais frequência em seu dia-a-dia.

Em um caminho diferente desse primeiro apresentado, fugindo à valorização de uma única variedade linguística a ser trabalhada, temos a “gramática descritiva”.

Ela consiste em descrever a estrutura e o funcionamento de línguas, estabelecendo critérios para que se considerem expressões de uma determinada variedade linguística como gramaticais ou não. Não privilegiando variantes de línguas, esses critérios são puramente linguísticos e objetivos, de forma que essa concepção não pressupõe, em seu âmago, a manutenção de preconceitos da “gramática normativa”, embora Franchi (2006, p.22-23) chame nossa atenção para uma possível introdução sorrateira do ponto de vista normativo também nessa segunda proposta discutida.

A incorporação de preconceitos da “gramática normativa” poderia ocorrer, segundo o autor, por meio de uma transformação da “gramática descritiva” em instrumento para prescrições em contexto escolar. Isso se daria, de acordo com Franchi, ao se optar por observar apenas usos considerados como “consagrados”, desconsiderando fatos da linguagem coloquial e popular, ou ao se fazer descrições que, reintroduzindo critérios sociais em suas análises, acabam por excluir de suas observações, considerando como não gramaticais, expressões que não correspondem a determinados padrões ligados apenas a variantes de grupos dominantes.

Vejamos as palavras do autor:

A gramática descritiva parece mais neutra, mais científica que a gramática normativa. Mas as coisas não são necessariamente assim. O ponto de vista normativo pode introduzir-se, sorrateiramente, na gramática descritiva pelo menos de dois modos.

Primeiro, devemos lembrar que há fatos e fatos. Quem está descrevendo uma língua pode, muito bem, simplesmente desconsiderar os fatos da linguagem coloquial e popular como devendo ser “a priori” rejeitadas por vulgares. Como se elas não existissem ou não deveriam existir como fatos. E não é assim que procede a gramática tradicional e escolar, referindo-se, exclusivamente, aos fatos e exemplos da língua “abonados” por um grupo selecionado de escritores?

Segundo, [...] o gramático pode reintroduzir os critérios sociais de uso para excluir como não gramaticais todas as expressões que não correspondam a esse “uso consagrado”. (FRANCHI, 2006, p.22-23)

Pensando nas definições de língua e linguagem abordadas em nossas reflexões, no caso da primeira concepção apresentada, “gramática normativa”, é possível identificar claramente uma ligação de práticas prescritivas discutidas ao conceito de linguagem como

expressão do pensamento, o qual, como já apresentamos ⁵⁴, presume que há regras para a organização lógica do pensar, e conseqüentemente, da linguagem.

Já o segundo sentido de gramática discutido, ao voltar-se exclusivamente à língua como sistema, desconsiderando em suas análises o sujeito em função de uma busca apenas por descrição de formas, liga-se à ideia de linguagem como instrumento de comunicação.

Notamos, então, que a concepção de linguagem como forma de interação não é, assim, contemplada nessas duas primeiras formas de se pensar gramática. Esses tipos de gramática não visam ao desenvolvimento de competência discursiva, não tendo um sujeito dinâmico, elemento essencial para a posição teórica que assumimos, como princípio norteador de suas discussões. O diálogo não foi, assim, ainda contemplado.

Em contraposição a esses dois conceitos de gramática, temos a “gramática interna”.

Propondo a existência de um saber linguístico do falante em oposição a construções teóricas voltadas a descrições e prescrições, esta concepção postula que a linguagem é uma faculdade com a qual todos os seres humanos nascem dotados ⁵⁵, e que assim “[...] não depende, pois, em princípio, da escolarização” (FRANCHI, 2006, p.25). A ideia principal é que, conforme aponta-nos Franchi (2006, p.24), “qualquer criança, tendo acesso à linguagem, domina rapidamente, logo nos primeiros anos de vida, todo um sistema de princípios e regras que lhe permitem ativar ou construir inteiramente a gramática de sua língua”. Assim é que, de acordo com o autor, “[...] todo falante, independentemente da modalidade de linguagem de que se sirva, possui uma gramática interna (de natureza biológica e psicológica), ou pelo menos, a interioriza já em tenra idade, a partir de suas próprias experiências linguísticas” (FRANCHI, 2006, p.25).

A consequência dessa visão é que “[...] toda criança já chega à escola dominando com perfeição uma complicadíssima gramática” (FRANCHI, 2006, p.25). Isso exigiria uma revisão de muitas práticas hoje adotadas em salas de aula. Chamando este saber linguístico da criança de “gramática interna”, Franchi defende trabalhos em sala de aula de língua materna voltados a uma exploração criativa desse conhecimento, a ser feita por meio de uma ampliação das experiências linguísticas dos alunos.

Trata-se de uma abordagem que, olhando para a variação linguística de uma forma não normativa, reconhece a existência de princípios e regras tanto na modalidade culta escrita,

⁵⁴ Item 3.2 “Língua e linguagem: diferentes abordagens”, p.34.

⁵⁵ “A concepção de linguagem e gramática, que agora consideramos, tem bases fortemente humanistas: todo homem, sejam quais forem suas condições, nasce dotado de uma faculdade de linguagem, como parte de sua própria capacidade e dignidade humanas.” (FRANCHI, 2006, p.30)

quanto na modalidade coloquial, conforme é destacado em Franchi (2006, p.28). Não temos, nesse caso, valorização de variantes linguísticas ⁵⁶. Como apresenta-nos Franchi (2006, p.30), “não faz sentido contrapor uma linguagem erudita a uma linguagem vulgar, nem tentar substituir uma pela outra”, mas sim “trata-se de levar a criança a dominar uma outra linguagem, por razões culturais, sociais e políticas bastante justificáveis”. O que interessa, de acordo com o autor, são trabalhos voltados a uma ampliação do conjunto de recursos expressivos de que os alunos dispõem para a produção e compreensão de textos. Vejamos a ideia que nos é apresentada:

Queremos dizer que, além de um trabalho gramatical que ofereça à criança as condições de domínio da modalidade culta, existe um trabalho contínuo e persistente a ser feito para que ela amplie o conjunto dos recursos expressivos de que dispõe para a produção e compreensão de textos. (FRANCHI, 2006, p.31)

A visão que se tem, então, é que a escola, tendo o papel de levar os alunos a um domínio da modalidade culta escrita de sua língua, deve trabalhar não por meio de imposições de regras, mas, segundo Franchi (2006, p.29), oferecendo acesso a formas linguísticas diferenciadas sobre as quais os alunos devem ser postos a operar. O autor discute que:

[...] o objetivo fundamental da escola em levar a criança a dominar também a modalidade culta-escrita de sua língua se realiza, principalmente, oferecendo-se à criança condições, instrumentos e atividades que a façam ter acesso às formas linguísticas diferenciadas e operar sobre elas. (FRANCHI, 2006, p.29)

Trata-se de uma postura que leva a se rever práticas de avaliação textual que utilizam como parâmetros normas que avaliam positivamente somente produções que aplicam corretamente regras gramaticais prescritas segundo um modelo tradicional de ensino. Considera-se, então, a possibilidade de existência de textos muito bons em termos de manipulações de diferentes recursos expressivos, ainda que neles possam ser encontrados problemas ligados a regras estabelecidas segundo o modelo da gramática tradicional, como por exemplo, “desvios” ortográficos ou de colocação pronominal e regência.

Enfatiza-se, assim, que alguns alunos são capazes de trabalhar uma série de operações linguísticas, demonstrando um razoável grau de amadurecimento linguístico e textual,

⁵⁶ “Fica excluída, assim, toda valoração de uma língua ou modalidade de língua em relação a outra e qualquer forma de discriminação preconceituosa da modalidade popular.” (FRANCHI, 2006, p.30)

independentemente de memorização mecânica de regras ⁵⁷. É por isso, que, de acordo com essa perspectiva, muito mais importante em sala de aula do que prescrições e valorações de modalidades de língua seria um trabalho voltado a atividades linguísticas diversificadas, capazes de oferecer um contato com o maior número possível de recursos expressivos por meio dos quais a significação pode ser gerada.

De acordo com Franchi (2006, p.29):

No domínio da gramática de uma outra língua ou de uma modalidade de língua diferente daquela a que teve acesso, a criança não depende de um aprendizado externo, mediante a formulação explícita de normas e regras a serem seguidas. Ao contrário, depende, sobretudo de uma atividade linguística diversificada, que permita à criança ter acesso a novos modos de dizer e a outros recursos expressivos equivalentes aos de sua linguagem. (FRANCHI, 2006, p.29)

Julgamos que a grande importância dessas discussões propostas por Franchi (2006) está em apontar para a existência de duas direções quando se pensa em “ensino de gramática”. De um lado, teríamos “gramática como construção teórica de gramáticos e linguistas” e, de outro, “gramática como saber linguístico do falante” ⁵⁸. Reconhecer tais direções é fundamental na orientação de trabalhos desenvolvidos em salas de aula de Português.

A primeira dessas direções, “gramática como construção teórica de gramáticos e linguistas”, está relacionada, como vimos, a uma atividade metalinguística. Trata-se, segundo Franchi (2006), “[...] de um trabalho analítico e reflexivo sobre a linguagem e da construção teórica de um “modelo”, de uma representação da estrutura da linguagem e de seu funcionamento” (FRANCHI, 2006, p.31).

Já a segunda dessas direções, “gramática como saber linguístico do falante”, abordada quando discutimos a terceira concepção de gramática apresentada por Franchi (2006), refere-se à capacidade dos indivíduos de estabelecerem relações léxico-gramaticais na produção de significação. Trata-se de considerar que toda criança, independentemente de seu grau de escolarização, é capaz de, quando exposta a situações dialógicas, dominar os princípios e regras por meio dos quais se constroem as expressões de sua língua materna, podendo trabalhar sem dificuldades com os recursos linguísticos que são a ela oferecidos para a produção de significação. Segundo Franchi: “Qualquer criança, tendo acesso à linguagem, domina rapidamente, logo nos primeiros anos de vida, todo um sistema de princípios e regras

⁵⁷ Essas discussões são feitas em Franchi (2006, p.25-28).

⁵⁸ Ideias trazidas em Franchi (2006, p.31).

que lhe permitem ativar ou construir inteiramente a gramática de sua língua.” (FRANCHI, 2006, p.24)

Quando se leva em conta o saber linguístico do falante é ainda que se pode pensar em uma outra gramática: uma gramática operatória, que ainda que não discutida por Franchi, aproxima-se de algumas reflexões do autor por também se contrapor a um caminho de levar em conta gramática apenas como construção teórica de linguistas. Falar em gramática operatória significa dar ênfase a um trabalho do sujeito operando sobre processos de linguagem: caminho que defendemos em trabalhos com Língua Portuguesa em sala de aula e que posteriormente será detalhado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), documento divulgado pelo Ministério da Educação a fim de orientar o trabalho de professores no processo de elaboração e revisão de propostas didáticas, postulam que o objetivo do ensino de Língua Portuguesa deve ser uma ampliação da competência discursiva dos alunos. Vejamos:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (BRASIL, 1997, p.27)

O que é preciso discutir quando se pensa em ensino é se os caminhos tomados por cada uma das perspectivas levantadas na discussão sobre gramática que apresentamos a partir de Franchi (2006) possibilitarão ou não que tal objetivo seja alcançado.

Refletindo sobre as formas de trabalhar no ensino apresentadas e focando a questão lexical, que é aquela que interessa diretamente nossa pesquisa, partindo das três concepções de língua e linguagem que norteiam toda a construção de nosso quadro teórico, apresentamos uma discussão sobre o trabalho com léxico em sala de aula.

Tal discussão é feita em três momentos: “Léxico, ensino e ótica tradicional”, “Léxico, ensino e ótica estrutural”, “Léxico, ensino e ótica enunciativa” e visa a observar como os caminhos traçados em cada caso se relacionam com o objetivo estabelecido pelos PCNs para o ensino de Língua Portuguesa.

No primeiro momento, uma consulta não sistematizada a livros didáticos de Língua Portuguesa sustenta as reflexões. No seguinte, será Ignácio (2002), e uma proposta de

trabalho com análise sintática em sala de aula, o ponto de partida para nossas discussões. Tal proposta, a partir da qual um olhar específico para o léxico é visto, é apresentada no livro *Análise sintática em três dimensões*, já por nós referido ⁵⁹. Finalmente, a última ótica será apresentada a partir de uma leitura de Rezende (2000b, 2006a, 2008) e Onofre (1999, 2003a, 2007), autoras que buscam pensar o ensino e aprendizagem de línguas a partir da perspectiva culioliana, que é a que seguimos em um caminho enunciativo escolhido para trabalhar.

4.1.1 Léxico, ensino e ótica tradicional

Uma observação não sistematizada de livros didáticos de Língua Portuguesa ⁶⁰ nos mostrou que a prescrição, característica da postura tradicional de trabalho no ensino, como discutimos a partir de Franchi (2006), é frequente neste tipo de material presente em sala de aula.

Apresentamos uma atividade diretamente voltada à questão lexical, a fim de discutir o caminho que é trazido neste tipo de trabalho. Vejamos:

⇒ Reescreva as frases, substituindo o verbo haver pelo verbo existir. Lembre-se: o verbo haver fica sempre no singular, mas o verbo existir concorda com o sujeito (sujeito no singular, verbo no singular; sujeito no plural, verbo no plural).

- a. Há pessoas famintas sob o viaduto.
- b. Havia duas saídas para a estrada secundária.
- c. Haverá seres vivos em outros planetas?
- d. Há histórias incríveis naquele livro.

Este exercício exige uma simples e mecânica substituição de estrutura, visando somente a uma memorização de regras. Notamos que não há uma preocupação em levar os alunos a perceber as diferenças de significação que podem ser obtidas pelo uso de uma ou de outra estrutura abordadas.

É nítido para um olhar mais atento aos enunciados apresentados que as significações provocadas pelas construções focadas não são indistintas, variando quando se opta por *existir* ou *haver* a cada contexto enunciativo específico. Por que então, não se explora esse tipo de reflexão nessa atividade? Seria uma ótima oportunidade para levar os alunos a pensar sobre

⁵⁹ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

⁶⁰ É preciso destacar que a intenção de nossa pesquisa não é realizar a análise de livros didáticos. As atividades que apresentamos em nossas discussões são tomadas apenas para ilustrar algumas reflexões que levantamos sobre o tipo de exercício que aparece em alguns desses materiais, mas não é esse o foco de nosso trabalho. É por isso que a observação feita não é sistematizada.

como se dá o exercício da linguagem, como utilizamos diferentes estruturas para obter significações variadas. Em função de cada interlocução, escolhe-se, dentre recursos linguísticos disponíveis, aqueles que melhor atendem aos nossos objetivos específicos de produção de significação. É assim que se opta por utilizar *haver* em uma determinada situação de enunciação e *existir* em outras e estas escolhas não são despropositadas.

No caso dos primeiros enunciados trazidos pela atividade, o que vemos parece tratar-se de distinções que apontam para uma oposição entre a pontualidade de um fato *versus* a apresentação de uma constatação mais ampla, de caráter menos específico, elaborada a partir de uma certa recorrência do fato que é abordado.

Assim, com relação ao primeiro item do exercício, acreditamos que a ocorrência com *haver* seria como uma manchete de jornal a anunciar que algumas pessoas em particular, famintas, estariam em um determinado viaduto naquele momento específico de enunciação, mas anteriormente não o ocupariam e provavelmente não permaneceriam muito mais tempo no local (ao menos não seria desejável tal permanência). Enquanto isso, o enunciado com *existir* transmitiria a ideia de algo mais geral, chamando a atenção para uma problemática que seria frequente, e não pontual, de pessoas famintas sob viadutos. É por isso que no primeiro caso poder-se-ia até mesmo estranhar a falta de um complemento indicando qual seria o viaduto de que se fala, que não é específico no segundo enunciado.

Quanto ao segundo item da atividade, ao que nos parece, quando se diz “Havia duas saídas para a estrada secundária.” refere-se a uma ocorrência mais específica ligada ao passado abordado. Assim, o enunciado provavelmente apareceria em um contexto de relato de uma verificação pontual das saídas, elementos que não poderiam ser encontrados ao longo de uma grande quantidade de tempo em momentos anteriores ou posteriores àquele a que a referência é feita. Já “Existiam duas saídas para a estrada secundária.” estaria ligado a um fato mais duradouro, que se perpetuou por um espaço de tempo maior, e não específico apenas, no passado sobre o qual se fala.

Seguindo a mesma direção de discussão, quando se diz: “Existem seres vivos em outros planetas?”, enunciado referente ao terceiro exemplo, o que parece ser questionado é se as condições físicas e geográficas de outros planetas permitiriam formas de vida se desenvolverem fora da Terra. Enquanto na construção com o verbo *haver*, tendo já como premissa uma afirmação dessa possibilidade, a indagação seria não se pode haver o desenvolvimento de seres vivos em outros planetas, mas o que realmente se desejaria saber é se, naquele momento particular da enunciação, essas formas de vida que poderiam lá se desenvolver estariam ou não naqueles locais.

Já no caso da oposição “Há histórias incríveis naquele livro.” / “Existem histórias incríveis naquele livro.”, que constitui o último exemplo da atividade, o contraste de significações capazes de ser veiculadas pela opção por um ou outro dos verbos focados faz que a segunda afirmação soe até mesmo estranha, face ao compartilhamento social de que um livro é algo que se caracteriza fundamentalmente por conter histórias. No primeiro enunciado, parece que se chama a atenção para *incríveis*, para o fato de serem incríveis as histórias que estão contidas no livro do qual se fala. No segundo caso, o bloco *histórias incríveis* seria tomado como um todo, em oposição, por exemplo, a *figuras*. Assim, teríamos “Existem histórias incríveis naquele livro.” contrapondo-se a “Existem figuras incríveis naquele livro.”, enquanto *histórias incríveis* é que estaria em oposição a *histórias ruins*, por exemplo, no primeiro enunciado.

Vemos, assim, por meio destas reflexões, que os pares “Há pessoas famintas sob o viaduto.” / “Existem pessoas famintas sob o viaduto.”, “Havia duas saídas para a estrada secundária.” / “Existiam duas saídas para a estrada secundária.”, “Haverá seres vivos em outros planetas?” / “Existirão seres vivos em outros planetas?”, “Há histórias incríveis naquele livro.” / “Existem histórias incríveis naquele livro.” não são indistintos como o exercício poderia induzir-nos a crer.

Ao se propor, no entanto, um tipo de exercício como o apresentado, as nuances significativas desses termos observados são desconsideradas em função de uma focalização da estrutura da língua desarticulada do texto: uma atividade que, considerando apenas uma memorização de regras gramaticais, volta-se exclusivamente para a forma linguística em detrimento de uma articulação entre estrutura e significação.

As considerações levantadas por meio da apresentação desse exercício mostram-nos, então, que há um descompasso entre o objetivo pretendido pelo ensino e aprendizagem de língua e as práticas adotadas para atingir tal objetivo. Se o que se pretende é ampliar a competência discursiva dos alunos, como vimos que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) sugerem ⁶¹, isso não parece poder ser feito por meio de práticas prescritivas como as exemplificadas. Meras focalizações de estruturas da língua, desarticuladas do texto, não consideram a linguagem em sua totalidade e, dessa maneira, acreditamos que não possam trazer contribuições a uma ampliação da competência discursiva dos alunos tal como os PCNs propõem.

⁶¹ Discussão trazida na abertura do item 4.1 “O ensino de Língua Portuguesa”, p.66.

4.1.2 Léxico, ensino e ótica estrutural

O interesse direto de estudos feitos sob a ótica estrutural não é o ensino. A observação de livros didáticos feita de forma não sistematizada e já aqui comentada ⁶², no entanto, mostra-nos atividades em que a descrição, característica fundamental do modelo estruturalista, está presente.

É o caso do exercício apresentado no item anterior ⁶³, em que, além da prescrição discutida, a descrição também aparece indicando que o verbo *haver* é empregado de uma determinada maneira e *existir* aparece usado seguindo outras certas regras. Observemos o enunciado da atividade mais uma vez:

⇒ Reescreva as frases, substituindo o verbo haver pelo verbo existir. Lembre-se: o verbo haver fica sempre no singular, mas o verbo existir concorda com o sujeito (sujeito no singular, verbo no singular; sujeito no plural, verbo no plural).

Além dessa descrição usada para prescrição, como discutimos na apresentação de nossas discussões sobre ensino ⁶⁴ que Franchi (2006) já apontava estar presente na prática escolar, há também, especificamente ligada à questão lexical e pensando no ensino e aprendizagem de línguas a partir de uma perspectiva estrutural, uma proposta feita por Ignácio (2002) que não poderia deixar de ser abordada aqui.

Na obra *Análise sintática em três dimensões*, o autor, já por nós referido quando discutimos o léxico sob a ótica estrutural ⁶⁵, faz a sugestão de um trabalho com análise sintático-semântica em sala de aula. Tal proposta, partindo do estruturalismo, busca ampliar um pouco as discussões que são feitas por meio de tal modelo, a fim de encontrar caminhos para se pensar o ensino e aprendizagem de língua. Ignácio (2002, p. 128) comenta que:

[...] o plano sintagmático deve funcionar em harmonia com as possibilidades de realização semântica do plano paradigmático. Não basta, por exemplo, dizer que todo elemento que ocupar o mesmo ponto na cadeia sintagmática, em substituição a outro elemento, terá a mesma função desse outro. É preciso considerar as propriedades seletivas dos elementos que formarem sintagmas com o substituto. Assim, numa oração como *A criança sorriu*, não

⁶² Item 4.1.1 “Léxico, ensino e ótica tradicional”, p.72.

⁶³ Item 4.1.1 “Léxico, ensino e ótica tradicional”, p.72.

⁶⁴ Item 4.1 “O ensino de Língua Portuguesa”, p.66.

⁶⁵ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

basta dizer que qualquer elemento do paradigma que se coloque no lugar de “criança” será um substantivo e terá a função de Sujeito. É preciso atentar-se para os traços seletivos de “sorrir”, que só admite como Sujeito um Argumento humano.

O que se propõe é um trabalho com a chamada “gramática de casos” já por nós abordada ⁶⁶. O autor enfatiza que:

[...] ao trabalhar com os papéis semânticos (Casos), a visão do universo representado pelas orações fica muito mais clara e mais lógica. É muito mais fácil ao aluno perceber uma relação entre Agente e Paciente, por exemplo, do que entre Sujeito e Objeto, termos estes que, não fazendo apelo aos valores lógico-semânticos, tornam-se de difícil compreensão. (IGNÁCIO, 2002, p. 128)

Como já discutimos em um outro momento ⁶⁷, a cada elemento ligado diretamente ao verbo em uma cadeia sintagmática poder-se-ia atribuir o que se chama de casos semânticos ou papéis temáticos (“Agente”, “Paciente”, “Experimentador”, “Causativo”, “Instrumental”, “Objetivo”, por exemplo), que têm uma distinção feita em termos de traços como “animacidade”, “intencionalidade” e “controle”, entre outros.

Além de se falar em papéis temáticos do sujeito e do objeto, dividem-se os verbos em “ação”, “processo”, “ação-processo” e “estado”, seguindo uma abordagem levantada por Chafe (1979). A partir de tal divisão a sugestão é de uma associação entre cada uma das classes verbais propostas com o tipo de papel temático do sujeito, conforme um quadro de Ignácio (2002, p.119) resume:

⁶⁶ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

⁶⁷ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

Quadro 2 – Tipologia Verbal

CLASSE VERBAL	TIPO DE SUJEITO	EXEMPLO
AÇÃO	AGENTE AGENTE AGENTE	<i>Jeremias fala demais</i> <i>A criança brincava no parque</i> <i>O cavalo galopava veloz</i>
PROCESSO	PACIENTE PACIENTE PACIENTE EXPERIMENTADOR EXPERIMENTADOR EXPERIMENTADOR	<i>O gelo derreteu com o calor</i> <i>Os porcos engordaram com farelo</i> <i>O muro caiu com o vento</i> <i>João sentiu uma dor de cabeça</i> <i>Romeu apavorou-se</i> <i>Maria magoou-se com a notícia</i>
AÇÃO-PROCESSO	AGENTE CAUSATIVO INSTRUMENTAL	<i>Jeremias engorda porcos</i> <i>A peste matou os porcos</i> <i>Farelo engorda os porcos</i>
ESTADO	OBJETIVO OBJETIVO OBJETIVO OBJETIVO (POSSUIDOR) EXPERIMENTADOR EXPERIMENTADOR EXPERIMENTADOR	<i>A mesa está quebrada</i> <i>Esse aluno é inteligente</i> <i>A régua mede 30 centímetros</i> <i>Paulo tem uma BMW</i> <i>A professora gosta de nós</i> <i>Acho lindos os seus olhos</i> <i>Romeu ama Julieta</i>

Fonte: Ignácio (2002, p.119).

O autor defende com essa sua proposta que, ao contemplar funções semânticas, a abordagem sugerida tornar-se-ia particularmente interessante para o ensino, uma vez que quando elas são colocadas ao lado de funções sintáticas poderiam parecer muito mais compreensíveis aos alunos do que as últimas abordadas isoladamente. Vejamos um comentário que é feito:

Só para citar um caso, em que não se deve perder de vista as relações sintático-semânticas, lembremos que o ensino se torna altamente produtivo quando o aluno percebe, por exemplo, que Sujeito nem sempre é o **agente**, mas que pode ser também o **paciente** (*O povo sofre as consequências da inflação*); o **instrumental** (*Uma faca bem afiada cortou o bolo*), o **causativo** (*A dengue está matando muita gente*); o **experimentador** (*Fernando sente saudade de Brasília*), e assim por diante. (IGNÁCIO, 2002, p.24)

Quanto à questão lexical, com a proposta trazida o léxico passa a ser então abordado de uma maneira diferente de uma ótica puramente estrutural, já que a semântica passa a ser considerada por meio de um interesse pela observação de traços semânticos, mas ainda não se leva em conta o que de acordo com nossa perspectiva deve ser trazido ao centro das discussões no ensino: o processo de construção de significação não é contemplado.

Assim, é importante que se traga a semântica à reflexão, mas ainda não se chega a uma exploração da atividade de linguagem como a que defendemos a partir de uma ótica enunciativa. O que é feito restringe-se ao que costumamos chamar de “gramática da frase”, não chegando à enunciação.

Observemos a seguinte ocorrência encontrada em uma redação de vestibulando:

- (1) Cresci e meu encanto por carros e trens só aumentava. Com 12 anos de idade eu já pensava na profissão que iria seguir: **corredor de fórmula 1**, maquinista, caminhoneiro. (38)⁶⁸

O que um trabalho de pesquisa de iniciação científica que desenvolvemos⁶⁹ fez diante de tal ocorrência foi contrapor “corredor” a “piloto”, apresentando que, embora haja uma ideia de “correr” perpassando as duas construções, em um caso essa ação incide sobre o próprio corredor, não envolvendo objetos, enquanto a outra ocorrência exige um objeto externo ao sujeito para produzir velocidade.

Podemos discutir que, diante de termos próximos, mas distintos, como, por exemplo, o par “corredor/piloto” levantado, uma análise aos moldes da proposta que vínhamos abordando não exploraria as diferenças de significação trazidas pelo emprego de um ou de outro desses elementos em contextos diversos. Eles teriam, para a ótica apresentada, o mesmo valor, sendo ambos classificados como sintagmas nominais ligados ao caso semântico de “agente”, com traços de “+ animado”, “+ intencional” e “+ controlador”. Isso porque o interesse da discussão não é uma compreensão dos processos de linguagem que subjazem a escolha de um determinado termo ou outro em diferentes contextos específicos de enunciação.

Em um caminho diferente desse, nosso trabalho discute que, mesmo classificados a partir dos mesmos traços semânticos sob uma ótica estrutural, “piloto” e “corredor” não são sinônimos.

Acreditamos que, em uma direção de busca por trazer uma ampliação da competência discursiva dos alunos, como vimos que os PCNs sugerem para o ensino⁷⁰, uma exploração

⁶⁸ Trecho que compõe o *corpus* de pesquisa do trabalho de iniciação científica a que fazemos referência em seguida no texto. O número entre parênteses indica a redação da qual foi retirado e os grifos são nossos.

⁶⁹ *Enunciação Linguística e Ensino: o léxico na produção de textos*; pesquisa de iniciação científica desenvolvida ao longo do ano de 2007, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a orientação da prof^a Dr^a Marília Blundi Onofre e apoio da FAPESP.

⁷⁰ Discussão trazida na abertura do item 4.1 “O ensino de Língua Portuguesa”, p.66.

das nuances significativas que fazem que termos bastante próximos mantenham ainda particularidades poderia ser um tipo de trabalho interessante a ser feito em sala de aula.

O que achamos importante, a partir de uma ótica enunciativa, é que os alunos sejam levados a operar com a linguagem. Passemos, então, a uma discussão sobre as ideias por nós defendidas.

4.1.3 Léxico, ensino e ótica enunciativa

Dentro da ótica enunciativa, pensando o ensino e aprendizagem de línguas, encontramos os trabalhos de Rezende (2000b, 2006a, 2008) e Onofre (1999, 2003a, 2007), que serão por nós focados por serem desenvolvidos a partir do referencial teórico que adotamos em nossa pesquisa.

Ainda que o interesse da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, elaborada pelo linguista francês Antoine Culioli, não esteja voltado diretamente a questões ligadas ao domínio do ensino e aprendizagem de línguas, alguns trabalhos no Brasil buscam uma aproximação de reflexões culiolianas com discussões ligadas a esse campo de estudos. Dentre esses trabalhos é que podemos destacar Rezende (2000b, 2006a, 2008) e Onofre (1999, 2003a, 2007).

A partir da concepção dinâmica de língua e linguagem proposta por Culioli e por nós discutida anteriormente ⁷¹, tais pesquisas sugerem que uma articulação entre língua e linguagem deve estar presente na escola. Essa articulação significaria conceber gramática e produção e interpretação de textos também de forma não fragmentada.

Em texto em que aborda o ensino e aprendizagem de línguas sob parâmetros enunciativos, Onofre (1999, p.579) discute:

[...] ao se definir a linguagem como a atividade humana de elaborar signos, dos quais nos reportamos aos verbais, e a língua como sistema de representação verbal que viabiliza a atividade de linguagem, estamos postulando a interdependência da relação linguagem/língua. Nesse sentido, estamos reconhecendo, ainda, a relação gramática e produção/interpretação de texto.

De acordo com a autora, tal relação, no entanto, não seria sempre vista em sala de aula, onde concepções que fragmentam língua e linguagem levariam a trabalhos que colocam, de um lado, a gramática, e de outro, a produção e interpretação de texto.

⁷¹ Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

Em um caminho diferente a este, o que uma reflexão sob parâmetros enunciativos sugere é o que chama de “gramática da produção linguística”. Vejamos o que isto significa:

Abordar a gramática sob a ótica enunciativa significa compreendê-la como uma gramática da produção linguística à medida que o sistema de representação linguística, ou seja a língua, constitui-se por um conjunto de marcas linguísticas (morfo-sintático-semântico-discursiva) que se apresentam ao sujeito enunciator como possibilidades para a constituição da significação. (ONOFRE, 1999, p.579)

O interesse, diferentemente de posturas tradicionais e normativas e de trabalhos descritivos, passa a ser, então, não um foco no produto, na estrutura linguística acabada, a qual seria simplesmente descrita ou tomada como modelo para ditar normas, mas sim uma compreensão do processo, uma busca por entender quais caminhos os indivíduos percorrem para chegar a uma determinada forma visando a uma significação particular.

A ideia é que textos são compostos a partir da seleção de estruturas, não podendo haver uma desconsideração destas, mas, ao mesmo tempo, a gramática deve ser estudada contextualizadamente, não havendo conceitos estanques fora de realizações em produções textuais.

Nesse caminho de discussões, além de uma consideração da gramática sempre articulada com a produção e interpretação de textos, o que temos também é uma proposta de articulação entre léxico e gramática apontada por Rezende (2000b). Segundo a autora:

Propor a articulação léxico e gramática é propor ao mesmo tempo a indeterminação da linguagem; propor a indeterminação da linguagem é propor uma plasticidade necessária ao trabalho de construção de representações feito pelos sujeitos. Diferentemente dos estudos linguísticos que se consolidaram no rastro da teoria do signo, nos quais não fica muito claro com que finalidade os falantes relacionam unidades, se depois de as relacionar, tanto o todo resultante quanto a parte (a unidade) não se alteram, a proposta de articulação do léxico com a gramática e a sua fundamental indeterminação oferecem, ao contrário, uma razão ao trabalho dos sujeitos. Ao relacionar as partes entre si em um todo integrador, parte e todo se alteram e, nesse momento, a linguagem pode ser vista como uma forma ou esquemas de ação, e que ao mesmo tempo fornece ao sujeito as possibilidades de se constituir. Temos, assim, o encontro de uma questão genuinamente linguística: a articulação do léxico com a gramática e a natureza indeterminada da linguagem; e uma questão genuinamente educacional: a construção da identidade. (REZENDE, 2000b, p.357)

Quanto especificamente à questão lexical, então, vemos que a articulação proposta implica que o léxico não seja abordado isoladamente, mas que se busquem as relações que estabelece no texto.

Seguindo essa direção de reflexões, um caminho diferente daquele visto ilustrado em alguns livros didáticos de Língua Portuguesa, quando discutimos o ensino sob a ótica tradicional ⁷², poderia ser tomado. Ao invés de, por exemplo, simplesmente pedir aos alunos que apliquem uma determinada regra gramatical a frases descontextualizadas, como vimos uma atividade selecionada trabalhar ⁷³, exercícios em sala de aula podem explorar o processo de produção de significação, sempre partindo de produções textuais.

Rezende (2006a) explicita-nos o que defende que seja feito:

Pensamos que o importante não é o valor polarizado que podemos atribuir a uma construção gramatical mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do valor final atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o valor em si. (REZENDE, 2006a, p.19-20) ⁷⁴

De acordo com a mesma autora, “trata-se, na abordagem dinâmica, de questionar como um signo se torna signo, como ele deixa de ser signo” (REZENDE, 2000b, p.353). Esse tipo de questionamento proposto seria possível a partir da consideração de um conceito central na teoria culioliana, já apresentado por nós quando abordamos o léxico sob a ótica enunciativa ⁷⁵: a chamada “noção”. É ela que, como discutimos, permite que nos coloquemos em um momento anterior a estabilizações, vendo conceitos nunca “fechados”, mas sempre como “em potencial”.

Tal concepção é importante porque sustenta que se conceba a significação como um processo dinâmico e se critique trabalhos com valores cristalizados, preestabelecidos.

O que defendemos é um modelo operatório e não classificatório de análise linguística. Acreditamos que a atenção deva ser voltada a como os indivíduos representam linguisticamente para significar: um caminho que trabalhará não com a oposição entre classes

⁷² Item 4.1.1 “Léxico, ensino e ótica tradicional”, p.72.

⁷³ Item 4.1.1 “Léxico, ensino e ótica tradicional”, p.72.

⁷⁴ Esta mesma citação de Rezende (2006a, p.19-20) já foi por nós apresentada quando discutimos 2.2 “A escola”, p.23.

⁷⁵ Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

de palavras, com conceitos fechados, mas que, instaurando-se antes de cristalizações, procura sempre compreender os mecanismos que levam à produção de significação.

No ensino, a busca por compreensão desses mecanismos faz que se pense em levar os alunos a operar com os processos de linguagem veiculados pela língua, discutindo, por exemplo, o porquê de determinadas seleções lexicais e não outras. Esse caminho permitiria tornar os estudantes sensíveis aos processos de significação e acreditamos que, assim, a competência discursiva poderia ser ampliada, como sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais ⁷⁶.

A seleção de estruturas linguísticas visando à construção de significação é um processo que todos nós realizamos intuitivamente, embora nem todos tenham consciência desse trabalho. O papel do professor seria a explicitação desses mecanismos aos alunos conduzindo uma exploração de textos que os levassem a perceber como podem mobilizar recursos linguísticos para gerar significação nas relações estabelecidas com o outro e com o mundo. E aí entra um outro conceito importante com o qual a teoria culioliana trabalha: a “atividade epilinguística”, que é discutida no ensino e aprendizagem de línguas por Rezende (2008).

Segundo a autora:

Podemos dizer que a atividade epilinguística é sinônimo de linguagem e definir essa última como uma atividade, um trabalho de representação, referenciação e equilíbrio. Defender que o estudo das línguas deva ser feito em articulação com a linguagem é dar ênfase a um trabalho interno de montagem e desmontagem de arranjos, significados ou valores.

Esse trabalho de linguagem é sustentado por dois mecanismos básicos: a parafrase e a desambiguação. (REZENDE, 2008, p.97)

Rezende (2008, p.97) nos apresenta que o termo epilinguístico é definido por Culioli como uma “atividade metalinguística não consciente” (REZENDE, 2008, p.97). De acordo com as discussões que são levantadas, o que poderíamos ter, em sala de aula, é uma exploração dessa atividade por meio de estímulos a uma montagem e desmontagem de arranjos que seria capaz de levar o aluno a “pensar o seu pensar” (REZENDE, 2008, p.96).

A partir, por exemplo, de um enunciado elaborado, o professor provocaria a produção de outros, incitando uma reflexão sobre possibilidades de significação. É o caso de um exercício, proposto por Rezende (2008, p.104), de mudança de foco narrativo de um poema. Visando a trabalhar gramática e léxico articuladamente, a atividade sugerida solicita que os

⁷⁶ Uma discussão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais é feita na abertura do item 4.1 “O ensino de Língua Portuguesa”, p.66.

alunos alterem o cenário do texto dado e produzam um outro, próximo, mas com mudanças das categorias enunciativas de pessoa, espaço e tempo.

Nesse tipo de trabalho, conforme nos aponta Rezende (2008, p.106-107), ao invés de lidarem com memorizações descontextualizadas de conceitos, os alunos são levados a operar com a linguagem por meio de uma busca por termos que propicia uma atividade dialógica de avaliação, julgamento, aproximação e afastamento de significados. E toda essa atividade de linguagem provocada pelo professor em sala acabaria sendo muito mais importante, como defende a autora, que o produto final, um determinado enunciado produzido, com um determinado termo ou outro. Vejamos o comentário que é feito:

Essa procura de significados nas pregas da própria experiência de vida e de leitura – e que é a atividade de linguagem ou epilinguística – será mais importante do que se chegar com os alunos, em sala de aula, às expressões procuradas pela mudança de cenário. Esse trabalho pode ser feito em silêncio e ser invisível ou pode emergir com a ajuda do professor e, neste caso, passará de atividade epilinguística à atividade metalinguística, e poderá ser considerada uma gramática natural de explicação de línguas (REZENDE, 2008, p.107).

A proposta, partindo da exploração da atividade epilinguística, é de um processo de apropriação, em que práticas de centralização e descentralização do sujeito devem ser constantes. O objetivo é a realização de produções textuais autênticas, que, levando os alunos a se colocarem na origem do discurso, permitiria a criação e compreensão de sutilezas de significados.

Para um caminho de busca por explicitação de processos geradores de significação trata-se de uma direção interessante de trabalho a ser tomada. Acreditamos, como Onofre (2007, p.78), que “[...] o processo de aquisição de linguagem/língua e ao mesmo tempo de ensino/aprendizagem realiza-se por meio de transformações, e não por meio de uma somatória de conceitos”.

5 A ESTABILIDADE E A PLASTICIDADE LINGUÍSTICAS

A articulação entre linguagem e línguas, discutida no capítulo anterior, mostra que o estável é importante também, não deve ser descartado.

Não se trata de desconsiderá-lo, mas de não fazer como uma abordagem tradicional da questão sinonímica aponta: tomar termos como se fossem iguais, sem se interessar pela construção de significação no texto. É preciso considerar o estável para, a partir dele, discutir o instável.

Este capítulo propõe uma discussão sobre o caráter ao mesmo tempo estável e plástico da linguagem.

Primeiramente apresentamos um olhar para a questão sinonímica. Ela chama particularmente nossa atenção por dois motivos. Primeiro, porque, embora inicialmente pudesse parecer bastante distante da abordagem proposta pela “Cartilha do Politicamente Correto”, que, ao insistir pela substituição de empregos considerados discriminatórios, foca a diferenciação entre termos próximos, na verdade, ao tomar termos próximos como indistintos, não segue uma direção distante da mostrada pela publicação do governo brasileiro. Pelo contrário: caminha na mesma direção, já que nos dois casos vê-se nitidamente a significação como dada, pronta, sem considerar as relações linguísticas que podem ser estabelecidas no uso. Além disso, por exercícios do tipo “dê o sinônimo” serem comuns em sala de aula, a abordagem tradicional da sinonímia configura-se como um exemplo de trabalho com estabilizações no ensino, que é o contexto que interessa nossa pesquisa.

Um rápido olhar para a sinonímia sob as óticas “tradicional”, “estrutural” e “enunciativa” será seguido por uma apresentação geral da questão baseada em Ilari e Geraldi (1985).

Depois de trazer essa reflexão geral sobre a questão sinonímica, a fim de destacar o caminho que consideramos interessante em contraposição a um olhar apenas para a estabilidade linguística, que caracteriza a abordagem tradicional de sinônimos, apresentaremos um conceito que nos permitirá mostrar como acreditamos que o estável deve ser tomado. Trata-se do “tipo”, bastante trabalhado na “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”.

Inicialmente, após uma introdução ao conceito, apresentamos seu parentesco com a noção de “protótipo”, abordada em psicologia cognitiva a partir dos trabalhos de Eleanor Rosch. Discutiremos então as ideias dessa autora acerca da categorização humana,

apresentando os princípios de “economia cognitiva” e “estrutura do mundo percebido”, além dos conceitos de “nível básico” e “protótipo”.

Considerando os estudos dessa psicóloga ao mesmo tempo “inovadores” e “clássicos”, Dubois (1991) nos chama a atenção para uma tentativa de busca por um universal, que não é conseguida, por um aprisionamento da pesquisadora em seu modelo cultural. Em um caminho diferente desse, a proposta de A. Culioli, ao sugerir observar a linguagem a partir das línguas naturais, é justamente uma articulação entre o universal e o particular, que é conseguida quando se tem o trabalho do sujeito como foco das observações.

Veremos ainda que, na teoria do autor francês, uma associação do conceito de “tipo” ao de “atrator”, em um modelo topológico de análise, permitirá abordá-lo necessariamente ligado a uma operação de regulação. Isso fará que, ao invés de tomar uma direção de descrição do prototípico por meio de exemplos que não consideram o movimento entre os elementos que são observados, como mostraremos que a abordagem de Rosch faz, se possa observar a passagem de uma representação a outra, discutindo os porquês de um afastamento ou aproximação de uma ideia considerada típica.

A partir de toda essa discussão teórica, a ideia que será defendida, por meio de uma perspectiva culioliana, será uma articulação entre estabilidade e plasticidade linguísticas. Delineia-se, assim, que o estável deve ser visto como “âncora”, a partir da qual o movimento de linguagem pode acontecer.

5.1 A questão sinonímica

Dentro de um quadro de discussões voltadas à questão lexical, a relação sinonímica é a que interessa em específico à nossa pesquisa e é por isso que um item especialmente voltado a ela é organizado.

Antes de discuti-la, no entanto, seria interessante que recuperássemos de onde veio o interesse por tal relação em particular.

Em uma pesquisa de iniciação científica por nós desenvolvida ⁷⁷, também ligada à questão do léxico no ensino, nos deparamos com casos de ocorrências lexicais próximas, mas

⁷⁷ *Enunciação Linguística e Ensino: o léxico na produção de textos*; pesquisa de iniciação científica desenvolvida ao longo do ano de 2007, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a orientação da prof^a Dr^a Marília Blundi Onofre e apoio da FAPESP. Um comentário sobre esse trabalho já foi feito no item 4.1.2 “Léxico, ensino e ótica estrutural”, p.75.

distintas. Esses casos, como o par “corredor/piloto” já por nós discutido ⁷⁸, por exemplo, dentre outros, chamaram nossa atenção para uma reflexão sobre a diferenciação de termos muitas vezes apontados indiscriminadamente como sinônimos. O que vimos foi que, ainda que possam muitas vezes ser levantados como intercambiáveis, há nuances que impedem uma utilização indistinta deles.

Uma exploração dessas nuances foi que motivou pensarmos com mais atenção sobre a questão dos sinônimos e como eles são trabalhados no ensino.

Alguns exercícios com os quais rapidamente nos deparamos antes de darmos início à realização de nossa pesquisa nos mostraram uma aproximação indiscriminada de termos em atividades que abordam a sinonímia descontextualizadamente ⁷⁹.

O que vemos é que a “Cartilha do Politicamente Correto”, que tem sido bastante citada em nosso trabalho ⁸⁰, em uma direção oposta à desses exercícios, que não focam a diferenciação de termos próximos, não coloca palavras próximas lado a lado como sinônimas, mas enfatiza uma grande diferenciação entre elas, a qual chega até mesmo a opô-las como discriminatórias ou não preconceituosas.

A nosso ver, ambas as direções, tanto a apontada por exercícios voltados à sinonímia, quanto a levantada pela cartilha, não são caminhos que se delineiam de forma interessante, por abordarem termos isoladamente e desconsiderarem que o contexto exerce papel preponderante na construção da significação.

A fim de refletirmos especificamente sobre a questão sinonímica, dividimos este item em dois subitens: um traz um olhar geral sobre os sinônimos, seguindo uma estruturação proposta desde o início da construção de nosso referencial teórico; o outro foca uma discussão da sinonímia apresentada por Ilari e Geraldi (1985), autores aos quais recorremos na busca por compreender o conceito escolhido para trabalharmos.

No primeiro caso, “Sinonímia e as óticas tradicional, estrutural e enunciativa”, será mais uma vez Neves (1987) que sustentará nossas observações, seguida por Borba (1979), autor já também citado em nosso trabalho ⁸¹, e ainda Franckel e Lebaud (2002), pesquisadores

⁷⁸ Item 4.1.2 “Léxico, ensino e ótica estrutural”, p.75.

⁷⁹ Um exercício voltado especificamente à sinonímia foi apresentado, juntamente com outros ligados à antonímia, quando discutimos 2.2 “A escola”, p.23.

⁸⁰ Uma discussão maior sobre tal publicação aparece quando apresentamos 2.1 “Uma publicação”, p.18, mas é retomada também em outros momentos de nosso texto; por exemplo, quando discutindo 3.3 “A questão lexical”, p.36, alguns comentários são feitos ao final de cada parte que é levantada desse item, a fim de refletirmos sobre a crença da possibilidade de substituições de termos serem capazes de diminuir preconceitos sociais.

⁸¹ Recorremos a Borba (1979) em 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

que trabalham a partir de uma perspectiva enunciativa culioliana. Já no segundo subitem, “A questão sinonímica em Ilari e Geraldi (1985)”, será mesmo apenas Ilari e Geraldi (1985) a referência específica utilizada.

5.1.1 Sinonímia e as óticas tradicional, estrutural e enunciativa

Antes de discutirmos a questão sinonímica a partir de Ilari e Geraldi (1985), podemos brevemente buscar uma visão geral dos sinônimos pensando nas três concepções de língua e linguagem que estruturam toda a organização de nossas reflexões teóricas. Essa visão está organizada em torno dos conceitos de linguagem como expressão do pensamento, instrumento de comunicação e forma de interação.

Quando a linguagem é tomada como expressão do pensamento, a relação entre linguagem e realidade é a que predomina, como já discutimos ⁸². A sinonímia, então, tem sua definição configurando-se a partir da que é dada por Aristóteles. Segundo Neves (1987, p.64), no início do livro das *Categorias*, tal autor teria assim definido a relação que focamos: “*Synónyma* são as coisas que têm comunidade de nome e identidade de noção (1, 1a 6-8).”

Depois de tal definição, outras ainda surgem e algumas delas podem ser encontradas apresentadas por Neves (1987) quando a autora promove uma discussão sobre os primeiros gramáticos.

Dentre oito partes do discurso que Dionísio o Trácio distingue em sua gramática, vemos uma subdivisão que faz os nomes serem distribuídos em vinte e quatro espécies, dentre as quais, a sétima delas aparece da seguinte maneira: “7. *sinônimo*, o que em nomes diferentes indica a mesma coisa; ex.: *úor* e *xífos*, “espada”,” (NEVES, 1987, p.146).

Prisciano, por sua vez, autor considerado como fonte de estudo da obra de um importante gramático, Apolônio Díscolo, define sinônimo como “o que significa o mesmo em nomes diversos”. Dentro de uma classificação dos nomes comuns que conta com vinte divisões, o trecho em que a relação que focamos aparece é o seguinte: “5. *Sinônimo* (*synónymon*, latin *synonymum*), o que significa o mesmo em nomes diversos (Prisciano – *Inst.* II, 29)” (NEVES, 1987, p.161).

⁸² Item 3.2 “Língua e linguagem: diferentes abordagens”, p.34.

A relação sinonímica, vista tradicionalmente abordada por diferentes autores, não seria, no entanto, considerada a partir de uma abordagem estrutural. Isso porque o foco dessa segunda ótica por nós levantada não é a significação, como foi discutido ⁸³.

O interesse de trabalhos desenvolvidos a partir de tal perspectiva é o de verificar a possibilidade de comutação de estruturas em uma determinada posição da cadeia sintagmática. Afirmada tal possibilidade, os termos são geralmente agrupados, mas não se discute a significação deles. Inúmeros casos mais próximos ou mais distintos quanto à significação, contanto que estabeleçam uma relação paradigmática entre si, são colocados juntos, sem discussões sobre suas particularidades semânticas.

É preciso ressaltar, porém, que sobre a abordagem gerativa, a qual tem pontos em comum com o estruturalismo, como discutimos quando abordamos o léxico sob a ótica estrutural ⁸⁴, encontramos um comentário focando a questão sinonímica. Ele é feito por Borba (1979). Vejamos o que o autor diz:

[...] na teoria gerativa, a sinonímia tem sido apresentada e discutida de forma muito vaga. Parece que se diz que duas sequências têm o mesmo sentido quando são compreendidas da mesma maneira, identificando-se *sentido* com *designação*. Isso quer dizer que duas orações se equivalem quando se referem à mesma realidade extralinguística. (BORBA, 1979, p.179)

Logo em seguida nos deparamos com uma crítica à concepção apresentada:

Ora, essa é uma visão redutora do sentido e, se se vê a língua como mero reflexo de estados exteriores, ou se baralha a fronteira entre língua e realidade, tomando-se *equivalência de designação* por *sinonímia linguística*, então se esquece que a língua tem a sua especificidade, que é, neste caso, permitir enfoques diferentes até quando eles se referem ao mesmo real. Dessa forma, se a existência de um mesmo conteúdo cognitivo significa equivalência designacional, então duas orações nesta condição não precisam necessariamente ter a mesma interpretação semântica e, portanto, *podem* ter estruturas profundas diferentes. (BORBA, 1979, p.179)

Levantada a problemática sinonímica sob a perspectiva estrutural, finalmente, sob uma ótica enunciativa, o que vemos é uma consideração de que não há “sinônimos perfeitos”, uma vez que cada enunciação é única. Quando se leva em conta que não há um preestabelecimento de relações, sendo a significação construída a cada uso, defende-se que uma aproximação que em um contexto possa parecer evidente, em outros é possível não ser estabelecida.

⁸³ Item 3.2 “Língua e linguagem: diferentes abordagens”, p.34.

⁸⁴ Item 3.3.2 “Léxico sob a ótica estrutural”, p.45.

A ideia segue a apresentada por Franckel e Lebaud (2002) em texto voltado à questão lexical:

[...] des termes interprétables comme synonymes dans un environnement donné se comportent, quel que soit leur degré de proximité, de façon radicalement différente dès qu'on les met en jeu dans un variété suffisant de constructions. Autrement dit, aucun terme n'a exactement les mêmes propriétés distributionnelles que son voisin, fût-il le plus immédiat. (FRANCKEL; LEBAUD, 1992, p.89)⁸⁵

Trata-se do caminho que consideramos em nossas reflexões e também ao qual se chegará nas discussões que nos são apresentadas por Ilari e Geraldi (1985).

Vejamos, então, agora, a abordagem sobre a questão que temos focado que é feita por esses dois autores, pois ela é capaz de nos fornecer um amplo quadro sobre a sinonímia.

5.1.2 A questão sinonímica em Ilari e Geraldi (1985)

Contemplando diferentes visões sobre a sinonímia, em que algumas das discussões que acabaram de ser levantadas⁸⁶ acabam sendo retomadas, Ilari e Geraldi (1985) fazem uma abordagem detalhada da questão quando publicam a obra *Semântica*.

No livro a que fazemos referência, uma discussão especificamente sobre sinônimos é apresentada no quarto capítulo, intitulado “A significação das palavras”.

Por meio de uma abordagem diferente das que consideram como mais frequentes com relação a temas semânticos mais tradicionais como as noções de sinonímia, antonímia e hiponímia, os autores propõem “[...] vincular essas noções, que dizem respeito a palavras, com outras como as de paráfrase, contradição, consequência e ambiguidade, que dizem respeito a frases completas” (ILARI; GERALDI, 1985, p.41). Dizem ainda que, além disso, mostrarão que elas “[...] além de descrever relações de sentido entre *palavras*, servem para reconhecer relações de sentido entre *construções gramaticais* ou mesmo efeitos de sentido originados em contexto” (ILARI; GERALDI, 1985, p.41).

⁸⁵ “[...] termos interpretáveis como sinônimos em um ambiente dado comportam-se, qualquer que seja o grau de proximidade deles, de maneira radicalmente diferente desde que os mobilizamos em uma variedade suficiente de construções. Dizendo de outra maneira, nenhum termo tem exatamente as mesmas propriedades distribucionais de seu vizinho, seja ele o mais imediato.” (FRANCKEL; LEBAUD, 1992, p.89) *Tradução nossa*.

⁸⁶ Item 5.1.1 “Sinonímia e as óticas tradicional, estrutural e enunciativa”, p.87.

É assim que se falará não só em sinonímia lexical, mas também em sinonímia estrutural. A vinculação proposta, por sua vez, no caso específico da sinonímia, será feita com a noção de paráfrase.

Começando a abordagem pela sinonímia lexical, o que vemos, então, é a associação sugerida configurando-a como um dos fatores possíveis pelos quais duas frases se revelam vinculadas parafrasticamente.

Apresentada pelos autores como uma relação entre orações que são equivalentes quanto ao seu significado, a paráfrase apareceria estabelecida entre enunciados, como, por exemplo, os seguintes: “Pegue o pano e seque a louça.” e “Pegue o pano e enxugue a louça” (ILARI; GERALDI, 1985, p.42) e a reflexão levantada é que tais orações estariam parafrasticamente unidas, porque empregam as palavras sinônimas “secar” e “enxugar”.

Mas, diante de tal constatação, a pergunta que nos é colocada é a seguinte: “O que é sinonímia?”.

De acordo com Ilari e Geraldi (1985), tal pergunta viria intrigando estudiosos há séculos e haveria apenas uma resposta aparentemente simples segundo a qual “sinonímia é identidade de significação” (ILARI; GERALDI, 1985, p.43), mas essa resposta teria precisado conviver sempre com um grande número de ressalvas. São cinco as que nos são apresentadas pelos autores:

- (a) Para que duas palavras sejam sinônimas não basta que tenham a mesma extensão. (ILARI; GERALDI, 1985, p.43)
- (b) Para que duas palavras sejam sinônimas é preciso que façam, em todos os seus empregos, a mesma contribuição ao sentido da frase. (ILARI; GERALDI, 1985, p.44)
- (c) Duas palavras são sinônimas sempre que podem ser substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira, ou vice-versa. (ILARI; GERALDI, 1985, p.44)
- (d) A sinonímia de palavras depende do contexto em que são empregadas. (ILARI; GERALDI, 1985, p.45)
- (e) Palavras presumivelmente sinônimas sofrem sempre algum tipo de especialização, de sentido ou de uso. (ILARI; GERALDI, 1985, p.47)

Vemos nesses trechos diferentes olhares para a relação estudada, que parecem configurar uma progressão de abordagens, ainda que não sejam apresentados nesses termos pelos autores.

Inicialmente aborda-se, a partir da primeira ressalva levantada, uma ideia que envolve os conceitos de “intensão” e “extensão”, os quais dizem respeito, respectivamente, ao “sentido” e à “referência” de expressões. Os autores apontam que não é suficiente que expressões denotem os mesmos objetos para que a sinonímia seja caracterizada. “*São Luís do Maranhão*” e “*a única cidade capital de estado brasileiro que não foi fundada por portugueses*” (ILARI; GERALDI, 1985, p.43), por exemplo, não seriam sinônimos, ainda que a referência de tais expressões coincida.

A discussão que se passa a fazer, então, a partir da segunda ressalva e que envolve também já a terceira levantada, está ligada a uma reflexão sobre “valor de verdade”. Primeiro se fala que duas expressões teriam o mesmo sentido quando, além de possuírem a mesma extensão, contribuíssem da mesma maneira para o sentido de uma frase. Depois se discute que uma verificação dessa coincidência de contribuição, por sua vez, seria obtida por meio de uma avaliação de frases como verdadeiras ou falsas. A sinonímia se caracterizaria quando tanto com uma expressão quanto com a outra levadas em conta, as frases observadas fossem ambas verdadeiras ou ambas falsas.

Tal teste, no entanto, aparece criticado por meio de exemplos apontados em Ilari e Geraldi (1985). Os autores discutem que em alguns casos ele surtiria os efeitos desejados, como em: “Todo ... sonha descer uma ladeira de bicicleta com os cabelos soltos ao vento.” (ILARI; GERALDI, 1985, p.44), pensando-se, neste exemplo, nos termos “calvo” e “careca”; mas em outros, falharia. Vejamos:

- a. O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de careca.
 - b. O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de calvo.

 - a. A sílaba tônica de “calvo” é a segunda.
 - b. A sílaba tônica de “careca” é a segunda.

 - a. A tia Felismina acha que Kojak é um calvo charmoso.
 - b. A tia Felismina acha que Kojak é um careca charmoso.
- (A primeira oração poderia ser falsa se “calvo” não é uma palavra do vocabulário da tia Felismina.)

(ILARI; GERALDI, 1985, p.45)

Trata-se de contextos em que “[...] se faz implicitamente alusão à forma da palavra, ou se atribuem crenças e conhecimentos a alguém, ou se relata indireta ou diretamente seu discurso” (ILARI; GERALDI, 1985, p.45).

A discussão é que podem ser imaginadas frases cuja verdade ou falsidade é afetada justamente pelo uso de palavras que em um primeiro momento poderiam parecer sinônimas. Seria por isso que a sinonímia dependeria, então, do contexto em que os termos são empregados, quarta ressalva apresentada.

No âmbito dessa penúltima ressalva, são enfatizados exemplos de termos próximos, mas que não ocorrem nas mesmas combinações de palavras. Vejamos um desses casos que é levantado:

seco / enxuto

- a. Ela é o tipo da garota enxuta. / Ela é o tipo da garota seca.
- b. Ele é seco por dinheiro. / Ele é enxuto por dinheiro.
- c. Mandou-nos a resposta numa carta ao estilo dele: enxuta e amável. / Mandou-nos a resposta numa carta ao estilo dele: seca e amável.

(ILARI; GERALDI, 1985, p.46)

Após uma discussão desse tipo de exemplo, chega-se finalmente à ideia de que é impossível haver “sinônimos perfeitos”. De acordo com os autores:

[...] presumivelmente equivalentes, as expressões sinônimas são, ainda assim, expressões entre as quais os locutores *escolhem*: a escolha é, no caso, uma “procura da palavra exata” (como na pena do escritor que corrige um texto já escrito), a mostrar que duas expressões não são igualmente adequadas aos fins visados. (ILARI; GERALDI, 1985, p.47)

Uma reflexão equivalente também pode ser vista quando a sinonímia estrutural é discutida.

Alguns exemplos de construções que levariam duas frases a se relacionarem parafrasticamente poderiam ser, de acordo com Ilari e Geraldi (1985, p.48), os seguintes:

- (a) a relação voz ativa / voz passiva:
Pedro matou João. / João foi morto por Pedro.
- (b) a construção de comparativo de igualdade:
Pedro é tão bom quanto José. / José é tão bom quanto Pedro.
- (c) a construção dos comparativos de superioridade e inferioridade, formuladas nos dois sentidos:
Pedro é mais esperto do que José. / José é menos esperto do que Pedro.
- (d) a construção com *ter* / a construção com *ser de*:
Pedro tem João como amigo. / João é amigo de Pedro.
- (e) construções nominalizadas / construções não-nominalizadas:
Primeiro o coral cantou o hino, depois a banda executou a marcha fúnebre. / O canto do hino pelo coral foi seguido pela execução da marcha fúnebre pela banda.
- (f) construções com *mesmo*:

Wladimir Zapotek corre 3 000 metros no mesmo tempo que o irmão do João. / O irmão do João corre os 3 000 metros no mesmo tempo que Wladimir Zapotek.

(ILARI; GERALDI, 1985, p.48)

Conclui-se, então, diante desses casos que “como no caso da sinonímia lexical, a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente” (ILARI; GERALDI, 1985, p.49).

Apresentemos apenas um exemplo, comentado por Ilari e Geraldí (1985), a fim de ilustrarmos essa reflexão:

- (13) Pedro matou João.
 é uma frase a respeito de Pedro, ou a respeito do crime cometido por Pedro;
 (14) João foi morto por Pedro.
 é uma frase a respeito de João, ou a respeito do crime de que João foi vítima; (13) não tem praticamente chance de ocorrer numa história que narra a vida de João e na qual Pedro ainda não foi mencionado; com (14) acontece o inverso.

(ILARI; GERALDI, 1985, p.49)

Vemos nesse caso exemplificado, como a discussão apresentada levanta, que uma ênfase, no primeiro caso recaída sobre “Pedro” e no segundo voltada a “João”, impede que se pense nas construções como idênticas.

Também defendendo que não existem “sinônimos perfeitos” é que desenvolvemos nosso trabalho.

O quadro levantado por Ilari e Geraldí (1985) é importante porque permite contrapor visões sobre a sinonímia até chegarmos à ideia que defendemos. A relação proposta com o conceito de paráfrase, por sua vez, também se torna particularmente interessante à nossa pesquisa, uma vez que relações parafrásticas são centrais nas análises que partem de uma perspectiva enunciativa culioliana como a por nós adotada.

Finalizando as discussões da obra *Semântica*, o que os autores dizem sobre a paráfrase é que:

[...] ela tem um fundamento real em semelhanças de significação das palavras ou das construções gramaticais, mas essas semelhanças não são nunca completas; ao contrário, revelam-se bastante precárias a uma análise mais acurada, como aquela que o semanticista tem obrigação de fazer. Além disso, podem ser explicitamente negadas pelo falante [...]. Assim, o reconhecimento de uma relação de paráfrase corresponde sempre, em alguma medida, a um apagamento de diferenças que poderiam ser colocadas em relevo em outros contextos. (ILARI; GERALDI, 1985, p.50)

Nosso trabalho é desenvolvido olhando para paráfrases a fim de observar, sobretudo, diferenças. Esse conceito será central em nossas análises, conforme discutiremos posteriormente ⁸⁷. Antes, porém, de chegarmos às análises propostas por nossa pesquisa, traremos ainda um pouco mais de reflexão teórica.

Logo a seguir, exploraremos em detalhes um conceito com o qual Culioli trabalha que será bastante importante para as nossas reflexões. Em contraposição a uma observação do estável como um olhar tradicional para a sinonímia mostra-nos, ele permitirá discutir uma articulação entre o estático e o dinâmico.

5.2 “Tipo”

Quando, no item “Léxico sob a ótica enunciativa” ⁸⁸, apresentamos a concepção de “noção” e discutimos a construção do domínio nocional, o conceito de “tipo” foi rapidamente citado, sem ser explorado em detalhes.

Esse conceito será muito recorrente em nossas reflexões e importante para as análises que propomos realizar, por isso é interessante que dediquemos uma atenção especial a ele.

5.2.1 O “tipo” e a construção do domínio nocional segundo a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”

Em “Léxico sob a ótica enunciativa” ⁸⁹, discutimos que a partir daquilo que A. Culioli chama de “noção” constrói-se um “domínio nocional”. Essa construção de um domínio nocional é que torna a noção quantificável, por meio da composição de uma classe de ocorrências ⁹⁰.

Já do ponto de vista qualitativo, como vimos, todo domínio apresenta um “interior”, com um “centro organizador”, um “exterior” e uma “fronteira” ⁹¹.

O interior conterá ocorrências que possuem uma mesma propriedade. Culioli (1999b, p.54) ⁹² discute que se trata de casos ao mesmo tempo individualizáveis e identificáveis uns

⁸⁷ Item 6.1 “Metodologia de análise”, p.135.

⁸⁸ 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

⁸⁹ p.53.

⁹⁰ Discussões presentes em Culioli (1999b, p.54).

⁹¹ Idem.

aos outros. Individualizáveis, uma vez que, sob a denominação “livro”, por exemplo, pode haver diferentes livros, cada qual com sua especificidade (pensemos, apenas a título de ilustração, em casos como livros de história, de matemática, de ciências etc.); identificáveis porque, apesar de cada uma dessas ocorrências ser única, ao mesmo tempo, cada caso particular é unido pela propriedade comum <ser livro> (um livro de matemática não deixa de ser identificado como livro, da mesma maneira que um livro de história o é, a despeito de suas diferenciações individuais).

Organizando essas ocorrências do interior de um domínio nocional estaria o centro organizador. Ele funcionaria como um “pólo de referência” (Culioli 1999b, p.11) e corresponde a dois modos de organização: o “tipo” e o “atrator”.

Enquanto o tipo diz respeito a uma ocorrência representativa, o atrator remeteria a uma representação abstrata e absoluta ⁹³. Culioli explica-nos em detalhes esses conceitos. Vejamos:

Tout domaine est centré, c’est-à-dire muni d’une représentation régulatrice qui assure l’identification de toute occurrence quelconque, à travers les circonstances énonciatives, à cette occurrence organisatrice. Quand ce centre correspond à une représentation que l’on peut exhiber ou pointer (objets; conduites), d’un côté, et qui, par ailleurs, sert de norme, d’étalon, bref de critère de conformité, on parlera de *type*. Lorsqu’on n’opère plus sur des représentations en tout ou rien, mais que l’on travaille en plus ou moins (intensité; valuation; appréciation), l’occurrence régulatrice est, dans ce cas, d’ordre qualitatif et n’est pas représentable par rapport à une instance matérielle. Elle est inaccessible et fournit la valeur extrême, auto-référée (l’occurrence renvoie à la notion dont elle est l’occurrence), à la fois stable (elle s’apparente à un point fixe) et produite par un processus d’abstraction qui fait qu’elle ne se confond pas avec un degré ultime dans une échelle d’adéquation. On appellera *attracteur* cette représentation régulatrice. Elle permet, en particulier, de dire l’indicible, de référer sans référent (“les mots me manquent pour le dire” ; “une terreur indescriptible” ; “ma surprise fut totale” ; etc). L’attracteur peut, par renversement, devenir “répulsif” (à

⁹² “[...] l’intérieur nous donne des occurrences *à la fois* individuales, et identifiables les unes aux autres, parce que toutes possèdent une même propriété: *tel ou tel ou tel livre, tel ou tel ou tel chat*, de tout façon, il s’agit d’un *livre* ou d’un *chat*.” (CULIOLI, 1999b, p.54)

“[...] o interior nos dá ocorrências *ao mesmo tempo* individualizáveis, e identificáveis uma às outras, porque todas possuem uma mesma propriedade: *tal ou tal ou tal livro, tal ou tal ou tal gato*, de qualquer maneira, trata-se de *um livro* ou de *um gato*.” (CULIOLI, 1999b, p.54) *Tradução nossa*.

⁹³ “Il y a [...] une différence essentielle entre le **type**, qui correspond à une occurrence représentative, et l’**attracteur** qui renvoie à une représentation abstraite et absolue.” (CULIOLI, 1999b, p.13)

“Há [...] uma diferença essencial entre o **tipo**, que corresponde a uma ocorrência representativa, e o **atrator** que remete a uma representação abstrata e absoluta.” (CULIOLI, 1999b, p.13) *Tradução nossa*.

côté de “Quel (beau) temps!”, on aura “Quel (mauvais) temps!”, de même que “Tu parles!”, peut être positif ou négatif). (CULIOLI, 1999b, p.71)⁹⁴

A citação dá destaque ao caráter material do tipo, como uma representação que pode ser exibida ou apontada, enquanto o atrator seria inacessível, fornecendo um valor extremo, auto-referenciado.

Para apresentar-nos o tipo, Culioli cita muitas vezes o caso da compra de produtos. Na compra de uma caneta (CULIOLI, 1995, p.51/CULIOLI, 1999b, p.104-105), por exemplo, diante do pedido do produto por um cliente, um vendedor poderá apresentar vários exemplares de caneta e dizer: “Todas essas são canetas.” Vê-se aí, então, que se faz uma distinção entre ser e não ser caneta, opondo, por exemplo, uma caneta a um lápis, ou uma lapiseira. Há um destaque à propriedade <ser caneta> em contraste com <não ser caneta>, que leva os artigos apresentados a serem apontados como equivalentes por a compartilharem.

O atrator, por sua vez, poderia ser ilustrado por uma exclamativa como “Que caneta!”, que, dando prosseguimento ao exemplo da venda de canetas, poderia ser provocada por uma decisão do vendedor de dar mais detalhes dos produtos que apresenta, por meio do estabelecimento de uma comparação entre eles.

O comerciante poderia então produzir enunciados como “isso, não se pode chamar isso de uma caneta; isso é uma caneta ruim; aquela lá, ela não é ruim, mas não é selecionada; essa outra é já o que chamo uma caneta; mas se você quer uma verdadeira caneta, que merece seu nome, então tome aquela!” (CULIOLI, 1999b, p.104)⁹⁵, em que se opera sobre graus variáveis “[...] indo da ocorrência excluída e rejeitada ao exterior, depois à ocorrência

⁹⁴ “Todo domínio é centrado, quer dizer, munido de uma representação reguladora que assegura a identificação de toda qualquer ocorrência, através das circunstâncias enunciativas, a essa ocorrência organizadora. Quando esse centro corresponde a uma representação que se pode mostrar ou apontar (objetos; comportamentos), de um lado, e que, por outro lado, serve de norma, medida, enfim, de critério de conformidade, falar-se-á de *tipo*. Quando não se opera mais sobre representações em tudo ou nada, mas se trabalha em mais ou menos (intensidade; valoração; apreciação), a ocorrência reguladora é, nesse caso, de ordem qualitativa e não é representável com relação a uma instância material. Ela é inacessível e fornece o valor extremo, auto-referenciado (a ocorrência remete à noção da qual ela é a ocorrência), ao mesmo tempo estável (ela se parece com um ponto fixo) e produzida por um processo de abstração que faz que ela não se confunda com um grau último em uma escala de adequação. Chamar-se-á de *atrator* essa representação reguladora. Ela permite, em particular, dizer o indizível, referir sem referente (“faltam-me palavras para dizê-lo”; “um terror indescritível”; “minha surpresa foi total”; etc). O atrator pode, por inversão, tornar-se “repulsor” (ao lado de “Que (bom) tempo!”, ter-se-á “Que (mau) tempo!”, do mesmo modo que “Pois sim!” pode ser positivo ou negativo).” (CULIOLI, 1999b, p.71) *Tradução nossa*.

⁹⁵ *Tradução nossa*.

“Ça, on ne peut appeler ça un stylo; ça, c’est un mauvais stylo; celui-là, il est pas mal, mais c’est du tout venant; cet autre, c’est déjà ce que j’appelle un stylo; mais si vous voulez un vrai stylo, qui mérite son nom, alors prenez celui-là!”. (CULIOLI, 1999b, p.104)

qualquer, para terminar pela ocorrência não-qualquer, bem mais, a ocorrência por excelência, que materializa a *representação* do que é a caneta ideal” (CULIOLI, 1999b, p.104) ⁹⁶.

Seria diante do último comentário que poderia ser produzido um enunciado exclamativo como o que destacamos: “Que caneta!”. Ele significaria então que se trata de uma “verdadeira caneta”, uma “caneta-caneta”, isto é, um exemplar que tem todas as características em alto grau daquilo que se espera de <ser caneta>.

O que é interessante destacar, no entanto, é que o atrator pode aparecer tanto ligado a uma apreciação positiva quanto a um julgamento negativo, nos dois casos indicando um grau máximo da avaliação em questão. Assim, com uma outra entonação, “Que caneta!” poderia remeter não à caneta por excelência, ao exemplar ideal (“Que (boa) caneta!”), mas, pelo contrário, à caneta não verdadeiramente caneta, àquela que não tem as propriedades que se espera de uma boa caneta (“Que caneta (ruim)!”).

Esses elementos brevemente apresentados, o tipo e o atrator, são bastante importantes, uma vez que se considera que não há representação sem que se leve em conta relações. Atuando como reguladores, eles seriam essenciais ao ajustamento intersubjetivo.

Segundo Culioli:

[...] il n'existe pas de représentation de quelque ordre que ce soit sans qu'elle ne se pose relativement à un pôle de référence. On ramène l'inconnu au connu, on construit relativement à un centre organisateur, au sens gestaltiste du terme. Et si l'on “perd ses repères”, cela peut déboucher sur des formes de pathologie. Ce pôle de référence est la condition même de la régulation intersubjective. (CULIOLI, 1999b, p.11) ⁹⁷

É o mesmo autor que nos diz que “Le type est la condition énonciative d'ajustement et de régulation” (CULIOLI, 1999b, p.12) ⁹⁸.

5.2.2 “Tipo”, “Protótipo”, “Estereótipo”, “Arquétipo”

⁹⁶ Tradução nossa.

“[...] il a opéré sur des degrés variables, allant de l'occurrence exclue et rejetée à l'extérieur, puis à l'occurrence quelconque, pour terminer par l'occurrence non-quelconque, bien plus, l'occurrence par excellence, qui matérialise la *représentation* de ce qu'est le stylo idéal.” (CULIOLI, 1999b, p.104)

⁹⁷ “[...] não existe representação de qualquer ordem que seja sem que ela se coloque relativamente a um pólo de referência. Reconduz-se o desconhecido ao conhecido, constrói-se relativamente a um centro organizador, no sentido gestaltista do termo. E se “perde-se suas referências”, isso pode levar a formas de patologia. Esse pólo de referência é a condição mesma da regulação intersubjetiva.” (CULIOLI, 1999b, p.11) Tradução nossa.

⁹⁸ “O tipo é a condição enunciativa de ajustamento e de regulação.” (CULIOLI, 1999b, p.12) Tradução nossa.

Em um de seus textos, A. Culioli apresenta que o conceito que estamos estudando tem parentesco com a noção de protótipo abordada em psicologia cognitiva a partir dos trabalhos de Eleanor Rosch, apesar de fazer uma diferenciação entre “tipo”, “protótipo”, “estereótipo” e “arquétipo”.

As palavras do autor são as seguintes:

Le type présente des parentés avec la notion de prototype qui a cours en psychologie cognitive à la suite des travaux d'E. Rosch. Toutefois, je distingue type
 -de prototype qui renvoie plutôt à l'activité symbolique et cognitive en amont du langage. Il s'agit de l'activité fondamentale et innée qui conduit à isoler des propriétés ou des événements disparates, puis à construire des représentants abstraits et détachés de la réalité. Un type est exhibable **énonciativement**, mais un prototype n'est pas nécessairement désignable;
 -de stéréotype que stabilisent des activités culturelles et anthropologiques. Les types ne sont pas stables si on les considère dans une dimension historique;
 -d'archétype, au sens où Jung entend le terme. (CULIOLI, 1999b, p.12)⁹⁹

Em uma outra discussão promovida por Culioli podemos mais uma vez também nos deparar com uma atenção especial dada a essa diferenciação. Vejamos:

In passing, I would like to make a few remarks on:

- arche-type
- proto-type
- stereo-type
- Ø-type

Within the symbolic activity of the human species the construction of what has been termed “prototype” seems fundamental, *innate*: every human being when viewing events that at first sight appear disparate, sorts them in such a way that he ends up with occurrences identifiable with a type, even if they are extremely diverse colours, actions or phenomena. A large part of our cognitive activity is founded on this capacity to know how to isolate the pertinent properties that enable us to compare apparently unrelated events to types, allowing us to construct abstract representatives detached from reality. In fact there would be no symbolic activity without this ability. In this

⁹⁹ “O tipo apresenta parentesco com a noção de protótipo que é usada em psicologia cognitiva depois dos trabalhos de E. Rosch. Entretanto, eu distingo tipo

-de protótipo que remete mais à atividade simbólica e cognitiva antes da linguagem. Trata-se da atividade fundamental e inata que conduz a isolar propriedades ou acontecimentos disparates, depois construir representantes abstratos e destacados da realidade. Um tipo é exibível **enunciativamente**, mas um protótipo não é necessariamente designável;

-de estereótipo que estabilizam atividades culturais e antropológicas. Os tipos não são estáveis se os considera-se em uma dimensão histórica;

-de arquétipo, no sentido em que Jung entende o termo.” (CULIOLI, 1999b, p.12) *Tradução nossa*.

instance we speak of *prototypes*: “proto” signifying first, primordial, typifying. I more readily use the term “type”; however, when speaking in English, I use the term “prototype”. But one finds the notion of “type” in Gonseth, a Swiss mathematician who published *Mathématique et réalités* circa 1925-1930¹⁰⁰. The notion of type can also be found in Gestalt, in particular in Koffka’s book: *Principles of Gestalt Psychology*.¹⁰¹

Archetypes are *primitive* types that are in us, in the Platonic sense of the term, or the Jungian sense for those interested in psychoanalysis. They are associated with metaphysical problems.

Stereotypes are types that have been altered by prejudice originating in a culture. (CULIOLI, 1995, p.43)¹⁰²

Enquanto em ambas as citações, o arquétipo é rapidamente citado, associado a Platão e Jung, o estereótipo aparece ligado a cultura e estabilização.

Já o protótipo é associado a uma propriedade inata, própria da atividade cognitiva humana, de construir representantes abstratos e destacados da realidade, depois de conseguir isolar propriedades de fenômenos aparentemente distantes.

Próximo do protótipo, o tipo, por sua vez, distingue-se dele pela especificidade de ser designável, estar necessariamente associado à enunciação.

5.2.3 Rosch e o conceito de “protótipo”

¹⁰⁰ Gonseth, F. 1936. *Les Mathématiques et la réalité. Essai sur la méthode axiomatique*. Paris : A. Blanchard.

¹⁰¹ Koffka, K. 1935. *Principles of Gestalt Psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.

¹⁰² “De passagem, eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito de:

- arqué-tipo
- protó-tipo
- estereó-tipo
- Ø-tipo

Dentro da atividade simbólica da espécie humana, a construção do que tem sido chamado “protótipo” parece fundamental, *inata*: todo ser humano quando vê acontecimentos que à primeira vista parecem desiguais, separa-os de uma maneira que termina com ocorrências identificáveis a um tipo, mesmo se eles são cores, ações ou fenômenos extremamente diversos. Uma grande parte de nossa atividade cognitiva é baseada nessa capacidade de conhecer como isolar as propriedades pertinentes que nos habilita a comparar a tipos eventos aparentemente não relacionados, permitindo-nos construir representantes abstratos desprendidos da realidade. Na verdade não haveria atividade simbólica sem essa habilidade. Nesse caso falamos de *protótipos*: “proto” significando tipificação primeira, primordial. Eu mais facilmente uso o termo “tipo”; no entanto, quando falando em Inglês, eu uso o termo “protótipo”. Mas se encontra a noção de “tipo” em Gonseth, um matemático suíço que publicou *Mathématique et réalités* por volta de 1925-1930. A noção de tipo também pode ser encontrada em Gestalt, em particular no livro de Koffka: *Principles of Gestalt Psychology*.

Arquétipos são tipos *primitivos* que estão em nós, no sentido Platônico do termo, ou no sentido Junguiano para aqueles interessados em psicanálise. Eles estão associados a problemas metafísicos.

Estereótipos são tipos que têm sido alterados por preconceito originário em uma cultura.” (CULIOLI, 1995, p.43) *Tradução nossa*.

Mesmo com a diferenciação apresentada entre as definições de “tipo”, “protótipo”, “estereótipo” e “arquétipo”, por A. Culioli associar o conceito que estamos estudando à noção de “protótipo” abordada por Rosch, é importante que dediquemos uma atenção especial à observação dos estudos dessa autora.

Eleanor Rosch é uma pesquisadora norte-americana dedicada à Psicologia, conhecida por estudar processos de formação de categorias a partir da concepção de protótipo. Seu nome é bastante evocado como renovador dos problemas de categorização em psicologia cognitiva.

Abordemos com mais detalhes as ideias dessa autora.

5.2.3.1 A categorização humana

A ideia central levantada por Rosch em seus estudos é a de que a categorização humana não é arbitrária, mas sim regida por alguns princípios psicológicos.

No segundo capítulo do livro *Cognition and Categorization* (Rosch & Lloyd (1978))¹⁰³, em artigo intitulado “Principles of Categorization”, a autora comenta:

For some years, I have argued that human categorization should not be considered the arbitrary product of historical accident or of whimsy but rather the result of psychological principles of categorization, which are subject to investigation. (ROSCH, 1978, p.27)¹⁰⁴

Uma categoria é definida como um agrupamento de objetos que são considerados equivalentes e aparece organizada em um sistema, conhecido como taxonomia, em que se relaciona com outras categorias por meio de inclusão de classe. Vejamos:

By *category* is meant a number of objects that are considered equivalent. Categories are generally designated by names (e.g., *dog*, *animal*). A *taxonomy* is a system by which categories are related to one another by means of class inclusion. The greater the inclusiveness of a category within a taxonomy, the higher the level of abstraction. Each category within a taxonomy is entirely included within one other category (unless it is the highest level category) but it is not exhaustive of that more inclusive category (see Kay, 1971). Thus the term *level of abstraction* within a taxonomy refers to a particular level of inclusiveness. A familiar taxonomy

¹⁰³ ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.) **Cognition and Categorization**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

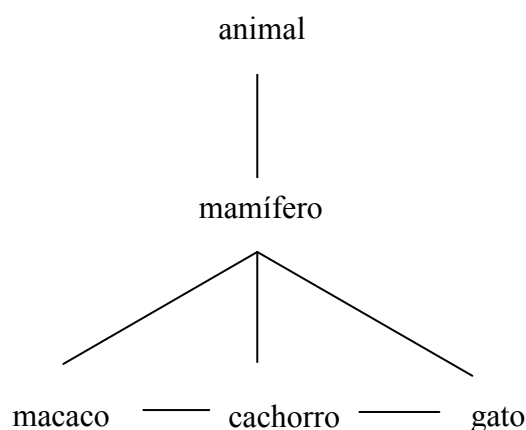
¹⁰⁴ “Há alguns anos, eu tenho argumentado que a categorização humana não deve ser considerada o produto arbitrário de acidente histórico ou de capricho, mas sim o resultado de princípios psicológicos de categorização, os quais são assunto para investigação.” (ROSCH, 1978, p.27) *Tradução nossa*.

is the Linnean system for the classification of animals. (ROSCH, 1978, p.30)
 105

A cada categoria estariam ligados dois níveis: uma dimensão vertical e outra horizontal. Enquanto verticalmente há uma variação em termos de inclusão de classe, horizontalmente há uma segmentação da categoria dentro do mesmo nível.

Pensemos, por exemplo, de maneira bastante rápida e simplificada, no caso da categoria “cachorro”. Enquanto no sentido vertical podemos passar de “animal” a “mamífero” e a “cachorro”, na horizontal, “cachorro” estará ao lado de outros mamíferos como “gato”, “macaco”, etc., como tentamos ilustrar pela imagem abaixo:

Figura 2 – Exemplo de uma taxonomia



Algo importante a ser destacado é que é possível perceber que o grau de abstração de uma categoria está intimamente relacionado ao seu nível de inclusão em uma taxonomia: ele será maior quanto mais alta a posição na orientação vertical.

5.2.3.2 Princípios de categorização

¹⁰⁵ “*Categoria* significa um número de objetos que são considerados equivalentes. Categorias são geralmente designadas por nomes (ex., *cachorro*, *animal*). Uma *taxonomia* é um sistema por meio do qual as categorias são relacionadas umas às outras por meio de inclusão de classe. Quanto maior o grau de inclusão de uma categoria em uma taxonomia, maior o nível de abstração. Cada categoria em uma taxonomia está inteiramente incluída em uma outra categoria (a menos que seja o nível mais alto de categoria) mas não é exaustiva dessa mais inclusiva categoria (ver Kay, 1971). Assim, o termo *nível de abstração* com relação a uma categoria refere a um nível particular de inclusão. Uma taxonomia conhecida é o sistema Lineano para a classificação de animais.” (ROSCH, 1978, p.30) *Tradução nossa*.

Dois seriam os princípios gerais e básicos propostos por Rosch para a formação de categorias. Um deles estaria relacionado à função dos sistemas de categorização, e o outro associado à estrutura da informação fornecida por uma categoria.

a) Economia cognitiva

O primeiro desses princípios diz respeito à ideia de economia cognitiva e propõe que a tarefa dos sistemas de categoria é fornecer o máximo de informação com o mínimo de esforço cognitivo.

Segundo Rosch:

To categorize a stimulus means to consider it, for purposes of that categorization, not only equivalent to other stimuli in the same category but also different from stimuli not in that category. On the other hand, it would appear to the organism's advantage to have as many properties as possible predictable from knowing any one property, a principle that would lead to formation of large numbers of categories with as fine discriminations between categories as possible. On the other hand, one purpose of categorization is to reduce the infinite differences among stimuli to behaviorally and cognitively usable proportions. It is to the organism's advantage not to differentiate one stimulus from others when that differentiation is irrelevant to the purposes at hand. (ROSCH, 1978, p.28-29)

106

A citação dá ênfase ao fato de que categorizar seria considerar ao mesmo tempo o igual e o diferente: estímulos presentes em uma categoria seriam equivalentes entre si e diferentes de estímulos de outras categorias. Tal característica seria duplamente importante para um organismo, pois a indiferenciação intra-categorial permite que a partir do conhecimento de um único dado atributo, possa-se prever outras propriedades ligadas a um elemento, ao mesmo tempo que possibilita também que não se faça diferenciações quando estas não são relevantes.

A questão, no entanto, de que é interessante que se possa conhecer muitas características a partir de uma única, faz que a busca por uma máxima previsibilidade possa

¹⁰⁶ “Categorizar um estímulo significa considerá-lo, para propósitos dessa categorização, não só equivalente a outros estímulos na mesma categoria, mas também diferente de estímulos que não estão nessa categoria. Por outro lado, pode parecer vantajoso para o organismo ter como previsíveis tantas propriedades quanto possíveis a partir do conhecimento de qualquer uma propriedade, um princípio que levaria à formação de um grande número de categorias com o máximo possível de discriminações finas entre categorias. Por outro lado, um propósito da categorização é reduzir as infinitas diferenças entre os estímulos para proporções comportamentalmente e cognitivamente utilizáveis. É vantajoso para o organismo não diferenciar um estímulo de outros quando essa diferenciação é irrelevante para os propósitos que se tem.” (ROSCH, 1978, p.28-29) *Tradução nossa.*

exigir um grande número de discriminações entre categorias, caminho que não vai na mesma direção da ideia de que não diferenciar às vezes pode ser vantajoso.

b) Estrutura do mundo percebido

O outro princípio de categorização proposto afirma que o mundo é percebido por nós de maneira estruturada e não de forma arbitrária ou imprevisível. Essa estrutura seria manifestada por meio da combinação de alguns atributos como Rosch irá mostrar por meio da discussão de alguns exemplos na citação abaixo.

The second principle of categorization asserts that unlike the sets of stimuli used in traditional laboratory-concept attainment tasks, the perceived world is not an unstructured total set of equiprobable co-occurring attributes. Rather, the material objects of the world are perceived to possess (in Garner's, 1974 sense) high correlational structure. That is, given a knower who perceives the complex attributes of feathers, fur, and wings, it is an empirical fact provided by the perceived world that wings co-occur with feathers more than with fur. And given an actor with the motor programs for sitting, it is a fact of the perceived world that objects with the perceptual attributes of chairs are more likely to have functional sit-on-able-ness than objects with the appearance of cats. In short, combinations of what we perceive as the attributes of real objects do not occur uniformly. Some pairs, triples, etc., are quite probable, appearing in combination sometimes with one, sometimes another attribute; others are rare; others logically cannot or empirically do not occur. (ROSCH, 1978, p.29)¹⁰⁷

Um dos exemplos tomados mostra-nos que diante dos elementos “penas”, “pele” e “asas”, o ser humano não tem dúvidas em prontamente fazer uma associação entre a primeira e a terceira menções feitas. Isso evidencia que há uma não-uniformidade na co-relação dos elementos, o que nos apresenta o mundo como não sendo um conjunto não estruturado.

Rosch (1978, p.29) discute que a percepção dos atributos seria determinada por inúmeros fatores, que variam em função desde a espécie (a estrutura do mundo seria

¹⁰⁷ “O segundo princípio de categorização afirma que, diferentemente dos conjuntos de estímulos usados em tarefas realizadas em laboratórios-conceito tradicionais, o mundo percebido não é um conjunto total não estruturado de equiprováveis atributos co-ocorrentes. Ao contrário, os objetos materiais do mundo parecem possuir (no sentido de Garner, 1974) alta estrutura correlacional. Isto é, dado um conhecedor que percebe os complexos atributos de penas, pele, e asas, é um fato empírico dado pelo mundo percebido que asas co-ocorrem mais com penas do que com peles. E dado um ator com os programas motores para sentar, é um fato do mundo percebido que objetos com atributos perceptuais de cadeiras são mais prováveis de ter “sentabilidade” funcional que objetos com a aparência de gatos. Em resumo, combinações do que percebemos como os atributos de objetos reais não ocorrem uniformemente. Alguns pares, triplas, etc., são bastante prováveis, aparecendo em combinação às vezes com um, outras com outro atributo; outros são raros; outros logicamente não podem ou empiricamente não ocorrem.” (ROSCH, 1978, p.29) *Tradução nossa.*

percebida de maneira diferente por um cachorro e por um humano, por exemplo) até as necessidades funcionais do organismo em sua interação com o ambiente físico e social.

A autora destaca ainda que um desses fatores que influenciam a definição de atributos pelo ser humano seria o sistema categórico já existente em uma cultura em um determinado momento. O fato de já haver uma categoria chamada “aves”, por exemplo, estaria diretamente ligada à percepção que temos diante do atributo “asas” utilizado no exemplo citado. Vejamos o comentário de Rosch sobre a questão:

What attributes *will* be perceived given the ability to perceive them is undoubtedly determined by many factors having to do with the functional needs of the knower interacting with the physical and social environment. One influence on how attributes will be defined by humans is clearly the category system already existent in the culture at a given time. Thus, our segmentation of a bird's body such that there is an attribute called “wings” may be influenced not only by perceptual factors such as the gestalt laws of form that would lead us to consider the wings as a separate part (Palmer, in press) but also by the fact that at present we already have a cultural and linguistic category called “birds”. Viewing attributes as, at least in part, constructs of the perceiver does not negate the higher-order structural fact about attributes at issue, namely that the attributes of wings and that of feathers do co-occur in the perceived world. (ROSCH, 1978, p.29)¹⁰⁸

A autora fala em leis gestalt e categoria já existente influenciando nosso olhar para o mundo e ainda enfatiza ao final do excerto que fazer essa ligação entre os atributos e aquele que os percebe, no entanto, não negaria a ideia que vem defendendo, qual seja, que uma questão estrutural de ordem maior estaria ligada à co-ocorrência de elementos como “asas” e “penas” no mundo que percebemos.

¹⁰⁸ “Que atributos *serão* percebidos, dada a habilidade para percebê-los, é sem dúvida determinado por muitos fatores relacionados com as necessidades funcionais do conhecedor interagindo com o ambiente físico e social. Uma influência sobre como os atributos irão ser definidos por humanos é claramente o sistema categórico já existente na cultura em um dado momento. Assim, nossa segmentação do corpo de uma ave tal qual há um atributo chamado “asas”, pode ser influenciada não só por fatores perceptuais tais quais as leis gestalt de forma que nos levariam a considerar as asas como uma parte separada (Palmer, no prelo) mas também pelo fato que no presente nós já temos uma categoria cultural e linguística chamada “aves”. Ver atributos como, ao menos em parte, construtos daquele que percebe não nega o fato estrutural de ordem mais alta sobre atributos em questão, a saber que atributos de asas e aqueles de penas devem co-ocorrer no mundo percebido.” (ROSCH, 1978, p.29) *Tradução nossa.*

Sendo o mundo estruturado, levando em conta a ideia já discutida ¹⁰⁹ de que buscamos economia cognitiva, vemos que a eficácia das categorias será maior quanto mais de perto elas puderem apreender a estrutura que se percebe.

Os dois princípios apresentados, economia cognitiva e estrutura do mundo percebido, teriam implicações relacionadas aos níveis tanto vertical quanto horizontal que compõem uma categoria. Com relação ao eixo vertical, eles determinariam a existência de um nível, chamado de “básico”, que se destacaria dentre os demais. Já quanto à orientação horizontal, estariam ligados à formação do que se chama de “protótipo”.

Rosch dá-nos um pouco mais de detalhes dessas implicações. Vejamos:

The implication of the two principles of categorization for the vertical dimension is that not all possible levels of categorization are equally good or useful; rather, the most basic level of categorization will be the most inclusive (abstract) level at which the categories can mirror the structure of attributes perceived in the world. The implication of the principles of categorization for the horizontal dimension is that to increase the distinctiveness and flexibility of categories, categories tend to become defined in terms of prototypes or prototypical instances that contain the attributes most representative of items inside and least representative of items outside the category. (ROSCH, 1978, p.30) ¹¹⁰

Enquanto a existência de um nível mais inclusivo do que os demais torná-lo-ia bastante útil por permitir associar um grande número de elementos e, atender, assim, muito bem nossa busca por economia cognitiva, a formação dos protótipos permitiria aumentar a distinção e a flexibilidade das categorias, sendo igualmente importante.

A seguir examinaremos com mais detalhes essas ideias.

5.2.3.3 Nível básico

Quando se considera o eixo vertical de uma categoria, uma ideia central será a de nível básico. Rosch dedicará boa parte de suas discussões a refletir sobre ele.

¹⁰⁹ Item 5.2.3.2 a) “Economia cognitiva”, p.102.

¹¹⁰ “A implicação dos dois princípios de categorização para a dimensão vertical é que nem todos os possíveis níveis de categorização são igualmente bons ou úteis; ou melhor, o mais básico nível de categorização será o mais inclusivo (abstrato) nível no qual as categorias podem espelhar a estrutura de atributos percebidos no mundo. A implicação dos princípios de categorização para a dimensão horizontal é que para aumentar a distintividade e flexibilidade de categorias, categorias tendem a tornarem-se definidas em termos de protótipos ou exemplos prototípicos que contêm os atributos mais representativos de itens dentro e menos representativos de itens fora da categoria.” (ROSCH, 1978, p.30) *Tradução nossa.*

Para compreendê-lo é preciso conhecer dois conceitos a que a autora faz bastante referência: “cue validity” e “category ressamblance”¹¹¹.

Trata-se de conceitos bem específicos. O primeiro deles é um conceito probabilístico, vejamos:

Cue validity is a probabilistic concept; the validity of a given cue x as a predictor of a given category y (the conditional probability of y/x) increases as the frequency with which cue x is associated with category y increases and decreases as the frequency with which cue x is associated with categories other than y increases (Beach, 1964a, 1964b; Reed, 1972). The cue validity of an entire category may be defined as the summation of the cue validities for that category of each of the attributes of the category. A category with high cue validity is, by definition, more differentiated from other categories than one of lower cue validity. (ROSCH, 1978, p.30-31)¹¹²

Conforme é trazido no final do excerto, uma categoria com alta *cue validity* seria mais diferenciada do que uma com uma baixa taxa proveniente do cálculo apresentado.

Já o conceito de *category ressamblance* trata-se de uma formulação dada por Tversky, um psicólogo também interessado por estudos sobre categorização. Ela nos é apresentada da seguinte maneira:

[...] the weighted sum of the measures of all of the common features within a category minus the sum of the measures of all of the distinctive features. Distinctive features include those that belong to only some members of a given category as well as those belonging to contrasting categories. (ROSCH, 1978, p.31)¹¹³

O peso dado ao contraste nessa segunda formulação seria menor do que é considerado na *cue validity*.

A partir desses dois conceitos, o nível básico é definido como aquele em que a *cue validity* e a *category ressamblance* são máximas. Em outras palavras, seria o nível mais

¹¹¹ Por tratar-se de conceitos, optaremos por usar os termos no original, em inglês, sem traduzi-los.

¹¹² “*Cue validity* é um conceito probabilístico; a validade de um dado sinal x como um previsor de uma dada categoria y (a probabilidade condicional de y/x) aumenta de acordo com a frequência com a qual o sinal x é associado com a categoria y e diminui à medida que a frequência com que o sinal x é associado com outras categorias diferentes de y aumenta. (Beach, 1964a, 1964b; Reed, 1972). A *cue validity* de uma categoria inteira pode ser definida como a soma das *cue validities* para essa categoria de cada um dos atributos da categoria. Uma categoria com alta *cue validity* é, por definição, mais diferenciada de outras categorias do que uma de *cue validity* mais baixa.” (ROSCH, 1978, p.30-31) *Tradução nossa*.

¹¹³ “[...] a soma ponderada das medidas de todas as características comuns dentro de uma categoria menos a quantidade das medidas de todas as características distintivas. Características distintivas incluem aquelas que pertencem a só alguns membros de uma dada categoria, bem como aquelas que pertencem a categorias contrastantes.” (ROSCH, 1978, p.31) *Tradução nossa*.

inclusivo no qual haveria atributos comuns para todos ou a maioria dos membros de uma dada categoria, conforme Rosch (1978, p.31) discute citando alguns exemplos. Vejamos:

A working assumption of the research on basic objects is that (1) in the perceived world, information-rich bundles of perceptual and functional attributes occur that form natural discontinuities, and that (2) basic cuts in categorization are made at these discontinuities. Suppose that basic objects (e.g., chair, car) are at the most inclusive level at which there are attributes common to all or most members of the category. Then both total cue validities and category resemblance are maximized at that level of abstraction at which basic objects are categorized. This is, categories one level more abstract will be superordinate categories (e.g., furniture, vehicle) whose members share only a few attributes among each other. Categories below the basic level will be bundles of common and, thus, predictable attributes and functions but contain many attributes that overlap with other categories (for example, kitchen chair shares most of its attributes with other kinds of chairs). (ROSCH, 1978, p.31) ¹¹⁴

O nível que estamos estudando seria intermediário entre um nível conhecido como “superordenado” e outro chamado de “subordinado”. Tomemos, por exemplo, o caso de “cadeira”, citado no excerto e posteriormente melhor discutido por Rosch (1978, p.32). Enquanto “cadeira” seria o elemento correspondente ao nível básico, teríamos “móvel” como seu nível superordenado e uma série de possíveis especificações, como “cadeira de cozinha”, “cadeira de sala de estar”, etc., em uma posição subordinada.

As *cue validity* total e *category resemblance* desses dois níveis seriam mais baixas do que as de nível básico. Isso porque seus membros compartilhariam menos atributos em comum, ou conteriam propriedades que coincidiriam com outras categorias.

No caso da posição superordenada, os elementos aí presentes compartilhariam menos características comuns do que aqueles que constituem o nível básico. Um “móvel”, por exemplo, seria bastante distinto de, digamos, uma “árvore”. Na verdade, Rosch (1978, p.31) discute que a diferenciação nesse nível às vezes seria tão grande que a *category resemblance* poderia até mesmo ser negativa, devido a um maior número de distinções do que propriedades compartilhadas.

¹¹⁴ “Uma suposição de trabalho da pesquisa sobre objetos básicos é que (1) no mundo percebido, feixes ricos em informação de atributos perceptuais e funcionais ocorrem de maneira a formar descontinuidades naturais, e que (2) cortes básicos em categorização são feitos nessas descontinuidades. Suponhamos que objetos básicos (ex., cadeira, carro) estão no nível mais inclusivo no qual há atributos comuns para todos ou a maioria dos membros da categoria. Então tanto as *cue validities* totais quanto a *category resemblance* estão maximizadas no nível de abstração no qual objetos básicos são categorizados. Isto é, categorias um nível mais abstrato serão categorias superordenadas (ex., móvel, veículo) cujos membros compartilham somente alguns atributos entre si. Categorias abaixo do nível básico serão feixes de atributos e funções comuns e, assim, previsíveis, mas contém muitos atributos que coincidem com outras categorias (por exemplo, cadeira de cozinha compartilha a maioria de seus atributos com outros tipos de cadeiras).” (ROSCH, 1978, p.31) *Tradução nossa*.

Já com relação ao nível subordinado, seus componentes teriam muitas características comuns, mas muitas diferenças entre si também, ou, ao menos, essas diferenças seriam bastante significativas, teriam uma importância relevante. Uma “cadeira de cozinha” e uma “cadeira de sala de estar”, por exemplo, teriam muitas propriedades compartilhadas, a necessidade de distingui-las, nomeando-as com especificações precisas, porém, mostraria que a ênfase nesse caso estaria na diferenciação e não na aproximação desses elementos.

Como um último ponto a ser levantado, é preciso ainda destacar que, conforme a última citação que apresentamos ¹¹⁵ discute, a ideia do nível básico parte do fato de haver uma descontinuidade nos atributos do mundo, sobre a qual cortes básicos em categorização seriam feitos. Ele seria o nível de abstração em que os cortes mais básicos poderiam ser feitos. (ROSCH, 1978, p.30)

Para testar todas essas ideias, Rosch realizou uma série de experimentos planejados. Trabalhando com objetos concretos ¹¹⁶, a estrutura correlacional foi considerada como tendo um número de aspectos inseparáveis de forma e função e quatro investigações forneceram definições operacionais convergentes do nível básico: “atributos em comum”, “movimentos motores em comum”, “semelhança objetiva em forma” e “identificabilidade de formas médias”. Vejamos as palavras da autora:

We chose to look at concrete objects because they appeared to be a domain that was at once an indisputable aspect of complex natural language classifications yet at the same time were amenable to methods of empirical analysis. In our investigations of basic categories, the correlational structure of concrete objects was considered to consist of a number of inseparable aspects of form and function, any one of which could serve as the starting point for analysis. Four investigations provided converging operational definitions of the basic level of abstraction: attributes in common, motor movements in common, objective similarity in shape, and identifiability of averaged shapes. (ROSCH, 1978, p.31) ¹¹⁷

¹¹⁵ p.107.

¹¹⁶ A partir da perspectiva teórica que adotamos, posteriormente discutir-se-á essa opção de se olhar apenas objetos concretos. Final do item 5.2.4 “A abordagem da psicologia cognitiva: algumas considerações”, p.119.

¹¹⁷ “Nós escolhemos olhar para objetos concretos porque eles pareceram ser um domínio que era imediatamente um aspecto incontestável das complexas classificações da língua natural e, ainda, ao mesmo tempo, eram receptivos a métodos de análises empíricas. Em nossas investigações de categorias básicas, a estrutura correlacional de objetos concretos foi considerada como consistindo de um número de aspectos inseparáveis de forma e função, qualquer um dos quais poderia servir como o ponto de partida para análise. Quatro investigações forneceram definições operacionais convergentes do nível básico de abstração: atributos em comum, movimentos motores em comum, semelhança objetiva em forma, e identificabilidade de formas médias.” (ROSCH, 1978, p.31) *Tradução nossa.*

No primeiro caso, “atributos em comum”, a hipótese de que o nível básico é o mais inclusivo nível em que há um compartilhamento de propriedades entre objetos foi testado por meio da solicitação a um grupo de sujeitos que listassem atributos associados a palavras tiradas de taxonomias diferentes. O resultado foi um pequeno número de propriedades apontadas para o nível superordenado ao lado de uma grande quantidade de características ligadas ao nível básico, não sendo significativamente maior do que essa última quantia o número de atributos a mais que o nível subordinado teria recebido ¹¹⁸.

Utilizando as mesmas palavras administradas nesse primeiro experimento, o segundo teste realizado, relacionado a “movimentos motores em comum”, pediu aos sujeitos que descrevessem detalhadamente as sequências de movimentos motores que realizavam quando usavam certos objetos. A ideia partiu da consideração de que a maneira como interagimos com os elementos é inseparável dos atributos que deles percebemos e os resultados foram idênticos ao da experiência anterior: os objetos básicos foram novamente as classes mais gerais a ter sequências motoras em comum. Isso porque não costumamos associar muitos movimentos motores a uma palavra como “móvel”, por exemplo, e os programas motores que atribuímos a uma “cadeira” não diferem dos que associamos a “cadeira de cozinha” ou “cadeira de sala de estar”.

Já com relação a “semelhança objetiva em forma”, o terceiro aspecto observado por Rosch, partindo da ideia de que a aparência é um aspecto importante de uma classe de elementos, um método diferente da descrição que foi solicitada nos dois testes anteriores foi usado. Foram fornecidos aos sujeitos esboços da forma de representações bidimensionais de objetos e a similaridade entre elementos justapostos foi medida pela proporção de coincidência de suas áreas. O resultado foi uma coincidência muito maior entre esboços de nível básico. Enquanto a proporção entre as áreas coincidentes e não coincidentes era pequena entre elementos de categorias superordenadas (um carro e uma moto, por exemplo), quando se

¹¹⁸ Os resultados teriam sido como os esperados por Rosch, com uma única exceção. Seriam os casos de taxonomias biológicas trabalhados, para os quais a psicóloga esperava que o nível básico correspondesse ao que é chamado de “folk generic”, o que não foi verificado. A grande quantidade de atributos em comum característica do nível básico acabou aparecendo na posição que originalmente esperava-se ser superordenada. Rosch (1978, p.34) atribui essa resposta inesperada à falta de conhecimento dos sujeitos da profundidade da estrutura de atributos ligada ao nível do que é chamado de “folk generic”. (“Admittedly, the basic level for biological objects was not that predicted by the folk genus; however, this fact appeared to be simply accounted for by our subjects’ lack of knowledge of the additional depth of real-world attribute structure available at the level of the folk generic (see Rosch et al., 1976a).” (ROSCH, 1978, p.34) / “É reconhecido que o nível básico para objetos biológicos não foi o previsto pelo “folk genus”; no entanto, esse fato pareceu ser simplesmente explicado pela falta de conhecimento de nossos sujeitos acerca da adicional profundidade da estrutura de atributo do mundo real disponível no nível do “folk generic” (ver Rosch et al., 1976a).” (ROSCH, 1978, p.34) *Tradução nossa.*

observava categorias subordinadas, havia algum ganho em coincidência (dois carros esportivos, por exemplo), mas esse era menos significativo do que aquele observado entre elementos de nível básico (dois carros, por exemplo) com relação ao nível superordenado.

Finalmente, com relação à última questão tomada, “identificabilidade de formas médias”, as mesmas formas utilizadas na experiência anterior foram usadas para desenhar um esboço médio das figuras sobrepostas, que era oferecido aos sujeitos para que identificassem o objeto retratado. Os resultados caminharam na mesma direção em que vinham aparecendo: objetos básicos como categorias mais gerais e inclusivas nas quais os elementos retratados podiam ser reconhecidos, não havendo nesse caso uma maior identificação no nível subordinado.

Em todas essas experiências feitas de análise de estruturas correlacionais, o nível básico mostrou-se a categorização mais geral e inclusiva. Geralmente se viu uma similaridade maior entre elementos de nível básico, ao lado de uma menor semelhança entre aqueles de nível superordenado, e de uma alta proximidade também entre objetos subordinados, embora não tão significativa em termos de ganho quanto a passagem da posição intermediária à sua superior nos mostra.

A grande importância do nível básico está no fato deste nível ser aquele que melhor espelha a estrutura correlacional do mundo. Segundo Rosch:

That basic objects are categories at the level of abstraction that maximizes cue validity and maximizes category resemblance is another way of asserting that basic objects are the categories that best mirror the correlational structure of the environment. (ROSCH, 1978, p.31) ¹¹⁹

Rosch (1978, p.34-35) discute ainda uma série de possíveis implicações da ideia desse nível focado para áreas diferentes da psicologia, como trabalhos com “imagem”, “percepção”, “desenvolvimento” e “linguagem”.

Com relação à “imagem”, vê-se os objetos básicos como as categorias mais abstratas a partir das quais se pode tomar uma imagem como representativa da classe como um todo.

Damos destaque ao fato de que com relação à “percepção”, observa-se que os objetos podem ser primeiro vistos ou reconhecidos como membros de suas categorias básicas, e somente com processamento adicional, serem identificados aos demais níveis, superordenado e subordinado.

¹¹⁹ “O fato dos objetos básicos serem categorias no nível de abstração que maximiza *cue validity* e *category resemblance* é uma outra maneira de afirmar que os objetos básicos são as categorias que melhor espelham a estrutura correlacional do ambiente.” (ROSCH, 1978, p.31) *Tradução nossa.*

Face ao “desenvolvimento”, por sua vez, discute-se que estariam relacionadas a elementos básicos as primeiras categorizações de objetos concretos feitas por crianças. O nível básico seria ainda o primeiro a ser nomeado.

Com relação à “linguagem”, a autora nos fala do tipo básico como o mais útil e usado nome para um item, a despeito do conhecimento dos nomes superordenados e subordinados diretamente relacionados aos objetos, além de se poder, de maneira mais especulativa, pensá-lo dentro da evolução das línguas, como o nível de partida do desenvolvimento dos nomes, que se espalhariam somente posteriormente para baixo ou para cima à medida que as taxonomias aprofundavam-se.

5.2.3.4 Protótipo

Se o nível básico é uma ideia importante, a ser destacada quando se pensa na dimensão vertical de uma categoria, quando tomamos o eixo horizontal, o conceito que se impõe a ser estudado é o de “protótipo”.

a) Definição

Rosch o define da seguinte maneira:

By prototypes of categories we have generally meant the clearest cases of category membership defined operationally by people's judgments of goodness of membership in the category. (ROSCH, 1978, p.36) ¹²⁰

Os protótipos estão ligados à estrutura interna das categorias e, de acordo com o que a citação apresenta, seriam os casos mais claros de pertencimento a uma categoria, definidos a partir do julgamento das pessoas.

Quando discutimos o princípio de economia cognitiva ¹²¹, enfatizamos que, a fim fornecer o máximo de informação com o mínimo de esforço cognitivo, as categorias tendem a ser tão separadas umas das outras e definidas quanto possível. A ideia de prototipicalidade está diretamente relacionada a essa característica do processo de categorização.

¹²⁰ “Por protótipos de categorias nós temos geralmente querido dizer os casos mais claros de pertencimento definidos operacionalmente pelos julgamentos das pessoas acerca da qualidade do pertencimento à categoria.” (ROSCH, 1978, p.36) *Tradução nossa*.

¹²¹ Item 5.2.3.2 a) “Economia cognitiva”, p.102.

Segundo Rosch (1978, p.35-36), poder-se-ia buscar essa maximização das distinções de duas maneiras: ou por meio da utilização de critérios formais, necessários e suficientes para a determinação do pertencimento a uma categoria, ou dando-se ênfase aos elementos mais claros ao invés de olhar para fronteiras ¹²². O primeiro dos casos marcaria toda uma tradição do pensamento ocidental, junto ao qual se alinharia um tratamento psicológico de categorias no modelo padrão de conceito-identificação, e, em discordância com tal caminho, ter-se-ia a proposta do segundo olhar apresentado, defendido pela autora. A psicóloga recorre a Wittgenstein para apresentar seu ponto de vista. Segundo ela:

As Wittgenstein (1953) has pointed out, categorical judgments become a problem only if one is concerned with boundaries – in the normal course of life, two neighbors know on whose property they are standing without exact demarcation of the boundary line. Categories can be viewed in terms of their clear cases if the perceiver places emphasis on the correlational structure of perceived attributes such that the categories are represented by their most structured portions. (ROSCH, 1978, p.36) ¹²³

Esses casos mais claros que são objetos de discussão no excerto estão diretamente ligados à ideia de prototipicalidade. Rosch (1978, p.36) discute que haveria hoje, no entanto, muita confusão na discussão dos protótipos, principalmente devido a duas questões.

Primeiramente, haveria uma tendência a olhar-se para a prototipicalidade em termos de “tudo ou nada”, ao invés de considerá-la por meio de “graus”. Além disso, muitas vezes não se abordaria os protótipos da maneira mais estrutural possível, mas costumaria haver observação de seu uso em processamento. Vejamos a discussão nas próprias palavras da autora:

A great deal of confusion in the discussion of prototypes has arisen from two sources. First, the notion of prototypes has tended to become reified as though it meant a specific category member or mental structure. Questions are then asked in an either-or fashion about whether something is or is not the prototype or part of the prototype in exactly the same way in

¹²² Não discutiremos neste momento nossa posição sobre o assunto, mas quando apresentarmos o item 5.2.5 “Por um movimento entre estabilidade e deformabilidade” (p.127), ficará bem evidente que a postura teórica que adotamos faz que tenhamos um olhar diferente para algumas afirmações que são levantadas por Rosch. A questão da “fronteira” é vista de forma bem específica na “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” de A. Culioli e será posteriormente abordada no item a que fizemos referência.

¹²³ “Como Wittgenstein (1953) apontou, julgamentos categóricos tornam-se um problema apenas se alguém está preocupado com fronteiras – no curso normal da vida, dois vizinhos conhecem na propriedade de quem estão sem uma demarcação exata da linha fronteira. Categorias podem ser vistas em termos de seus casos claros se o observador coloca ênfase na estrutura correlacional dos atributos percebidos de maneira que as categorias são representadas por suas porções mais estruturadas.” (ROSCH, 1978, p.36) *Tradução nossa*.

which the question would previously have been asked about the category boundary. Such thinking precisely violates the Wittgensteinian insight that we can judge how clear a case something is and deal with categories on the basis of clear cases in the total absence of information about boundaries. Second, the empirical findings about prototypicality have been confused with theories of processing – that is, there has been a failure to distinguish the structure of categories from theories concerning the use of that structure in processing. Therefore, let us first attempt to look at prototypes in as purely structural a fashion as possible. We will focus on what may be said about prototypes based on operational definitions and empirical findings alone without the addition of processing assumptions. (ROSCH, 1978, p. 36)¹²⁴

Rosch defende um olhar estrutural para os protótipos. Para ela, a existência da prototipicalidade seria um fato empírico e a questão seria então saber quais princípios a determinam. De acordo com a autora:

Perception of typicality differences is, in the first place, an empirical fact of people's judgments about category membership. It is by now a well-documented finding that subjects overwhelmingly agree in their judgments of how good an example or clear a case members are of a category, even for categories about whose boundaries they disagree (Rosch, 1974, 1975b). Such judgments are reliable even under changes of instructions and items (Rips, Shoben, & Smith, 1973; Rosh, 1975b, 1975c; Rosch & Mervis, 1975). Were such agreement and reliability in judgment not to have been obtained, there would be no further point in discussion or investigation of the issue. However, given the empirical verification of degree of prototypicality, we can proceed to ask what principles determine which items will be judged the more prototypical and what other variables might be affected by prototypicality. (ROSCH, 1978, p.36)¹²⁵

¹²⁴ “Uma grande confusão na discussão dos protótipos tem surgido de duas fontes. Primeiro, a noção de protótipos tem tendido a se tornar reificada como se significasse um membro específico de uma categoria ou estrutura mental. Questionamentos são então feitos de uma maneira “ou-ou” a respeito se alguma coisa é ou não o protótipo ou parte do protótipo exatamente da mesma maneira na qual a questão poderia ter sido previamente colocada sobre a fronteira de categoria. Tal pensamento precisamente viola o *insight* Wittgensteiniano de que nós podemos julgar quão claro o caso de alguma coisa é e lidar com categorias com base em casos claros na total ausência de informação sobre fronteiras. Segundo, as descobertas empíricas sobre prototipicalidade têm sido confundidas com teorias de processamento – isto é, tem havido uma falha em distinguir a estrutura de categorias de teorias voltadas ao uso dessa estrutura em processamento. Portanto, vamos primeiro tentar olhar protótipos de uma maneira tão puramente estrutural quanto possível. Nós iremos focar em o que pode ser dito sobre protótipos baseados em definições operacionais e descobertas empíricas sozinhas, sem a adição de suposições sobre processamento.” (ROSCH, 1978, p. 36) *Tradução nossa*.

¹²⁵ “Percepção de diferenças de tipicidade é, em primeiro lugar, um fato empírico dos julgamentos das pessoas sobre pertencimento a uma categoria. É já uma descoberta bem documentada que sujeitos esmagadoramente concordam em seus julgamentos de quão bom um exemplo ou claros membros de um caso são de uma categoria, mesmo para categorias sobre cujas fronteiras discordam (Rosch, 1974, 1975b). Tais julgamentos são confiáveis mesmo sob mudanças de instruções e itens (Rips, Shoben, & Smith, 1973; Rosh, 1975b, 1975c; Rosch & Mervis, 1975). Não tivessem tal acordo e confiabilidade em julgamento sido obtidos, não haveria mais ponto em discussão ou investigação da questão. No entanto, dada a verificação empírica de grau de prototipicalidade, nós podemos passar a perguntar que princípios determinam quais itens serão julgados os mais prototípicos e que outras variáveis podem ser afetadas por prototipicalidade.” (ROSCH, 1978, p.36) *Tradução nossa*.

A citação dá ênfase ao fato de que testes já foram capazes de demonstrar uma concordância maciça quanto ao julgamento de quão bom é um exemplar, mesmo para categorias sobre cujas fronteiras não há consenso entre os sujeitos. A argumentação de Rosch vai sempre na direção de que esses casos claros então é que devem ser focados. Esse seria um dos pontos centrais de seu trabalho.

b) Princípios de Prototipicalidade

Os princípios ligados aos protótipos seriam os mesmos que estariam associados ao nível básico já discutido por nós ¹²⁶.

Como no nível básico, a *cue validity* e a *category resemblance* estariam diretamente relacionadas à determinação da prototipicalidade de um elemento. Vejamos as palavras de Rosch:

In terms of the basic principles of category formation, the formation of category prototypes should, like basic levels of abstraction, be determinate and be closely related to the initial formation of categories. For categories of concrete objects (which do not have a physiological basis, as categories such as colors and forms apparently do – Rosch, 1974), a reasonable hypothesis is that prototypes develop through the same principles such as maximization of cue validity and maximization of category resemblance* as those principles governing the formation of the categories themselves.

* Tversky formalizes prototypicality as the member or members of the category with the highest summed similarity to all members of the category. This measure, although formally more tractable than that of cue validity, does not take account, as cue validity does, of an item's dissimilarity to contrast categories. (ROSCH, 1978, p.36-37) ¹²⁷

Em defesa dessa ideia, Rosch (1978, p.37) indica que alguns trabalhos viriam demonstrando que quanto mais prototípico um membro é avaliado, mais características ele

¹²⁶ Item 5.2.3.3 “Nível básico”, p.105.

¹²⁷ “Em termos dos princípios básicos de formação de categoria, a formação de protótipos de categoria deveria, como níveis básicos de abstração, ser determinada e de perto relacionada à formação inicial de categorias. Para categorias de objetos concretos (as quais não têm uma base fisiológica, como categorias tais como cores e formas aparentemente têm – Rosch, 1974), uma hipótese razoável é que protótipos desenvolvem através dos mesmos princípios tais como maximização da *cue validity* e maximização da *category resemblance** como aqueles princípios que governam a formação das categorias elas mesmas.

* Tversky formaliza prototipicalidade como o membro ou membros da categoria com a mais alta similaridade somada para todos os membros da categoria. Essa medida, embora formalmente mais fácil de lidar do que aquela de *cue validity*, não leva em consideração, como a *cue validity* faz, a dissimilaridade de um item para contrastar categorias.” (ROSCH, 1978, p.36-37) Tradução nossa.

compartilharia com outros elementos de sua categoria e menos atributos em comum teria com itens de categorias contrastantes.

Isso poderia ocorrer devido à estruturação dos atributos no mundo real ou a uma tendência humana de diante de um contraste buscar obter uma máxima distintividade. A grande questão, no entanto, válida para os dois casos, seria que tanto representatividade dentro de uma categoria, quanto diferenciação entre categorias contrastantes estariam relacionadas com prototipicalidade. O excerto abaixo apresenta-nos essa discussão.

It is important to note that for natural language categories both at the superordinate and basic levels, the extent to which items have attributes common to the category was highly negatively correlated with the extent to which they have attributes belonging to members of contrast categories. This appears to be part of the structure of real-world categories. It may be that such structure is given by the correlated clusters of attributes of the real world. Or such structure, may be a result of the human tendency once a contrast exists to define attributes for contrasting categories so that the categories will be maximally distinctive. In either case, it is a fact that both representativeness within a category and distinctiveness from contrast categories are correlated with prototypicality in real categories. (ROSCH, 1978, p.37)¹²⁸

A partir de tais considerações, os protótipos poderiam então ser associados a uma estrutura de redundância das categorias como um todo. Rosch comenta:

In short, prototypes appear to be just those members of a category that most reflect the redundancy structure of the category as a whole. That is, if categories form to maximize the information-rich cluster of attributes in the environment and, thus, the cue validity or category resemblance of the attributes of categories, prototypes of categories appear to form in such a manner as to maximize such clusters and such cue validity still further within categories. (ROSCH, 1978, p.37)¹²⁹

¹²⁸ “É importante observar que para categorias de língua natural tanto no nível superordenado quanto no nível básico, o quanto os itens têm atributos comuns à categoria foi altamente correlacionado negativamente com o quanto eles têm atributos pertencendo a membros de categorias contrastantes. Isto parece ser parte das estruturas das categorias do mundo real. Pode ser que tal estrutura seja dada pelos grupos correlacionados de atributos do mundo real. Ou tal estrutura pode ser um resultado da tendência humana em, uma vez que um contraste existe, definir atributos para categorias contrastantes de tal forma que as categorias serão maximamente distintivas. Em ambos os casos, é fato que tanto representatividade dentro de uma categoria quanto distintividade de categorias contrastantes estão correlacionadas com prototipicalidade em categorias reais.” (ROSCH, 1978, p.37) *Tradução nossa*.

¹²⁹ “Em resumo, protótipos parecem ser exatamente aqueles membros de uma categoria que mais refletem a estrutura de redundância da categoria como um todo. Isto é, se categorias formam para maximizar o grupo rico em informação de atributos no ambiente e, assim, a *cue validity* ou *category resemblance* dos atributos de categorias, protótipos de categorias parecem formar de uma tal maneira como para maximizar tais grupos e tal *cue validity* ainda mais dentro de categorias.” (ROSCH, 1978, p.37) *Tradução nossa*.

c) Utilização

Mesmo testes tendo mostrado que a prototipicalidade estaria diretamente relacionada à estrutura de uma categoria, Rosch (1978, p.38) discute que não haveria claras implicações desse conceito para modelos de processamento ou para uma teoria cognitiva da categorização. O que seria evidente apenas é que os protótipos afetariam as principais variáveis dependentes usadas em pesquisas psicológicas.

A autora cita alguns exemplos: “velocidade de processamento: tempo de reação”; “velocidade de aprendizado de categorias artificiais (erros) e ordem de desenvolvimento em crianças”; “ordem e probabilidade de item *output*”; “efeitos de informação antecipada no desempenho: *set*, *priming*”; “a lógica do uso em língua natural de termos de categoria: *hedges*, substituíbilidade em sentenças, superodenação em ASL (língua de sinais americana)”.

Em resumo, os protótipos estariam ligados a tempo de reação, velocidade de aprendizado e ordem de desenvolvimento em crianças, ordem e probabilidade de produção de exemplos, efeito de informação antecipada e uso de termos em língua natural.

No primeiro caso, envolvendo tempo de reação, discute-se que a velocidade com a qual sujeitos podem julgar sentenças sobre pertencimento a categorias estaria diretamente ligada à prototipicalidade: respostas verdadeiras seriam mais rápidas para itens prototípicos. Já com relação ao aprendizado, segundo item levantado, verifica-se que crianças aprendem o pertencimento a categoria dos membros prototípicos mais cedo do que o de outros elementos.

Quanto à produção de exemplos, é constatado que os itens mais prototípicos são os primeiros e mais frequentemente produzidos quando é pedido a sujeitos que listem os membros de categorias. Os efeitos da informação antecipada no desempenho, por sua vez, dizem respeito a uma influência do grau de prototipicalidade na determinação se o conhecimento do nome de uma categoria facilita ou inibe respostas em tarefas de combinação.

Finalmente, no que diz respeito ao uso de termos em língua natural é discutido que, apesar da lógica tratar membros de categorias em “tudo ou nada”, as línguas naturais oferecem mecanismos para se pensar no estabelecimento de gradientes entre os elementos com os quais se trabalha.

Primeiramente, o que se chama de *hedge* seria um conceito associado a Lakoff (1972) e o que é apresentado por Rosch (1978, p.39) é que seria claro, diante de sentenças como “Um pintarroxo é uma ave” e “Um pinguim é uma ave”, o estabelecimento de graus entre elementos. Nesse caso, se seria correto dizer que “pinguim” é tecnicamente uma ave, a autora discute que “pintarroxo” seria então mais do que tecnicamente uma ave, seria uma verdadeira

ave, uma ave por excelência. Em alguns testes em que trabalhou com a estrutura “X é virtualmente Y”, a psicóloga afirma ter observado sujeitos colocarem membros prototípicos de pares oferecidos no espaço referente.

Com relação a uma outra questão ainda associada às línguas naturais, “substituibilidade em sentenças”, Rosch (1978, p.39) apresenta que a prototipicalidade estaria relacionada à previsão da substituição de termos em sentenças. A autora levanta o exemplo “Mais ou menos vinte aves muitas vezes empoleiram-se nos fios de telefone do lado de fora de minha janela e cantam de manhã” pensando nos resultados da troca de “ave” por “pardal” ou “peru”. Segundo ela:

[...] in the sentence “Twenty or so birds often perch on the telephone wires outside my window and twitter in the morning”, the term “sparrow” may readily be substituted for “bird” but the result turns ludicrous by substitution of “turkey”, an effect which is not simply a matter of frequency (Rosch, 1975d). (ROSCH, 1978, p.39) ¹³⁰

Finalmente, Rosch (1978, p.39) discute que na língua americana de sinais (ASL), quando superodenadas são geradas, os itens que aparecem seriam os mais prototípicos de uma categoria.

Todas essas aplicações indicam que a ideia de protótipo é bastante importante. A discussão de Rosch (1978, p. 40) é que a prototipicalidade deve ter lugar em teorias psicológicas de representação, processamento e aprendizagem, embora sozinho o conceito abordado não constitua modelos de trabalho. A autora resume suas ideias no excerto abaixo. Vejamos:

In summary, evidence has been presented that prototypes of categories are related to the major dependent variables with which psychological processes are typically measured. What the work summarized does not tell us, however, is considerably more than it tell us. The pervasiveness of prototypes in real-world categories and of prototypicality as a variable indicates that prototypes must have some place in psychological theories of representation, processing and learning. However, prototypes themselves do not constitute any particular model of processes, representations, or learning. (ROSCH, 1978, p. 39-40) ¹³¹

¹³⁰ “[...] na sentença “Mais ou menos vinte aves muitas vezes empoleiram-se nos fios de telefone do lado de fora de minha janela e cantam de manhã”, o termo “pardal” pode prontamente ser substituído por “ave” mas o resultado torna-se ridículo pela substituição de “peru”, um efeito que não é simplesmente uma questão de frequência (Rosch, 1975d).” (ROSCH, 1978, p.39) *Tradução nossa*.

¹³¹ “Em resumo, evidência tem sido apresentada de que protótipos de categorias estão relacionados às principais variáveis dependentes com as quais processos psicológicos são tipicamente medidos. O que o trabalho resumido não nos diz, no entanto, é consideravelmente mais do que ele nos diz. A penetrabilidade dos protótipos nas

A ênfase é para a concepção de que não se deve tratar a prototipicalidade como algo em si mesma, uma vez que seria fazendo parte de teorias psicológicas que o conceito que nos foi apresentado revelar-se-ia.

Por considerar que esta se trata de uma questão que muitas vezes é mal entendida, Rosch (1978, p.40-41) destaca ainda alguns pontos relativos à reflexão sobre protótipo que são resumidos por meio de quatro afirmações feitas pela psicóloga transcritas abaixo:

1. To speak of a *prototype* at all is simply a convenient grammatical fiction; what is really referred to are judgments of degree of prototypicality.
2. Prototypes do not constitute any particular processing model for categories.
3. Prototypes do not constitute a theory of representation of categories.
4. Although prototypes must be learned, they do not constitute any particular theory of category learning.

(ROSCH, 1978, p.40-41) ¹³²

Primeiramente, vemos uma discussão de que os protótipos devem ser considerados em termos de “graus” de prototipicalidade. Posteriormente, a reflexão de que o conceito que está sendo estudado não constitui modelos de processamento ou teoria de representação é reafirmada, para, finalmente, destacar-se que, embora possam ser aprendidos, os protótipos também não podem constituir teorias de aprendizado de categoria.

A grande ideia perseguida e que parece querer nos ser deixada é a de que os protótipos estão ligados a uma limitação e não a uma especificação de modelos. Rosch afirma: “In short, prototypes only constrain but do not specify representation and process models. In addition, such models further constrain each other” (ROSCH, 1978, p.41) ¹³³.

categorias do mundo real e da prototipicalidade como uma variável indica que os protótipos devem ter algum lugar em teorias psicológicas de representação, processamento e aprendizagem. No entanto, protótipos eles mesmos não constituem nenhum modelo particular de processos, representações, ou aprendizagem.” (ROSCH, 1978, p. 39-40) *Tradução nossa*.

¹³² “1. Falar de *um protótipo* em absoluto é simplesmente uma ficção gramatical conveniente; o que é realmente referido são julgamentos de grau de prototipicalidade.”

2. “Protótipos não constituem nenhum modelo particular de processamento para categorias.”

3. “Protótipos não constituem uma teoria de representação de categorias.”

4. “Apesar dos protótipos deverem ser aprendidos, eles não constituem nenhuma teoria particular de aprendizado de categoria.” (ROSCH, 1978, p.40-41) *Tradução nossa*.

¹³³ “Em resumo, protótipos somente limitam, mas não especificam modelos de representação e processo. Além disso, tais modelos ainda limitam-se uns aos outros.” (ROSCH, 1978, p.41) *Tradução nossa*.

No texto que utilizamos para levantar todo esse conteúdo até agora apresentado sobre Rosch (ROSCH, 1978), a autora ainda dedicará espaços para uma discussão da natureza dos atributos percebidos e acerca do contexto. Há uma rápida reflexão sobre a importância de se levar em consideração relações que se dão em eventos do dia-a-dia, bem como um questionamento a respeito de como contemplá-las nas pesquisas que a autora realiza, seguido da apresentação de um estudo piloto envolvendo a questão.

Não entraremos, no entanto, nos detalhes dessas reflexões, que pareciam ser uma preocupação que se iniciava, mas que não estava ainda claramente definida no momento em que o artigo foi publicado.

Para os propósitos de um breve conhecimento mais geral das principais ideias da psicóloga, os aspectos que apresentamos até aqui já nos bastam.

5.2.4 A abordagem da psicologia cognitiva: algumas considerações

A pesquisadora francesa Danièle Dubois, interessada por questões de cognição, em um livro resultante de um congresso ligado a ciências cognitivas (Dubois (1991))¹³⁴, faz uma apresentação crítica da obra de Eleanor Rosch dez anos após a publicação de seus primeiros trabalhos, apontando limites e alcances da perspectiva teórica que discutimos.

Nessa obra, os estudos da psicóloga norte-americana são apresentados como tendo um caráter, ao mesmo tempo, “inovador” e “clássico”.

Tal afirmação poderia mesmo ser associada às influências que estão na origem do desenvolvimento das ideias de Rosch. Segundo Dubois (1991, p.16), a autora estaria inserida em um duplo contexto: ao lado de uma formação aos moldes do “tratamento da informação”, fundada em uma concepção “clássica” de conceitos, uma forte influência de pesquisas antropológicas, que buscavam reinvestir as ciências cognitivas do que se costuma chamar de perspectivas “ecológicas”.

Vejamos o comentário que é feito:

Les recherches de E. Rosch se sont développées dans le double cadre des modèles du “traitement de l’information” fondés sur une conception “classique” des concepts et d’autre part des recherches anthropologiques. L’idéologie de la côte ouest des Etats-Unis, à laquelle [...] la perspective de

¹³⁴ DUBOIS, D. (Org.) **Sémantique et Cognition – catégories, prototypes, typicalité**. Paris: CNRS Editions, 1991.

Rosch est étroitement associée, tendait, à la différence de l'école du MIT, à réinvestir les sciences cognitives des perspectives “écologiques”, “naturalistes” (la pensée “naturelle”), tout en affirmant son opposition au relativisme culturel et une volonté de recherche de principes universels de la cognition, indépendants des systèmes (culturels) des langues, commune au paradigme de la côte Est. (DUBOIS, 1991, p.16) ¹³⁵

Dubois (1991, p.15-16) comenta que a questão da organização do conhecimento humano e as relações entre linguagem e pensamento estão longe de ser uma problemática nova. São temas que sempre chamam a atenção do homem.

Na década de 70, após a introdução do modelo computacional de tratamento da informação, visto como responsável por uma renovação na maneira como tais questões eram tradicionalmente abordadas, começava-se a apontar algumas dificuldades da concepção racionalista e logicista que então imperava.

Rosch surgiria nesse contexto propondo uma renovação da concepção clássica de organização categorial. Opondo-se a um quadro de experimentos “artificiais” que caracterizava os estudos psicológicos naquele momento, a proposta da autora seria uma consideração das categorias não como construtos de um cientista, mas como elementos preexistentes às investigações experimentais, ou seja, “naturais”. Dubois resume essas discussões:

En contraste avec les études précédentes sur la formation des concepts, étudiés dans un contexte expérimental qui les définissent et les construisent à priori, les recherches de E. Rosch et ses collaboratrices (en particulier Carolyn Mervis) s'intéressent aux catégories sémantiques (culturellement) préexistantes aux investigations expérimentales, c'est-à-dire apprises de manière incidente et opératoires en tant que connaissances d'un groupe donné, en particulier à travers le langage. (DUBOIS, 1991, p.11) ¹³⁶

¹³⁵ “As pesquisas de E.Rosch desenvolveram-se no duplo quadro de modelos do “tratamento da informação” fundados sobre uma concepção “clássica” de conceitos e de outro lado pesquisas antropológicas. A ideologia da costa oeste dos Estados Unidos, à qual [...] a perspectiva de Rosch é de perto associada, tendia, diferentemente da escola do MIT, a reinvestir as ciências cognitivas de perspectivas “ecológicas”, “naturalistas” (o pensamento “natural”), ao mesmo tempo afirmando sua oposição ao relativismo cultural e uma vontade de pesquisar princípios universais da cognição, independentes de sistemas (culturais) de línguas, comum ao paradigma da costa leste.” (DUBOIS, 1991, p.16) *Tradução nossa*.

¹³⁶ “Em contraste com os estudos precedentes sobre a formação de conceitos, estudados em um contexto experimental que os definia e os construía a priori, as pesquisas de E.Rosch e suas colaboradoras (em particular Carolyn Mervis) interessam-se pelas categorias semânticas (culturalmente) preexistentes às investigações experimentais, isto é, tomadas de maneira incidente e operatórias como conhecimentos de um grupo dado, em particular por meio da linguagem.” (DUBOIS, 1991, p.11) *Tradução nossa*.

Residiria aí o caráter “inovador” das pesquisas de Rosch, muitas vezes apontadas como “revolução conceitual” que começava a ocorrer nos estudos cognitivos.

Vejamos mais um comentário de Dubois, recorrendo às palavras de um outro pesquisador, para enfatizar esse aspecto de renovação associado à obra da pesquisadora norte-americana:

On peut donc considérer que cette perspective théorique constitue bien un renouvellement des problématiques psychologiques (voire plus généralement cognitivistes) relatives à l'organisation des concepts en mémoire humaine, et on reprendra à notre compte les remarques de Neisser (1987) qui considère que le progrès des recherches sur les catégories “naturelles” introduites par Rosch, réside dans leur caractère “écologique”, en contraste avec les perspectives précédemment développées sur la formation de concepts. “Ces recherches (précédant celles de Rosch) reposaient sur le postulat (encore largement partagé dans la communauté psychologique) que les concepts, comme les catégories étaient acquises et structurées de manière identique et indépendante des contenus et des conditions de leur construction ou de genèse. Ce postulat justifiait du même coup des paradigmes expérimentaux très analytiques et l'étude de catégories d'objets artificiels, sans signification, appris par des étudiants de psychologie comme prérequis à leur validation de licence, et généralisable à l'espèce humaine” (cf. Neisser, 1987 page 1). (DUBOIS, 1991, p.51)¹³⁷

O aspecto “clássico” das reflexões de Rosch, por sua vez, estaria associado à consideração do modelo taxonômico nas análises que são propostas. Dando continuidade à citação anterior, Dubois comenta:

On nuancera cependant cette évaluation optimiste du caractère écologique des recherches de Rosch. En effet, si ces travaux concernent bien des catégories “naturelles”, le naturel concerne essentiellement le fait qu'il s'agit de catégories dont le cadre de référence reste les taxonomies biologiques. Il s'agit en fait d'une naturalité fondée sur une conception “savante”, “canonique” que notre culture considère comme “vraie”, des objets du monde naturel. Cette référence aux sciences naturelles jamais remise en cause ni dans la perspective de Rosch, ni dans celle de ses

¹³⁷ “Pode-se considerar que essa perspectiva teórica constitui realmente uma renovação de problemáticas psicológicas (e até mesmo mais geralmente cognitivistas) relativas à organização de conceitos em memória humana, e nós retomaremos para nós as considerações de Neisser (1987) que considera que o progresso de pesquisas sobre as categorias “naturais” introduzidas por Rosch reside em seu caráter “ecológico”, em contraste com as perspectivas desenvolvidas antes sobre a formação de conceitos. “Essas pesquisas (que precedem as de Rosch) repousam sobre o postulado (ainda largamente compartilhado na comunidade psicológica) que os conceitos, como as categorias, são adquiridos e estruturados de maneira idêntica e independente de conteúdos e de condições de sua construção ou de gênese. Esse postulado justificava ao mesmo tempo paradigmas experimentais muito analíticos e o estudo de categorias de objetos artificiais, sem significação, aprendidos por estudantes de psicologia como pré-requisitos às suas validações de licença, e generalizável à espécie humana”. (cf. Neisser, 1987 página 1).” (DUBOIS, 1991, p.51) *Tradução nossa.*

détracteurs conduit à limiter l'exploration des structures cognitives à un sous-ensemble de phénomènes, dans des paradigmes expérimentaux, eux aussi restreints. (DUBOIS, 1991, p.51-52) ¹³⁸

A consideração exclusiva de uma estruturação hierárquica baseada em relações de inclusão, que remete a Aristóteles, acabaria por associar o trabalho da autora a um modelo canônico de representação. De acordo com Dubois, esse trabalho com a taxonomia seria o responsável por unir a dupla influência que foi apresentada como base dos estudos da autora. Vejamos:

La double influence, celle de la théorie du traitement de l'information et celle de la perspective anthropologique dans laquelle s'inscrit la recherche de Rosch s'unifient dans la prise en compte exclusive, comme modèle de référence de l'organisation des connaissances en mémoire, du modèle taxonomique que représente la classification systématique du monde naturel. En ce sens, la "révolution" impulsée par Rosch ne concerne donc pas la remise en cause de la canonicité (voire de la validité) du modèle de représentation des concepts dans la tradition occidentale. (ROSCH, 1991, p.18) ¹³⁹

Discutido esse duplo aspecto da obra da psicóloga, Dubois faz um balanço dos estudos de Rosch, levantando pontos tanto positivos quanto negativos dessa abordagem.

Conforme o excerto abaixo indica, como aspecto positivo pode ser citado o caráter original de uma abordagem que, partindo do quadro da psicologia, dispõe-se a discutir questões cognitivas, cujo foco de atenção maior costuma partir das ciências chamadas de exatas. Além disso, alguns conceitos introduzidos pela autora, como as ideias de "categoria", "protótipo" e "tipicalidade", seriam bastante importantes para, em uma relação entre psicologia e linguística, discutir-se a questão lexical levando-se em conta aspectos semânticos da linguagem. Vejamos as palavras de Dubois:

¹³⁸ "Nuançaremos, no entanto, essa avaliação otimista do caráter ecológico de pesquisas de Rosch. Com efeito, se esses trabalhos dizem respeito realmente a categorias "naturais", o natural diz respeito essencialmente ao fato de que se trata de categorias cujo quadro de referência permanece as taxonomias biológicas. Trata-se na verdade de uma naturalidade fundada sobre uma concepção "erudita", "canônica" que nossa cultura considera como "verdadeira", de objetos do mundo real. Essa referência às ciências naturais, jamais questionada nem na perspectiva de Rosch, nem na de seus detratores conduz a limitar a exploração de estruturas cognitivas a um subconjunto de fenômenos, em paradigmas experimentais, eles também restritos." (DUBOIS, 1991, p.51-52) *Tradução nossa.*

¹³⁹ "A dupla influência, da teoria do tratamento da informação e da perspectiva antropológica, na qual se inscreve a pesquisa de Rosch unificam-se na consideração exclusiva, como modelo de referência da organização dos conhecimentos em memória, do modelo taxonômico que representa a classificação sistemática do mundo natural. Nesse sentido, a "revolução" impulsionada por Rosch não diz respeito ao questionamento da canonicidade (e até mesmo da validade) do modelo de representação de conceitos na tradição ocidental." (ROSCH, 1991, p.18) *Tradução nossa.*

L'analyse des concepts dans la perspective de Rosch nous semble particulièrement intéressante et symptomatique dans la mesure où c'est, à notre connaissance, un des rares cadres théoriques dans les sciences cognitives dont le domaine scientifique d'**origine** est la **psychologie**. En effet, on doit reconnaître que les concepts des sciences cognitives sont de manière massive importés du "noyau dur" que constituent les modèles informatiques aux sciences plus "humaines" que sont la linguistique et la psychologie. De plus dans la mise en perspective des relations entre psychologie et linguistique, les notions introduites par Rosch nous semblent également pertinentes dans la mesure où les concepts de **catégorie**, de **prototype** et de **typicalité** interpellent le plus directement les **aspects sémantiques** du langage voire la composante **lexicale**, (donc spécifique **des langues**), délaissée par les modèles syntaxiques et formels dominant actuellement l'étude **du langage**. (DUBOIS, 1991, p.17)¹⁴⁰

Já como pontos negativos ligados à abordagem discutida, uma das questões levantadas diz respeito a um aspecto já aqui citado: a consideração da taxonomia como modelo exclusivo de organização categorial. Segundo Dubois (1991, p.36), análises com categorias diferentes das geralmente abordadas nos estudos de Rosch questionam a generalidade das estruturas taxonômicas como modelo de organização cognitiva. A autora enfatiza que a taxonomia seria apenas uma das formas de organização dos conhecimentos em memória humana e critica sua tomada como universal, quando seria bem característica da cultura ocidental, acompanhemos a reflexão:

En conclusion, on retiendra que l'organisation taxonomique des catégories cognitives n'est qu'une des formes de l'organisation des connaissances en mémoire humaine; C'est une conception marquée par le projet épistémologique de la culture occidentale de classifications des objets naturels. L'étude de l'organisation des connaissances portant sur d'autres objets, impose d'introduire une diversité des relations entre catégories de la hiérarchie qui ne se limitent pas à la seule relation d'inclusion. (ROSCH, 1991, p.36-37)¹⁴¹

¹⁴⁰“A análise de conceitos na perspectiva de Rosch parece-nos particularmente interessante e sintomática na medida em que é, pelo que sabemos, um dos raros quadros teóricos nas ciências cognitivas cujo domínio científico de **origem** é a **psicologia**. Com efeito, deve-se admitir que os conceitos das ciências cognitivas são de maneira massiva importados do “nú duro” que constitui os modelos informáticos ao invés das ciências mais “humanas” que são a linguística e a psicologia. Além disso, na colocação em perspectiva das relações entre psicologia e linguística, as noções introduzidas por Rosch parecem-nos igualmente pertinentes na medida em que os conceitos de **categoria**, de **protótipo** e de **tipicalidade** interpelam mais diretamente os **aspectos semânticos** da linguagem e até o componente **lexical**, (então específico de **línguas**), abandonado pelos modelos sintáticos e formais que dominam atualmente o estudo da **linguagem**.” (DUBOIS, 1991, p.17) *Tradução nossa*.

¹⁴¹ “Em conclusão, chamar-se-á a atenção para o fato de que a organização taxonômica de categorias cognitivas é apenas uma das formas da organização de conhecimentos em memória humana; é uma concepção marcada pelo projeto epistemológico da cultura ocidental de classificações de objetos naturais. O estudo da organização de conhecimentos relativos a outros objetos obriga introduzir uma diversidade de relações entre categorias da hierarquia que não se limitam somente à relação de inclusão.” (ROSCH, 1991, p.36-37) *Tradução nossa*.

Nesse caminho de críticas, um outro aspecto a ser destacado seria uma ambivalência atribuída por Dubois ao pensamento de Rosch. Segundo a autora francesa, quando se fala em trabalho com categoria “natural”, o termo utilizado abre possibilidade de se pensar tanto em “biológico” quanto em “ecológico”, o primeiro caso associando-se a “universal” e o segundo a “culturalmente inscrito”. Um comentário interessante sobre a questão é feito:

On peut déjà noter l’ambivalence de la pensée de Rosch qui se manifeste dans l’ambiguïté du terme “naturel”, oscillant entre le biologique “donc” l’universel et l’écologique “donc” le culturellement inscrit. On peut d’ailleurs faire l’hypothèse que cette ambivalence est source du succès de cette approche, dans l’illusoire réconciliation des positions contradictoires qui traversent récursivement l’analyse de la pensée et de la connaissance, depuis les grandes traditions philosophiques jusqu’aux sciences cognitives actuelles. (DUBOIS, 1991, p.32)¹⁴²

Essa ambiguidade perpassaria toda a reflexão de Rosch. Segundo Dubois, a pesquisa da psicóloga poderia ser assim resumida:

C’est d’abord la recherche d’invariants cognitifs qui aient statut d’**universaux** en opposition explicite au relativisme culturel. A la suite des travaux de Berlin (1973; 1978), il s’agit d’identifier les “classes fonctionnelles et linguistiques des organismes et des objets manufacturés tels qu’elles sont utilisées par **toute** culture au monde” (Rosch, 1978, page 27). C’est également le projet de modéliser, en Intelligence artificielle, **la** “mémoire sémantique” (Quillian, 1968) dans le cadre d’une théorie universelle du traitement de l’information.

Dans le même temps, ces travaux revendiquent un caractère “écologique” à travers la “naturalité” des catégories étudiées, catégories biologiques et objets manufacturés. Le “naturel” renvoie donc au caractère a priori des catégories, préalablement aux cadres d’une expérimentation et s’oppose au courant “artificialiste” (Neisser, 1987) qui, jusque vers les années 70, restait prévalent dans les recherches psychologiques; l’étude des concepts s’inscrivait en effet dans l’analyse de la *formation de concepts*, artificiels, décontextualisés, construits dans le cadre d’une expérience limitée. Rosch, prétend ainsi repositionner l’étude des catégories sémantiques des objets du monde physique (faune et flore et ultérieurement, objets manufacturés) qui sont utilisées dans la vie quotidienne et porteuses de significations, préalables aux évaluations expérimentales. Ce qui conduit, quelques lignes après la première citation, à énoncer qu’ “il doit être noté que les thèmes relatifs à la catégorisation que nous traitons prioritairement

¹⁴² “Pode-se já notar a ambivalência do pensamento de Rosch que se manifesta na ambiguidade do termo “natural”, oscilando entre o biológico “então” o universal e o ecológico “então” o culturalmente inscrito. Pode-se aliás levantar a hipótese de que essa ambivalência é fonte do sucesso dessa abordagem, na ilusória reconciliação de posições contraditórias que atravessam recursivamente a análise do pensamento e do conhecimento, desde as grandes tradições filosóficas até as ciências cognitivas atuais.” (DUBOIS, 1991, p.32) *Tradução nossa*.

concernent les principes explicatifs des catégories qui se trouvent dans **une culture**, et codés par la **langue** (*language*) de cette culture à un moment donné”. (Rosch, 1978; page 28) (DUBOIS, 1991, p.31-32) ¹⁴³

Para a autora francesa, ainda um dos grandes problemas ligados à abordagem de Rosch seria no enunciado de um projeto trazer a busca por um universal e executá-lo a partir de um dado modelo cultural particular. Dubois aponta-nos que a psicóloga norte-americana teria ficado prisioneira de sua língua e do modelo de organização que adotou, quais sejam, o inglês e a taxonomia, exclusivamente tomados em suas pesquisas. A reflexão abaixo é bastante importante:

Si Rosch a mis l’accent dès le départ sur la négation de la détermination culturelle dans l’organisation catégorielle, elle est restée prisonnière de son propre **modèle culturel** (voire de son système symbolique qu’est la **langue américaine!**). Sa prétention à l’exploration des principes universels de la catégorisation est sérieusement limitée par le caractère singulier des objets de référence étudiés (couleurs, catégories biologiques et objets manufacturés) ainsi que par les particularités du modèle d’organisation qui leur est associé dans la culture occidentale (taxonomies). (DUBOIS, 1991, p.25) ¹⁴⁴

Seria esse um dos motivos pelos quais Dubois não considera o nome de Rosch associado a uma “revolução” como muitas vezes se costuma evocá-lo. Ainda que discuta toda a importância da psicóloga para os estudos em ciências cognitivas, destaca que em

¹⁴³ “É primeiramente a pesquisa de invariantes cognitivas que tenham estatuto de **universais** em oposição explícita ao relativismo cultural. Depois dos trabalhos de Berlin (1973; 1978), trata-se de identificar as “classes funcionais e linguísticas de organismos e objetos manufaturados como eles são utilizados por **toda** cultura no mundo” (Rosch, 1978, página 27). É igualmente o projeto de modelizar, em Inteligência artificial, a “memória semântica” (Quillian, 1968) no quadro de uma teoria universal do tratamento da informação.

Ao mesmo tempo, esses trabalhos reivindicam um caráter “ecológico” por meio da “naturalidade” de categorias estudadas, categorias biológicas e objetos manufaturados. O “natural” remete então ao caráter a priori de categorias, previamente aos quadros de uma experimentação e se opõe à corrente “artificialista” (Neisser, 1987) que, até cerca dos anos 70, prevalecia nas pesquisas psicológicas; o estudo de conceitos se inscrevia com efeito na análise da *formação de conceitos*, artificiais, descontextualizados, construídos no quadro de uma experiência limitada. Rosch pretende assim reposicionar o estudo de categorias semânticas de objetos do mundo físico (fauna e flora e posteriormente, objetos manufaturados) que são utilizados na vida cotidiana e portadores de significações prévias às avaliações experimentais. O que a conduz, algumas linhas depois da primeira citação, a enunciar que “deve ser notado que os temas relativos à categorização que nós tratamos prioritariamente dizem respeito aos princípios explicativos de categorias que se encontram em **uma cultura**, e codificados pela **língua** (linguagem) dessa cultura em um dado momento”. (Rosch, 1978; página 28)” (DUBOIS, 1991, p.31-32) *Tradução nossa.*

¹⁴⁴ “Se Rosch enfatizou desde o início a negação da determinação cultural na organização categorial, ela ficou prisioneira de seu próprio **modelo cultural** (até mesmo de seu sistema simbólico que é a **língua americana!**). Sua pretensão à exploração de princípios universais da categorização é seriamente limitada pelo caráter singular dos objetos de referência estudados (cores, categorias biológicas e objetos manufaturados) bem como pelas particularidades do modelo de organização que lhes é associado na cultura ocidental (taxonomias).” (DUBOIS, 1991, p.25) *Tradução nossa.*

“revolução” poder-se-ia falar apenas caso a abrangência das considerações feitas fosse maior. Terminamos essas discussões com as palavras da autora francesa. Ela comenta:

Révolution il y aurait si, sur la base d’une connaissance suffisante des phénomènes de catégorisation élargie à un vaste ensemble des domaines sémantiques, se trouvait d’abord établie et acceptée l’existence d’une pluralité de fonctionnements pour ensuite évaluer les conditions d’émergence d’une théorie unificatrice de l’organisation des connaissances (au pluriel) humaines, la théorie cognitive. Même s’il existe actuellement des tentatives volontaristes d’accélérer cette émergence de la science cognitive, la tentation unificatrice est actuellement réductrice en ce qu’elle ne considère comme objet des sciences cognitives, qu’une des formes de la connaissance qui se trouve pour des raisons historiques considérée comme la forme vraie de la rationalité humaine alors qu’elle n’en est que le cas typique (le prototype ?) dans le monde occidental de cette seconde moitié du XXe siècle. (DUBOIS, 1991, p.26) ¹⁴⁵

Tendo visto como a obra de Rosch costuma ser apreendida, passamos agora a uma apresentação de como o quadro teórico com o qual trabalhamos delineia um olhar particular para algumas questões de linguagem que afloram de todas essas discussões que foram aqui levantadas dentro da proposta de uma observação da psicologia cognitiva e o conceito de “protótipo”. Se por um lado um diálogo se estabelece na ligação que A.Culioli faz do conceito de “tipo” à ideia de “protótipo”, como vimos em um item anterior ¹⁴⁶, por outro, as especificidades da abordagem que adotamos serão então evidenciadas.

É preciso destacar, antes de mais nada, que em um caminho diferente do criticado por Dubois (1991) com relação ao etnocentrismo das pesquisas de Rosch, a proposta do linguista francês será articular o universal e o particular, em uma abordagem da linguagem articulada às línguas naturais. Tomando a linguagem como atividade de representação mental, referência e regulação, como discutiremos no próximo item ¹⁴⁷, ao acessar o mental

¹⁴⁵“Revolução haveria se, na base de um conhecimento suficiente de fenômenos de categorização ampliado a um vasto conjunto de domínios semânticos, se encontrasse primeiramente estabelecida e aceita a existência de uma pluralidade de funcionamentos para em seguida avaliar as condições de emergência de uma teoria unificadora da organização de conhecimentos (no plural) humanos, a teoria cognitiva. Mesmo se existem atualmente tentativas voluntaristas de acelerar essa emergência da ciência cognitiva, a tentação unificadora é atualmente redutora por considerar como objeto das ciências cognitivas apenas uma das formas do conhecimento que se encontra por razões históricas considerada como a forma verdadeira da racionalidade humana enquanto ela é apenas o caso típico (o protótipo?) no mundo ocidental dessa segunda metade do século XX.” (DUBOIS, 1991, p.26) *Tradução nossa*.

¹⁴⁶ Item 5.2.2 ““Tipo”, “Protótipo”, “Estereótipo”, “Arquétipo””, p.97.

¹⁴⁷ Item 5.2.5 “Por um movimento entre estabilidade e deformabilidade”, p.127. Essa concepção de linguagem já foi abordada ainda no item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

enquanto trabalho, destaca-se ainda que essa reflexão não fragmenta o mundo entre o palpável e o abstrato, como a opção de Rosch por trabalhar apenas com objetos concretos ¹⁴⁸, mas permite que as considerações sejam sensivelmente ampliadas.

Passemos, então, finalmente a um pouco da reflexão culioliana.

5.2.5 Por um movimento entre estabilidade e deformabilidade

Antoine Culioli, linguista responsável pela teoria que dá sustentação à pesquisa que realizamos, deixa bem claro uma especificidade da linguística frente à psicologia, embora ambas possam se interessar por questões cognitivas. Segundo o autor:

We do not study cognitive activity as it appears through non verbal behaviour, but only through verbalized behaviour. I am not filming someone making a map, knitting or making a table; nor are we concerned with seeing how people taught to tie a knot manage to reproduce it, and all this without verbalizing – which is in fact an aid to trial-and-error learning. In our case we use language, and so, necessarily, text, and sometimes words. (CULIOLI, 1995, p.41) ¹⁴⁹

O pesquisador está bastante interessado pela cognição e propõe abordá-la por meio da particularidade do linguista, que é olhar sempre para marcas linguísticas, conforme a citação apresentou. Essas marcas seriam os traços de operações as quais só conseguiríamos discutir olhando para textos ¹⁵⁰, já que: “Il n’y a pas de cognition sans représentation et pas d’activité symbolique sans opérations” (CULIOLI, 1990, p.85) ¹⁵¹.

A linguagem é que permitiria nossa relação com o outro e com o mundo por meio de operações de representação mental, referenciação e regulação que já discutimos neste trabalho ¹⁵². Vejamos um exemplo do que costuma ocorrer:

¹⁴⁸ Informação destacada no item 5.2.3.3 “Nível básico”, p.105.

¹⁴⁹ “Nós não estudamos atividade cognitiva como ela aparece por meio de comportamento não verbal, mas somente através de comportamento verbalizado. Eu não estou filmando alguém fazer um mapa, tricotar ou fazer uma mesa; nem estamos nós preocupados em ver como as pessoas ensinadas a dar um nó fazem para reproduzi-lo, e tudo isso sem verbalizar – o que é na verdade uma ajuda ao aprendizado por tentativa e erro. Em nosso caso nós usamos língua, e então, necessariamente, texto, e às vezes palavras.” (CULIOLI, 1995, p.41) *Tradução nossa*.

¹⁵⁰ Essa questão já foi discutida no item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

¹⁵¹ “Não há cognição sem representação e atividade simbólica sem operações”. (CULIOLI, 1990, p.85) *Tradução nossa*.

¹⁵² Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

If I take the example of an animal, at some point one hears people say “a dog”. The next time, one sees another animal and calls it a dog. The first time it was a dog, the second a cat. One will be told: “it’s not the same thing”. *Differentiation* is introduced.

[...]

Some trouble could be experienced distinguishing between a wolf and a dog, especially if it is a wolf dog, and someone will say: “one lives in the house, the other in the woods” or some opposition of this kind. Little by little a notion is being structured. As one makes mistakes, one sees that they invite correction, give rise to admiration, awe, etc., and at some moment one will be able to engage in a discussion and say: “that isn’t what I call a ...” or “that isn’t really a...”, or again “and I have something like this, that or the other, shall I still be able to say that it is a...”, i.e., what I call **abstract occurrences**. (CULIOLI, 1995, p.42)¹⁵³

Neste exemplo, Culioli discute a apreensão da noção <ser cachorro>. Trabalhando com o conceito de “noção” também já por nós apresentado¹⁵⁴ como um conjunto de propriedades físico-culturais que são anteriores ao léxico e à gramática, é para um momento anterior a estabilizações que a atenção do autor aparece voltada, buscando entender como o homem constrói representações por meio da atividade de linguagem. São operações complexas que estão aí envolvidas, ligadas a um constante ajustamento.

Segundo A. Culioli, as questões de linguagem são sempre complexas e essa complexidade não deve ser desconsiderada. O comentário a seguir é interessante:

The problem must be set out in such a way that we respect the phenomena with which we work. The phenomena are complex, we do not have the right to simplify them if we do not specify that we are doing so and explain why. We do not immediately set out to draw a graphic representation simply because that is how it is done in the sciences. On the other hand, let us not forget that human activity, as it appears to us through languages, has a much greater capacity for abstraction than do linguists when they are working on a language. We must not react by saying something like: “this is abstract, it does not interest me as I am only interested by the concrete

¹⁵³ “Se eu tomo o exemplo de um animal, em algum momento alguém ouve pessoas dizerem “um cachorro”. A próxima vez, esse alguém vê um outro animal e chama-o de cachorro. A primeira vez era um cachorro, a segunda, um gato. Será então dito a ele: “não é a mesma coisa”. *Diferenciação* é introduzida.
[...]

Algum problema poderia ser experimentado na distinção entre um lobo e um cachorro, especialmente se é um cachorro lobo, e alguém dirá: “um mora na casa, o outro nas matas” ou alguma oposição desse tipo. Pouco a pouco uma noção vai sendo estruturada. Conforme alguém comete erros, ele vê que eles convidam à correção, provocam admiração, temor, etc., e em algum momento alguém será capaz de entrar em uma discussão e dizer: “isso não é o que eu chamo um...” ou “isso não é realmente um...”, ou ainda “e eu tenho alguma coisa como isso, aquilo ou o outro, deveria eu ainda ser capaz de dizer que isso é um...”, i.e., o que chamo de **ocorrências abstratas**.”(CULIOLI, 1995, p.42) *Tradução nossa*.

¹⁵⁴ Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53

content of languages”. In this instance, the abstract/concrete opposition makes no sense whatsoever. (CULIOLI, 1995, p.48) ¹⁵⁵

A complexidade da linguagem deveria ser levada em consideração uma vez que, em nosso dia-a-dia, não é em “tudo ou nada” que os fenômenos se passam. Segundo Culioli:

En fait, nous avons l’habitude de travailler en “tout ou rien”, c’est-à-dire de travailler par exemple sur “il pleut” *ou bien* “il ne pleut pas”. Alors que dans la vie de tous les jours, tout n’est pas aussi tranché, et on peut dire : “il pleuvote”, “il pleut par intermittence”, “il pleut et il ne pleut pas”. (CULIOLI, 2002, p.216) ¹⁵⁶

A vida não está reduzida a binarismos, mas envolve uma série de ricas operações que se materializam por meio das línguas naturais. A fim de levar em consideração essa riqueza da linguagem seria preciso propor um modelo diferente daqueles com os quais muitas vezes se trabalha. O linguista continua sua reflexão:

Pour des raisons qui là encore sont à l’origine assez complexes, mais qui là encore provenaient de problèmes empiriques rencontrés dans l’étude des langues, je me suis rendu compte à un moment donné, qu’on ne pouvait pas se contenter de ce qui a d’ailleurs été une caractéristique importante et utile du structuralisme, justement de travailler en tout ou rien. Et de ramener les concepts de différenciation à finalement la négation de la propriété préliminaire: blanc/pas blanc, signifiant uniquement noir.

On travaillait donc dans un système à deux valeurs, à deux états, de telle manière que si ce n’était pas l’un, c’était l’autre. Et d’ailleurs en linguistique très souvent, il y a des gens qui fonctionnent avec des étiquettes et avec +/-, qui signifient présent *ou* absent.

Or, je le répète à partir de questions qui sont des questions empiriques, à partir par exemple de l’analyse des textes qui sont produits très naturellement par des gens dans des situations d’interlocution par exemple,

¹⁵⁵ “O problema deve ser colocado de uma tal maneira que respeitemos os fenômenos com os quais nós trabalhamos. Os fenômenos são complexos, nós não temos o direito de simplificá-los se nós não especificamos que estamos fazendo isso e explicamos por que. Nós não devemos imediatamente pretender desenhar uma representação gráfica simplesmente porque é assim que é feito nas ciências. Por outro lado, não nos esqueçamos que a atividade humana, como aparece para nós por meio das línguas, tem uma muito maior capacidade para abstração do que os linguistas fazem quando eles estão trabalhando em uma língua. Nós não devemos reagir dizendo algo como: “isso é abstrato, isso não me interessa já que eu estou só interessado pelos conteúdos concretos de línguas”. Neste exemplo, a oposição abstrato/concreto não faz sentido algum.” (CULIOLI, 1995, p.48) *Tradução nossa*.

¹⁵⁶ “Na verdade, nós temos o costume de trabalhar em “tudo ou nada”, quer dizer, de trabalhar, por exemplo, sobre “chove” *ou* “não chove”. Enquanto na vida de todos os dias, tudo não é tão cortado, e se pode dizer: “chuvisca”, “chove de maneira intermitente”, “chove e não chove”. (CULIOLI, 2002, p.216) *Tradução nossa*.

on voit rapidement que ce n'est pas ainsi que l'on fonctionne. (CULIOLI, 2002, p.217) ¹⁵⁷

A proposta que Culioli fará será um modelo topológico, alicerçado na ideia de domínio nocional, envolvendo conceitos como os de “exterior”, “interior” e “fronteira” já abordados por nós ¹⁵⁸. Esse modelo permitiria ao linguista aproximar-se mais dos problemas linguísticos tais como eles aparecem a nós em nosso dia-a-dia de trabalho com a linguagem e as línguas. Vejamos um comentário do autor, feito após discutir o caso de “cozimento” já por nós apresentado em um outro momento de nossa pesquisa ¹⁵⁹:

Ce sont donc des problèmes de ce genre-là qui ont fait que j'ai été amené, aidé en cela par des gens comme Jean Blaise Grize pour l'aspect logico-mathématique, François Bresson pour la psychologie cognitive, à introduire une structure topologique. Et vous voyez que c'est un système beaucoup plus complexe, et surtout qui correspond à ce que nous faisons dans la vie de tous les jours. (CULIOLI, 2002, p.218-219) ¹⁶⁰

Trata-se de um modelo que será inserido em um projeto que, diferentemente de uma perspectiva etnocêntrica, como Dubois critica que aparece em algumas pesquisas em psicologia ¹⁶¹, propõe-se a discutir a linguagem a partir das línguas naturais, em uma articulação entre o universal e o particular.

Nesse modelo proposto, que recorre ao ramo matemático da topologia, o conceito de “tipo” será fundamental. A fim de levar em consideração o ajustamento intersubjetivo,

¹⁵⁷ “Por razões que ainda são na origem bastante complexas, mas que ainda provém de problemas empíricos encontrados no estudo de línguas, eu percebi em um dado momento que não se podia contentar-se daquilo que foi aliás uma característica importante e útil do estruturalismo, justamente de trabalhar em tudo ou nada. E de reduzir os conceitos de diferenciação a finalmente a negação da propriedade preliminar: branco/não branco, significando unicamente preto.

Trabalhava-se então em um sistema de dois valores, de dois estados, de tal maneira que se não fosse um, era o outro. E aliás em linguística muitas vezes há pessoas que funcionam com etiquetas e com +/-, que significam presente *ou* ausente.

Ora, eu repito a partir de questões que são questões empíricas, a partir por exemplo da análise de textos que são produzidos muito naturalmente por pessoas em situações de interlocução por exemplo, vê-se rapidamente que não é assim que funcionamos.” (CULIOLI, 2002, p.217) *Tradução nossa*.

¹⁵⁸ Itens 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53 e 5.2.1 “O “tipo” e a construção do domínio nocional segundo a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas””, p.94.

¹⁵⁹ Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

¹⁶⁰ “São então problemas desse tipo que fizeram que eu fosse levado, ajudado nisso por pessoas como Jean Blaise Grize para o aspecto lógico-matemático, François Bresson para a psicologia cognitiva, a introduzir uma estrutura topológica. E você vê que é um sistema muito mais complexo, e sobretudo que corresponde ao que nós fazemos na vida de todos os dias.” (CULIOLI, 2002, p.218-219) *Tradução nossa*.

¹⁶¹ Item 5.2.4 “A abordagem da psicologia cognitiva: algumas considerações”, p.119.

essencial a nossa atividade de linguagem, falar-se-á em um “aberto centrado”, como algumas discussões que fizemos já apontavam ¹⁶². É ele que permitirá que se possa sair do “tudo ou nada” e pensar em casos fronteiros. Vejamos:

[...] on s’aperçoit que nous avons d’abord intériorisé tout un ensemble de propriétés. Alors que fait-on? Nous prenons l’*ouverture*, c’est-à-dire que nous n’introduisons pas de propriété différentielle, comme si nous homogénéisions, de telle manière que nous disons: la notion renvoie à des objets qui ont telle propriété, et nous ne nous occupons pas des objets qui auraient en plus une autre propriété. Naturellement pour dire qu’ils ont la même propriété, il faut que vous les ayez soumis à la comparaison avec d’autres objets, et que vous ayez dit: nous faisons abstraction des différences. Donc en prenant l’ouverture du domaine, on n’a pas introduit de coupure qui ferait que vous auriez une zone où on dit: “cela a telle propriété” et d’un autre côté “cela n’a plus telle propriété”. L’ouvert ainsi considéré est, nécessairement, un *ouvert centré*: vous avez toujours un *attracteur*, un *centre organisateur*, qui fait que justement, tout s’organise par rapport à un type. Ce qui fait que selon le cas, vous allez dire: “oui, cela appartient encore au domaine des objets qui ont cette propriété”, ou vous allez pouvoir ajouter en construisant un *gradient*: “plus ou moins”. En fait, vous avez toujours un centre qui représente un objet réel ou un *objet typique* qui joue le rôle d’*organisateur*, même si cet objet typique n’existe pas autrement que comme *régulateur*. (CULIOLI, 1990, p.87-88) ¹⁶³

Ao finalizarmos um subitem deste trabalho ¹⁶⁴, apresentamos uma citação de A. Culioli dizendo que “Le type est la condition énonciative d’ajustement et de régulation” (CULIOLI, 1999b, p.12) ¹⁶⁵. No contexto que acabamos de apresentar, o conceito de “tipo” aparecerá exatamente como a fala do linguista havia nos apresentado.

¹⁶² Item 5.2.1 “O “tipo” e a construção do domínio nocional segundo a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas””, p.94.

¹⁶³ “[...] percebe-se que nós primeiramente interiorizamos todo um conjunto de propriedades. Então que se faz? Nós tomamos a *abertura*, quer dizer que nós não introduzimos propriedade diferencial, como se nós homogeneizássemos, de tal maneira que nós dizemos: a noção remete a objetos que têm tal propriedade, e nós não nos ocupamos de objetos que teriam além disso uma outra propriedade. Naturalmente para dizer que eles têm a mesma propriedade, é preciso que você os tivesse submetido a comparação com outros objetos, e que você tivesse dito: nós fazemos abstração de diferenças. Então tomando a abertura do domínio, não se introduziu corte que faria que você tivesse uma zona em que se diz: “isto tem tal propriedade” e de um outro lado “isto não tem mais tal propriedade”. O aberto assim considerado é, necessariamente, um *aberto centrado*: você tem sempre um *atrator*, um *centro organizador*, que faz que justamente tudo se organize com relação a um tipo. O que faz que, segundo o caso, você irá dizer: “sim, isso pertence ainda ao domínio dos objetos que têm essa propriedade”, ou você irá poder acrescentar construindo um *gradiente*: “mais ou menos”. Na verdade, você tem sempre um centro que representa um objeto real ou um *objeto típico* que desempenha o papel de *organizador*, mesmo se este objeto típico não exista de outra maneira senão como *regulador*.” (CULIOLI, 1990, p.87-88) *Tradução nossa*.

¹⁶⁴ Item 5.2.1 “O “tipo” e a construção do domínio nocional segundo a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas””, p.94.

¹⁶⁵ “O tipo é a condição enunciativa de ajustamento e de regulação.” (CULIOLI, 1999b, p.12) *Tradução nossa*.

Culioli destaca que fazer comparações a um tipo faria parte de nossa atividade mental. Vejamos:

At some point, as though it were inherent to our mental activity, we all need to make comparisons to a centre, to a type. As concerns the notional domain, all occurrences are compared to an organizing centre (OC); thus you can state: “they are interchangeable, i.e., qualitatively undistinguishable or “they’re qualitatively different” or “they’re comparable”. (CULIOLI, 1995, p.49)¹⁶⁶

Essa comparação, no entanto, não pressuporia tomar o tipo como algo rígido, fixo, imutável. Esse conceito é apresentado como estando necessariamente ligado a uma operação de regulação, própria da atividade de linguagem. O autor comenta:

[...] the notion of occurrence is occurrence *of*. It is related to the notion of types. The elaboration of a type is never finished. In fact there is continual *typification*. One acts as though one had stable types when, in reality, they are always subject to a form of *regulation* which is language activity, i.e. regulation from another or from oneself. (CULIOLI, 1995, p.43)¹⁶⁷

A contínua tipificação a que o excerto faz referência estaria associada a um conceito de linguagem como trabalho, que no centro de suas discussões tem o sujeito construindo representações. Em uma outra citação, Culioli apresenta mais uma vez a tendência a tipificar como uma propriedade humana, sem deixar de destacar a existência de “jogos” realizados pelos enunciadores. Vejamos:

All we know is that every human being has this tendency to construct centred spaces. Normally we construct a space in such a way that it has a centre, edges and a gradient. Sometimes this model will not be appropriate, but it remains in the background, and can always re-appear as soon as an argument arises or there is a need for precision, etc.

¹⁶⁶ “Em algum ponto, como isso fosse inerente à nossa atividade mental, nós todos necessitamos fazer comparações a um centro, a um tipo. Como diz respeito ao domínio nocional, todas as ocorrências são comparadas a um centro organizador (CO); assim você pode afirmar: “eles são permutáveis, i.e., qualitativamente indistinguíveis ou “eles são qualitativamente diferentes” ou “eles são comparáveis”.” (CULIOLI, 1995, p.49) *Tradução nossa*.

¹⁶⁷ “[...] a noção de ocorrência é ocorrência *de*. Isso está relacionado à noção de tipos. A elaboração de um tipo nunca é acabada. Na verdade há contínua *tipificação*. Age-se como se houvesse tipos estáveis quando, na verdade, eles são sempre sujeitos a uma forma de *regulação* que é atividade de linguagem, i.e. regulação proveniente de um outro ou de si mesmo.” (CULIOLI, 1995, p.43) *Tradução nossa*.

Once again, there is no term-for-term equivalence between the notion and the designation. There is always a little “play”, some “slack”. (CULIOLI, 1995, p.56)¹⁶⁸

Trata-se de uma abordagem diferente da mostrada por Eleanor Rosch, quando discute o “protótipo”. Ao refletir sobre casos prototípicos, o interesse da autora parece ser descrever o conceito por meio de exemplificações que tomam as representações como dadas, prontas, sem um interesse por um possível movimento entre os elementos que são considerados.

A Culioli, muito mais do que uma “ave típica”, por exemplo, interessaria uma “ave que não é ave”, ou seja, casos que permitem uma discussão dos porquês de um afastamento ou aproximação de uma ideia considerada típica.

Para o linguista, ao lado de um dado elemento considerado como típico haveria outros aproximando-se ou afastando-se dele. E o interesse seria justamente esse movimento, a passagem de uma representação a outra.

Dentro desse interesse, o tipo será bastante importante, mas não com um fim em si mesmo, ele será visto como uma “âncora”, necessária para que todo um trabalho de linguagem possa ocorrer. Seria como se fosse preciso garantir uma estabilização, a partir da qual se pode gerar deformabilidade.

O grande diferencial do enfoque culioliano, a nosso ver, estaria na consideração do conceito de “atrator” ao lado da ideia de tipo. No modelo topológico com o qual Culioli trabalha, o domínio nocional é duplamente centrado (tipo, atrator). Isso permitiria aliar intensão a extensão nas análises.

Enquanto na consideração do tipo, as diferenças são abstraídas para que ocorrências sejam apresentadas como qualitativamente indiscerníveis, com o atrator se estabelece um gradiente entre elas, que permite que graus de qualificação possam ser levados em consideração. Isso possibilita que, ao invés de somente enxergar o estabilizado, possam ser estabelecidas ligações entre polarizações, que garantem a passagem entre representações.

Operações de quantificação e qualificação não estariam então separadas e seria como se Culioli conseguisse, graças à teorização que propõe, considerar o “mais ou menos” que tanto discute ao lado de um “tudo ou nada” tradicionalmente pensado. O autor nos diz:

¹⁶⁸ “Tudo o que nós sabemos é que todo ser humano tem essa tendência a construir espaços centrados. Normalmente nós construímos um espaço de tal forma que ele tem um centro, bordas e um gradiente. Às vezes esse modelo não será apropriado, mas ele permanece no fundo, e pode sempre reaparecer tão logo uma discussão surja ou haja uma necessidade por precisão, etc.

Mais uma vez, não há equivalência termo-a-termo entre a noção e a designação. Há sempre um pequeno “jogo”, alguma “folga”. (CULIOLI, 1995, p.56) *Tradução nossa.*

Alors que le type induit un fonctionnement en tout ou rien, l'attracteur introduit le continu, l'orientation vers le centre ou vers l'extérieur, bref des propriétés topologiques, qui rendent le système plastique et dynamique, tout en permettant la stabilisation intersubjective. (CULIOLI, 1999b, p.127)¹⁶⁹

Essas ideias permitidas pela proposta de se ter uma dupla centragem, tipo e atrator, é que possibilitariam articular o estático e o dinâmico nas análises, considerando ao mesmo tempo estabilidade e plasticidade, que são características essenciais ligadas à linguagem, conforme Culioli destaca na citação abaixo. Discute o autor:

L'idée fondamentale, c'est que nous avons affaire à un système qui a des propriétés de stabilité, on pourrait même dire de rigidité d'un certain côté, mais qui a en même temps des propriétés de plasticité et de labilité, d'articulation. Tout cela fait que vous allez pouvoir à la fois avoir la *stabilité* transindividuelle, sans laquelle rien ne peut se faire, mais d'un autre côté, cette *ajustabilité* intersujets, sans laquelle vous êtes ramené à un univers strictement normé, préréglé, avec de l'information claire, et qui serait simplement "envoyée" d'un émetteur à un récepteur, "décodée" par le récepteur qui renverrait lui-même un message clair. Or, ce n'est tout simplement pas comme ça que ça se passe.

En fait, le langage est fait pour supporter les ajustements, pour supporter les erreurs, pour supporter les ratés, c'est-à-dire en fait pour être robuste.

Et c'est dans cette robustesse et cette subtilité que réside la propriété peut-être la plus difficile à appréhender. Vous voyez, c'est ça, le problème fondamental ! (CULIOLI, 2002, p.57)¹⁷⁰

Esse jogo entre estabilidade e deformabilidade que a linguagem permite e que está intimamente ligado ao conceito de tipo ficará mais claro quando apresentarmos a análise de nosso *corpus* de pesquisa e as discussões que ela suscitará¹⁷¹.

¹⁶⁹ “Enquanto o tipo induz um funcionamento em tudo ou nada, o atrator introduz o contínuo, a orientação em direção ao centro ou ao exterior, em resumo propriedades topológicas, que tornam o sistema plástico e dinâmico, tudo permitindo a estabilização intersubjetiva.” (CULIOLI, 1999b, p.127) *Tradução nossa*.

¹⁷⁰ “A ideia fundamental é que nós lidamos com um sistema que tem propriedades de estabilidade, poder-se-ia mesmo dizer de rigidez de um certo lado, mas que tem ao mesmo tempo propriedades de plasticidade e labilidade, de articulação. Tudo isso faz que você vá poder ter ao mesmo tempo a *estabilidade* transindividual, sem a qual nada pode fazer-se, mas de um outro lado, essa *ajustabilidade* intersujeitos, sem a qual você é reduzido a um universo estritamente de normas, pré-regrado, com informação clara, e que seria simplesmente “enviada” de um emissor a um receptor, “decodificada” pelo receptor que remeteria ele mesmo uma mensagem clara. Ora, não é tudo simplesmente assim que acontece.

Na verdade, a linguagem é feita para suportar os ajustamentos, para suportar os erros, para suportar as falhas, quer dizer na verdade para ser robusta.

E é nessa robustez e nessa subtilidade que reside a propriedade talvez mais difícil a apreender. Você vê, é esse o problema fundamental!” (CULIOLI, 2002, p.57) *Tradução nossa*.

¹⁷¹ Capítulo 7 “Caipiras”, p.147.

6 LEITOR E LINGUISTA

A “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, do linguista francês Antoine Culioli, permite que se pense em uma metodologia de análise linguística que articula linguagem e línguas.

O papel do linguista, de acordo com a perspectiva culioliana, deve ser apreender a linguagem por meio das línguas naturais e, para isso, deve-se pensar em como articular a materialidade textual e a imaterialidade da atividade de produção de significação dos sujeitos.

Rezende (2006b) discute que quatro ordens de problemas costumam aparecer misturadas na reflexão linguística: ordem do verbal, ordem do linguagístico, ordem do linguístico e ordem do metalinguístico. Muitos trabalhos desenvolvidos não estariam interessados em considerar o saber linguístico do falante, levando em conta somente o formal, enquanto outros não se preocupariam com uma atitude mais científica, abordando questões linguísticas somente de maneira intuitiva. Quando a primeira postura é vista, se estaria nas ordens do linguístico e do metalinguístico, enquanto o segundo caso, por sua vez, envolveria as duas outras ordens citadas.

Desfazendo a fragmentação entre essas ordens, a fim de articular o saber linguístico do falante a uma postura científica, este capítulo apresenta uma proposta de trabalho baseada em dois momentos: um mais intuitivo e outro mais formal de se olhar para questões linguísticas. No mais intuitivo, são desenvolvidas atividades que Culioli chama de epilinguísticas, enquanto o momento formal caracteriza-se por um trabalho metalinguístico.

As discussões que serão apresentadas mostrarão que é um vai-e-vem constante entre teoria e prática que caracteriza a abordagem que adotamos.

Nessa articulação entre o intuitivo e o científico, leitor e linguista trabalham juntos, em uma relação indissociável.

6.1 Metodologia de análise

A fim de discutirmos as questões propostas por nossa pesquisa, tendo o referencial teórico construído, passemos então à metodologia de análise que utilizaremos em nosso trabalho.

Como foi apresentado no quadro teórico levantado, é a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” de Antoine Culioli a sustentação escolhida para nossas reflexões. Assim, apresentamos inicialmente uma discussão sobre o trabalho do linguista de acordo com

a perspectiva desse autor, para depois detalharmos a maneira como realizaremos a análise de nosso *corpus* de pesquisa.

6.1.1 O trabalho do linguista de acordo com a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”

O autor que embasa teoricamente nossa pesquisa apresenta que duas questões são fundamentais antes de começar a desenvolver qualquer estudo na área de Linguística: pensar qual é o objeto da linguística e como tratar a relação entre a materialidade do texto e a imaterialidade da atividade significante dos sujeitos ¹⁷².

Quanto ao objeto, temos colocado pelo autor que este deve ser a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais. A partir de uma variedade de textos de diferentes línguas o linguista busca o que é recuperável, comum, o que é chamado de “invariância” ¹⁷³.

As palavras de Culioli são as seguintes:

Je dis que la linguistique est la science du langage, et j’ajoute, vous le savez, je l’ai dit la dernière fois déjà, je le dirai autant de tours qu’il le faudra dans l’année jusqu’à ce que j’expire: appréhendée à travers la diversité des langues et désormais, j’ajoute donc pour bien montrer cet aspect plus complexe, la diversité des textes. (CULIOLI, 2002, p.80) ¹⁷⁴

¹⁷² “ [...] Très vite, j’ai été confronté à deux questions éminemment philosophiques: (1) quel est l’objet de la linguistique (c’est-à-dire comment articuler langage et langues), (2) comment traiter de la relation entre la matérialité du texte et l’immatérialité de l’activité signifiante des sujets.” A. Culioli, “En guise de clôture”, in *LSH*, p.147.” (CULIOLI, 2002, p.23)

“ [...] Rapidamente, fui confrontado a duas questões eminentemente filosóficas: (1) qual é o objeto da linguística (quer dizer como articular linguagem e línguas), (2) como tratar a relação entre a materialidade do texto e a imaterialidade da atividade significante dos sujeitos.” A. Culioli, “En guise de clôture”, in *LSH*, p.147.” (CULIOLI, 2002, p.23) *Tradução nossa*.

¹⁷³ “[...] quand on cherche, comme moi, le langage à travers la diversité des langues et des textes, on doit, devant cette diversité, se poser le problème de ce qui est récupérable, commun, de l’invariance donc, qui existe bien dans la mesure où on peut apprendre une autre langue, on peut dans une certaine mesure traduire, etc.” (CULIOLI, 2002, p.48)

“[...] quando se procura, como eu, a linguagem por meio da diversidade das línguas e dos textos, deve-se, diante dessa diversidade, colocar-se o problema do que é recuperável, comum, da invariância então, que existe na medida em que se pode aprender uma outra língua, pode-se em uma certa medida traduzir, etc.” (CULIOLI, 2002, p.48) *Tradução nossa*.

¹⁷⁴ “Eu digo que a linguística é a ciência da linguagem, e eu completo, vocês sabem, eu já disse a última vez, eu direi tantas vezes que for preciso no ano até que eu morra: apreendida através da diversidade das línguas e a partir de agora, eu adiciono para bem mostrar este aspecto mais complexo, da diversidade dos textos.” (CULIOLI, 2002, p.80) *Tradução nossa*.

Um ponto importante desta questão que remete já à segunda que o autor apresenta é o fato desta atividade de linguagem ser sempre apreendida a partir de textos. Temos uma ênfase de que o que está à disposição do linguista é a materialidade textual, ainda que ele algumas vezes não a tenha de forma direta, devendo fazê-la aparecer.

Na direção dessas discussões é que, com relação à segunda questão, o autor propõe como primordial que se pense em como tratar a relação entre esta materialidade textual e a imaterialidade da atividade significativa dos sujeitos.

Para Culioli:

L'énoncé, c'est un agencement de *marqueurs*, qui sont eux-mêmes la trace d'*opérations*, c'est-à-dire que c'est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n'avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c'est-à-dire abstraite. (CULIOLI, 2002, p.27)¹⁷⁵

Teríamos sempre duas dimensões: uma “[...] que corresponde ao que é acessível diretamente, pelos traços materiais que são os textos, as organizações de marcadores, e a outra que só é acessível indiretamente, por meio destes traços” (CULIOLI, 2002, p.63)¹⁷⁶. Deve-se então pensar em como discutir a articulação entre essas dimensões.

O autor diz que o que é importante é se trabalhar sempre com um contexto explícito. Buscamos reconstruí-lo se for preciso, mas nunca trabalhamos descontextualizadamente, conforme Culioli aponta:

[...] ce qui est important, c'est de travailler toujours à contexte explicite. On en reconstruit un s'il le faut, mais on ne travaille jamais avec du texte suspendu. Et on travaille toujours donc avec du texte antérieur, du texte ultérieur (ce qui a pu être dit avant et ce qui pourrait être dit après), du texte que l'on pourrait produire à propos de ce texte – des gloses – et toujours aussi avec une intonation explicite. Simplement parce que les conditions du contexte, les conditions de l'intonation, sont déterminantes pour le travail sur les énoncés, et pour leur interprétation. (CULIOLI, 2002, p.64-65)¹⁷⁷

¹⁷⁵ “O enunciado é um arranjo de marcadores, que são eles mesmos traços de operações, quer dizer que são a materialização de fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso, e dos quais, nós linguistas, só podemos dar uma representação metalinguística, quer dizer abstrata.” (CULIOLI, 2002, p.27) *Tradução nossa*.

¹⁷⁶ *Tradução nossa*.

“[...] qui correspond à ce qui est accessible directement, par les traces matérielles que sont les textes, les agencements de marqueurs, et l'autre qui n'est pas accessible, si ce n'est indirectement, à travers ces traces.” (CULIOLI, 2002, p.63)

¹⁷⁷ “[...] o que é importante é trabalhar sempre com um contexto explícito. Nós reconstruímos um, se for preciso, mas jamais trabalhamos com o texto suspenso. E nós trabalhamos sempre então com um texto anterior, um texto

Essa reconstrução está ligada a uma concepção de atividade científica interessada em fazer aparecer o que não é aparente ¹⁷⁸. Isso seria possível por meio de manipulações ¹⁷⁹. Estas é que fariam aparecer fenômenos que de outra maneira não estariam evidenciados, permitindo assim articular as dimensões que discutimos acima.

Nesse sentido é que Culioli fala em glosa. Glosar, segundo o autor, seria “[...] fabricar, [...] quase espontaneamente, a metalíngua com a língua natural” (CULIOLI, 2002, p.119) ¹⁸⁰. A partir de um dado enunciado, surgiriam outros. Quando feitas de formas mais controladas, nessa direção também é que se encontrariam as manipulações conhecidas como parafrásticas, fazendo surgir famílias de enunciados parecidos, próximos, comparáveis ¹⁸¹.

Sendo estas glosas e paráfrases as formas que o linguista tem de manipular marcadores, traços das operações linguísticas a que não temos diretamente acesso, é por meio dessas atividades de manipulação que conseguiríamos discutir a imaterialidade da atividade significante dos sujeitos.

O trabalho do linguista, de acordo com uma visão culioliana, seria, assim, fazer aparecer o máximo de fenômenos a fim de discutir linguagem ¹⁸². Como sabemos que são os

ulterior (o que pôde ter sido dito antes e o que poderia ter sido dito depois), um texto que nós poderíamos produzir com relação a esse texto – glosas – e sempre também com uma entonação explícita. Simplesmente porque as condições do contexto, as condições da entonação, são determinantes para o trabalho com os enunciados, e para a interpretação deles.” (CULIOLI, 2002, p.64-65) *Tradução nossa*.

¹⁷⁸ “L’activité scientifique consiste à faire apparaître ce qui n’était pas apparent.” (CULIOLI, 2002, p.150)

“A atividade científica consiste em fazer aparecer o que não estava aparente.” (CULIOLI, 2002, p.150) *Tradução nossa*.

¹⁷⁹ “[...] par la manipulation vous allez faire apparaître des phénomènes qui autrement n’apparaissent absolument pas.” (CULIOLI, 2002, p.131)

“[...] pela manipulação você vai fazer aparecer fenômenos que de outra maneira absolutamente não apareceriam.” (CULIOLI, 2002, p.131) *Tradução nossa*.

¹⁸⁰ *Tradução nossa*.

“[...] fabriquer, [...] presque spontanément, de la métalangue avec de la langue naturelle.” (CULIOLI, 2002, p.119)

¹⁸¹ “[...] une famille d’énoncés apparentés, très proches, comparables.” (CULIOLI, 2002, p.171)

“[...] uma família de enunciados parecidos, muito próximos, comparáveis.” (CULIOLI, 2002, p.171) *Tradução nossa*.

¹⁸² “[...] le travail du linguiste, c’est de faire apparaître un maximum de phénomènes.” (CULIOLI, 2002, p.182)

“[...] o trabalho do linguista é fazer aparecer um máximo de fenômenos.” (CULIOLI, 2002, p.182) *Tradução nossa*.

marcadores organizados em textos que remetem a representações de operações linguísticas, manipulá-los deve ser o caminho primordial a ser considerado em pesquisas enunciativas interessadas em discutir produção de significação.

Todo esse trabalho apresentado está ligado a três níveis que Culioli nos apresenta quando discute a análise linguística: os chamados “níveis I, II e III”.

A materialidade textual, a que temos diretamente acesso e que, enquanto linguistas, manipulamos a fim de discutir operações linguísticas, seria o chamado “nível II”. A partir dela, o linguista realiza as manipulações que discutimos, a fim de refletir sobre um nível a que não temos diretamente acesso. Esse nível, chamado de “nível I”, seria o nível das operações linguísticas, o trabalho com a linguagem, que poderia ser acessado a partir de um trabalho metalinguístico (“nível III”) sobre o “nível II”.

Vejamos a explicação do autor:

My contention is that utterances display *shapes* that derive from complex forms which the linguist re-constructs through modelling. The goal is to lay bare the formal workings that underlie the production and the recognition of interpretable *shapes*, namely, utterances. We have no access to the processes that originate the forms on which the shapes are based, but we have at our disposal the textual traces which point to such processes. If we call this inaccessible processing activity *Level I*, then the patterns of markers are *Level II*, and we are led to conclude that *Level II* observables are the representatives of *Level I* processes. We must therefore construct metalinguistic operations at *Level III* which will result in formal textual sequences, equivalent to *Level II* observables (we thus obtain representatives of representatives). (CULIOLI, 1990, p.178)¹⁸³

Vemos aí as três concepções de “forma” que mencionamos na introdução deste trabalho¹⁸⁴.

6.1.2 Epilinguístico e metalinguístico articulados

¹⁸³ “Minha ideia é que enunciados mostram *formas* que derivam de formas complexas que o linguista reconstrói por meio de modelização. O objetivo é revelar os trabalhos formais que sustentam a produção e o reconhecimento de *formas* interpretáveis, isto é, enunciados. Não temos acesso aos processos que originam as formas sobre as quais os enunciados estão baseados, mas temos à nossa disposição os traços textuais que apontam para tais processos. Se chamamos essa atividade inacessível de processamento de *Nível I*, então as amostras de marcadores são *Nível II*, e somos levados a concluir que os observáveis do *Nível II* são as representações de processos do *Nível I*. Devemos, portanto, construir operações metalinguísticas no *Nível III*, as quais irão resultar em sequências textuais formais, equivalentes aos observáveis do *Nível II* (obtemos, assim, representações de representações).” (CULIOLI, 1990, p.178) *Tradução nossa*.

¹⁸⁴ Item 1. “Introdução”, p.12.

Relacionada a esta visão culioliana do trabalho do linguista, a maneira como realizamos a análise de nosso *corpus* está ligada a dois momentos que aparecem junto a quatro ordens de problemas que Rezende (2006b) apresenta que se encontram geralmente misturados na reflexão linguística: ordem do verbal, ordem do linguagístico, ordem do linguístico e ordem do metalinguístico.

Ao apresentar essas ordens, a autora chama a atenção para diferentes formas de encarar questões linguísticas. No primeiro caso, ordem do verbal, os fenômenos da linguagem seriam vistos sem um comprometimento teórico, somente como produção no sentido de fonação e audição:

Seria o todo, o bloco que ouvimos e falamos, sem preocupação teórica em estabelecer níveis, unidades, hierarquias, sistematizações, fatores subjacentes e intervenientes. Ver os problemas da linguagem por esse ângulo é muito próximo de quando usamos informalmente a palavra *língua*. (REZENDE, 2006b, p.16)

Enquanto isso, no segundo caso, a ordem do linguagístico, o que teríamos seria um foco na atividade de linguagem dos sujeitos em situações específicas de fala, envolvendo esta observação reflexões voltadas a diversas áreas do conhecimento. Rezende (2006b) aponta-nos que, ainda que nesta ordem se busque comprometimento teórico, a diversidade de domínios afins que são levados em consideração impede a construção de uma atividade realmente científica. Vejamos:

Aqui, a língua não é vista somente do ponto de vista da fonação e da audição, mas enquanto forma que remete a conteúdos organizados em contextos de fala específicos que determinam a significação precisa de um enunciado. A língua é vista em toda a sua complexidade. Ela é um todo também, mas com uma diferença fundamental dos problemas da ordem verbal. Enquanto, na ordem verbal, a língua aparece integralmente sem nenhuma preocupação teórica em se criar fissuras e articulações no todo, na 2ª ordem, ao contrário, procura-se ver a língua, e, agora, a linguagem também, em toda a sua complexidade com os domínios afins. (REZENDE, 2006b, p.16-17)

Já uma reflexão linguística ligada à chamada ordem linguística seria aquela em que o foco se daria apenas no estudo da língua enquanto sistema, seguindo a ideia de Saussure ao apresentar a divisão *langue/parole*, em que defende que um estudo científico da linguagem só seria possível por meio de um descarte daquilo que é individual, assistemático, evolutivo, em favor de um estudo apenas daquilo que é social, sistemático, estático, ou seja, a *langue*,

considerada como um conjunto de signos sincronicamente organizados. Observemos o que Rezende (2006b, p.20) nos diz:

Ordem do linguístico: Qualifica um sistema de relações existentes em uma língua e, de um modo geral, o conjunto de regras que todo sujeito se apropria e domina.

Finalmente, a ordem do metalinguístico estaria ligada a um interesse teórico por atribuir nomenclaturas a processos de linguagem, criando sistemas de representação de língua:

O sistema linguístico em si, a gramática não são uma representação, mas uma abstração, resultado de um ponto de vista teórico e que deverão ser notados em um sistema de representação metalinguístico, que possua propriedade de uma linguagem universal (uma linguagem próxima da linguagem matemática, por exemplo), unívoca, rigorosa e compreensiva de todos os cientistas da linguagem. (REZENDE, 2006b, p.24)

Ao que nos parece, o que Rezende (2006b) busca enfatizar por meio da apresentação dessas quatro ordens é que haveria dois tipos de atitude ligados a elas: uma mais intuitiva e outra mais científica de olhar a linguagem.

Vê-se claramente que, no primeiro caso, ordem do verbal, não há preocupação teórica envolvida, ainda que, mesmo assim, se discuta linguagem. Na segunda ordem, quando uma diversidade de fatores estaria em jogo, uma consideração da importância da linguagem para a reflexão em diversas áreas do conhecimento faria que houvesse uma complexidade tamanha na abordagem que impediria uma atitude realmente científica diante de um domínio heterogêneo. Tal atitude só estaria presente a partir da terceira ordem, que aparece ligada à delimitação por Saussure do objeto de estudo da linguística. Ao lado dessa terceira ordem, se encontraria também a ordem do metalinguístico, estabelecendo critérios científicos de representar a linguagem.

Pensando em uma maneira de realizar análises, o que vemos é que tal discussão, envolvendo ordens de problemas que se encontram geralmente misturados no fenômeno linguístico, aponta para uma possível metodologia de trabalho, que será a adotada por nossa pesquisa. Buscamos uma articulação dessas quatro ordens, feita por meio de dois momentos de análise: um momento mais intuitivo, que estaria ligado às duas primeiras ordens apresentadas, e outro instante mais formal, relacionado às duas últimas ordens trazidas por Rezende (2006b).

Quando nos colocamos no primeiro momento, desenvolvemos atividades que Culioli chama de epilinguísticas ¹⁸⁵, enquanto o segundo momento consiste em um trabalho conhecido por metalinguístico. A epilinguagem, segundo o autor, seria uma “atividade metalinguística não consciente” (CULIOLI, 1999a, p.19) ¹⁸⁶, enquanto a metalinguagem consiste na construção de “um sistema de representação de sistemas de representação” (REZENDE, 2006b, p.24). Na verdade, os processos de linguagem envolvidos nestes dois momentos são os mesmos, o que temos é uma atividade mais intuitiva em oposição a uma atitude mais formal diferenciando estes dois olhares sobre fenômenos linguísticos.

Muitos trabalhos desenvolvidos não estariam interessados em considerar o saber linguístico do falante, levando em conta somente o formal, enquanto outros, colocando-se no outro extremo da questão, não se preocupariam com uma atitude mais científica, abordando questões linguísticas somente de maneira intuitiva. O que pode ser depreendido de Rezende (2006b) é que o ideal é que essas duas questões, epilinguagem e metalinguagem, sejam articuladas.

A articulação entre tais questões implica uma articulação entre língua e linguagem postulada por Culioli como fundamental aos estudos linguísticos e implica ainda uma consideração das quatro ordens de problemas que vínhamos discutindo aqui. Desconsiderar o formal seria se colocar em um momento anterior ao estabelecimento da Linguística como ciência, instalando-se nas ordens do verbal e do linguagístico. Por outro lado, estudos apenas interessados em formalizar, ligados, então, apenas às duas últimas ordens discutidas, definitivamente não dariam conta de toda a complexidade da linguagem. O que se defende, então, é uma articulação entre forma e significação, língua e linguagem, ordens do verbal e do linguagístico e ordens do linguístico e do metalinguístico. Vejamos o que Rezende (2006b, p.19) aponta:

O objeto de estudo da linguística não seria nem a língua nem a linguagem separadamente, mas as duas juntas. No primeiro caso, quer dizer, se disséssemos que o objeto de estudo da linguística é somente a língua, cairíamos em alguma coisa próxima dos problemas da ordem verbal (fonação e audição), mas com uma diferença: procurar-se-ia, agora,

¹⁸⁵ O termo “epilinguístico” é atribuído a Culioli e discutido em Rezende (2008). Apresentamos uma proposta de Rezende (2008) de exploração da atividade epilinguística em sala de aula no item 4.1.3 “Léxico, ensino e ótica enunciativa”, p.79.

¹⁸⁶ *Tradução nossa.*

“‘activité métalinguistique non consciente’ ” (CULIOLI, 1999a, p.19).

conscientemente, o estável e ignorar-se-ia o dinâmico subjacente que o gera. Passaríamos, então, do símbolo analógico do extralinguístico aos signos discretos, linguísticos. No segundo caso (somente a linguagem), cairíamos em problemas semelhantes aos da ordem do linguagístico, onde falaríamos sobre tudo e sobre nada ao mesmo tempo.

Buscando a articulação proposta é que a metodologia de análise por nós adotada se coloca em dois lugares.

Na primeira etapa, o que faremos é uma observação mais geral das noções que aparecem nos textos que apresentaremos no próximo capítulo que serão analisados em nossa pesquisa ¹⁸⁷. Reconstruiremos espontaneamente enunciados (“glosas”) e verificaremos os termos que aparecem à direita e à esquerda de cada termo mobilizado (“operação de localização”), a fim de pensar na forma de apreensão do mundo construída (“noção”, “domínio nocional”) pelos alunos em cada redação que compõe nosso *corpus* de pesquisa. Consiste em um momento inicial, em que, a partir da leitura dos textos que temos à nossa disposição, levantaremos algumas reflexões acerca do objeto de nossa pesquisa.

Já a segunda etapa envolve uma proliferação controlada de enunciados (“paráfrases”) a fim de analisar como as noções observadas inicialmente são construídas. Essa construção se dá a partir de operações linguísticas variadas que definem e redefinem domínios nocionais.

6.2 Teoria e prática

Na parte teórica desta pesquisa, quando apresentamos um olhar enunciativo para a questão lexical ¹⁸⁸, discutimos que na “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” todo léxico teria o significado preenchido na situação enunciativa.

O que permitiria essa visão seria a proposta de sempre se considerar uma situação origem, **Sit₀** (**S₀**, **T₀**). O trabalho com a linguagem acontece a partir da mobilização de recursos linguísticos por um sujeito enunciador, em um dado espaço e tempo.

Em um artigo dedicado a apresentar algumas reflexões sobre o trabalho de Benveniste ¹⁸⁹, Culioli (1999a, p.115-123) chama nossa atenção para o fato do conterrâneo linguista ter

¹⁸⁷ Capítulo 7 “Caipiras”, p.147.

¹⁸⁸ Item 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53.

¹⁸⁹ CULIOLI, A. Théorie du langage et théorie des langues. In: CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage**. v.2. Paris: Ophrys, 1999a. p.115-123.

percebido a problemática que envolve a necessidade de se considerar essa situação origem, embora não a tenha desenvolvido da maneira como propõe a abordagem culioliana.

Fazendo referências aos termos “je” (eu) e “locuteur” (locutor), que aparecem nas discussões benvenistianas, Culioli nos diz que:

Si nous notons S_2 le terme *je* et S_1 le locuteur, nous nous apercevons que, derrière les instances discrètes de locution, individuelles, et qui n’ont de référence qu’actuelle, il doit exister un centre, un repère origine qui assure la stabilité du système de repérage. (Benveniste parle à plusieurs reprises de systèmes des coordonnées : ‘l’instance de discours est ainsi constitutive de toutes les coordonnées qui définissent le sujet’ *PLG*, I, p.263, ou encore “Le système des coordonnées spatiales se prête ainsi à localiser tout objet en n’importe quel champ, une fois que celui qui l’ordonne s’est lui-même désigné comme centre et repère” *PLG*, II, p.69). Benveniste retrouve ici le problème que pose la relation entre des instances discontinues (chaque instance de discours constitue un centre de référence interne) et la construction d’un centre qui transcende les instances discrètes, assurant ainsi l’ajustement transindividuel (locuteur-auditer) et l’inter-subjectivité. (CULIOLI, 1999a, p.121) ¹⁹⁰

Ainda que na obra de Benveniste discuta-se a ideia de “sistemas de coordenadas”, como a citação nos apresenta, Culioli defende que o autor não teria abordado a questão da situação origem da maneira como ele próprio propõe por faltar-lhe um conceito. Vejamos o comentário que é feito:

Or, que fait Benveniste? Il multiplie les termes (*sujet*, “sujet”, EGO, “ego”); il semble employer de façon interchangeable un terme pour l’autre. Il y a des termes en trop, mais un concept en moins, même si, comme on pouvait s’y attendre, il est patent que le problème est perçu. (CULIOLI, 1999a, p.121) ¹⁹¹

¹⁹⁰ “Se nós notamos S_2 o termo *eu* e S_1 o locutor, nós percebemos que, atrás das instâncias discretas de locução, individuais, e que têm apenas referência atual, deve existir um centro, um ponto de referência origem que assegura a estabilidade do sistema de localização. (Benveniste fala muitas vezes de sistemas de coordenadas: ‘a instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito’ *PLG*, I, p.263, ou ainda “O sistema das coordenadas espaciais se presta assim a localizar todo objeto em não importa qual campo, uma vez que aquele que o ordena é ele mesmo designado como centro e ponto de referência” *PLG*, II, p.69). Benveniste reencontra aqui o problema que a relação entre instâncias descontínuas (cada instância de discurso constitui um centro de referência interna) e a construção de um centro que transcende as instâncias discretas, assegurando assim o ajustamento transindividual (locutor-ouvinte) e a intersubjetividade levanta.” (CULIOLI, 1999a, p.121) *Tradução nossa*.

¹⁹¹ “Ora, que faz Benveniste? Ele multiplica os termos (*sujeito*, “sujeito”, EGO, “ego”); ele parece empregar de maneira intercambiável um termo pelo outro. Há termos em excesso, mas um conceito a menos, mesmo se, como se podia esperar, é patente que o problema é percebido.” (CULIOLI, 1999a, p.121) *Tradução nossa*.

Culioli (1999a, p.121) apresentará que é conceito de “enunciador” que faltaria, a partir do qual a teoria culioliana propõe **Sit₀**.

É a consideração dessa situação enunciativa inicial que permite que se veja todo léxico como sendo preenchido a cada enunciação.

Dando ênfase ao trabalho do sujeito, vemos, assim, uma perspectiva teórica aliada a um caminho metodológico interessantes se delinearem.

A teoria culioliana fornece-nos todo um aparato teórico-metodológico para trabalhar. Culioli proporciona-nos ferramentas metalinguísticas que sustentam as ideias que propõe.

Se temos, por exemplo, uma discussão teórica de que a significação só se constrói a cada enunciação, a formalização proposta por meio da apresentação de **S₀** permite-nos dar sustentação a essa reflexão. A observação de uma situação origem, a partir da qual a enunciação acontece, permitirá ver o trabalho do aluno nos textos que analisaremos.

6.2.1 Enunciadores

Antes de passarmos ao capítulo em analisaremos o *corpus* de nossa pesquisa, é preciso destacar como organizaremos a apresentação do trabalho que será feito no segundo momento de análises.

Para a organização dessas análises, baseamo-nos em Onofre (2009).

Inicialmente observamos qual a questão que mais chamava a atenção em nosso *corpus* de pesquisa. Uma leitura inicial apontou que uma variedade de enunciadores aparece mobilizada nos textos com os quais trabalhamos. Decidimos, então, organizar as análises em torno deles.

Como comentamos no item anterior ¹⁹², Culioli (1999a) chama a nossa atenção para a necessidade de se olhar para uma situação origem, a partir da qual as relações linguísticas são trabalhadas. Trata-se do **Sit₀ (S₀, T₀)**, em que se tem um enunciador, em um dado espaço e tempo, mobilizando os recursos linguísticos para produzir significação.

Em um outro texto (Culioli, 1990, p.115-126), discutindo que não temos elementos isolados, mas sempre a necessidade de considerar relações, o autor ainda nos apresenta que

¹⁹² Item 6.2 “Teoria e prática”, p.143.

uma relação elementar seria uma localização com relação a **Sit** (**S**, **T**), podendo-se trabalhar sobre **S**, **T**, **S** e **T** ou **Sit**¹⁹³.

No caso das redações que observamos é a relação sobre **S** que chama a atenção. Tomando esta instância enunciativa, trabalharemos, assim, a partir da situação enunciativa inicial, em que temos E0, enunciador origem da enunciação, o qual pode estabelecer no texto outros enunciadores como E1, E2, E3...En.

Considerando que, no processo de enunciação, as noções são construídas a partir das relações de quantificação e qualificação, de transitividade (implicação, causalidade), de modalização, de temporalidade e aspectualidade, Onofre (2009, p.89-93) apresenta uma análise em que vai observando como em um texto essas operações vão delineando os domínios nocionais com os quais trabalha.

Seguindo esse caminho de trabalho sugerido pela autora, a partir de um levantamento inicial dos enunciadores que são delineados nas redações que analisamos, observamos as operações linguísticas que são mobilizadas em cada caso. Verificamos como diferentes recursos linguísticos aparecem trabalhados junto a cada um dos enunciadores identificados, a fim de discutir como se dá a construção das noções trabalhadas nos textos dos alunos.

Alguns esquemas que trazemos em apêndice¹⁹⁴ ajudaram-nos a chegar às discussões que apresentaremos.

¹⁹³ “Tout objet (au sens d’objet métalinguistique) est soit primitif, soit construit à partir d’un objet primitif. Tout objet (qu’il soit primitif ou construit) est toujours pris dans une *relation*: il n’y a pas d’objet isolé. C’est précisément ce que veut dire *repéré*. Si tout objet est un objet en relation, il est nécessaire de dresser la liste des relations élémentaires à partir de laquelle on pourra procéder par complexification.

(1) un terme est repéré par rapport à **Sit** (**S**, **T**): on pourra travailler soit sur **S**, soit sur **T**, soit sur **S** et **T**, soit sur le renvoi global à **Sit**. Je passe sur la construction d’instances (**Sit**₂, **Sit**₁, **Sit**₀, **Sit**₀¹), sur les propriétés de chaque entité (avec **S**, on distinguera énonciateur et locuteur; avec **T** on travaille sur l’espace-temps, et, en particulier, sur la classe ordonnée des instants). (CULIOLI, 1990, p.116)

“Todo objeto (no sentido de objeto metalinguístico) é quer primitivo, quer construído a partir de um objeto primitivo. Todo objeto (seja ele primitivo ou construído) é sempre tomado em uma *relação*: não há objeto isolado. É precisamente o que quer dizer *localizado*. Se todo objeto é um objeto em relação, é necessário levantar a lista das relações elementares a partir da qual nós poderemos proceder por complexificação.

(1) um termo é localizado com relação a **Sit** (**S**, **T**): nós poderemos trabalhar quer sobre **S**, quer sobre **T**, quer sobre **S** e **T**, quer sobre o remetimento global a **Sit**. Passo sobre a construção de instâncias (**Sit**₂, **Sit**₁, **Sit**₀, **Sit**₀¹), sobre as propriedades de cada entidade (com **S**, distinguir-se-á enunciador e locutor; com **T** trabalha-se sobre o espaço-tempo, e, em particular, sobre a classe ordenada dos instantes).” (CULIOLI, 1990, p.116) *Tradução nossa*.

¹⁹⁴ “Apêndices”, p.251.

7 CAIPIRAS

A partir da metodologia de análise apresentada no capítulo anterior, este capítulo observa o emprego do termo “caipira” em redações de alunos. Essa noção foi escolhida por ser uma entrada da “Cartilha do Politicamente Correto”.

Inicialmente trabalhamos com 50 textos, de notas variadas, fornecidos pelo vestibular de uma grande universidade brasileira e objetivávamos verificar como a questão lexical é mobilizada pelos estudantes em suas produções textuais. Acreditávamos que os textos poderiam ser capazes de revelar caminhos para se pensar o trabalho com léxico em sala de aula, ao nos permitir discutir a hipótese de que significações são delineadas por relações léxico-gramatical-discursivas.

Considerando que as relações estabelecidas no texto ora ressaltariam a especificidade de termos, ora apareceriam voltadas a uma atenuação de diferenciações, mas sempre seriam muito importantes quando se trata de questões linguísticas, propusemos observar se a maneira como o léxico é trabalhado nas redações sustenta nossa ideia de que uma simples substituição de termos não é capaz de minimizar preconceitos sociais, ao mesmo tempo que não seria interessante trabalhar com sinônimos aproximando termos descontextualizadamente, já que a nosso ver o contexto é preponderante na construção de significação.

A verificação foi uma riqueza de focalizações da noção estudada e uma grande mobilização de recursos linguísticos variados na construção do domínio nocional em questão. No entanto, as redações mostraram visões estanques de “caipira” como “bom” ou “ruim”. A maior parte dos textos, como a redação escolhida para a primeira análise que apresentaremos, opta por mostrar “caipira” como negativo e, embora um número bem pequeno de dissertações chame a atenção por levantar “caipira” como positivo, um percurso menos comum nas produções textuais observadas, nos dois casos não se viu a construção de uma das duas avaliações a partir de um percurso bem trabalhado pela outra. O “positivo”, bem como o “negativo”, não são atingidos levando-se em conta, de uma maneira interessante, tanto forças negativas quanto positivas trabalhando sobre o domínio nocional discutido.

O que nos questionamos então foi: será que a polarização, que vimos ser característica de nossa sociedade, bem como estar presente na linguística e na escola, é também refletida nos textos dos alunos? Conseguiríamos encontrar uma produção textual capaz de superar pólos?

A fim de buscar respostas a tais questionamentos, o *corpus* inicial de pesquisa foi ampliado, por meio de um trabalho com mais 50 redações de vestibulandos, agora textos muito bem avaliados, com critério “nota acima da média”.

As observações feitas mostrarão que também na produção textual, a superação de polarizações não é uma atividade fácil de ser encontrada.

7.1 *Corpus* de pesquisa inicial

No projeto referente a esta pesquisa, apresentamos que o *corpus* com o qual trabalharíamos seria composto por produções textuais de alunos de terceiros anos do Ensino Médio de escolas públicas de São Carlos-SP. Tal expectativa vinha da possibilidade de um trabalho voltado à produção de textos cuja demanda havia sido assinalada por uma coordenadora quando, no nosso último ano de graduação, realizamos um estágio supervisionado em uma escola estadual de Ensinos Fundamental e Médio da cidade em questão.

Naquele momento, a coordenação da escola em que trabalhamos sugeriu uma possibilidade de montagem de mini-cursos a serem oferecidos aos alunos do último ano do Ensino Médio, em um período extra-aulas. Nossa intenção era a de, caso tal parceria fosse estabelecida, oferecer um mini-curso de redação junto ao qual coletaríamos o *corpus* de nossa pesquisa: aproximadamente trezentos textos voltados ao assunto “Inclusão Social”.

No ano seguinte, ao procurar a professora que coordenou nosso estágio a fim de que o mini-curso pudesse ser oferecido, soubemos que a parceria em questão não fora estabelecida, não havendo, assim, a possibilidade do desenvolvimento do trabalho que havíamos planejado.

Seguindo um trabalho com redações de vestibulandos já feito em nossa iniciação científica, a decisão que tomamos foi, então, buscar textos junto a grandes vestibulares do estado de São Paulo.

A mudança da fonte de obtenção das redações não trazia prejuízos à pesquisa, já que as questões que buscamos discutir podem tanto ser abordadas a partir de textos coletados em escolas, quanto em produções feitas para o vestibular. O importante, somente, era que os textos fossem redações de estudantes, uma vez que nosso interesse está em discutir ensino e aprendizagem, e que o tema das produções textuais abrisse possibilidade ao emprego de termos que aparecem na “Cartilha do Politicamente Correto” por nós discutida ¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Item 2.1 “Uma publicação”, p.18.

No momento da apresentação do projeto de nossa pesquisa, sugerimos que as propostas das redações com as quais trabalharíamos relacionar-se-iam ao assunto “Inclusão Social”, por acreditarmos que tal discussão pudesse ser capaz de mobilizar o léxico que visávamos focar.

Percorrendo os temas oferecidos pelos grandes vestibulares paulistas, encontramos um, em especial, que, ainda que não estivesse diretamente voltado ao tema geral que no início supúnhamos que pudesse ser bastante produtivo, mostrava-se interessante por envolver diretamente um termo abordado pela cartilha.

“Brasil: um caipira em tempos de globalização?” é o questionamento proposto pelo vestibular 1997 da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dentro do tema A (dissertação) ¹⁹⁶, àqueles que se inscreveram para concorrer a uma vaga na universidade. Diretamente ligada ao termo “caipira”, uma das entradas contempladas pela “Cartilha do Politicamente Correto”, a proposta permite uma vasta mobilização desse léxico.

Decidimos, então, focar somente esse termo, acreditando que as reflexões a serem feitas podem ser estendidas a qualquer outro ao qual se possa pensar em fazer um tipo de abordagem como o proposto pela publicação que discutimos.

A disponibilização feita pela COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares), órgão responsável pelo exame vestibular da Unicamp, foi de 150 textos, número suficiente para verificarmos um grande emprego de “caipira”.

Desses 150 textos disponíveis, escolhemos inicialmente as 50 primeiras redações para análise. Uma leitura inicial mostrou que esse número seria suficiente para prover as discussões que propúnhamos fazer, já que a frequência de emprego do termo focado é bem alta nessas produções textuais.

A presença do termo para o qual nossa atenção está voltada foi vista em 44 redações ¹⁹⁷, as quais foram as selecionadas para compor nosso *corpus* de pesquisa.

7.2 Análise do *corpus* inicial

Conforme apresentado em “Metodologia de análise” ¹⁹⁸, a análise de nosso *corpus* de pesquisa é dividida em dois momentos.

¹⁹⁶ Anexo A – Proposta de redação, p.264.

¹⁹⁷ Dos 50 textos tomados, os únicos que não contemplam “caipira” são os de números 5a, 14a, 23a, 27a, 29a e 49a. O termo aparece no restante das redações. (A letra “a” que colocamos após o número da redação é utilizada para identificar que o texto pertence ao *corpus* inicial. Quando apresentarmos textos que fazem parte do *corpus* ampliado eles terão seus números seguidos pela letra “b”).

7.2.1 Primeiro momento

7.2.1.1 A noção “caipira”

Inseridos no primeiro momento de nossa análise, o que fizemos inicialmente foi uma nova leitura das redações escolhidas para compor nosso *corpus* de pesquisa, focando nossa atenção à noção “caipira” nesses textos.

Tratou-se de uma observação mais geral e intuitiva das redações, em que a cada ocorrência da noção focada, pensávamos em outros enunciados ligados àquele em que caipira aparecia (“glosas”) e observávamos os termos que apareciam à direita e à esquerda do léxico em questão (“operação de localização”) a fim de pensar na forma de apreensão do mundo que cada aluno mostrava ter construído em seu texto (“noção”, “domínio nocional”).

O que esta leitura permitiu observar no *corpus* foi uma riqueza de focalizações da noção caipira e uma grande mobilização de recursos linguísticos variados na construção do domínio nocional em questão.

a) Recursos linguísticos

Quanto aos recursos linguísticos, o que vimos com frequência foi o que chamamos tradicionalmente de orações subordinadas adverbiais (causais, concessivas, condicionais e comparativas) e algumas coordenações aparecendo muitas vezes ao lado de enunciados negativos, além de advérbios e adjetivos, como alguns dentre outros recursos escolhidos pelos alunos para definir e redefinir domínios nocionais ¹⁹⁹. Vejamos alguns exemplos levantados ²⁰⁰.

¹⁹⁸ Item 6.1 “Metodologia de análise”, p.135.

¹⁹⁹ É importante que se ressalte que, ainda que destaquemos os recursos linguísticos em questão a partir do nome pelo qual costumam ser conhecidos na tradição de estudos gramaticais, nossa intenção não é fazer uma classificação a partir da nomenclatura tradicional. Nosso olhar está voltado a processos de linguagem, e quando se busca trabalhar a partir dessa ótica não faz sentido um reducionismo classificatório. O objetivo que temos é o de pensar na existência de percursos variados por meio dos quais uma representação pode ser delineada e se fazemos o tipo de citação apresentada é apenas para fins de exemplificação, sendo o remetimento aos termos utilizados aquilo que Rezende (2003, p.22) chama de “[...] tributo que precisamos pagar aos estudos gramaticais”, não sabendo o quanto facilita ou dificulta o diálogo com os leitores.

²⁰⁰ O número entre parênteses identifica a redação da qual o trecho foi retirado e os grifos são nossos. A grafia dos alunos foi mantida nas transcrições, não fizemos correções ortográficas. Como já apresentamos anteriormente, a letra “a” que colocamos após o número da redação é utilizada para identificar que o texto

- (2) O Brasil *não é* um caipira em tempos de globalização, *apenas* tenta selecionar as vantagens desse novo processo.
Se a nossa modernização põe em risco nossa liberdade causando dependência externa, o melhor é continuarmos caipiras. A globalização não é uma ideia inconsequente, pelo contrário, é uma proposta muito bem calculada e argumentada pelos países ricos e defendida pela nossa oligarquia entreguista. *Antes* cidadãos caipiras *a* escravos do Mundo Moderno. (1a)
- (3) Apesar do Brasil ser um território fechado que quase não tem acesso as grandes potências tecnológicas e industriais como Estados Unidos, Japão, dentre outros, ele começou seu processo de globalização a muito tempo, renovando sua economia e transformando a sociedade. Mas, ainda temos que aceitar o chamado “caipira” em nosso país, porque o Brasil é um capitalista que não tem controle sobre seu PIB, daí então acontece o surgimento de elevado número de caipiras (sem instrução), pois eles não tem dinheiro para conseguir se instruir de maneira adequada.
O Brasil se orgulha de ser um país composto excenssialmente de “caipiras” em era de globalização, pois isto prova que apesar de estarem se desenvolvendo de todos os modos, político, social, econômico e tecnologicamente, ele não perde seus costumes, sua auto estima e não se stressa com as más opiniões alheias.
O “caipira”, *no bom sentido*, assim começa a se evoluir tecnologicamente, em função da globalização, sem perder seus costumes e sua simplicidade. (3a)
- (4) Em tempos de globalização, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, no início do ano de 1996, levantou uma grande polêmica dizendo que o brasileiro, o povo que ele governa, é caipira. Muitos, em geral a elite, discordaram da opinião do presidente dizendo *não* ser caipira, *já que* não vivia no mato, tinha instrução social, vivia adaptado a civilização. *Mas* a verdade é que *por mais* civilizado *que* um brasileiro seja, este sempre tem em suas raízes vários princípios caipira.
O brasileiro recebe muitíssimo bem os estrangeiros, tem uma incrível admiração por estes e faz de tudo para que estes sintam-se bem como se estivessem em seu país. O brasileiro é alegre, extrovertido, cativante e na maioria das vezes tem orgulho de suas origens. Ou seja, é *como* um caipira quando “recebe uma visita em sua casa”. Tenta agrada-la de todo modo; oferece-lhe comida, mostra-lhe a casa, faz com que o visitante sinta-se em sua casa. (7a)
- (5) O Brasil é um país *completamente* caipira!
Graças a maneira de ser controlado e organizado este país realmente merece esse humilhante título.
Na verdade o Brasil é caipira tanto em relação á governância quanto populacional. *Isso porque* este país possui um povo que se interessa apenas em assistir o presidente comandar, esperando que ele faça tudo de bom para todos.
Consequência disso é a situação atual do país. A fome e a miséria predomina na maioria dos estados. A riqueza por sua vez, concentrada nas mãos de uma pequena minoria.
[...]
A solução para isso tudo seria, primeiramente o povo acordar e deixar de ser caipira como o presidente. Saber escolher certo a pessoa a colocar no poder. Unir, questionar e opinar seria os três fatores básicos para a população fazer o seu verdadeiro papel. (21a)

- (6) Apesar de milhares de críticas por parte do povo, Fernando Henrique Cardoso não teve a mínima intenção de ofender a nação, chamando-a de caipira. O Brasil foi apenas caracterizado de acordo com sua história: um país que, preocupado com ele próprio, muitas vezes não acompanha a evolução mundial e, que no caso da globalização, começa a acumular tecnologias ultrapassadas, não tem acesso a capitais mais elevados, perdendo assim, a competitividade.
O povo brasileiro deveria aceitar a opinião presidencial e, lutar para ser um “caipira **atualizado**”. Tal como em alguns países desenvolvidos, onde o povo, além de preservar suas tradições e sua cultura, procura atualizar-se ao máximo possível, a fim de ser um povo competitivo internacionalmente. (22a)
- (7) O Brasil precisa ir rumo a globalização num ritmo capaz de produzir benefícios para nossa economia e para nosso povo. Com proveito para nosso **bom e velho** caipira, mas no futuro um caipira **moderno** inserido dentro dos moldes da evolução que nos acompanha e estará sempre ao nosso redor: a globalização. (24a)
- (8) O povo brasileiro não merece ser chamado de caipira, pois **se não é** culto, **ao menos é** discreto. (33a)
- (9) Brasil: um caipira em tempos de globalização? Sim, **mas** um caipira que com suas próprias pernas tenta construir uma economia estável. (35a)
- (10) O Brasil **é** um caipira nos tempos de globalização, **mas não** um caipira **tímido, desajeitado, e sim** um caipira que quer ter consciência de que está fazendo o melhor para o país e que acredita em si mesmo. (37a)
- (11) Reconhecer-se caipira **não** significa render-se à inferioridade, **mas sim** lutar por questões como a terra, a previdência, a educação e o ensino públicos, que são as premissas para uma sociedade justa e verdadeiramente avançada. (38a)
- (12) Será que o Brasil pode ser considerado um caipira em tempos de globalização? E o que é considerado um país caipira em tempos de globalização? **Se** for um país que resiste à integração econômica e tecnológica dos países, o Brasil **ainda** pode ser considerado caipira, **mas** esse quadro está mudando. (39a)
- (13) O brasileiro **é como** todo **bom** caipira, um povo que demora mais a aceitar novas ideias como a da globalização mas com o passar do tempo e a melhor compreensão dessas ideias passa a defende-las e leva em frente com força e coragem todo o mecanismo que se faz necessário para que ocorra essa globalização. (45a)

b) Focalizações

Já quanto à riqueza de focalizações da noção caipira, o que vimos foi uma diversidade de ângulos a partir dos quais a noção que estudamos aparece captada. Compartilhemos aqui

alguns deles ²⁰¹: são visões que vão desde <ser caipira> é “preocupar-se com si próprio” (25a), “defender sua terra, os ideais de sua nação” (9a) até ideias como “ignorar sua própria história e achar que as coisas estrangeiras são as melhores” (50a), “pessoas fáceis de manipular, matutos que não tem conhecimento satisfatório para ir contra determinada questão” (46a) e “pessoa que te acha superior a ela mesma; aquele homem ou aquela mulher que acha que sua vida é melhor do que a dela; aquela pessoa que quer, mas não move uma palha para conseguir” (28a), passando ainda por uma vasta gama de olhares a serem destacados: “saber dosar tecnologia com a nossa cultura, com a nossa tradição” (2a), “não concordar com o processo de globalização” (10a), “ter medo do que poderá ocorrer se aderirmos à globalização” (37a), “recuar para não se adaptar à globalização” (13a), “resistir à integração econômica e tecnológica dos países” (39a), além de “não estar preparado para crescer” (13a), “pessoa matuta e medrosa que prefere ‘ficar no seu canto’ ao invés de tentar mudar” (20a), “não estar acostumado com a vida urbana ou industrial” (12a) e também “homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior”, “indivíduo confuso, desajeitado”, “inadaptável à civilização” (26a), “viver no mato”, “não ter instrução social”, “não viver adaptado à civilização”, “ter orgulho de suas origens”, “se assustar ao ver a mudança ou modernidade pela frente” (7a), “morar na roça, ser sonso, ingênuo e ignorante”, “caboclo de composição e costumes distintos”, “ter baixa instrução” (8a), como atestam os trechos a seguir ²⁰²:

- (14) Os países classificados como subdesenvolvidos tendem a seguir os mesmos caminhos dos desenvolvidos assim sendo, aderindo à globalização. O Brasil não escapa dessa tendência, não foge à regra. Nossos governantes fazem o certo quando abrem nosso país para a globalização o que não pode acontecer é nós sairmos prejudicados dessa “regra”. Temos que saber o que será vantajoso e o que será prejudicial e é aí que entra o caipira. Temos que saber dosar tecnologia com a nossa cultura, com a nossa tradição. Os nossos costumes não podem ser esquecidos diante da tela de um computador ou através dos produtos que consumimos. Por isso devemos ser caipiras, devemos nos preocupar com nós mesmos. (2a)
- (15) Em tempos de globalização, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, no início do ano de 1996, levantou uma grande polêmica dizendo que o brasileiro, o povo que ele governa, é caipira. Muitos, em geral a elite, discordaram da opinião do presidente dizendo não ser caipira, já que não vivia no mato, tinha instrução social, vivia adaptado a civilização. Mas a verdade é que por mais civilizado que um brasileiro seja, este sempre tem em suas raízes vários princípios caipira.

²⁰¹ O número entre parênteses indica a redação a partir da qual a visão apresentada foi levantada.

²⁰² O número entre parênteses identifica a redação da qual o trecho foi retirado e as transcrições são feitas de acordo como aparecem nas produções textuais.

O brasileiro recebe muitíssimo bem os estrangeiros, tem uma incrível admiração por estes e faz de tudo para que estes sintam-se bem como se estivessem em seu país. O brasileiro é alegre, extrovertido, cativante e na maioria das vezes tem orgulho de suas origens. Ou seja, é como um caipira quando “recebe uma visita em sua casa”. Tenta agrada-la de todo modo; oferece-lhe comida, mostra-lhe a casa, faz com que o visitante sinta-se em sua casa.

O brasileiro como o caipira se assusta quando vê a mudança ou a modernidade para frente. É o que está acontecendo atualmente com a globalização. O brasileiro está com medo desse movimento de transformação social e de produção, e fica acoado, amedrontado quando se fala nesse processo, ao invés de tentar incorporar-se a ele. (7a)²⁰³

- (16) Se for desmembrar as palavras de tantas controvérsias podemos dizer que F.H.C. está certo, pois, o povo brasileiro é tanto um caipira que mora na roça, sonso, ingênuo e ignorante como o cabloco de composições e costumes distintos, afinal um país que sua população tem uma média de cinco anos de frequência escolar, coube de bom tamanho tais palavras. (8a)
- (17) Nem todos brasileiros são caipiras, pois caipira é aquele que defende a sua terra, os ideais de sua nação, e o Brasil se apresenta hoje muito desunido. A resistência a globalização é normal e justa para um povo que quer o bem para seu país, as críticas de governantes não passam de mera especulação e interesses individuais. (9a)
- (18) Nosso presidente Fernando Henrique Cardoso em uma de suas inúmeras viagens ao exterior foi entrevistado em Lisboa, Portugal, e perguntaram a ele sobre a participação do Brasil nesse momento histórico, a globalização. E em sua resposta ele referiu-se ao povo brasileiro como “caipira”, por não concordarem com o processo de globalização no Brasil. Esse foi um grande erro cometido pelo presidente, pois nós brasileiros somos caipiras devido a políticos como ele que não investem na educação no país.
- Muitas pessoas estão tão desinformadas que nem sabem o que é a globalização e outras por não serem totalmente informadas acabam indo contra a qualquer novidade que apareça. Esse é um dos principais motivos pelo qual o Brasil é considerado “caipira” nos tempos de globalização. A grande maioria da população tem olhos apenas para TV e por não lerem não sabem quais as vantagens da globalização, que são inúmeras, como por exemplo a competitividade entre as indústrias nacionais e estrangeiras que trará como consequência a melhoria da qualidade dos produtos tanto nacionais quanto os importados. (10a)
- (19) A busca de melhores formas de produção, aperfeiçoamento humano e organização empresarial, são diretrizes dos novos sistemas de qualidade que visam a produção de qualquer produto, em qualquer parte do globo, talvez por isso globalização, onde o globo se unirá em um único mercado consumidor e um único mercado produtor, que tornará a comercialização dos produtos mais fáceis, pois é através da melhoria do processo produtivo que se implica na redução monetária da mercadoria, para isso as novas técnicas de trabalho devem ser aperfeiçoadas e aplicadas de maneira produtiva pôr alguém que seja instruído da necessidade de fazer um serviço industrial bem feito. São estes fatores que a sociedade está tendo de enfrentar, talvez o caipira utilizado seja um termo ambíguo, mas que fora interpretado pela maioria, como uma maneira de desqualificar o povo brasileiro, estes esqueceram-se porém que caipira é também aquele que não está acostumado com a vida urbana, ou industrial e desconhecem as maneiras práticas e eficazes de um processo de produção que não era parte do conhecimento populacional. Observamos portanto que o Brasil oferece uma barreira contra a

²⁰³ Um trecho um pouco mais curto desta redação já foi citado quando abordamos 7.2.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.150.

globalização, por sua população não apresentar conhecimentos específicos das formas de trabalho. (12a)

- (20) O Presidente F.H.C. vem lutando muito para que o país cresça, e consiga se tornar um país evoluído. O que acontece é que muita gente não concorda e resistem à globalização de mercados, e ele se utiliza de termos pouco satisfatório para muitas pessoas.

Chamando o povo brasileiro de caipira, quis dizer que o país ainda não está preparado para crescer, contradizendo ideologias nas campanhas políticas.

A verdade é que ser caipira não significa ser aquele homem ou mulher do interior que não tinha instrução, e sim ser um povo o qual se recua para não adaptar-se ao novo sistema mundial, que é a Globalização, a qual poderá abrir novas fronteiras para o Brasil conquistar, mandando suas empresas ou exportando seus produtos, que com tecnologias trocadas com outros países, possam se tornar cada vez melhor e a um menor custo. (13a)

- (21) Hoje em dia torna-se indispensável para um país como o Brasil entrar no processo de globalização. Pois além dela oferecer um maior intercâmbio tecnológico, ela movimenta a economia como um todo. Seja no comércio com o incremento de produtor importador mais diversificador, seja no aumento da nossa exportação. Por isso o nosso presidente Fernando Henrique Cardoso chamou o povo brasileiro de caipira; por ele colocar resistência no processo de globalização. Isso acabou gerando muita polêmica, pois caipira atualmente tem sentido pejorativo, por caipira se entende uma pessoa matuta e medrosa que prefere “ficar no seu canto” ao invés de tentar mudar. (20a)

- (22) De acordo com FHC, caipira é aquele que se preocupa com ele próprio, com isso acabamos percebendo que a pessoa com o maior grau de representatividade do país é um caboclo. Pois se a reeleição proposta pelo presidente fosse vigorada para o seu sucessor, saberíamos que a nova lei seria planejada para o bem da nação; porém isso foi criado com a finalidade de sua própria recandidatura. (25a)

- (23) Geralmente, uma pessoa só é chamada de “caipira”, quando seus costumes assim o afirmam: um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior ou até mesmo um indivíduo confuso, desajeitado, entre outras mais “qualidades”.

No Brasil não é bem desse modo: todos são considerados “caboclos”. Palavras de seu “Pai Maior”, o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista feita em Portugal. Será que o povo brasileiro é mesmo esse homem, inadaptável à civilização? (26a)

- (24) O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao referir-se aos brasileiros caipiras, não estava errado.

Entendo por caipira aquela pessoa que te acha superior a ela mesma; aquele homem ou aquela mulher que acha que sua vida é melhor do que a dela; aquela pessoa que quer, mas não move uma palha para conseguir.

É o caso do brasileiro. Este quer ser igual ao norte-americano, quer ter a determinação do japonês, etc. Este que se contenta em brigar por um salário mínimo. (28a)

- (25) O Brasil é um país capitalista, constatatadamente dependente dos outros países. Dependemos das novidades tecnológicas desenvolvidas por estes países, cujas situações econômicas e tecnológicas estão largamente a nossa frente. Nós somos caipiras, como disse o presidente, porque temos medo do que poderá ocorrer se aderirmos a globalização. (37a)²⁰⁴

²⁰⁴ Um trecho diferente desta mesma redação já foi apresentado em 7.2.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.150.

- (26) Será que o Brasil pode ser considerado um caipira em tempos de globalização? E o que é considerado um país caipira em tempos de globalização? Se for um país que resiste à integração econômica e tecnológica dos países, o Brasil ainda pode ser considerado caipira, mas esse quadro está mudando. (39a)²⁰⁵
- (27) Caipira são pessoas fáceis de manipular, matutos que não tem conhecimento satisfatório para ir contra a determinada questão e isso os brasileiros não são, pois não querem ser sugados pelo seu trabalho e pela exploração desvairada que as multinacionais querem exercer em nosso solo, devemos investir em nossa própria tecnologia e ciência para nós brasileiros obter as nossas riquezas para nós mesmo, mesmo que dure vários anos para alcançar tal tecnologia e não ser um caipira e deixar as multinacionais tomar posse de nossas terras e de nós mesmo, acabando de vez com essa mania de comprar tudo pronto; chegou a hora dos brasileiros mostrar que também são capazes de desenvolver tecnologia de ponta e entrar na briga das multinacionais, afim de mostrar seus produtos 100% brasileiros para o planeta e acabar de vez com essa imagem de caipira que uns acham que somos. (46a)
- (28) O Brasil está se comportando como “caipira” pois tem um povo que ignora sua própria História e acha que as coisas estrangeiras são as melhores. Assim como o “matuto” que olha para a cidade grande, o Brasil olha para o primeiro Mundo. (50a)

A partir dessa variedade de ângulos mostrados, o que fizemos foi pensar em um agrupamento possível de posições.

Dentre as inúmeras focalizações observadas, alguns dos textos trazem, por exemplo, a posição “*os brasileiros são caipiras e devem ser*”, enquanto outros, em uma direção oposta a esta, discutem que “*os brasileiros não são caipiras e não devem ser*”, além de um número grande de produções textuais compartilharem ainda uma terceira ideia, dentre outros desdobramentos possíveis de apontamentos: a de que “*os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser*”.

1. “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”
2. “*Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser*”
3. “*Os brasileiros não são caipiras e não devem ser*”

Observemos alguns exemplos.

1. “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”

²⁰⁵ Este mesmo trecho desta redação já foi apresentado em 7.2.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.150.

Notamos na primeira redação abaixo que “ser caipira” é trazido como “preocupar-se consigo mesmo”, algo tão positivo que deve ser até mesmo desejado, de acordo com a ideia do aluno, contrário à globalização, de que deveríamos ser “caipiras o bastante” para não aceitar o processo em questão. Vejamos:

- (29) Temos que saber dosar tecnologia com a nossa cultura, com a nossa tradição. Os nossos costumes não podem ser esquecidos diante da tela de um computador ou através dos produtos que consumimos. Por isso devemos ser caipiras, devemos nos preocupar com nós mesmos.

[...] Temos que ser caipira bastante para não aceitarmos ela [globalização] e quando aceitarmos ser espertos o suficiente para que o nosso Brasil não chegue ao fundo do poço. (2a)
206

2. “Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser”

Já este segundo texto faz uma associação do léxico em questão a um “amedrontar-se frente a mudanças ou modernidades”, uma atitude que o brasileiro deveria deixar de ter, de acordo com o candidato.

- (30) O brasileiro como o caipira se assusta quando vê a mudança ou a modernidade para frente. É o que está acontecendo atualmente com a globalização. O brasileiro está com medo desse movimento de transformação social e de produção, e fica acoado, amedrontado quando se fala nesse processo, ao invés de tentar incorporar-se a ele.

O Brasil tem que deixar de ser um país caipira e perceber que se não administrarmos nossa participação na globalização, se não abriremos nossas fronteiras, nossas indústrias não poderão competir com as estrangeiras e isso sim será preocupante, já que muitas empresas poderão falir e isso agravará o desemprego. (7a)²⁰⁷

3. “Os brasileiros não são caipiras e não devem ser”

Finalmente, o último exemplo apresenta “caipira” como “alguém inadaptável a alguma situação”, no caso o Brasil em relação a fazer parte de um mundo globalizado, não concordando com uma possível mobilização do termo para caracterizar o país.

²⁰⁶ Um trecho desta redação já foi citado quando abordamos 7.2.1.1 b) “Focalizações”, p.152. Parte dele coincide com esta nova citação.

²⁰⁷ Outros trechos desta redação já foram citados quando abordamos 7.2.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.150 e 7.2.1.1 b) “Focalizações”, p.152. Em “Recursos linguísticos”, o trecho que aparece é diferente do apresentado agora; já em “Focalizações”, parte do trecho citado coincide com o primeiro parágrafo desta nova transcrição levantada.

- (31) O presidente chama o país de “caipira” esnobando o potencial do Brasil em melhorar economicamente e socialmente. Globalizar se faz preciso e é necessário para o sucesso de uma nação subdesenvolvida como o Brasil.

Em tempos de incerteza o Brasil é certamente o melhor país em se investir. Contando com uma enorme população consumidora o Brasil não é o “caipira” em tempos de globalização, inadaptável a este processo, e sim uma ótima opção para aqueles que queiram investir em um país promissor. (47a)

O que vemos nas três grandes atitudes de destaque que tomamos como ilustrativas de uma gama de visões variadas que podem ser observadas nas produções dos alunos é uma consideração do termo em questão como possivelmente “preconceituoso” na segunda e terceira posições, enquanto a primeira não vê problemas no emprego de “caipira”. Esses três lugares evidenciaram para nós diferentes apreensões da noção “ser caipira”. No primeiro deles, esta parece ser apresentada como “*ser cauteloso*” e nesse sentido é que ser considerado “caipira” é algo avaliado como positivo. Já a segunda e terceira posições tomadas parecem dar ênfase a “*ser atrasado*” como elemento da noção discutida e assim temos uma negatividade então associada a referências feitas por meio do termo abordado, ainda que em alguns casos não se admita que os brasileiros sejam chamados de “caipiras”, enquanto outros discutem apenas que somos atrasados sim, embora não devêssemos ser, sem colocar em causa uma avaliação sobre o emprego do léxico que estamos pesquisando.

O que pensamos, então, foi em agrupar as redações de acordo com três classificações que seguem as atitudes de destaque apresentadas. Teríamos, assim, os textos divididos em três blocos, ainda que um posicionamento seja mais explícito em algumas redações que em outras: “*é caipira (bom)*”; “*é caipira (ruim)*”; “*não é caipira (ruim)*”. A indicação entre parênteses concerne a um julgamento sobre a positividade ou negatividade acerca do brasileiro ser caipira, de forma que no primeiro caso, temos “*O brasileiro é caipira e é bom ser caipira.*”, no segundo momento vemos “*O brasileiro é caipira e é ruim ser caipira*”, enquanto o último grupo está relacionado a “*O brasileiro não é caipira e é ruim ser caipira.*”

Vejamos²⁰⁸:

²⁰⁸ O asterisco (*) que colocamos após alguns números de redações indica alguns textos em que observamos um mecanismo especial empregado pelos vestibulandos, que será discutido posteriormente em nossa pesquisa. Item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

Quadro 3 – Avaliações da noção “caipira” no *corpus* inicial

É CAIPIRA	NÃO É CAIPIRA
<i>Bom</i> : 2a*; 3a; 9a; 22a; 35a*; 37a*; 38a*; 44a; 45a*; 48a*	<i>Ruim</i> : 1a; 4a; 11a; 15a; 16a; 17a; 20a*; 26a*; 30a; 32a*; 33a*; 34a*; 36a; 40a; 41a; 43a*; 46a*; 47a*
<i>Ruim</i> : 6a; 7a*; 8a*; 10a; 12a; 13a; 18a; 19a; 21a; 24a*; 25a; 28a*; 31a; 39a; 42a; 50a*	

A questão do preconceito, no entanto, parece que deve ser vista de uma maneira particular. Essa leitura inicial permitiu que fosse chamada nossa atenção para um mecanismo em especial: o estabelecimento de uma separação em grupo. Muitos textos apresentam “caipira” como um grupo: o “grupo dos caipiras”.

Buscando associar esse mecanismo a uma reflexão sobre a discriminação, dedicaremos um item de nossa pesquisa especialmente à discussão dessa problemática ²⁰⁹.

Passemos, agora, ao segundo momento de nossas análises.

7.2.2 Segundo momento

Neste segundo momento de análise o que faremos é uma busca por comprovar ou não as ideias levantadas a partir da observação inicial feita de nosso *corpus*.

Adotando uma posição mais científica, em contraposição a um caminho intuitivo inicialmente traçado, o que faremos será uma proliferação controlada de enunciados (“paráfrases”) a partir dos trechos ora observados em que o termo caipira aparece e verificação das operações linguísticas mobilizadas pelos alunos.

Como apontamos em “Enunciadores” ²¹⁰, a organização de tais operações será feita por meio de um levantamento inicial dos enunciadores que, a partir de E0, enunciador origem da enunciação, são delineados na redação. Indicados tais enunciadores, buscaremos identificar como os recursos linguísticos aparecem trabalhados em cada caso.

O que objetivamos discutir é a forma como a construção da noção acontece nos textos analisados. No momento intuitivo de nossa análise, levantamos que uma grande mobilização

²⁰⁹ Capítulo 8 “Pólos e Grupos”, item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

²¹⁰ Item 6.2.1 “Enunciadores”, p.145.

de recursos linguísticos variados aparecia nas redações, mas não discutimos efetivamente como as operações linguísticas se davam a partir das várias marcas vistas. Agora buscaremos observar como essa mobilização de recursos linguísticos variados ora levantados aparece definindo e redefinindo os domínios nocionais em jogo por meio da atividade de linguagem.

Nesse caminho, o que faremos é acompanhar como em cada texto, cada aluno trabalha o domínio nocional focado para que se chegue à riqueza de focalizações da noção caipira que o olhar intuitivo inicial havia nos apontado.

A nossa intenção é verificar a hipótese levantada em nosso projeto de pesquisa de que são relações léxico-gramatical-discursivas que vão construir significações, selecionando os elementos daquilo que Culioli chama de noção que vão ser ativados em um determinado ambiente textual ou em outro.

Analisaremos todas as redações agrupadas inicialmente, mas, por questões de espaço, não serão todas as análises que serão apresentadas. Escolheremos apenas algumas representativas a fim de podermos mostrar a validade ou não das ideias por nós levantadas no início.

Com relação ao *corpus* inicial, apresentaremos uma análise feita.

7.2.2.1 Análise

Redação 26a ²¹¹

Brasil: caipiras com orgulho!

1996. Uma era onde o desenvolvimento é visto como prioridade por aqueles que, um dia, sonham em representar a elite do tão afamado Primeiro Mundo.

Em respeito a esse sonho, o que se pode dizer de um país, onde o seu governante maior, o Presidente da República, o trata de maneira irônica.

Geralmente, uma pessoa só é chamada de “caipira”, quando seus costumes assim o afirmam: um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior ou até mesmo um indivíduo confuso, desajeitado, entre outras mais “qualidades”.

²¹¹ Um trecho desta redação já foi citado quando apresentamos 7.2.1.1 b) “Focalizações”, p.152.

No Brasil, não é bem desse modo: todos são considerados “caboclos”. Palavras de seu “Pai Maior”, o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista feita em Portugal. Será que o povo brasileiro é mesmo esse homem, inadaptável à civilização?

Há respostas para os dois lados, mas com a ofensa a que o indivíduo sofreu, uma resposta fica mais evidente: que o “caipira”, é quem manda nesse país.

A Globalização é muito importante em termos de desenvolvimento, mas, o que se vê no país é que os governantes o estão entregando ao interior trazendo um novo país, com nacionalidade diferente.

Caso fosse realizada de maneira correta, se enxergaria, sim, as transformações sociais e produtivas, permitindo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, como diz Paulo Paiva à revista Veja. Do contrário, o ocorrido é que o país perde, acima de tudo, a competitividade, sendo que um dos primeiros sinais, sem dúvida, seria a incapacidade de se criar empregos, causando impacto social grandiosíssimo, afetando logo, a economia e assim por diante.

Opiniões de grandes nomes ligados diretamente ao assunto, mostram que essa globalização pode ser muito perigosa para o país, pois é boa para as classes privilegiadas podendo causar sérios estragos por parte das menores.

Sendo assim, o governo, que não demonstra ter o mínimo de sabedoria e inteligência, deveria começar a ouvir melhor e entender as “cabeças inteligentes” desse mundo, para que, futuramente o Brasil possa ser incluído no ramo dos “Deuses da Terra”: o Primeiro Mundo.

Mas, para isso, haveria de se conseguir abrir a mente dos principais “caipiras”, a qual não aparenta existir a cultura, principal fornecedora dos princípios da vida, sendo assim, uma tarefa difícil para um país onde só existem “caboclos”.

a) Situação enunciativa inicial

O que esta redação mostra-nos é a noção “caipira” sendo focada a partir de perspectivas diferentes, ligadas a três enunciadores distintos que são delineados pelo texto a partir do enunciador E0, ponto de partida de qualquer enunciação. Esses enunciadores são, conforme aparecem no texto:

E3: Alguém/indeterminado

E2: Ele/FHC

E1: Eu/aluno

A cada um deles, destacamos operações que nos permitem discutir a construção da noção abordada, embora outras operações linguísticas também apareçam no texto e sejam levadas em conta ²¹².

b) A noção “caipira” construída por E3 (“entre E0 e E3”)

No caso do primeiro enunciador construído no texto, o que nos chama primeiro a atenção é uma indeterminação que lhe é associada por meio da marca de voz passiva empregada junto ao verbo “chamar”. Temos o estabelecimento de um “chamar caipira de” feito por “alguém”. Estamos no lugar do “fala-se que caipira é x se”, “chama-se caipira x se”, em que a existência de um enunciador pode ser reconhecida, mas a indeterminação não permite identificá-lo.

O que nos parece é que se trata de algo genérico, uma ideia mais ou menos comum, um pré-construído que nos é apresentado pela redação, como se todos aqueles com quem o texto dialoga fossem capazes de compartilhar a ideia apresentada. Essa ideia geral estabelece um todo que acaba ao mesmo tempo paradoxalmente aproximando-se quase de um ninguém pela dificuldade que se tem de apontar exatamente um indivíduo dentro da indeterminação a partir da qual um “alguém” é colocado.

É assim, não diretamente assumida por alguém, mas reconhecida como “dada”, compartilhada, sendo por isso importante ser trazida logo no início das discussões a serem desenvolvidas, que a noção caipira é pela primeira vez apresentada a nós pelo texto ²¹³.

Ela será posta de uma maneira que permite à análise um desdobramento em duas direções. Temos que *“uma pessoa só é chamada de “caipira”, quando seus costumes assim o afirmam: um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior **ou até mesmo** um indivíduo confuso, desajeitado, entre outras mais “qualidades””* ²¹⁴. A marca por nós grifada (“ou até mesmo”) divide a noção apresentada para duas orientações: por um lado, temos que <x é caipira> se <x é homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do

²¹² Uma organização de cada trecho do texto ligado aos enunciadores levantados e às operações mobilizadas em cada caso é esquematizada em um apêndice (Apêndice A, p.252). Foi por meio dela que chegamos à análise apresentada.

²¹³ A partir do que será apresentado, tal noção vai ser considerada por nossa análise como a noção tipo que é trazida pelo texto.

²¹⁴ Grifo nosso.

interior>; por outro, podemos reconstruir que <x **pode ser** caipira> se <x é confuso, desajeitado>.

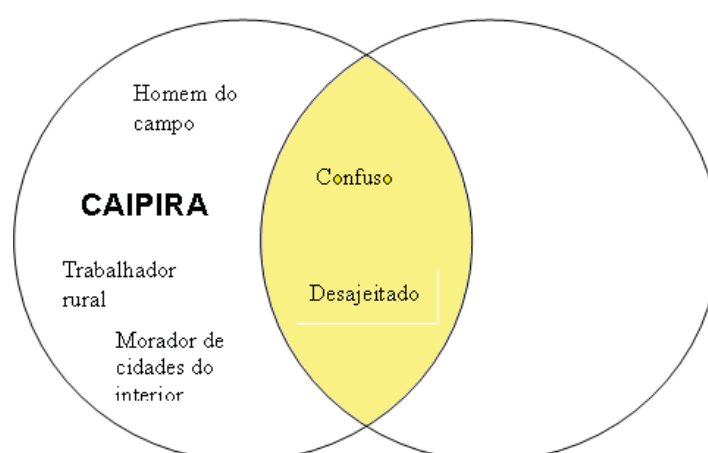
Essa diferença entre “é” e “**pode ser**”, instaurada pela mobilização de “ou até mesmo” é que acaba sendo bastante interessante.

Vemos que a noção caminha em duas direções: uma ligada a “origem” e outra a “julgamento”, “apreciação”. No caso da primeira direção trazida, é uma ligação com o espaço rural ou interiorano que determina se um indivíduo é ou não caipira. Já o segundo caminho tomado mostra um “julgar” determinando um indivíduo visto como confuso e desajeitado como sendo caipira.

O que nos parece é que o “poder ser” que é associado à segunda direção apresentada, por meio da marca “até mesmo” discutida, revela que o que podemos chamar de “caipira tipo” geralmente é um homem cujas origens assim nos vão levar a caracterizá-lo, mas que, ainda assim, pode haver pessoas que mesmo não ligadas ao rural e ao interior, **podem ser** caipiras por serem confusas e desajeitadas. O que vemos é que implicitamente se tem instaurado, então, que o “caipira tipo”, aquele que vem do interior ou do campo, é **sempre** confuso e desajeitado.

Pensando numa representação das noções, o que teríamos esquematicamente seria algo como:

Figura 3 – <ser caipira> para E3



O que podemos discutir, assim, é uma diferenciação entre “**ser** caipira” e “**comportar-se como** caipira”. O que a redação do aluno acaba apresentando nesse primeiro momento é

que há aqueles que não são do campo ou do interior, mas que, por serem confusos e desajeitados **podem ser** caipiras (um “comportar-se como”). O que acaba se revelando, então, como discutimos, é que aquele que é do campo, do interior, **é sempre** desajeitado e confuso (“ser caipira”).

Diante dessas observações, nesse momento a relevância da escolha de um enunciador indeterminado para fazer a primeira apresentação da noção caipira parece também ser revelada. A nosso ver, um não comprometimento direto com a ideia de que <ser caipira> é <ser confuso, desajeitado> parece ser buscada. Deixar a ideia nesse lugar que é, ao mesmo tempo, “dito por todos e por ninguém” parece ser a melhor estratégia a ser adotada como início das discussões que serão apresentadas.

c) A noção “caipira” construída por E2 (“entre E0 e E2”)

Dialogando com a noção trazida por este enunciador indeterminado é que vemos uma passagem para o segundo enunciador que é construído pelo texto: E2, que diz respeito a “ele/FHC”. Este enunciador é trazido de maneira bem clara à redação, de forma que, a partir de uma paráfrase do texto do aluno, é como se tivéssemos algo como: “FHC afirma: “No Brasil, todos são considerados caboclos.””, em que se nota uma apresentação do ponto de vista de Fernando Henrique Cardoso, então presidente do Brasil no momento em que discussões voltadas ao brasileiro ser ou não caipira foram levantadas.

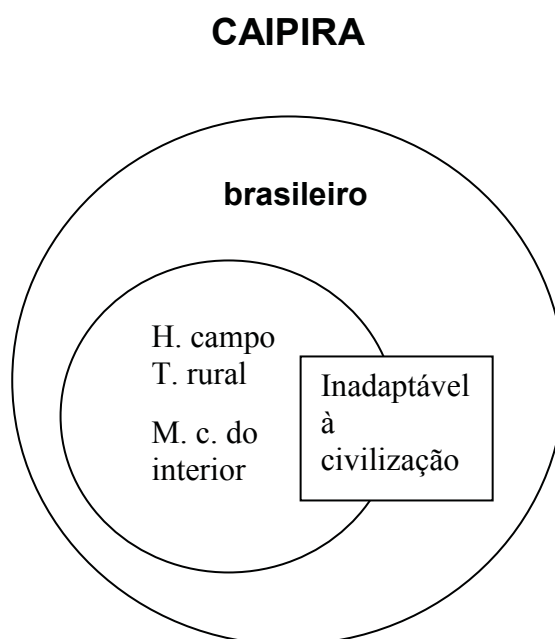
O que vemos é que, a partir do referido diálogo com a noção trazida inicialmente por E3, a relação <x ser caipira> ora apresentada é retomada. Nessa retomada, no entanto, observamos que apenas parte dela vai ser focada, construindo o que é <x ser caipira> para FHC.

A partir do momento em que é apresentado que, para o presidente, no Brasil todos são caipiras, o que se vê é que a direção ora levantada de <x é caipira> se <x é homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior> perde seu foco para a outra parte considerada, quando temos uma associação entre caipira e as qualificações de confuso e desajeitado (<x pode ser caipira> se <x é confuso, desajeitado>). Isso porque é dado que a população brasileira não é toda rural, que nem toda ela habita cidades do interior ou trabalha no campo. Diante deste fato, uma constatação, vê-se, então, que a noção de caipira é delineada por FHC num caminho mais próximo dessa segunda direção trazida inicialmente por E3.

Como fica mais evidente a partir de trechos da redação que são mostrados no apêndice ²¹⁵, para este enunciador parece que <x é caipira> se <x é inadaptável à civilização> e, sendo inadaptável à civilização aquele que tem cautela, é por terem cautela diante da globalização que é discutida pelo texto que os brasileiros são caipiras, mesmo que nem todos habitem o interior ou tenham origem rural.

O esquema antes trazido então muda, e podemos ter a seguinte representação, em que vemos aqueles que são do interior ou trabalham no campo colocados como uma parcela da população brasileira, que compartilha com toda ela a condição de inadaptável à civilização:

Figura 4 – <ser caipira> para E2



d) A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1”)

Finalmente, a fim de questionar essa posição de E2, o último dos enunciadores por nós recuperados do texto aparece. Vemos, então, uma posição bem marcada do aluno que assume seu dizer afirmando que FHC é que é caipira.

²¹⁵ Apêndice A, p.252.

O que observamos agora é a noção caipira sendo construída da seguinte maneira: <x é caipira> se <x não demonstra ter o mínimo de sabedoria e inteligência>.

Chega-se a tal noção, a partir de uma série de operações que vão sendo delineadas pelo texto. Estas, esquematizadas com mais detalhes no apêndice a que já fizemos referência ²¹⁶, mostram que o que se tem construído pelo candidato é que há duas maneiras de se globalizar: uma com cautela, que poderia ser produtiva, por respeitar a cultura de um país; e outra sem cautela, que não valoriza o que é seu e entrega o país ao exterior. Para o aluno, esta última posição de não se ter cautela face à globalização significa uma atitude não sábia e não inteligente. Como FHC entregaria o país ao exterior, não valorizaria o que é seu, não respeitaria a cultura brasileira, e, é por isso que seria caipira. Enquanto isso, os outros (povo brasileiro), em uma direção contrária a esta, por respeitarem a cultura brasileira, valorizarem o que é seu, não seriam caipiras, sendo sábios e inteligentes.

Em um diálogo direto com a forma como a noção caipira é apresentada por E2, E1 coloca “adaptar-se à civilização” como “respeitar uma dada cultura”. É assim que aqueles que seriam considerados por FHC como inadaptáveis à civilização e, portanto, caipiras segundo a ótica presidencial apresentada, são considerados sábios e inteligentes por respeitarem a cultura brasileira, não sendo apontados como caipiras pelo aluno. O que é preciso destacar é que se nota, então, uma diferença de apreensão do que é ser adaptável ou não a uma civilização: enquanto para FHC “respeitar uma dada cultura” é ser inadaptável, implicando falta de sabedoria e inteligência, o candidato delineia um caminho exatamente oposto, vendo, na falta de respeito a uma dada cultura, a inadaptação.

Um esquema a ser feito a partir das ideias apresentadas por E1 seria o seguinte:

²¹⁶ Apêndice A, p.252.

Figura 5 – <ser caipira> para E1



Se consideradas aquelas duas partes associadas à noção caipira por E3, uma observação interessante pode ser pensada. Poderíamos dizer que a partir do momento que, por ter cautela, respeita uma dada cultura, o caipira tipo deixa de ser desajeitado, confuso e o homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior chega até, então, a ser um não-caipira por não se comportar como um caipira tipo (aquele que é homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior e desajeitado, confuso). É como se tivéssemos a seguinte relação: quando o foco for apresentar que o caipira geralmente respeita sua cultura, o caipira não se comporta como caipira e é assim que o candidato, mesmo apontando desde o início do seu texto uma negatividade associada ao termo em questão, afirmando muitas vezes que o presidente é irônico ao empregar o léxico para se referir ao brasileiro, acaba por escolher por título de sua redação o enunciado: “Brasil: caipiras com orgulho!”.

Neste título, ainda que o tom possa parecer ser muito próximo ao de uma resposta a uma ofensa (caso em que possamos pensar que a necessidade de ser enfatizado que se é caipira **com orgulho** aponta que geralmente não se costuma ter orgulho de ser caipira), vemos a noção focada a partir de seu ângulo ligado ao aspecto “valorizar o que é seu”, “respeitar uma dada cultura”. É sobre esta característica em particular da noção que uma luz é jogada, afinal não parece ser falta de inteligência ou confusão que se deseja geralmente enfatizar com orgulho.

É nítido, no entanto, que não é a todo tempo que o texto opta por este foco. Vemos a focalização discutida logo ser mudada quando, em um final irônico, o candidato volta à ideia de que <ser caipira> é <não demonstrar sabedoria e inteligência>.

É quando o aluno reafirma que os principais caipiras no Brasil seriam seus governantes, ironizando que a inclusão do país no “Primeiro Mundo” (discussão retomada do início do texto quando é colocado que a possibilidade de acesso a tal patamar implica não tratar o Brasil de maneira irônica, não chamando os brasileiros de caipiras) seria uma tarefa muito difícil porque o presidente disse que no país só há pessoas que não têm o mínimo de sabedoria e inteligência. Neste momento, como se retomasse a fala presidencial, o termo usado é caboclo, o mesmo já mobilizado no texto uma única vez quando a posição de FHC foi a nós apresentada²¹⁷.

A conclusão a que se chega para este ponto do texto é então que tanto para FHC quanto para o candidato <ser caipira> parece estar ligado a <não ter inteligência e sabedoria>. A diferenciação estaria no julgamento do que significa ter cautela: inteligência e sabedoria ou falta delas. Enquanto para FHC ter cautela implicaria não ter inteligência, logo o brasileiro seria caipira por ser cauteloso, o candidato vê na cautela sabedoria, considerando caipira o não cauteloso. Assim, ao passo que a cautela dos brasileiros frente à globalização seria interpretada como falta de inteligência e sabedoria pelo ex-presidente, que por isso os chamaria de caipiras, para o aluno não ser sábio e inteligente é não ser cauteloso, então caipira é FHC.

Retomando a noção de caipira e suas duas orientações apresentadas no início do texto por E3, o que poderíamos pensar então a partir dessa discussão é que o caipira tipo apresentado inicialmente (homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior, confuso e desajeitado) acabaria sendo menos caipira que FHC, considerada a reflexão apresentada. O presidente, apesar de não ser homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior, seria mais caipira (neste momento focando a segunda direção que E3 apresenta da noção) que o caipira tipo²¹⁸ já que aquele que habita o interior ou trabalha no

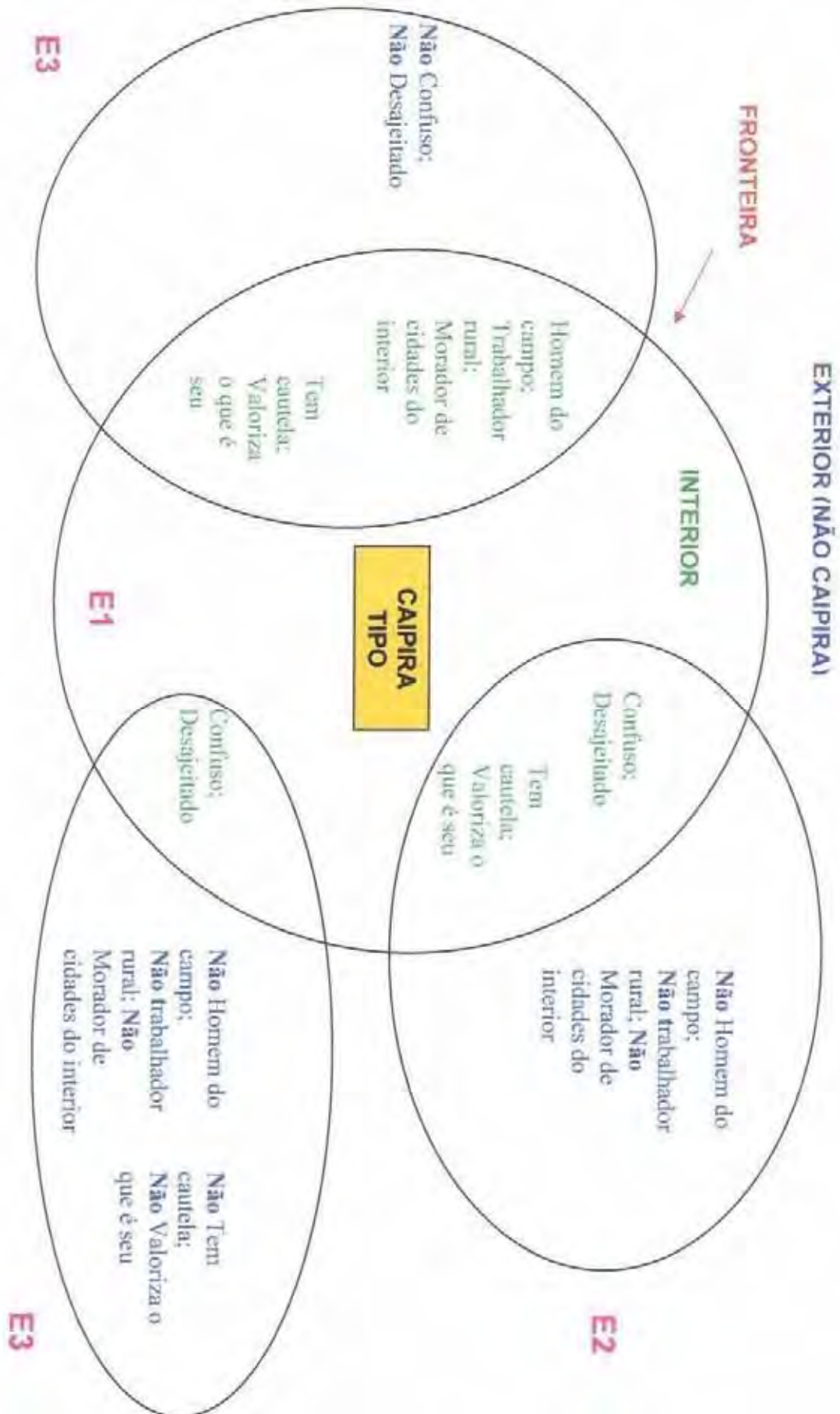
²¹⁷ O termo “caboclo” aparece duas vezes empregado no texto. Nas duas, associado à fala do presidente e, assim, ligado a um foco de <x é caipira> se <x é inadaptável à civilização>. Para FHC, como já discutido, <ser inadaptável à civilização> implica <não ter sabedoria e inteligência>.

²¹⁸ O que se delinea é que o caipira não tipo, em oposição ao tipo, é aquele que não é homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior, mas mesmo assim é confuso e desajeitado.

campo demonstra ser inteligente ao ter cautela e valorizar sua cultura, segundo a ótica do candidato.

Na verdade, o texto fica, assim, em uma fronteira sempre, refletindo sobre este ser e não ser caipira, a partir de diferentes focalizações da noção em questão. Vejamos uma esquematização feita a partir de todas as discussões aqui apresentadas:

Figura 6 – <ser caipira> para E1, E2 e E3



O esquema, mostrando as três partes que constituem uma noção (interior, exterior e fronteira), apresenta a noção tipo, construída por E3, e deixa claro como os outros enunciadores (E2 e E1) partem de pontos tanto pertencentes ao interior quanto ao exterior desse caipira-tipo, construindo, assim, noções que ficam na fronteira entre o ser e não ser caipira. É o “quase caipira”, aquele que é e não é caipira ao mesmo tempo, que é construído a partir de diferentes focalizações da noção em questão.

O caipira tipo, como pode ser visto, tem em seu interior (verdadeiramente caipira) as características de <ser homem do campo; trabalhador rural; morador de cidades do interior>, <ser confuso, desajeitado>, <ter cautela, valorizar o que é seu>. Logo, o seu exterior (verdadeiramente não caipira) é composto por **não** <ser homem do campo; trabalhador rural; morador de cidades do interior>, **não** <ser confuso, desajeitado>, **não** <ter cautela, valorizar o que é seu>.

Partindo desse tipo, E2 e E1 operam com a noção dada.

E2 foca as características <confuso, desajeitado>, <tem cautela, valoriza o que é seu> para dizer que considera o **não** <homem do campo; trabalhador rural; morador de cidades do interior>, por este ter cautela e valorizar o que é seu, o que o faria confuso e desajeitado, também caipira.

E1, por sua vez, quando se refere a FHC, toma <confuso, desajeitado> da noção tipo para dizer que Fernando Henrique (**não** <homem do campo; trabalhador rural; morador de cidades do interior>) por **não** <ter cautela, valorizar o que é seu> é que é confuso e desajeitado, sendo caipira. Já quando comenta sobre o homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior, foca em sua característica de <ter cautela, valorizar o que é seu>, que o faria **não** <confuso, desajeitado>.

A partir de gradientes, que afastam ou aproximam de um domínio nocional dado, um foco sobre a característica <ser confuso, desajeitado>/ **não** <ser confuso, desajeitado> coloca o “quase caipira” de E1 em um momento mais próximo do caipira tipo (quando se refere a FHC; teríamos “mais caipira que não caipira”), em outro mais distante dele (segundo momento discutido; teríamos “menos caipira que não caipira”).

Como vemos, são diferentes focalizações de caipira que vão sendo feitas no texto. Dentre essas diferentes luzes que são jogadas na noção estudada, no entanto, algo em comum pode ser levantado. Vemos que tanto quando E1, quanto E2 e E3 aparecem, caipira é sempre colocado como um grupo e é a partir de tal perspectiva que acreditamos que a questão do preconceito deva ser discutida.

Desde a distinção que destacamos feita logo no início do texto entre “**ser** caipira” e “**comportar-se como** caipira”, um grupo referente a caipira é reconhecido. Dependendo da visão apresentada pelos enunciadores colocados no texto, ora Fernando Henrique ora os brasileiros são comparados ao caipira, mas a questão é sempre posta em termos de um “comportar-se como”. Enquanto o brasileiro ou FHC seriam confusos e desajeitados apenas quando se comportassem como caipiras, o caipira o é sempre, como fica claro a partir de todas as representações gráficas apresentadas.

Tal observação caminha na direção das ideias que serão por nós levantadas em um item específico desta pesquisa ²¹⁹, exclusivamente dedicado a abordar a questão da discriminação associada ao mecanismo de separação em grupo, pensando o preconceito ligado à marginalização.

7.2.3 Algumas observações

Há ainda algumas questões que gostaríamos de discutir a partir da primeira análise que apresentamos.

7.2.3.1 Apreensões da noção

A partir da leitura de Rezende (2009), surgiu uma discussão de que, ainda que a redação analisada apresente vários enunciadores, vemos que ela não supera polarizações.

Como apresentamos, “caipira” é visto como “ruim” e não se chega até tal conclusão por um caminho que leva em conta tanto forças negativas quanto positivas trabalhando sobre esse domínio nocional. É apenas o “negativo” que é trazido, sem que se chegue até ele levando em conta também o “positivo”.

Será que alguma redação de nosso *corpus* de pesquisa mostraria um caminho diferente, de superação desse tipo de polarização em “bom” ou “ruim”?

Foi este o questionamento que então se levantou e, diante dele, o que fizemos foi um percurso de busca por como, no conjunto de todas as redações que temos, a noção “caipira” é construída: direção bem próxima à tomada por Rezende (2009) na análise de “solidariedade”. Para realizar as discussões que propõe no artigo citado, o primeiro passo tomado pela autora é

²¹⁹ Item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

o de apresentar alguns exemplos de como o domínio nocional de <solidariedade> é percorrido pelos estudantes nos textos a que tem acesso.

Ainda que já tivéssemos, no primeiro momento de nossas análises, observado que a variedade de focalizações da noção com a qual trabalhamos era grande e apresentado rapidamente alguns caminhos seguidos, não havíamos sistematicamente mostrado a construção do domínio nocional redação a redação, organizando um a um os percursos feitos e os observando com atenção. É isso, então, o que fazemos agora.

Vejamos como em cada redação que compõe nosso *corpus* de pesquisa a noção “caipira” é apreendida. Quando fala em “noção”, Culioli chama nossa atenção para a chamada “lexis”, uma relação tripla, a partir da qual um conjunto de enunciados é gerado. A lexis < () ser caipira > é preenchida da seguinte maneira em cada caso:²²⁰

Redação 1a

<questionar as consequências da globalização>

Redação 2a

<não ser esperto, ser bobo>

<preocupar-se com si mesmo; não esquecer seus costumes; saber dosar tecnologia com cultura, tradição>

Redação 3a

<ser inadaptável à civilização>

<ser sem instrução>

<não perder seus costumes, sua simplicidade, não perder sua auto-estima e não se estressar com opiniões alheias>

Redação 7a

<viver no mato, não ter instrução social, não viver adaptado à civilização>

<ser alegre, extrovertido, cativante e, na maioria das vezes, ter orgulho de suas origens> algo colocado pelo aluno como negativo

²²⁰ Apenas as redações 4a, 16a, 42a, 6a e 17a não aparecem na lista apresentada, por não haver nestes textos um trabalho que nos permita apreender a noção “caipira” nestes casos. Nas três primeiras redações mencionadas, o termo “caipira” é apenas citado. Já nas redações de números 6a e 17a, <ser caipira> parece próximo a <ser atrasado>, mas não é possível chegarmos diretamente a essa ideia, o que fica bem evidente, somente, é uma negatividade associada à noção focada.

<se assustar quando vê a mudança ou a modernidade pela frente>

Redação 8a

<morar na roça, ser sonso, ingênuo e ignorante>

<ser caboclo de composições e costumes distintos>

Redação 9a

<defender a sua terra, os ideais de sua nação>

Redação 10a

<não concordar com o processo de globalização, por não ter acesso a educação e, assim, desconhecer as vantagens dele>

Redação 11a

<ser um ser primitivo, sem capacidade de acompanhar a evolução que sempre ocorre no mundo>

<não ser um primor em termos de intelectualidade>

<não ser forte>

<ser atrasado e fora da realidade>

Redação 12a

<não estar acostumado com a vida urbana ou industrial e desconhecer as maneiras práticas e eficazes de um processo de produção que não fazia parte de seu conhecimento>

Redação 13a

<ser aquele homem ou mulher do interior, que não tem instrução>

<recuar para não se adaptar à globalização> recuo visto como positivo para o país

<ainda não estar preparado para crescer>

Redação 15a

<ser um país subdesenvolvido>

Redação 18a

<resistir à globalização>

Redação 19a

<não valorizar o que é seu>

<não ser protecionista, nacionalista, preferir o estrangeiro, o importado ao nacional>

Redação 20a

<colocar resistência ao processo de globalização>

<temer as consequências da globalização>

<ser uma pessoa matuta e medrosa que prefere “ficar no seu canto” ao invés de tentar mudar>

Redação 21a

<possuir um povo que se interessa apenas em assistir o presidente comandar, esperando que ele faça tudo de bom para todos>

<se presidente, dar o título de caipira ao país, diante de todos, provando não ter nenhum respeito com a população e diretamente com a pátria>

Redação 22a

<ser um país que, preocupado com ele próprio, muitas vezes não acompanha a evolução mundial e, que no caso da globalização, começa a acumular tecnologias ultrapassadas, não tem acesso a capitais mais elevados, perdendo, assim, a competitividade>

<recuar para não se adaptar a uma dada situação>

<não ser atualizado>

<preservar suas tradições e sua cultura>

Redação 24a

<ser como o homem do campo – que mesmo com as possibilidades que existem nos centros urbanos para poder melhorar sua condição social não aceita>

<não ter atingido o limite máximo da evolução ligada à globalização – modernização da indústria com proveito tanto para os donos do poder e principalmente para aqueles que são reféns do sistema>

<não estar apto a competir com as grandes potências econômicas mundiais>

<estar em um estágio de atrasado, deficiente tecnologicamente com relação a suas indústrias>

<não se inserir dentro dos moldes de evolução que nos acompanha: a globalização>

<não aceitar as possibilidades que existem para melhorar sua condição social>

<ser não moderno; ser atrasado>

Redação 25a

<fugir da globalização e fechar a economia para o mundo>

<preocupar-se com si próprio> direção negativa

Redação 26a

<ser um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior>

<ser inadaptável à civilização>

<não demonstrar ter o mínimo de sabedoria e inteligência>

<ser confuso, desajeitado>

Redação 28a

<não ser primeiro mundo>

<ser uma pessoa que se acha superior a ela mesma; aquele homem ou mulher que acha que sua vida é melhor do que a dela; aquela pessoa que quer, mas não move uma palha para conseguir>

Redação 30a

<ser inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela>

<não estar qualificado a compreender a tendência moderna da globalização>

<não fazer parte do mundo que está globalizando>

<ser canhestro, tímido, desajeitado>

<ser uma sociedade comunicativa, primitiva e limitada>

<não desfrutar interação com o mundo>

Redação 31a

<não ser esperto>

Redação 32a

<ser ingênuo>

Redação 33a

<desconhecer um assunto na profundidade que lhe é devida e resistir à globalização>

<ignorar o processo de globalização que transcorre no mundo e se posicionar contra pelo simples fato de ser uma nova realidade>

<temer a globalização>

<não ser culto e não ser discreto>

<ser contra a mudança>

Redação 34a

<não saber o que é progresso e ter uma visão tão ampla que não ultrapassa as cercas de sua casa>

Redação 35a

<ser passado para trás>

<caminhar lentamente, mas com suas próprias pernas>

Redação 36a

<não ter interferência da tecnologia estrangeira na economia>

<não ser atingido pela globalização e ficar parado no tempo>

Redação 37a

<não ser uma pessoa importante>

<ser tímido, desajeitado>

<ter medo do que poderá ocorrer se aderir à globalização>

<querer ter consciência de que está fazendo o melhor para o país e acreditar em si mesmo>

Redação 38a

<não ter acesso a tecnologia>

<ser tímido e desconfiado> algo visto como positivo

Redação 39a

<resistir à integração econômica e tecnológica dos países>

<não ter acesso a uma boa educação, não se preparando para a globalização>

Redação 40a

<ser incapaz de compreender a modernização da economia>

Redação 41a

<estar um pouco distante do centro urbano; estar ligado ao ambiente rural>

<não compreender para onde está caminhando sua economia>

Redação 43a

<morar no interior, ser desajeitado, não ter instrução, talvez um emprego qualquer; pessoas menos favorecidas, que ficam sujeitas a perder o emprego>

<ser incapaz de compreender a tendência da globalização>

<ser uma pessoa orgulhosa de suas origens, de seus costumes, e que fica abalada em função de opiniões alheias> “caipira de mau caráter”

<ser uma pessoa orgulhosa de suas origens, de seus costumes, e que não fica abalada em função de opiniões alheias> “caipira de bom caráter”

Redação 44a

<ser homem ou mulher que mora longe das cidades, sem instrução alguma, não se adapta à civilização e recua diante de mudanças que a mesma provoca>

<recuar, ter cautela>

Redação 45a

<ser tímido>

<ter cautela>

<demorar mais para aceitar novas ideias como a da globalização, mas com o passar do tempo e a melhor compreensão delas passa a defendê-las e leva em frente com força e coragem todo o mecanismo que se faz necessário para que ocorra essa globalização>

Redação 46a

<não apoiar a globalização>

<ser uma pessoa fácil de manipular, matuto que não tem conhecimento satisfatório para ir contra determinada questão>

Redação 47a

<ser inadaptável à globalização>

<não ter potencial em melhorar economicamente e socialmente>

Redação 48a

<morar em povoação, não ter instrução ou trato social, não saber vestir-se ou apresentar-se em público>

<não ser inteligente o bastante para compreender a globalização>

<não compreender algo> (no sentido de não aceitar e isso é colocado como positivo) “caipira consciente”

Redação 50a

<ignorar sua própria história e achar que as coisas estrangeiras são as melhores>

<não valorizar o que é seu>

Diante de todas essas apreensões de “caipira”, notamos que há caminhos em alguns textos que se aproximam de outros construídos em outras redações e, então, podemos fazer algumas associações e pelo menos quatro direções podem ser levantadas.

1) ***“Resistência à globalização”***

2) ***“Rural versus urbano”***

3) ***“Atraso, desajeitamento, ingenuidade”***

4) ***“Cautela, valorização do que é seu”***

No primeiro agrupamento, vemos uma recorrência de construção ligada a uma ideia de “resistência à globalização”, em alguns casos vista como positiva, mas na maior parte das redações levantadas tomada como negativa. “Ser caipira” seria “resistir à globalização” e tal resistência, ainda que em alguns textos apareça como podendo ser algo positivo, na grande maioria deles é vista como maléfica, associada a um subdesenvolvimento do país, o que nos fornece, então, uma negatividade associada a “caipira”.

Já o segundo grupo apresentado aparece ligado a uma ideia de “rural” *versus* “urbano”, “interior” *versus* “capitais, grandes cidades”. “Ser caipira” é então associado a “habitar o interior, o ambiente rural” e, ainda que em alguns casos uma negatividade não seja evidente, ela aparece mais uma vez com grande frequência neste grupo, associada à ideia de que “habitar o interior” é “ser inadaptável à civilização”.

Esta negatividade, que já vinha prevalecendo nestes dois primeiros grupos, ganha toda força no terceiro agrupamento que apresentamos, ligado a uma qualificação de “caipira” como “atrasado, desajeitado, ingênuo”, dentre outras características apresentadas como “ruins”.

Vemos, assim, que a maior parte dos textos traz uma posição negativa ligada a “ser caipira”. O último grupo, no entanto, traz um caminho positivo, menos típico à maior parte das produções textuais. Ressalta-se, então, que “ser caipira” seria “ter cautela”, “valorizar o que é seu” e, ainda que vejamos nitidamente que se trata de um número bem pequeno de textos, são redações que chamam a atenção por se afastarem de um percurso mais comum apresentado. Elas se diferenciam por isso, embora iremos discutir que esperávamos um trabalho maior dos alunos ²²¹.

Vejamos cada um dos agrupamentos propostos ²²²:

Direção 1: “Resistência à globalização”

<não ter interferência da tecnologia estrangeira na economia> (36a)

<não fazer parte do mundo que está globalizando> (30a)

<não ser atingido pela globalização e ficar parado no tempo> (36a)

<não ter atingido o limite máximo da evolução ligada à globalização – modernização da indústria com proveito tanto para os donos do poder e principalmente para aqueles que são reféns do sistema> (24a)

<ser um país que, preocupado com ele próprio, muitas vezes não acompanha a evolução mundial e, que no caso da globalização, começa a acumular tecnologias ultrapassadas, não tem acesso a capitais mais elevados, perdendo, assim, a competitividade> (22a)

<estar em um estágio de atrasado, deficiente tecnologicamente com relação a suas indústrias> (24a)

<não se inserir dentro dos moldes de evolução que nos acompanha: a globalização> (24a)

<ser inadaptável à globalização> (47a)

<não estar apto a competir com as grandes potências econômicas mundiais> (24a)

<não ter acesso a uma boa educação, não se preparando para a globalização> (39a)

<ignorar o processo de globalização que transcorre no mundo e se posicionar contra pelo simples fato de ser uma nova realidade> (33a)

²²¹ Item 7.2.3.2 “Polarização”, p.184.

²²² O número entre parênteses indica a redação a partir da qual o percurso de construção da noção apresentado foi observado.

- <não estar qualificado a compreender a tendência moderna da globalização> (30a)
- <desconhecer um assunto na profundidade que lhe é devida e resistir à globalização> (33a)
- <não ser inteligente o bastante para compreender a globalização> (48a)
- <não concordar com o processo de globalização, por não ter acesso a educação e, assim, desconhecer as vantagens dele> (10a)
- <ser incapaz de compreender a modernização da economia> (40a)
- <não compreender para onde está caminhando sua economia> (41a)
- <ser incapaz de compreender a tendência da globalização> (43a)
- <fugir da globalização e fechar a economia para o mundo> (25a)
- <temer a globalização> (33a)
- <ter medo do que poderá ocorrer se aderir à globalização> (37a)
- <temer as consequências da globalização> (20a)
- <resistir à integração econômica e tecnológica dos países> (39a)
- <resistir à globalização> (18a)
- <colocar resistência ao processo de globalização> (20a)
- <questionar as consequências da globalização> (1a)
- <recuar para não se adaptar à globalização> recuo visto como positivo para o país (13a)
- <não ser primeiro mundo> (28a)
- <ser um país subdesenvolvido> (15a)

Direção 2: “Rural *versus* urbano”

- <estar um pouco distante do centro urbano; estar ligado ao ambiente rural> (41a)
- <morar no interior, ser desajeitado, não ter instrução, talvez um emprego qualquer; pessoas menos favorecidas, que ficam sujeitas a perder o emprego> (43a)
- <ser homem ou mulher que mora longe das cidades, sem instrução alguma, não se adapta à civilização e recua diante de mudanças que a mesma provoca> (44a)
- <morar em povoação, não ter instrução ou trato social, não saber vestir-se ou apresentar-se em público> (48a)
- <ser como o homem do campo – que mesmo com as possibilidades que existem nos centros urbanos para poder melhorar sua condição social não aceita> (24a)
- <não estar acostumado com a vida urbana ou industrial e desconhecer as maneiras práticas e eficazes de um processo de produção que não fazia parte de seu conhecimento> (12a)
- <ser aquele homem ou mulher do interior, que não tem instrução> (13a)

- <viver no mato, não ter instrução social, não viver adaptado à civilização> (7a)
- <morar na roça, ser sonso, ingênuo e ignorante> (8a)
- <ser caboclo de composições e costumes distintos> (8a)
- <ser um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior> (26a)
- <ser inadaptável à civilização> (26a)
- <ser inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela> (30a)
- <ser inadaptável à civilização> (3a)

Direção 3: “Atraso, desajeitamento, ingenuidade”

- <não demonstrar ter o mínimo de sabedoria e inteligência> (26a)
- <ser sem instrução> (3a)
- <não ser um primor em termos de intelectualidade> (11a)
- <não ser culto e não ser discreto> (33a)
- <ser uma pessoa fácil de manipular, matuto que não tem conhecimento satisfatório para ir contra determinada questão> (46a)
- <não ter potencial em melhorar economicamente e socialmente> (47a)
- <ser um ser primitivo, sem capacidade de acompanhar a evolução que sempre ocorre no mundo> (11a)
- <ignorar sua própria história e achar que as coisas estrangeiras são as melhores> (50a)
- <ser confuso, desajeitado> (26a)
- <ser tímido, desajeitado> (37a)
- <ser canhestro, tímido, desajeitado> (30a)
- <ser tímido> (45a)
- <ser ingênuo> (32a)
- <não ser esperto, ser bobo> (2a)
- <não ser esperto> (31a)
- <não ser forte> (11a)
- <ser uma pessoa que te acha superior a ela mesma; aquele homem ou mulher que acha que sua vida é melhor do que a dela; aquela pessoa que quer, mas não move uma palha para conseguir> (28a)
- <possuir um povo que se interessa apenas em assistir o presidente comandar, esperando que ele faça tudo de bom para todos> (21a)

- <ser uma pessoa matuta e medrosa que prefere “ficar no seu canto” ao invés de tentar mudar> (20a)
- <se assustar quando vê a mudança ou a modernidade pela frente> (7a)
- <ser contra a mudança> (33a)
- <recuar para não se adaptar a uma dada situação> (22a)
- <não ser atualizado> (22a)
- <ser não moderno; ser atrasado> (24a)
- <ser atrasado e fora da realidade> (11a)
- <ainda não estar preparado para crescer> (13a)
- <não saber o que é progresso e ter uma visão tão ampla que não ultrapassa as cercas de sua casa> (34a)
- <ser uma sociedade incomunicativa, primitiva e limitada> (30a)
- <não desfrutar interação com o mundo> (30a)
- <não ter acesso a tecnologia> (38a)
- <não ser uma pessoa importante> (37a)
- <ser passado para trás> (35a)
- <não aceitar as possibilidades que existem para melhorar sua condição social> (24a)
- <se presidente, dar o título de caipira ao país, diante de todos, provando não ter nenhum respeito com a população e diretamente com a pátria> (21a)
- <ser uma pessoa orgulhosa de suas origens, de seus costumes, e que fica abalada em função de opiniões alheias> “caipira de mau caráter” (43a)
- <ser alegre, extrovertido, cativante e, na maioria das vezes, ter orgulho de suas origens> algo colocado pelo aluno como negativo (7a)
- <preocupar-se com si próprio> direção negativa (25a)
- <não ser protecionista, nacionalista, preferir o estrangeiro, o importado ao nacional> (19a)
- <não valorizar o que é seu> (19a)
- <não valorizar o que é seu> (50a)

Direção 4: “Cautela, valorização do que é seu”

- <ser uma pessoa orgulhosa de suas origens, de seus costumes, e que não fica abalada em função de opiniões alheias> “caipira de bom caráter” (43a)
- <preservar suas tradições e sua cultura> (22a)

<preocupar-se com si mesmo; não esquecer seus costumes; saber dosar tecnologia com cultura, tradição> (2a)

<não perder seus costumes, sua simplicidade, não perder sua auto-estima e não se estressar com opiniões alheias> (3a)

<defender a sua terra, os ideais de sua nação> (9a)

<recuar, ter cautela> (44a)

<ter cautela> (45a)

<ser tímido e desconfiado> algo visto como positivo (38a)

<querer ter consciência de que está fazendo o melhor para o país e acreditar em si mesmo> (37a)

<não compreender algo> (no sentido de não aceitar e isso é colocado como positivo) “caipira consciente” (48a)

<demorar mais para aceitar novas ideias como a da globalização, mas com o passar do tempo e a melhor compreensão delas passa a defendê-las e leva em frente com força e coragem todo o mecanismo que se faz necessário para que ocorra essa globalização> (45a)

<caminhar lentamente, mas com suas próprias pernas> (35a)

7.2.3.2 Polarização

Pensando em termos de “interior”, “exterior”, “fronteira”, “centro atrator”, “tipo”, elementos discutidos na parte teórica deste trabalho ²²³, observamos que, diante de todas as ocorrências agrupadas, um olhar para todo o nosso *corpus* nos mostra o “interior” de “caipira” ligado a características de resistência à globalização, inadaptação à civilização e atraso, ingenuidade, desajeitamento, ideias mais frequentes levantadas pelos alunos e que aparecem ligadas aos três primeiros grupos que apresentamos. Enquanto isso, o “exterior” de “caipira” estaria voltado a uma adesão à globalização, adaptação à civilização, avanço e não ingenuidade, alguns destes caminhos levantados pelo quarto e último agrupamento que fizemos.

A “fronteira”, por sua vez, envolveria propriedades tanto ligadas ao “interior” quanto ao “exterior” da noção, construindo “caipira” como “ser atrasado, sem ser atrasado”: aquele que não se moderniza, não adere à globalização, mas não é atrasado, ingênuo, desajeitado, como um “caipira tipo”, já que a globalização não seria vista como algo positivo nestes casos.

²²³ Itens 3.3.3 “Léxico sob a ótica enunciativa”, p.53 e 5.2 “Tipo”, p.94.

Temos, então, o caipira que é “ser caipira”, mas também, ao mesmo tempo, é “não ser caipira”, um “caipira” que tem propriedades alteradas em relação ao “caipira tipo”.

As ocorrências fronteiriças ficam bem evidentes por meio de construções como “caipira sim, bobo não” (redação 2a), “caipira no bom sentido” (redação 3a), “caipira atualizado” (redação 22a), “caipiras de bom caráter” (redação 43a), “caipira consciente” (redação 48a).

Estes textos, no entanto, não exploram da maneira como esperávamos uma quebra de polarizações em “bom” ou “ruim”. Trata-se de produções textuais que não chegam até o “positivo” a partir de uma passagem bem explorada pelo “negativo”, assim como não há aquelas redações que apresentam o “negativo” só depois de um percurso bem trabalhado pelo “positivo”. Não se busca a gênese, não se destitui os pontos estabilizados para se atingir aquilo que está antes da estabilização.

A defesa de um caminho único é bem pobre diante de uma possibilidade de trabalho com o domínio nocional em várias direções. A discussão, então, de um texto capaz de mostrar que uma riqueza expressiva estaria em se levar em conta várias direções, tanto a positiva quanto a negativa, passando por alteridades para se construir uma dada opinião, seria interessante quando se pensa em questões educacionais e, é por isso, que, para dar continuidade a nosso trabalho, buscamos uma ampliação do *corpus* de pesquisa observado.

A fim de verificar se há um bom número de redações bem avaliadas que trabalham o domínio nocional em várias direções e como este trabalho é capaz de enriquecer o texto do aluno foi que solicitamos à COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares) o acesso a produções textuais acima da média.

Apresentamos abaixo o trabalho que fizemos com esse *corpus* ampliado.

7.3 *Corpus* de pesquisa ampliado

O *corpus* de pesquisa ampliado é composto por 150 redações que, como os primeiros textos com os quais trabalhamos, respondem à proposta “Brasil: um caipira em tempos de globalização?”, tema A (dissertação), referente ao vestibular 1997 da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ²²⁴. Este segundo pedido a nós disponibilizado pela COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares), no entanto, diferencia-se do primeiro por uma

²²⁴ Anexo A – Proposta de redação, p.264.

seleção de produções textuais muito bem avaliadas, escolhidas de acordo com o critério “acima da média”.

Destas 150 novas redações, as 50 primeiras foram selecionadas para uma leitura inicial e, como ocorrido com o *corpus* de partida, a verificação de uma alta frequência de emprego do termo “caipira” nesses textos levou-nos a considerá-los já como suficientes para a realização de nossas análises.

O termo que estudamos aparece em 47 redações²²⁵, que compõem o *corpus* ampliado de nossa pesquisa.

7.4 Análise do *corpus* ampliado

A análise do *corpus* ampliado segue a mesma metodologia utilizada na observação dos primeiros textos que analisamos. Trabalharemos, então, em dois momentos.

7.4.1 Primeiro momento

7.4.1.1 A noção “caipira”

Neste momento de uma primeira leitura das redações, como no trabalho com o *corpus* inicial, fizemos uma observação mais geral e intuitiva dos textos. A cada ocorrência de “caipira”, observávamos os termos que apareciam à direita e à esquerda do léxico em questão (“operação de localização”) e pensávamos em outros enunciados ligados àquele em que o termo aparecia (“glosas”), a fim de refletir sobre a forma de apreensão do mundo que cada aluno mostrava em sua produção textual (“noção”, “domínio nocional”).

E, da mesma maneira como ocorreu com os textos iniciais, essa leitura das novas redações permitiu-nos também duas grandes observações: uma riqueza de focalizações da noção estudada e inúmeros recursos linguísticos sendo mobilizados pelos alunos na construção desses diferentes caminhos de apreensão de “caipira”.

a) Recursos linguísticos

²²⁵ Dos 50 textos tomados, os únicos que não contemplam “caipira” são os de números 11b, 45b e 46b. O termo aparece no restante das redações. (A letra “b” que colocamos após o número da redação é utilizada para identificar que o texto pertence ao *corpus* ampliado).

Os recursos linguísticos mobilizados nos textos deste segundo bloco de redações são tão variados quanto os vistos nas redações que já haviam sido analisadas. Trata-se mais uma vez de um grande número do que chamamos tradicionalmente de orações subordinadas adverbiais (causais, concessivas, condicionais e comparativas), algumas coordenações, muita recorrência à negação, além da presença de adjetivos e advérbios, dentre outros recursos, sendo mobilizados pelos estudantes no trabalho com o domínio nocional estudado. Trazemos alguns exemplos logo abaixo ²²⁶:

- (32) **Visto que** caipira não se adapta à civilização e é considerado ignorante, estamos nos saindo muito bem, pois estamos tendo inteligência o suficiente para agir de maneira certa e racional perante ao assunto mais importante para nosso futuro. Se não temos uma decisão concreta como a do senhor presidente, talvez seja porque ela não nos traga resultados bons e imediatos.

Com isso devemos ficar atentos às informações, pois estas talvez sejam tão importantes que consigam passar de um país novo para um mais novo ainda. O futuro nos espera, **mesmo que** sejamos caipiras. (13b)

- (33) Um mundo globalizado deve ser formado por países ligados entre si, mas afirmados em suas peculiaridades. Logo, cada país deve ter sua “caipiridade”, no bom sentido, uma “caipiridade” sadia, que não se auto-deprecia e nem ignora o valor dos outros. Entrar na era da globalização com tantos abismos, com tanta discrepância social pode ser perigoso para o Brasil: os mais pobres não entenderiam o sentido dessa globalização, pois a única coisa que ainda teriam – a cultura – seria destruída pela máquina consumista dos mais ricos – que não dariam a mínima para samba e acarajé. Na verdade, isso já acontece, essa destruição da cultura é mais do que visível; é só observar os “l”s duplos, os “y”s e os “w”s em nomes de lojas, os “pizza deliveriers” e toda a parafernália pós-moderna estadunidense. O rico aproveita, e o pobre sobra **como um legítimo** caipira. Resultado: o país perde sua identidade e entra mal na globalização, pois se deixa dominar culturalmente e ainda tem abismos sociais. (15b)

- (34) As pequenas taxas de importação praticadas no início do governo de Fernando Henrique Cardoso tiveram de ser aumentadas para proteger a indústria “nacional” (Volkswagem, Fiat, Ford, General Motors), numa atitude que poderia ser **absurdamente** “caipira” **se** não considerássemos o aumento do desemprego que seria gerado no setor. Esse tipo de atitude também se deu em outros setores da economia. Mas por que isso aconteceria? A globalização provocará o fim dos empregos? Obviamente não. Com a globalização, exige-se uma melhor qualificação profissional dos empregados, de forma a aumentar a produtividade. Não interessa mais às empresas a contratação de um pessoal especializado mas habituado a fazer sempre as mesmas coisas e incapaz de adaptar-se a possíveis mudanças no mercado ou a problemas novos de linha de produção. (16b)

²²⁶ O número entre parênteses identifica a redação da qual o trecho foi retirado e os grifos são nossos. A grafia dos alunos foi mantida nas transcrições, não fizemos correções ortográficas. Como já apresentamos anteriormente, a letra “b” que colocamos após o número da redação é utilizada para identificar que o texto pertence ao *corpus* ampliado.

- (35) [...] As multinacionais se aproveitam do pouco desenvolvimento e da grande população com seu alto potencial consumista, para instalarem-se aqui, podendo vender muito neste novo mercado.

Este negócio é interessante para ambas as partes, pois países como o Brasil conseguem se desenvolver muito mais rapidamente, e as empresas têm lucros enormes. Só que a concorrência entre governos como o brasileiro, que buscam a instalação de novas fábricas, faz com que os Estados cedam indiretamente a exigências destas empresas, que, em geral, querem um maior liberalismo.

O que acaba acontecendo na convergência de todos estes fatores, é que os governos usam-se de desculpas como a globalização, ou que o país é caipira e precisa se modernizar para justificar ações como uma maior abertura econômica e privatizações.

Estas medidas aparentam modernizar o país, e estabilizar a economia, mas na verdade trazem benefícios às classes que já são mais favorecidas como os próprios políticos. O Brasil **não** deve ser um caipira **recatado**, **mas sim** um caipira **esperto**, participando do mercado mundial, mas administrando, controlando bem esta sua participação, afinal a globalização não é o entreguismo. (21b)

- (36) O Brasil é hoje um imenso mercado consumidor e as outras nações nos vêem como um país com garantia de lucro, o que nossos dirigentes ajudam a concretizar com seu antigo entreguismo econômico. Para esses dirigentes, se o país não aceitar tecnologias estrangeiras, perderá o passo dessa transformação mundial e ficará para trás.

Para realmente não ficarmos para trás é preciso administrarmos nossa participação nesse processo, como um país de primeira linha, disposto a concorrer com as grandes potências.

Podemos **até** ser caipiras, **mas não** como na visão de Luís da Câmara Cascudo ou de Monteiro Lobato, em que o caipira é um ser preguiçoso, indiferente a mudanças e sem instrução. Somos **os** caipiras **que** se preocupam com nossa terra, nosso povo e nossa felicidade. (25b)

- (37) Os brasileiros, quase todos, estão mergulhados no fantasma das características pós-modernas, que são o egoísmo individualista, a alienação, o desinteresse político e a submissão às culturas de massa e ideias impostas pelos dominantes países do mundo, os “Dotôs”.

Essa massa de cidadãos não tem rosto nem forma. É mercado consumidor, formado por dois tipos de caipiras; o caipira **individualista**, que se fecha em si mesmo e não vê horizontes e o **“entendido”**, que vê horizontes tão bem que se esquece de si mesmo. O primeiro é alienado e leigo. O segundo já não é mais ele mesmo. (29b)

- (38) A questão que foi levantada pelo presidente do Brasil (de ser o povo brasileiro caipira) precisa ser analisada mais atentamente. O Brasil possui um parque industrial atrasado, possui um sistema educacional ‘sucateado’ e ineficiente e em consequência disso está defasado cientificamente e tecnologicamente. Além disso, apresenta um sistema de transportes e de energia a beira do colapso. Este deplorável estágio do Brasil atual decorre de desmandos e incompetências acumulados durante séculos pelas elites políticas e empresariais brasileiras. Se o povo tem alguma culpa neste processo é a culpa de não ter se rebelado efetivamente contra estas elites. Um país que possuiu um sistema educacional falido como o Brasil, dificilmente conseguirá integrar com sucesso um mundo globalizado, já que a educação é a base para a ciência e a tecnologia. Em vez de priorizar efetivamente a educação, o presidente, que nos chama de caipiras, prefere salvar com dinheiro público bancos privados falidos e dirigidos por pessoas incompetentes.

A celeuma criada em torno das declarações do presidente gerou indignação e afirmações contrárias e a favor da caipirice. **Se** o fato de ser caipira significa cultivar a cultura e os valores nacionais não há sentido pejorativo na afirmação do presidente. **Por outro lado**,

se o fato de ser caipira significa indolência, atraso cultural, estupidez, comodismo e ser obtuso, *então* há muito com que se preocupar e ficar ofendido. Há motivos para se preocupar porque a globalização embora questionável, já que privilegia o consumo desenfreado e competitividade em detrimento de valores sociais, é um processo irreversível e ser caipira neste sentido impede efetivamente a sintonia com este fenômeno social em que o mais forte, o mais rápido e o mais inteligente domina e aniquila o mais fraco. (32b)

- (39) A Argentina, país vizinho, possui uma mentalidade muito mais avançada, seus jornalistas discutem a situação do Brasil, da Petrobras e outras empresas, enquanto aqui seria difícil achar um comentarista que soubesse o nome da estatal argentina de petróleo.

Mas existem exemplos piores, como a própria classe política brasileira, que sempre deixou seus interesses particulares acima dos interesses do próprio país, numa incrível combinação de falta de patriotismo, corrupção e incompetência. Isso sim deixa o Brasil numa posição ridícula perante um mundo globalizado, não por culpa do povo em geral, mas devido à mentalidade atrasada da elite nacional, que, quando ousa falar em globalização, pensa logo nos lucros pessoais que podem conseguir, nem que seja na forma do “entreguismo”, no qual eles vendem, e vendem barato, o país à exploração de empresas transnacionais.

Infelizmente, tal discussão ficou encoberta pelo inútil debate em torno do que quis dizer com “caipiras” o Presidente da República. Nessa situação errou duplamente ao usar essa palavra. Primeiro porque a usou de uma forma que, se não foi ofensiva, pelo menos passou a impressão de que foi, forçando-o a dar inúmeras explicações, assumir que também é caipira e outras palhaçadas. E segundo porque desviou as atenções do problema da globalização, na qual o Brasil, economicamente, continua sendo um *perfeito* caipira, no mau sentido da palavra. (34b)

- (40) Em recente entrevista à imprensa portuguesa, o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, fez uma afirmação que atingiu em cheio a elite pensante brasileira: disse que o povo brasileiro é “caipira”, *pois* resiste à ideia da globalização de mercados. Será que o povo do Brasil é *realmente* “caipira” e apresenta resistência ao processo de globalização, *ou apenas* uma vítima da reorganização do mundo capitalista dos dias de hoje? (35b)

- (41) O que vem acontecendo com o Brasil não é “caipirice”, pois o país não está fugindo dessa globalização, nem está se preocupando com ele próprio, fazendo pouco caso do restante do mundo. O Brasil tem medo, pois não sabe o que acontecerá no futuro. O ato de segurar uma total abertura de seu mercado demonstra insegurança. Num país sem muita estrutura e preparação, essa invasão de economias internas pode trazer consequências maléficas para a sociedade, ao invés de desenvolvimento e modernização, como o prometido pela globalização. É preciso que o Brasil continue caminhando com calma, dentro de suas características e condições, para não acabar perdendo sua identidade de estado-nação nem sacrificar mais ainda sua população.

[...]

É necessário que o próprio governo se situe neste contexto de globalização e inicie medidas visando preparar sua população, criando estrutura para permitir a total abertura de seu comércio, sem afetar sua identidade, sua cultura, e sem agravar as dependências das economias externas. O Brasil *não* é caipira em termos de globalização, ele está *apenas* desestruturado e temeroso em meio a essas transformações. Mas só o tempo, e a boa vontade dos governantes e da própria sociedade poderão encaixá-lo neste mapa unificado que está se tornando o planeta Terra. (41b)

- (42) O processo de globalização vem ocasionando várias transformações no mercado internacional, e o Brasil, em relação a esse processo está apresentando uma atitude de

precaução, podendo *até* ser caracterizada, *de uma certa forma*, como um típico comportamento “caipira”.

[...]

O Brasil, mediante ao processo de globalização vem apresentando um comportamento de precaução, pois, sendo ele um país subdesenvolvido, ao ingressar sem um devido planejamento na globalização, certamente será dominado pelos países desenvolvidos, como ocorreu com o México recentemente ao ingressar ao NAFTA.

Assim a caracterização de um comportamento “caipira” frente a globalização relata uma atitude tímida, desajeitada, *porém não* sonsa. O Brasil recua para não adaptar-se e assim não deixar ser dominado por completo. Ele está ingressando aos poucos na globalização para mais tarde não sofrer consequências que desestremem todo o país. (49b)

b) Focalizações

A riqueza de focalizações da noção estudada compreende uma gama de apreensões de “caipira”²²⁷ que vão desde <ser caipira> é “se preocupar com si próprio, fazendo pouco caso do restante do mundo” (41b), “ter medo de mudanças” (13b), “ser retraído, ter medo de adaptar-se a uma nova realidade” (7b), “ser conservador” (4b), “se fechar sobre si mesmo e não ver horizontes” (29b), “ser desinformado, fechado e doentamente introspectivo, ter valores tradicionais” (15b), “estar preocupado demais com os seus próprios problemas para perceber o processo de globalização, que se acelera a cada dia” (30b), “ser provinciano demais para integrar-se na globalização dos mercados” (30b), “resistir à ‘unificação’ dos mercados” (41b), “fugir da globalização” (41b), até visões como “admirar as novidades, o que vem de fora” (27b), “mesmo apresentando uma leve desconfiança no início, apreciar o novo e não demorar a aderir” (27b), “ver horizontes tão bem que se esquece de si mesmo” (29b), passando ainda por ideias como “cultivar suas origens” (12b), “defender a sua terra e seu chão” (26b), “com muito orgulho não se deixar abalar por opiniões alheias” (12b), “ser desconfiado, não aceitar facilmente mudanças no cotidiano sem questioná-las” (29b), “não ser urbanizado, não ser ‘civilizado’” (21b), “não ser esperto” (21b), “ser sem instrução, tímido, desajeitado e inadaptável à civilização” (28b), dentre inúmeras outras abordagens.

Vejamos alguns trechos retirados das redações que atestam esses diversificados caminhos²²⁸:

- (43) Por mais que os brasileiros tentem esconder, nosso país é extremamente conservador. Tanto o povo quanto políticos demoram a aceitar as novas tendências mundiais; entre estas destaca-se a globalização.

²²⁷ O número entre parênteses indica a redação a partir da qual a visão apresentada foi levantada.

²²⁸ O número entre parênteses identifica a redação da qual o trecho foi retirado e as transcrições são feitas de acordo como aparecem nas produções textuais.

A globalização visa dinamizar a produção mundial. Para isso, ela busca o local onde a mão-de-obra é mais qualificada e barata para nele produzir e posteriormente distribuir o seu produto pelo mundo inteiro.

A fim de viabilizar-se este sistema é necessário a queda das taxas alfandegárias, acabando assim com o chamado protecionismo. Nesse ponto entra o conservadorismo caipira brasileiro. Ao contrário de países como o Japão e os EUA que seguem as tendências mundiais globalizantes, modernizando cada vez mais sua economia, o Brasil coloca insistentemente barreiras contra esse processo. (4b)

(44) Caipirice: temer pela nação

[...]

A resistência à globalização dos mercados, que já foi taxada pelo próprio presidente da república como caipirice, isto é, retração, medo em se adaptar a uma nova realidade, tem seus motivos. Durante toda a história do Brasil, a nação foi explorada por interesse de potentes grupos estrangeiros, que sempre se aliaram com aqueles estavam no controle do país. O que o povo não quer é que a globalização, cujo nome vem sendo tão exaltado, seja apenas uma máscara utilizada pelo entreguismo de nossas camadas dirigentes.

Os brasileiros somos realmente caipiras e deveríamos tê-lo sido mais no tocante a nossa cultura, nos protegendo do colonialismo cultural. Tememos pelo acentuamento das desigualdades sociais que podem ser geradas a partir de todo esse processo. Queremos sim que o país cresça e nos beneficie, não que se torne apenas mais um paraíso fiscal das empresas internacionais, ou mais uma vítima do Neo-Liberalismo. (7b)

(45) É do conhecimento geral da população brasileira a polêmica estabelecida ao redor da recente afirmação presidencial à imprensa portuguesa, na qual classificou o povo por ele governado em uma categoria – “caipira” – que, segundo Monteiro Lobato, pode ser expressa como: “inadaptável à civilização”. Num ato quase simpático, Fernando Henrique Cardoso, referiu apenas à incapacidade da população à adaptação à globalização. No entanto, o Brasil fora apresentado a esse processo anos atrás, quando em missão extremamente mercantilista, Cabral por aqui chegou.

[...]

Constata-se que país algum deve manter suas fronteiras cerradas ao avanço tecnológico internacional, bem como ao acesso a capitais estrangeiros se, atingir uma plena integração nesses setores for um de seus objetivos.

Ao caipira povo brasileiro resta melhor se organizar nesse processo, a fim de administrar a aceleração com a qual o fenômeno em questão se expande. E quem sabe, dentro de uma nova ótica presidencial, os brasileiros serão “caipiras” apenas pelo fato de cultivarem suas origens e de, com muito orgulho, não se deixarem abalar pelas opiniões alheias. Caso contrário, todas as desastrosas consequências de uma exagerada dose de globalização continuarão a assombrar o povo caipira que teme o fantasma do desemprego e seus efeitos adjacentes. (12b)

(46) Após percebermos as intenções e metas de uma globalização conseguimos compreender os dois lados de uma moeda. O lado do presidente e o lado da sociedade. Um lado quer mudanças dinâmicas; o que leva o outro a recuar. Essa forma pouco acelerada de agir acaba fazendo com que pareça que o povo está com medo de mudanças drásticas.

Assim sendo, somos difamados mundialmente como caboclos, pois parecemos ter medo de mudanças. Mas o principal de tudo isso não é a forma pela qual somos chamados e sim por quem somos assim chamados.

Visto que caipira não se adapta à civilização e é considerado ignorante, estamos nos saindo muito bem, pois estamos tendo inteligência o suficiente para agir de maneira certa e racional perante ao assunto mais importante para nosso futuro. Se não temos uma decisão

concreta como a do senhor presidente, talvez seja porque ela não nos traga resultados bons e imediatos. (13b) ²²⁹

- (47) A globalização que vem ocorrendo no setor econômico mundial requer países com abertura não só econômica, mas política e cultural também. O Brasil, em particular, não deve se preocupar em se abrir mais ao mercado internacional; precisa, sim, saber o ponto certo de uma mesclagem positiva de “globalização interna” – que deve ser buscada – e abertura exterior.

O conceito de globalização é o contrário do conceito que o brasileiro tem de “caipira”: enquanto que “globalização” sugere fim de fronteiras, abertura e “boas-vindas” ao novo, “caipira” soa mal, soa desinformação, fechamento e uma introspecção doentia, na qual os únicos valores são e serão os tradicionais. Juntando isso à repulsão do brasileiro moderno a tudo o que lembre ser caipira – repulsão essa despertada pelo neocolonialismo consumista norte-americano –, tem-se a negação das raízes brasileiras ante a globalização. (15b) ²³⁰

- (48) Já faz bastante tempo que o Brasil deixou de ser um caipira, ao menos no sentido em que esta palavra aparece num dicionário de folclore brasileiro, pois ao contrário de como este a caracteriza, o brasileiro sempre foi bem esperto e agora que o país está cada vez mais urbanizado, também torna-se “civilizado”. (21b) ²³¹

- (49) O Brasil enfrenta hoje o desafio de ter que se voltar para o mundo e ao mesmo tempo preservar sua identidade nacional, assim como o fez e com magnífico sucesso o Japão. Infelizmente aqueles que são adeptos do simples entreguismo chamam de “caipiras” aqueles que detêm a real visão dos fatos e são contra a internacionalização desmedida, que pode levar o Brasil a se tornar um grande Paraguai. Se esse bom senso não reinar e se o povo não assumir com orgulho a sua condição de “caipira” defensor da sua terra e seu chão, as consequências serão funestas. (26b)

- (50) A “caipirice” do Brasil tem seus dias contados, pois assim como o caipira, nosso país admira as novidades, o que vem de fora. Mesmo apresentando uma leve desconfiança no início, apreciamos o novo e não demoramos a aderir. É esse o comportamento do Brasil com relação à globalização. Tendo o apoio da elite nacional, que será a maior beneficiada, a globalização vai, aos poucos, entrando em nosso país e se instalando. E o melhor exemplo desse comportamento, instável sob certo ponto de vista, é o nosso próprio presidente, Fernando Henrique Cardoso: ontem um social-democrata caloroso; hoje um neo-liberal convicto. (27b)

- (51) A disparidade social que colocou até hoje a grande maioria da população bem longe do chamado bem estar social, poderá acentuar-se durante o processo de globalização, principalmente em função do descaso das elites para com os brasileiros menos afortunados.

A sociedade brasileira tem medo sim; não por ser caipira, sem instrução, tímida, desajeitada e inadaptável à civilização; nem tampouco por ser orgulhosa de suas tradições como os japoneses; mas justamente por ser inteligente o suficiente para perceber a importância

²²⁹ Um trecho desta redação já foi citado quando abordamos 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186. Parte dele coincide com esta nova citação.

²³⁰ Um trecho diferente desta mesma redação já foi apresentado em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

²³¹ Um trecho diferente desta mesma redação já foi apresentado em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

e a irreversibilidade do processo de globalização, o descaso histórico das suas elites e governantes para com o bem-estar do povo, e até mesmo a conotação pejorativa de termos utilizados em depoimentos presidenciais. (28b)

- (52) Os brasileiros, quase todos, estão mergulhados no fantasma das características pós-modernas, que são o egoísmo individualista, a alienação, o desinteresse político e a submissão às culturas de massa e ideias impostas pelos dominantes países do mundo, os “Dotôs”.

Essa massa de cidadãos não tem rosto nem forma. É mercado consumidor, formado por dois tipos de caipiras; o caipira individualista, que se fecha em si mesmo e não vê horizontes e o “entendido”, que vê horizontes tão bem que se esquece de si mesmo. O primeiro é alienado e leigo. O segundo já não é mais ele mesmo. (29b) ²³²

- (53) O recente episódio em que o presidente Fernando Henrique qualificou os brasileiros de “caipiras” joga luzes no processo de globalização da economia mundial e no papel que o Brasil deverá assumir nessa nova conjuntura.

Na situação em que foi usada, a expressão revela que o presidente considera o Brasil provinciano demais para integrar-se na globalização dos mercados, ou seja, que o país está preocupado demais com os seus próprios problemas para perceber o processo de globalização, que se acelera a cada dia.

Essa visão de um país alienado do mundo se mostra equivocada quando se olha para o passado e percebe-se que o Brasil há muito usa ideias e tendências vindas do exterior para adaptá-las à sua realidade. Ilustra bem isso o episódio de Tiradentes, que interpretou ideais da independência americana e tentou ativamente adotá-los aqui.

Mesmo assim, se por um lado o Brasil não se mostra alienado do mundo, por outro não há como deixar de admitir que em muitos aspectos o país assume sim características caipiras. Entre elas se destaca a desconfiança: o caipira não aceita facilmente mudanças no cotidiano sem questioná-las. (30b)

- (54) [...] Fugir da globalização é impossível, já que os sinais dessa mundialização estão em tudo, e quem foge acaba “ficando para trás”, e vai se atrasando no tempo. Todos os países de uma forma ou de outra, estão tendo que preparar e modificar seus terrenos para receber e entrar nesta globalização. O Brasil, como muitos outros, está sofrendo para se adaptar. Mas atribuir o termo “caipira” à atitude brasileira de resistir a essa “unificação” dos mercados, como fez o presidente Fernando Henrique em uma entrevista à imprensa portuguesa, é não levar em consideração sua inexperiência econômica e as dificuldades pelas quais vem passando seu setor industrial e social.

[...]

O que vem acontecendo com o Brasil não é “caipirice”, pois o país não está fugindo dessa globalização, nem está se preocupando com ele próprio, fazendo pouco caso do restante do mundo. O Brasil tem medo, pois não sabe o que acontecerá no futuro. O ato de segurar uma total abertura de seu mercado demonstra insegurança. Num país sem muita estrutura e preparação, essa invasão de economias internas pode trazer consequências maléficas para a sociedade, ao invés de desenvolvimento e modernização, como o prometido pela globalização. É preciso que o Brasil continue caminhando com calma, dentro de suas características e condições, para não acabar perdendo sua identidade de estado-nação nem sacrificar mais ainda sua população. (41b) ²³³

²³² Este mesmo trecho desta redação já foi apresentado em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

²³³ Uma parte deste trecho desta redação já foi apresentada em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

Como feito com o *corpus* inicial ²³⁴, esses diferentes olhares para a noção estudada podem ser agrupados de acordo com algumas posições. Para as primeiras redações analisadas havíamos proposto uma distribuição em três classificações: “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”, “*Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser*” e “*Os brasileiros não são caipiras e não devem ser*”. O que é interessante agora com o novo *corpus* é que algo diferente aparece com relação a essa esquematização sugerida. Trata-se da necessidade adicionar um quarto posicionamento ao conjunto de direções levantadas. E isso justamente para dar conta dos casos que buscávamos nesse segundo lote de redações: textos que apresentam “caipira” como positivo.

Diante de uma associação do valor “ser bom” a “ser caipira”, algumas novas redações apresentam a avaliação: “os brasileiros não são caipiras, *mas deveriam ser*”, o que faz que os itens anteriormente propostos sejam ampliados e trabalhemos, então, com os seguintes grupos:

1. “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”
2. “*Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser*”
3. “*Os brasileiros não são caipiras e não devem ser*”
4. “*Os brasileiros não são caipiras, mas deveriam ser*”

A positividade associada a “caipira”, que comentamos que aparece no quarto grupo que propusemos (“*Os brasileiros não são caipiras, mas deveriam ser*”), é também verificada nos textos que compõem a primeira avaliação (“*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”), enquanto uma negatividade é vista nos outros dois casos (“*Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser*” e “*Os brasileiros não são caipiras e não devem ser*”).

Vejamos por meio de exemplos cada uma dessas classificações.

1. “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”

Este primeiro texto apresenta “ser caipira” como “não aceitar a invasão de mercados”, um comportamento que grande parte dos brasileiros teria e que é defendido pelo aluno de forma tão contundente que se fala até mesmo em termos de uma “luta caipira” como postura

²³⁴ Item 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150.

que se deve ter a fim de que o Brasil não se prejudique com o processo de globalização. Vejamos:

- (55) Nota-se que há um grande perigo na febre da abertura de mercados. Para os subdesenvolvidos, claro. Como o Brasil pode, no campo industrial, concorrer com países como os EUA, Japão, Alemanha sem ser devorado? Qualidade maior, preços mais baixos, mão-de-obra mais qualificada... A indústria nacional está longe disso. Fecha. O desemprego aumenta. Mais marginalização, favelas, violência, fome. Junta-se a tal situação a invasão cultural, com deleção das nossas tradições, costumes, modos de vida.

A globalização representa, portanto, a continuação da exploração que já vem de longa data. Abrir completamente nossos mercados – deixar de ser caipira – é ser aculturado. De novo.

A postura “caipira” de não aceitar a invasão dos nossos mercados, demonstra a luta de grande parte da nação em não entregar o nosso melhor – mercado consumidor, matérias primas, empresas estatais estratégicas – por nada. Chega de escambo: trocar pau-brasil por espelhinho, não mais!

Valorização das empresas nacionais, da mão de obra, reestruturação das estatais. Emancipação política e econômica, eis a “luta caipira”. Autonomia para fortalecer a industrialização, a agricultura e a educação – cultura. Para redistribuir melhor a renda, abandonando a situação atual de “a economia vai bem, mas o povo vai mal.” (20b)

2. *“Os brasileiros são caipiras, mas não deveriam ser”*

Diferentemente do primeiro texto, nesta segunda redação considera-se também que “os brasileiros são caipiras”, mas não se defende essa condição, que, ao invés de ser apresentada como positiva, é vista como um estado a ser superado. Fala-se em “caipira” ser um “termo forte”, mas que reflete uma situação de marginalização que deve receber atenção do governo a fim de que seja revertida.

- (56) Ao afirmar que o brasileiro é “caipira”, o presidente da República fez apenas uma das diversas leituras possíveis sobre o tema da globalização. De fato, o termo utilizado é forte, mas reflete muito bem a política adotada pelo Brasil frente ao assunto.

[...]

Como resultado desse processo, encontramos pessoas incapazes de se adaptarem à nova realidade. Pessoas que não puderam (por razões econômicas ou políticas) ou não quiseram (por falta de senso crítico) instruírem-se e aperfeiçoarem-se. Pessoas que no Brasil de hoje vivem fechadas em verdadeiros casulos, incapazes de entender e interpretar o mundo em que vivem. “Caipiras”, no sentido mais amplo da palavra.

Infelizmente, este quadro revela a realidade da grande maioria dos brasileiros, que pela força da necessidade ou por opção estão à margem da globalização. Pior ainda é concluir que o Brasil continuará marginalizado perante o mundo enquanto não forem adotadas medidas que reformulem nosso sistema educacional. Enquanto isso, as medidas econômicas que forem implantadas deverão ser sempre de menor caráter, a fim de evitar-se uma convulsão econômica e social desastrosa. A reformulação necessária é lenta, não nos iludamos: o Brasil será, por muitos anos, um “caipira” em tempos de globalização. (16b)²³⁵

²³⁵ Um trecho diferente desta mesma redação já foi apresentado em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

3. *“Os brasileiros não são caipiras e não devem ser”*

No trecho abaixo, vê-se que “os brasileiros não são caipiras” porque aderem ao processo de globalização, nitidamente apresentado pelo aluno como algo positivo. “Ser caipira” é apresentado como “ser atrasado”, “não ter pretensões futuras aos avanços econômicos”, uma postura levantada como negativa, e, que, por isso não é defendida.

- (57) A formação de blocos econômicos já se tornou comum nos dias atuais. O país que não se enquadrar ou resistir à globalização da economia, é considerado caipira, ou seja, sem pretensões futuras aos avanços econômicos. Mas este não é o caso do Brasil, pois já se enquadra nesse processo transitório da economia mundial pertencendo ao bloco da América do Sul.

[...]

O livre comércio é a prática exercida entre estes países do mesmo bloco, o que vem a ser um grande salto para a interação econômica e tecnológica entre estes.

É com isso que o Brasil está desenvolvendo seu mercado, através de um aumento de mercado consumidor, seus produtos chegam aos outros países do bloco sem a taxa alfandegária que restringia as mercadorias trocadas entre os mesmos.

Portanto, esta facilidade de transações econômicas traduz um comércio dinâmico, próprio destes blocos. O caminho que o Brasil está seguindo não é próprio de um país caipira, atrasado e sim de um país de pretensões futuras. Os blocos econômicos tornaram-se um importante artifício para o progresso, pois já se pode ver os resultados através de nosso próprio país. (50b)

Quando se apresenta que “os brasileiros não são caipiras” e “ser caipira” é levantado como algo negativo, implicitamente se depreende que o comportamento em questão não é desejável. Em alguns textos, no entanto, esse julgamento de que “não devem ser caipiras” é mais explícito que em outros, como mostra o fragmento que apresentamos abaixo. Neste excerto, há também uma afirmação de que “os brasileiros não são caipiras” e uma negatividade associada à noção que estudamos, mas a crítica à condição de “ser caipira”, apresentada pelo aluno como “ofensa”, é mais contundente do que aquilo que se vê no texto anterior. Vejamos:

- (58) Em recente entrevista à imprensa portuguesa, o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, fez uma afirmação que atingiu em cheio a elite pensante brasileira: disse que o povo brasileiro é “caipira”, pois resiste à ideia da globalização de mercados. Será que o povo do Brasil é realmente “caipira” e apresenta resistência ao processo de globalização, ou é apenas uma vítima da reorganização do mundo capitalista dos dias de hoje?

Primeiramente, considerando a afirmação do presidente, não só a elite intelectual brasileira deve sentir-se ofendida, mas sim todos os brasileiros. Desde Monteiro Lobato e seu “Jeca Tatu”, caipira deixou de ser sinônimo de “o bom selvagem” e passou a referir-se ao preguiçoso, acomodado, conformista e ignorante habitante do interior rural. Apesar de João

Mellão Neto ter tentado reverter o significado do termo “caipira” em seu texto “Viva o Caipira!” publicado na “Folha de São Paulo” em 26/07/96 (“Somos caipiras sim, e com muito orgulho”), não é assumindo a condição de “caipiras” e tentando ver o lado positivo de “ser caipiras” que vamos amenizar a afirmação do presidente. Isso é conformismo, e nos remete à figura do “Jeca Tatu”. (35b) ²³⁶

4. “Os brasileiros não são caipiras, mas deveriam ser”

Este último texto fala em termos de “infelizmente” não se “fazer parte de uma nação caipira”, pois para o aluno, “ser caipira” é algo bom, que deve ser buscado como medida de preservação de costumes e valorização de um povo diante do processo de globalização, apresentado como nocivo.

- (59) A ideia de salvação atribuída aos países que embarcarem no processo de unificação econômica é ilusória e frágil. Apesar de bom funcionamento, o Estado precisa promover bem-estar. Uma possível alteração social não aconteceria, teríamos apenas o agravamento das já más condições de vida de tantos brasileiros, que acabariam perdendo suas oportunidades para “colegas” mais capacitados.

Infelizmente não fazemos parte de uma nação caipira. Seria bom se preservássemos nossos costumes e privilegiássemos nosso povo. Desde que implantemos novas atitudes vindas de fora de nossas fronteiras, estamos caminhando para o processo de globalização, o que já acontece desde muito tempo. Em nossa história esse processo não é novidade. Até mesmo com festas como o Halloween, ou com ações mais compromissantes por parte do governo, como privatizações. Geralmente, entregamos nossos bens para as potências, que representam o comando do sistema de dois lados. Estamos no lado “maioritário”, junto com tantos, à espera de nos acabarmos como país. (8b)

Pensando ainda na questão de positividade e negatividade associada a “caipira” que discutimos no início ²³⁷ e vínhamos abordando um pouco a cada trecho apresentado, podemos propor para as novas redações também um quadro ligado à avaliação “*é caipira*” ou “*não é caipira*” e “*é bom ser caipira*” ou “*é ruim ser caipira*”, aos moldes do proposto para o *corpus* inicial ²³⁸. A diferença será que, ao invés de possuir apenas três blocos (“*é caipira (bom)*”; “*é caipira (ruim)*”; “*não é caipira (ruim)*”), a tabela apresentará uma posição a mais (“*não é caipira (bom)*”). Distribuímos abaixo cada um dos textos analisados. Vejamos ²³⁹:

²³⁶ Uma parte deste trecho desta redação já foi apresentada em 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186.

²³⁷ Neste mesmo item 7.4.1 “Primeiro momento”, na p.194.

²³⁸ Item 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150.

²³⁹ O asterisco (*) que colocamos após alguns números de redações indica alguns textos em que observamos um mecanismo especial empregado pelos vestibulandos, que será discutido posteriormente em nossa pesquisa. Item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

Quadro 4 – Avaliações da noção “caipira” no *corpus* ampliado

É CAIPIRA	NÃO É CAIPIRA
<i>Bom:</i> 3b*, 6b*, 7b, 20b*, 21b*, 25b*, 26b, 30b*, 31b*, 36b, 37b, 44b*, 47b, 49b	<i>Bom:</i> 8b, 15b*, 18b*
<i>Ruim:</i> 4b*, 5b*, 10b, 12b, 16b, 19b, 22b, 23b*, 27b*, 29b*, 32b, 33b*, 34b*, 38b, 39b*, 43b	<i>Ruim:</i> 1b*, 2b*, 9b, 13b, 14b*, 17b*, 24b, 28b, 35b*, 40b, 41b*, 42b, 48b, 50b

Mais uma vez, o mecanismo de separação em grupo, que nas discussões relativas ao *corpus* inicial ²⁴⁰ apontamos que acreditamos que possa estar associado à questão do preconceito levantada em nosso trabalho, pôde ser verificado nas redações. Ele aparece distribuído entre todas as classificações propostas e vem indicado pelo asterisco (*) que aparece junto ao número de alguns textos.

Um item especificamente dedicado a debater essa questão será apresentado no próximo capítulo desta pesquisa ²⁴¹.

7.4.2 Algumas observações

Essas discussões promovidas até agora fazem parte do primeiro momento de nossas análises. Antes de passarmos ao segundo momento de nossas investigações, aproveitamos ainda essa parte inicial para apresentar algumas observações.

7.4.2.1 Apreensões da noção

A primeira dessas observações é uma reflexão feita aos moldes da trazida ao final de nossa análise referente ao *corpus* de partida ²⁴², envolvendo uma transcrição de todas as apreensões da noção “caipira” a cada redação e um agrupamento delas a fim de poder pensar melhor sobre a questão da polarização que foi levantada em nossa pesquisa.

²⁴⁰ Item 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150.

²⁴¹ Capítulo 8 “Pólos e Grupos”, item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

²⁴² Item 7.2.3.1 “Apreensões da noção”, p.172.

No *corpus* ampliado, a lexis < () ser caipira> é apresentada da seguinte maneira em cada caso ²⁴³:

Redação 1b

<não estar a par das mudanças sócio, político, econômicas ocorridas no mundo>

Redação 2b

<ser ingênuo>

Redação 3b

<ter uma sabedoria característica, que permite perceber as verdades por trás de discursos ou nomes bonitos, antes de se tornar aliado de teorias>

Redação 4b

<ser conservador>

Redação 5b

<ser ingênuo>

<estar marginalizado da globalização, destoante da realidade>

Redação 6b

<ser tímido e desconfiado>

<lutar por questões como a terra, a previdência, a educação e o ensino públicos, que são as premissas para uma sociedade justa e verdadeiramente avançada >

Redação 7b

<ser retraído, ter medo de se adaptar a uma nova realidade>

Redação 8b

<preservar seus costumes e privilegiar seu povo>

²⁴³ Apenas as redações 10b, 19b, 23b, 24b, 33b, 36b, 37b e 48b não aparecem na lista apresentada, por não haver nestes textos um trabalho que nos permita apreender a noção “caipira” nestes casos. O que podemos notar apenas é uma negatividade associada a “caipira” nas redações de número 10b, 19b, 23b, 24b, 33b e 48b, enquanto nos textos 36b e 37b é uma positividade ligada à noção em questão que aparece.

Redação 9b

<resistir ao processo evolutivo da economia mundial>

Redação 12b

<ser incapaz de se adaptar à globalização>

<ser inadaptável à civilização>

<cultivar suas origens>

<com muito orgulho não se deixar abalar pelas opiniões alheias>

Redação 13b

<ter medo de mudanças>

<não se adaptar à civilização>

<ser ignorante>

Redação 14b

<ser atrasado, não avançado>

Redação 15b

<ser desinformado, fechado e doentiamamente introspectivo, ter valores tradicionais>

Redação 16b

<resistir à globalização>

<viver fechado em verdadeiro casulo, incapaz de entender e interpretar o mundo em que vive>

Redação 17b

<encontrar-se relativamente fechado ao capital internacional>

<ser fechado e não saber adaptar-se às circunstâncias>

Redação 18b

<resistir à globalização>

<ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar, assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências >

<não desprezar suas origens, seus costumes, não ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta>

Redação 20b

<não abrir completamente nossos mercados, não aceitar a invasão de nossos mercados>

<ser não metropolitano >

Redação 21b

<não ser esperto>

<não ser urbanizado, não ser “civilizado”>

Redação 22b

<não ter uma boa formação intelectual>

Redação 25b

<ser preguiçoso, indiferente a mudanças e sem instrução>

<se preocupar com sua terra, seu povo e sua felicidade>

Redação 26b

<ser rude e ignorante>

<defender a sua terra e seu chão>

Redação 27b

<ser excluído das decisões mais importantes acerca dos rumos da política e da economia mundiais>

<admirar as novidades, o que vem de fora>

<mesmo apresentando uma leve desconfiança no início, apreciar o novo e não demorar a aderir>

Redação 28b

<ser sem instrução, tímido, desajeitado e inadaptável à civilização>

Redação 29b

<ser homem do campo, na maioria das vezes ignorante, fácil de dobrar, “ensimesmado”, tímido e inocente>

<se fechar sobre si mesmo e não ver horizontes, ser alienado e leigo – caipira individualista>

<ver horizontes tão bem que se esquece de si mesmo – não é mais ele mesmo – caipira “entendido”>

Redação 30b

<ser provinciano demais para integrar-se na globalização dos mercados>

<estar preocupado demais com os seus próprios problemas para perceber o processo de globalização, que se acelera a cada dia>

<ser desconfiado, não aceitar facilmente mudanças no cotidiano sem questioná-las>

Redação 31b

<não enxergar benefícios a um prazo mais longo>

<ao invés de ser devorado, preferir ficar à espreita, esperando soluções verdadeiras>

<estar voltado mais aos problemas internos, e menos preocupado em viver como os “cidadãos urbanos”, do exterior>

Redação 32b

<cultivar a cultura e os valores nacionais>

<ser indolente, atrasado culturalmente, estúpido, acomodado e obtuso>

Redação 34b

<não estar aberto aos movimentos artísticos nacionais e internacionais>

<preocupar-se apenas com si mesmo>

Redação 35b

<resistir à ideia da globalização de mercados>

<ser preguiçoso, acomodado, conformista e ignorante habitante do interior rural>

Redação 38b

<ser atrasado>

<ser arcaico>

Redação 39b

<construir e viver seu mundo num espaço delimitado por suas próprias convicções>

Redação 40b

<recusar analisar ou compreender ideias externas a seu mundo simples (e pobre)>

Redação 41b

<se recusar a integrar-se às modificações advindas da globalização>

<resistir à “unificação” dos mercados>

<fugir da globalização>

<se preocupar com si próprio, fazendo pouco caso do restante do mundo>

Redação 42b

<não querer se integrar à globalização>

<ver no caminho à globalização uma ameaça a seus privilégios>

Redação 43b

<resistir à globalização dos mercados>

<ser conservador>

Redação 44b

<recuar para não se adaptar>

<viver no interior, isolado das principais articulações econômicas e políticas das cidades. Ainda assim, ter o potencial de aprender e adaptar-se, mesmo que lentamente, à vida de uma grande cidade, onde poderia relacionar-se ativamente com outras pessoas>

Redação 47b

<ser temeroso>

Redação 49b

<ter precaução>

<ser tímido, desajeitado, porém não sonso>

Redação 50b

<não ter pretensões futuras aos avanços econômicos>

<não se enquadrar ou resistir à globalização>

<ser atrasado>

As direções que podemos depreender a partir dessas diferentes apreensões da noção estudada também são quatro, coincidindo com o número de agrupamentos visto no *corpus* inicial ²⁴⁴. E elas também são bem parecidas com as que foram levantadas anteriormente.

1) “Globalização”

2) “Rural versus urbano”

3) “Atraso”

4) “Sabedoria”

Na primeira dessas direções, vemos uma nítida ligação da noção que estudamos à ideia de globalização, que fazia parte da proposta de redação ²⁴⁵ apresentada aos alunos. Encontramos muitos textos que associam “ser caipira” a “resistir à globalização”, enquanto outros aproximam a noção estudada a um “estar marginalizado” involuntariamente da integração econômica em questão. A marginalização é vista de forma negativa e a resistência, em alguns casos é tomada como “boa”, mas na maioria deles é a globalização que é avaliada positivamente e, assim, uma oposição a esse processo aparece negativamente julgado.

Já o segundo bloco que apresentamos está ligado a uma oposição “interior, rural” *versus* “grandes cidades, urbano”. “Ser caipira” é então tomado como “pertencer ao interior, ao ambiente rural”, em um texto uma condição valorizada, mas no restante dos casos apresentada de maneira claramente negativa em termos de uma “inadaptação à civilização”.

Enquanto isso, o terceiro agrupamento proposto é dedicado a julgamentos variados sobre “ser caipira”, que têm em comum uma nítida negatividade da avaliação feita. Trata-se da apresentação de características como “ingenuidade”, “timidez”, “desconfiança”, “medo”, “conservadorismo”, “fechamento”, “atraso” e “ignorância”, dentre outras, todas vistas como “ruins”, “não desejáveis”.

²⁴⁴ Item 7.2.3.1 “Apreensões da noção”, p.172.

²⁴⁵ Anexo A – Proposta de redação, p.264.

Finalmente, em oposição à anterior, na quarta direção de associações por nós proposta agrupamos as avaliações positivas da noção estudada. Tem-se, então, ideias que “ser caipira” é “ser sábio” por “preservar costumes”, “cultivar a cultura” e “ter precaução”.

Vejamos ²⁴⁶:

Direção 1: “Globalização”

- <resistir à globalização> (16b)
- <resistir à globalização> (18b)
- <resistir à globalização dos mercados> (43b)
- <resistir à ideia da globalização de mercados> (35b)
- <resistir à “unificação” dos mercados> (41b)
- <resistir ao processo evolutivo da economia mundial> (9b)
- <fugir da globalização> (41b)
- <se recusar a integrar-se às modificações advindas da globalização> (41b)
- <não querer se integrar à globalização> (42b)
- <não se enquadrar ou resistir à globalização> (50b)
- <ser incapaz de se adaptar à globalização> (12b)
- <estar preocupado demais com os seus próprios problemas para perceber o processo de globalização, que se acelera a cada dia> (30b)
- <ser provinciano demais para integrar-se na globalização dos mercados> (30b)
- <não estar a par das mudanças sócio, político, econômicas ocorridas no mundo> (1b)
- <estar marginalizado da globalização, destoante da realidade> (5b)
- <ser excluído das decisões mais importantes acerca dos rumos da política e da economia mundiais> (27b)
- <encontrar-se relativamente fechado ao capital internacional> (17b)
- <não abrir completamente nossos mercados, não aceitar a invasão de nossos mercados> (20b)
- <ver no caminho à globalização uma ameaça a seus privilégios> (42b)
- <não ter pretensões futuras aos avanços econômicos> (50b)

Direção 2: “Rural *versus* urbano”

²⁴⁶ O número entre parênteses indica a redação a partir da qual o percurso de construção da noção apresentado foi observado.

<ser homem do campo, na maioria das vezes ignorante, fácil de dobrar, “ensimesmado”, tímido e inocente> (29b)

<ser preguiçoso, acomodado, conformista e ignorante habitante do interior rural> (35b)

<viver no interior, isolado das principais articulações econômicas e políticas das cidades. Ainda assim, ter o potencial de aprender e adaptar-se, mesmo que lentamente, à vida de uma grande cidade, onde poderia relacionar-se ativamente com outras pessoas> (44b)

<estar voltado mais aos problemas internos, e menos preocupado em viver como os “cidadãos urbanos”, do exterior> (31b)

<ser não metropolitano > (20b)

<não ser urbanizado, não ser “civilizado”> (21b)

<ser inadaptável à civilização> (12b)

<não se adaptar à civilização> (13b)

Direção 3: “Atraso”

<ser ingênuo> (2b)

<ser ingênuo> (5b)

<ser tímido e desconfiado> (6b)

<ser tímido, desajeitado, porém não sonso> (49b)

<ser retraído, ter medo de se adaptar a uma nova realidade> (7b)

<ter medo de mudanças> (13b)

<ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar, assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências > (18b)

<ser temeroso> (47b)

<ser conservador> (4b)

<ser conservador> (43b)

<ser atrasado> (50b)

<ser atrasado> (38b)

<ser atrasado, não avançado> (14b)

<ser arcaico> (38b)

<recuar para não se adaptar> (44b)

<se preocupar com si próprio, fazendo pouco caso do restante do mundo> (41b)

<preocupar-se apenas com si mesmo> (34b)

<viver fechado em verdadeiro casulo, incapaz de entender e interpretar o mundo em que vive> (16b)

<ser fechado e não saber adaptar-se às circunstâncias> (17b)

<se fechar sobre si mesmo e não ver horizontes, ser alienado e leigo – caipira individualista> (29b)

<construir e viver seu mundo num espaço delimitado por suas próprias convicções> (39b)

<ser desinformado, fechado e doentiamente introspectivo, ter valores tradicionais> (15b)

<não estar aberto aos movimentos artísticos nacionais e internacionais> (34b)

<recusar analisar ou compreender ideias externas a seu mundo simples (e pobre)> (40b)

<ver horizontes tão bem que se esquece de si mesmo – não é mais ele mesmo – caipira “entendido”> (29b)

<admirar as novidades, o que vem de fora> (27b)

<mesmo apresentando uma leve desconfiança no início, apreciar o novo e não demorar a aderir> (27b)

<não enxergar benefícios a um prazo mais longo> (31b)

<não ter uma boa formação intelectual> (22b)

<ser sem instrução, tímido, desajeitado e inadaptável à civilização> (28b)

<ser preguiçoso, indiferente a mudanças e sem instrução> (25b)

<ser ignorante> (13b)

<ser rude e ignorante> (26b)

<não ser esperto> (21b)

<ser indolente, atrasado culturalmente, estúpido, acomodado e obtuso> (32b)

Direção 4: “Sabedoria”

<preservar seus costumes e privilegiar seu povo> (8b)

<cultivar suas origens> (12b)

<não desprezar suas origens, seus costumes, não ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> (18b)

<cultivar a cultura e os valores nacionais> (32b)

<se preocupar com sua terra, seu povo e sua felicidade> (25b)

<defender a sua terra e seu chão> (26b)

<lutar por questões como a terra, a previdência, a educação e o ensino públicos, que são as premissas para uma sociedade justa e verdadeiramente avançada > (6b)

<com muito orgulho não se deixar abalar pelas opiniões alheias> (12b)

<ao invés de ser devorado, preferir ficar à espreita, esperando soluções verdadeiras> (31b)

<ser desconfiado, não aceitar facilmente mudanças no cotidiano sem questioná-las> (30b)

<ter precaução> (49b)

<ter uma sabedoria característica, que permite perceber as verdades por trás de discursos ou nomes bonitos, antes de se tornar aliado de teorias> (3b)

O número de textos que apresentam a última posição é bem menor que a quantidade de redações que levantam “ser caipira” como negativo.

Da mesma maneira como foi apresentado para as primeiras produções textuais²⁴⁷, se pensarmos em termos de “interior”, “exterior” e “fronteira” diante de todo o *corpus* ampliado, teremos também um “interior” composto por uma negatividade que envolve as ideias dos três primeiros grupos levantados, “resistir à globalização, estar marginalizado desse processo”, “ser inadaptável à civilização”, “ser atrasado, ingênuo, medroso, conservador, ignorante”, enquanto fazem parte do “exterior”, então, “participação no processo de globalização”, “adaptação à civilização”, “avanço, esperteza, sabedoria”, além de podermos apresentar alguns casos fronteirços, como os exemplos “caipira avançado” (redação 14b), “caipira modernizado” (redação 20b) e “caipira esperto” (redação 21b) evidenciam.

7.4.2.2 Polarização

Uma outra observação ainda que gostaríamos de fazer é que a positividade das características apresentadas na direção quatro é ressaltada especialmente diante da globalização, levantada nesses casos como um processo maléfico. Da mesma maneira, as características negativas que a direção três agrupa são destacadas como ruins especialmente diante da integração econômica em questão.

O que vemos é que o tema proposto aos vestibulandos “Brasil: um caipira em tempos de globalização?”²⁴⁸ apresenta no próprio título uma orientação argumentativa que joga para a comparação entre os dois elementos destacados: “ser caipira” e o “processo de globalização”.

²⁴⁷ Item 7.2.3.2 “Polarização”, p.184.

²⁴⁸ Anexo A – Proposta de redação, p.264.

Diante dessa aproximação frequente nos textos e buscando refletir sobre a questão da polarização que foi levantada por nossa pesquisa, pensamos então em levantar um quadro que mostra caso a caso como em cada redação cada um desses dois elementos destacados é julgado em termos de positividade ou negatividade. Apresentamos abaixo o trabalho feito.

Quadro 5 – Positividade e negatividade: “caipira” e “globalização”

redação	caipira	globalização
2b	-	-
5b	-	-
22b	-	-
23b	-	-
24b	-	-
29b	-	-
41b	-	-
48b	-	-
4b	-	+
16b	-	+
33b	-	+
34b	-	+
35b	-	+
42b	-	+
43b	-	+
50b	-	+
1b	-	+/-
9b	-	+/-
10b	-	+/-
13b	-	+/-
17b	-	+/-
19b	-	+/-

27b	-	+/-
28b	-	+/-
39b	-	+/-
8b	+	-
18b	+	-
20b	+	-
49b	+	-
3b	+	+/-
6b	+	+/-
7b	+	+/-
36b	+	+/-
47b	+	+/-
25b	+/-	-
26b	+/-	-
31b	+/-	-
37b	+/-	-
40b	+/-	-
12b	+/-	+/-
14b	+/-	+/-
15b	+/-	+/-
21b	+/-	+/-
30b	+/-	+/-
32b	+/-	+/-
38b	+/-	+/-
44b	+/-	+/-

Observando a tabela apresentada, vemos que há casos que apresentam simultaneamente “ser caipira” e a “globalização” como negativos. Grande número de

redações, no entanto, alterna uma polaridade e outra na avaliação dos dois elementos, trazendo ou “caipira” como negativo junto a “globalização” como positiva, ou o oposto, “globalização” como negativa e “caipira” como positivo, havendo ainda ocorrências de “caipira” como positivo ao lado da “globalização” apresentada como “+/-”, ou seja, como um processo que tem características boas e ruins ao mesmo tempo. A positividade de “caipira” se evidenciaria especialmente diante dessas características ruins. Um dado interessante é que não há nenhum caso que traga simultaneamente “caipira” e “globalização” como positivos.

Os casos envolvendo “+/-”, como já comentamos, são aqueles que apresentam tanto características positivas quanto negativas, quer com relação a “globalização”, quer com relação a “caipira”. Vemos tanto textos que apontam “caipira” como positivo e “globalização” como “+/-”, como foi já discutido, quanto redações que trazem “caipira” negativo e “globalização” “+/-” e ainda produções textuais voltadas a um trabalho com “caipira” “+/-” e “globalização” negativa ou simultaneamente “caipira” e “globalização” “+/-”.

Esses casos “+/-”, embora tragam tanto características positivas quanto negativas do que julgam, não se mostraram muitas vezes capazes de superar polarizações como esperávamos. Muitas vezes há os dois lados apresentados de maneira estanque, sem uma contraposição entre eles a partir de um bom trabalho de reflexão sobre as noções envolvidas.

Apesar das diferentes apreensões que apresentamos da noção estudada e das direções diversificadas que vimos poderem ser associadas ao termo “caipira”, por esses textos do *corpus* ampliado serem acima da média, esperávamos um trabalho maior com relação aos pólos discutidos.

Por termos visto um caminho interessante nesse segundo lote de redações de defesa de um posicionamento que não tínhamos encontrado nos textos de partida (*“Os brasileiros não são caipiras, mas deveriam ser”*) e por serem essas produções textuais bem avaliadas, esperávamos encontrar um número significativo de superação de polarizações. Se compararmos o *corpus* inicial com o *corpus* ampliado, a quantidade de textos que trazem “caipira” como positivo será maior na segunda remessa analisada. Vejamos ²⁴⁹:

²⁴⁹ O asterisco (*) que colocamos após alguns números de redações indica alguns textos em que observamos um mecanismo especial empregado pelos vestibulandos, que será discutido posteriormente em nossa pesquisa. Item 8.2 “Separação em grupo: o preconceito na marginalização”, p.229.

Quadro 6 – Avaliações da noção “caipira” no *corpus* inicial e no *corpus* ampliado

<i>Corpus inicial</i>		<i>Corpus ampliado</i>	
É CAIPIRA	NÃO É CAIPIRA	É CAIPIRA	NÃO É CAIPIRA
<i>Bom</i> : 2a*; 3a; 9a; 22a; 35a*; 37a*; 38a*; 44a; 45a*; 48a*	<i>Ruim</i> : 1a; 4a; 11a; 15a; 16a; 17a; 20a*; 26a*; 30a; 32a*; 33a*; 34a*; 36a; 40a; 41a; 43*a; 46a*; 47a*	<i>Bom</i> : 3b*, 6b*, 7b, 20b*, 21b*, 25b*, 26b, 30b*, 31b*, 36b, 37b, 44b*, 47b, 49b	<i>Bom</i> : 8b, 15b*, 18b*
<i>Ruim</i> : 6a; 7a*; 8a*; 10a; 12a; 13a; 18a; 19a; 21a; 24a*; 25a; 28a*; 31a; 39a; 42a; 50a*		<i>Ruim</i> : 4b*, 5b*, 10b, 12b, 16b, 19b, 22b, 23b*, 27b*, 29b*, 32b, 33b*, 34b*, 38b, 39b*, 43b	<i>Ruim</i> : 1b*, 2b*, 9b, 13b, 14b*, 17b*, 24b, 28b, 35b*, 40b, 41b*, 42b, 48b, 50b

São ao todo dez redações no *corpus* inicial, um total de 23% de textos deste primeiro lote, contra dezessete textos do segundo bloco, 36%, que trazem “caipira” como positivo. Ainda que haja no *corpus* ampliado mais textos que levantam esse caminho de positividade associada à noção que estudamos, algo que chama a atenção por ser um percurso que se afasta do mais comumente apresentado, que é o de negatividade atribuída a “ser caipira”, vemos que não basta apenas buscar uma direção menos típica, menos ligada ao senso mais comum. Um trabalho interessante é aquele que chega a uma apreensão da noção explorando a contraposição entre o “bom” e o “ruim”, que não apresenta caminhos únicos, quer para uma ou para outra das direções. Isso não se deu, no entanto, com a frequência que esperávamos nos textos que analisamos.

Não verificamos muitas superações de polarizações, como discutiremos a partir das observações feitas dentro do segundo momento de nossas análises ²⁵⁰.

7.4.3 Segundo momento

²⁵⁰ Comentamos rapidamente esta questão no final de 7.4.3.1 e) “A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1””, p.220 e posteriormente dedicamos um item de nossa pesquisa especialmente para abordá-la (Item 8.1 “Polarizações nas redações: uma reflexão”, p.225).

No segundo momento de análise, como no trabalho feito com o *corpus* de partida, buscamos comprovar ou não as ideias levantadas a partir da observação inicial das redações que examinamos.

Adotando uma posição mais científica, em contraposição a um caminho intuitivo inicialmente seguido, proliferamos de maneira controlada enunciados (“paráfrases”) a fim de verificar as operações linguísticas mobilizadas pelos alunos na construção do domínio nocional de “caipira”.

Da mesma maneira como foi feito com o *corpus* inicial, seguindo a proposta apresentada em “Enunciadores”²⁵¹, buscaremos organizar essas operações em função dos diferentes enunciadores que são mobilizados a cada texto e, a partir dessa apresentação, discutiremos como em cada caso os recursos linguísticos aparecem mobilizados pelos estudantes na produção de significação.

Ainda que façamos esse trabalho mais cuidadoso com todos os textos que compõem nosso *corpus* ampliado, não serão todas as análises que serão apresentadas. Trazemos uma delas.

7.4.3.1 Análise

A redação que analisamos trata-se de um texto que, ainda que não tão bem escrito em termos de organização textual como muitos que observamos no *corpus* acima da média, acreditamos que consegue superar polarizações. Ele mostra um trabalho interessante com a noção. Vejamos.

Redação 18b

Os dois lados da moeda

Uma dúvida paira sobre o povo brasileiro, e o motivo para ferir o falso orgulho que caminha conosco desde muito tempo, a mania de acharmos que pertencemos à categoria chamada de “primeiro mundo”.

Em entrevista à imprensa portuguesa, o presidente Fernando Henrique Cardoso nos chamou de caipiras. O fato, por sinal, deixou nossa população super ofendida, mas

²⁵¹ Item 6.2.1 “Enunciadores”, p.145.

considerando que a acusação se deu, devido à resistência brasileira ao processo de globalização, devemos analisar os dois lados da “caipirice” nacional.

O processo de globalização, o qual vem ocorrendo em toda economia mundial, parece representar um momento de transformações sociais e também, talvez uma solução para a grave crise econômica que abala maior parte do planeta. Nesse processo de transição, o país que não conseguir se adaptar ao novo sistema, será fatalmente sugado pelas gigantes globais.

Talvez este seja o lado ruim do caipira brasileiro, o medo de não apresentar-se bem ao mundo, a fuga para não adaptar-se às novas tendências, o receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências.

Por outro lado, veremos não possuírmos ou possuírmos muito pouco, o lado bom do caboclo. O brasileiro não merece ser chamado de caipira, pois, ao contrário deste, despreza suas origens, seus costumes e tem sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta. Esse lado de “mau caipira” deve ao invés de nos deixar temerosos, ajudarnos na adaptação à aldeia global, já que sabemos como ninguém, absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora.

É chegado o momento de uma reflexão em massa naquele que se diz o maior país da América do Sul, ou também chamado às vezes de país do futuro. Como pensar em futuro se demonstramos através de nossos atos, que não estamos preparados para este.

Na atual situação, ou nos tornamos bons caipiras do interior, ou continuamos como cosmopolitas massacrados por um sistema falido, porém, inexplicavelmente orgulhos do que não somos.

a) Situação enunciativa inicial

A partir de E0, a redação levanta quatro enunciadores. São eles:

E4: Alguém/indeterminado

E3: Nós/povo brasileiro

E2: Ele/FHC

E1: Eu/aluno

Embora dediquemos um item específico de nossa discussão a cada um deles, trata-se de um texto em que E1 (eu/aluno) é muito presente, surgindo a todo o momento junto à apresentação dos outros enunciadores, numa atitude de avaliação do que é apresentado em cada caso. Assim, quando estivermos especificamente abordando E2, E3 e E4, uma reflexão sobre E1 também surgirá nos momentos em que este enunciador aparecer ²⁵².

b) A noção “caipira” construída por E3 (“entre E0 e E3”)

O texto inicia tematizando uma dúvida. Conforme ficará mais evidente à medida que a redação caminha, essa dúvida diz respeito à validade ou não da associação do termo “caipira” ao “povo brasileiro”, feita por Fernando Henrique Cardoso em uma declaração à imprensa quando ainda era presidente do Brasil.

Para o enunciador E3 (nós/ povo brasileiro), <ser caipira> é <não pertencer ao primeiro mundo>. Assim, por fazermos parte do “primeiro mundo”, seria natural que não fôssemos caipiras. A afirmação do presidente da República em um sentido contrário, no entanto, dizendo que “os brasileiros são caipiras”, levanta a incerteza que servirá de fio condutor da redação. Se o presidente fez tal pronunciamento, os brasileiros questionar-se-ão então: “Somos ou não somos caipiras?” ou “Pertencemos ou não pertencemos ao primeiro mundo?”

Uma primeira discussão a ser feita é sobre quem é esse “somos”. O aluno, como brasileiro, estaria naturalmente incluído nesse grupo. Em alguns momentos, ele utiliza, no entanto, alguns recursos linguísticos para afastar-se de algumas ideias que associa ao povo brasileiro em geral. O primeiro parágrafo do texto é bastante interessante.

Ainda que, justamente por ser brasileiro, em alguns momentos use a primeira pessoa do plural no trecho, falando em “conosco” e “achamos”, no momento inicial, em que apresenta o fato de uma dúvida “pairar sobre o povo brasileiro”, coloca o “povo brasileiro” como uma terceira pessoa, não fala, por exemplo, em “uma dúvida paira sobre *nós*, povo brasileiro”. Essa estratégia de não se incluir neste momento do texto terá sua relevância revelada à medida que a redação caminha e veremos que a ideia apresentada se trata de uma incerteza que o aluno, ainda que brasileiro, não compartilha.

²⁵² Uma organização de cada trecho do texto ligado aos enunciadores levantados e às operações mobilizadas em cada caso é esquematizada em um apêndice (Apêndice B, p.257). Foi por meio dela que chegamos à análise apresentada.

Na mesma direção dessa busca do aluno de se distanciar de uma opinião mais comum aos brasileiros em geral, com relação à qual tem posicionamentos diferentes, que serão defendidos em sua dissertação, vemos ainda que nos momentos em que a primeira pessoa do plural inevitavelmente aparece no trecho em questão, como foi apresentado, as escolhas lexicais “acharmos”, “falso orgulho” e “mania” chamam a atenção.

Com relação ao primeiro termo destacado, “acharmos”, vemos seu uso junto a “pertencer à categoria chamada de ‘primeiro mundo’”. O fato de ser introduzida por meio de uma modalização de incerteza (“achar”) evidencia-nos a possibilidade da avaliação em questão não ser verdadeira, ser passível de não poder ser validada. Veremos que a posição do aluno será a de que: “os brasileiros *acham* que são ‘primeiro mundo’, *mas* não somos”. De alguma maneira, o emprego do termo “mania” mostra-nos também uma depreciação da atitude discutida, visto a negatividade que o uso desse léxico costuma levantar. Da mesma forma, o julgar o orgulho que os brasileiros teriam em pertencer ao “primeiro mundo” como sendo “falso” vem completar o posicionamento de crítica do aluno. E poderíamos ir até mais longe e pensar ainda no uso das aspas antes da expressão “primeiro mundo” também de alguma forma ligada a essa avaliação levantada.

Conclui-se que E3 é, assim, um enunciador do qual o aluno faz e não faz parte. Pertence a ele por ser brasileiro, mas, ao mesmo tempo, não pertence a ele por não concordar com o que a maioria dos brasileiros pensa.

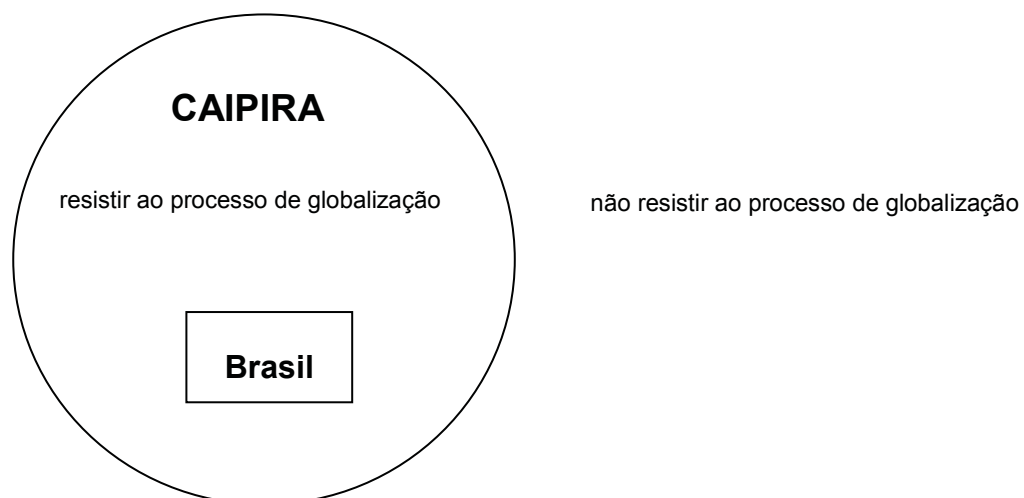
As visões do aluno, que começamos a discutir, ficarão, no entanto, mais evidentes quando discutirmos E1. Antes de chegarmos a esse momento e antes ainda de apresentarmos o segundo enunciador que propomos discutir, E2, façamos uma esquematização ligada à ideia do que é “ser caipira” para E3.

Poderíamos representar a discussão feita mostrando, como foi apresentado, o “interior” da noção “ser caipira” para este enunciador como compreendendo “os países que não pertencem ao ‘primeiro mundo’”, e o Brasil colocado no “exterior” desse domínio nocional, como “não caipira”, um “país que pertence ao ‘primeiro mundo’”. Vejamos:

Figura 7 – <ser caipira> para E3

c) A noção “caipira” construída por E2 (“entre E0 e E2”)

Para Fernando Henrique Cardoso, segundo enunciador que o texto levanta, por sua vez, <ser caipira> será apresentado como <resistir ao processo de globalização>. Sua avaliação é a de que os brasileiros são caipiras por resistirem à unificação dos mercados. Vejamos uma representação para este caso:

Figura 8 – <ser caipira> para E2

Ao contrário da figura apresentada para E3, a imagem mostra o “Brasil” agora incluído no círculo que representa “caipira”, como, neste caso, país que “resiste à globalização”.

No segundo parágrafo, trecho em que este enunciador que estamos discutindo nos é apresentado, E1 mais uma vez também aparecerá. Um posicionamento mais direto do aluno pode ser visto em um primeiro momento na escolha lexical de “acusação” para se referir à afirmação presidencial. O que nos parece é que, devido ao presidente ver a resistência à unificação dos mercados como algo negativo, é que o julgamento em termos de “acusação” aparece. Seria algo como: se for considerado que é ruim resistir à globalização, então a afirmação de Fernando Henrique é uma ofensa, já que será apresentada posteriormente uma defesa desse tipo de atitude.

Além disso, o aluno posicionar-se-á diretamente também no último enunciado do parágrafo, quando apresentará a grande ideia que sustentará todo seu texto: o fato da “caipirice” nacional ter dois lados, seriam “os dois lados da moeda” do título da redação, que direcionará toda a argumentação que apresenta em sua dissertação. Ser chamado de “caipira” por “resistir ao processo de globalização” é que implicaria a possibilidade de haver esses dois direcionamentos de que trata.

d) A noção “caipira” construída por E4 (“entre E0 e E4”)

Um desses “dois lados da moeda” que o aluno propõe discutir em seu texto é apresentado por meio de um enunciador E4 (alguém/indeterminado), no quarto parágrafo do texto.

A ideia que será associada a esse enunciador é a de que <ser caipira> é <ter medo de apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências >, avaliada por E4 como negativa.

Essa negatividade poderia nos levar a pensar nessa direção da noção como algo que poderia ser apresentado diretamente associado ao enunciador E3, os brasileiros em geral, que vêm em “ser caipira” também algo negativo. Não é isso, no entanto, que o aluno opta por fazer. Ele não associa essa ideia levantada especificamente a E3, que parece também compartilhá-la, mas prefere escolher um enunciador indeterminado para discuti-la.

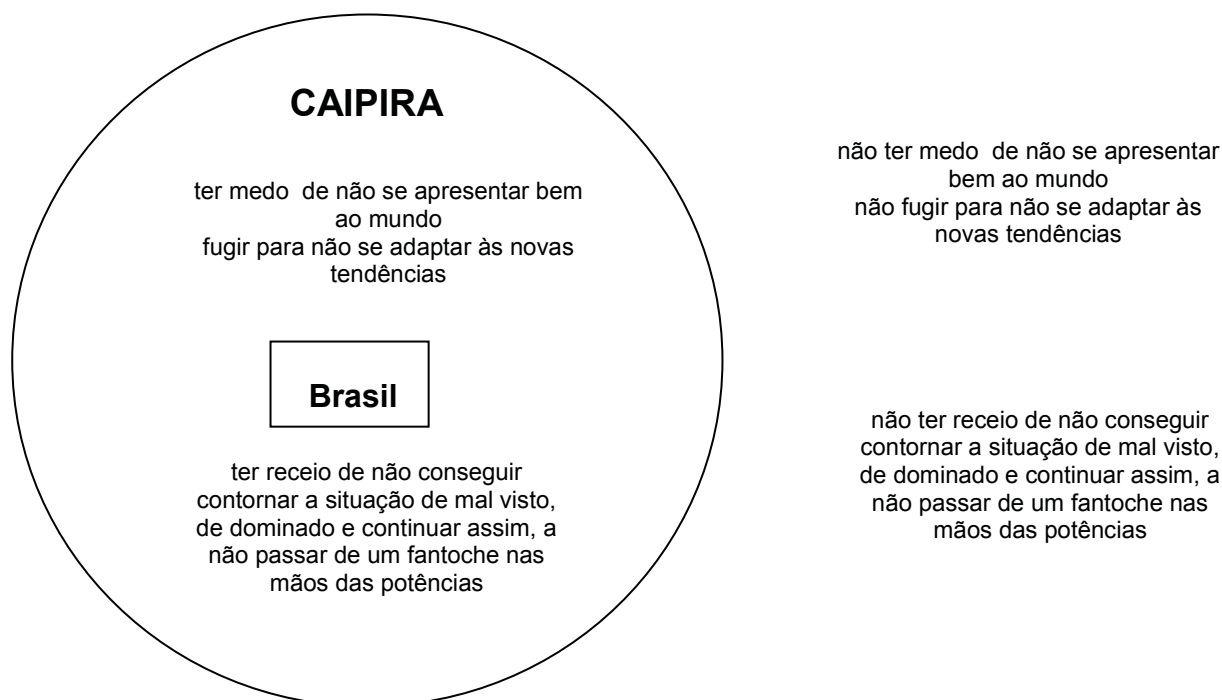
A escolha desse lugar não determinado, como alguma coisa geral, dada, parece ser feita neste caso a fim de deixar a negatividade associada a “caipira” nesse lugar mais amplo,

que, independentemente de quem afirma é um “afirma-se”, não precisa ser identificado, pois é compartilhado, não apresentado somente por um enunciador em específico ou ainda apenas por um grupo particular, como aquilo que na teoria com a qual trabalhamos chamamos de “tipo”.

A intenção seria levantar a noção “caipira” como tipicamente negativa, chamando a atenção para o fato de que não é especificamente o “povo brasileiro” apenas que a vê da maneira como foi apresentada, não se trata de algo “criado” por alguns, mas que “todos”, de uma maneira geral, inclusive o aluno, conhecem muito bem. A diferença vai estar apenas no fato do “povo brasileiro” em geral concordar com o caminho apresentado, seguir a direção típica, enquanto o aluno optará por uma via diferente, não concordando com o senso mais comum, por enxergar além do que tipicamente é trazido. Essa, no entanto, será uma discussão posterior.

Vejamos agora a representação gráfica para este caso que estamos apresentando.

Figura 9 – <ser caipira> para E4



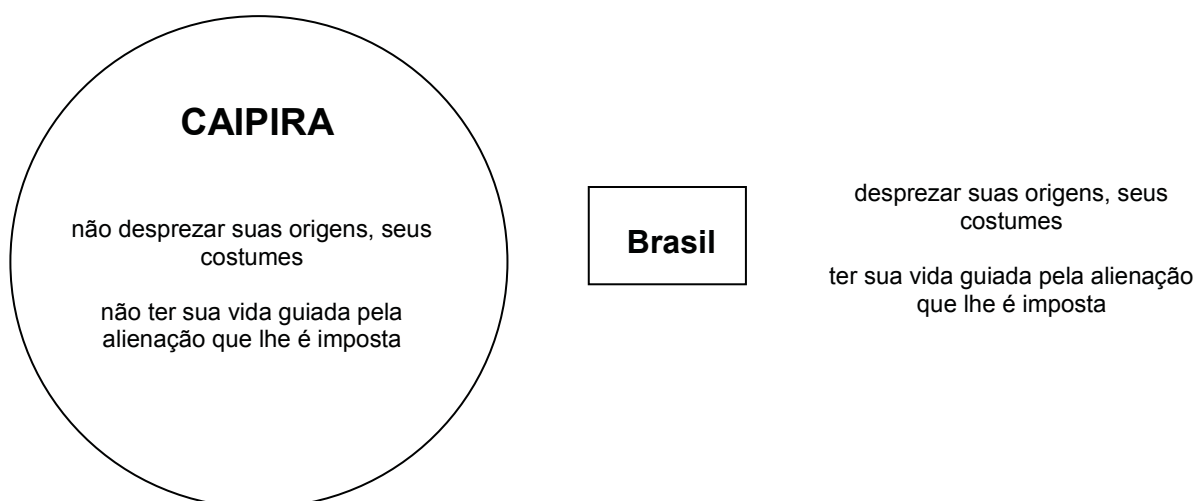
Quando se fala em “o brasileiro ser caipira diante da globalização” e ser negativa tal atitude, é essa a ideia típica que se tem. Todas as características apresentadas e o “Brasil” possuindo-as.

É preciso destacar que mais uma vez, no entanto, E1 entrará junto à apresentação de outros enunciadores, julgando. Neste caso, ele aparecerá com um julgamento expresso por meio do emprego de “talvez”. Falar-nos-á que esta caracterização de “ser caipira” que acabou de ser apresentada na redação “talvez” “seja o lado ruim do caipira brasileiro”. O modalizador empregado abre para um questionamento em termos de “será mesmo?”, levantando uma dúvida acompanhada da indicação da forte possibilidade de não concordância com a ideia posta em xeque. É como se o aluno dissesse: “Mas será mesmo ruim?”, “Se diz que esse lado é ruim, será que é mesmo?”, abrindo, assim, possibilidade para uma discussão sobre a validade do que foi apresentado.

e) A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1”)

Antes de termos explicitamente a resposta para essa pergunta e discutir o que E1 pensa desse “lado da moeda”, apresentamos a outra direção de “caipira” que o texto se propõe a levantar. Trata-se do chamado “lado bom do caboclo”. Ele é trazido como <ser caipira> é <não desprezar suas origens, seus costumes e não ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> e o julgamento do aluno diante dessa caracterização da noção em questão é que “os brasileiros não são caipiras”. Vejamos a representação para este caso:

Figura 10 – <ser caipira> para E1



O “Brasil” aparecerá separado do conjunto dedicado a “caipira” e, agora, diferentemente do que ocorria junto às outras representações que foram feitas, essa condição “exterior” ao domínio nocional que estudamos é vista como negativa. A positividade da noção “caipira” nos é evidenciada no quinto parágrafo do texto, quando o emprego de “não merecer ser chamado de caipira”, ao lado da apresentação de atitudes negativas atribuídas ao brasileiro, revela-nos, então, a boa avaliação da condição “ser caipira”, que deveria ser almejada, segundo o julgamento em questão.

Esse comportamento parece ser valorizado e dever ser buscado especialmente diante da globalização. No segundo parágrafo do texto, E1 havia já apresentado a sua posição sobre esse fenômeno mundial. Ainda que indicasse uma defesa da adaptação ao processo, por meio do uso algumas modalizações mostrava os pontos positivos da unificação de mercados como possibilidades apenas. O emprego de “parece” e de “talvez” junto a respectivamente “representar um momento de transformações sociais” e “uma solução para a grave crise econômica que abala maior parte do planeta”, evidencia-nos um questionamento do aluno quanto à efetividade da positividade que se costuma associar à globalização.

A defesa de uma adaptação já citada, por sua vez, é claramente defendida por meio do uso também de uma modalização, “fatalmente”, que nos evidenciará o posicionamento do aluno, agora de uma convicção quanto às consequências funestas que não fazer parte do processo discutido pode gerar. Sua posição parece ser, então, a de que se deve adaptar ao processo, já que é certo que estar marginalizado dele é muito maléfico, significa “ser fatalmente sugado pelas gigantes globais”, mas essa entrada deve ser feita com cautela.

É na defesa dessa entrada na globalização com cautela que parece ser evidenciada a resposta do aluno à pergunta com que finalizamos o item anterior a este ²⁵³, de discussão de E4. Sua posição parece ser a de que o lado de “caipira” apresentado como tipicamente ruim não é tão ruim assim, pelo contrário, pode ser positivo diante do processo que discute.

O que nos leva a tal conclusão é o enunciado, presente no final do quinto parágrafo, que faz referência a “mau caipira” como um lado que deve ajudar o país na “adaptação à aldeia global, já que sabemos como ninguém, absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora”.

Trata-se de um trecho um pouco difícil, pois é colocado no mesmo parágrafo em que há uma discussão do lado “bom” de “ser caipira” e a expressão “mau caipira” vem empregada após o pronome demonstrativo “esse”. Poderia surgir uma dúvida sobre qual lado de “mau

²⁵³ Item 7.4.3.1 d) “A noção “caipira” construída por E4 (“entre E0 e E4”)”, p.218.

caipira” o aluno faz referência. Por não estar em um parágrafo diferente e vir antecedido de um recurso de retomada como “esse”, poder-se-ia questionar se esse lado de “mau caipira” que discute seria mesmo o lado ruim apresentado anteriormente ou as aspas indicariam uma outra avaliação da ideia apresentada no mesmo trecho, por este lado que apresenta como bom costumar também ser visto como negativo pela maioria das pessoas. A construção, no entanto, não é bem feita e não há uma evidência desse caminho.

A nosso ver, devido às palavras finais que traz abordando criticamente a característica de abertura do país, a referência em termos de “mau caipira” poderia dizer mesmo respeito ao lado ruim de caipira discutido antes e as aspas viriam, então, na verdade como um recurso para justamente mostrar que aquilo que se costuma ver como “mau caipira” são os outros que vêm, que o aluno tem uma postura diferenciada, de considerar o que normalmente é tido como negativo como podendo ser positivo. Ou, então, ainda, em uma direção de união das duas possibilidades anteriormente levantadas, a expressão em questão poderia abarcar uma associação entre <ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências> e <não desprezar suas origens, seus costumes e não ter a vida guiada pela alienação que lhe é imposta>, já que se trata de dois caminhos que de alguma forma podem manter uma certa proximidade.

A partir de então, os “dois lados da moeda” que o título traz parecem poder passar a serem vistos de duas maneiras. Inicialmente, se pensávamos que esses lados seriam o lado bom e o lado ruim apresentados para “caipira”, acreditamos agora na possibilidade de duas perspectivas poderem ser vistas dentro mesmo de um dos lados levantados antes. O lado “ruim” poderia ser visto como “ruim” mesmo por alguns, como normalmente é avaliado, mas também de maneira positiva por outros, como é o caso do aluno. É assim que o texto fica muito interessante, em um caminho de quebra de polarização que será discutido posteriormente ²⁵⁴.

Não parece ser o “medo” que é defendido (pois o fato de falar do lado de “mau caipira” em termos de não “nos deixar temerosos” abre possibilidade mais uma vez de se pensar se poderia haver alguma relação com o trecho do quarto parágrafo, em que se fala em “medo” e em “receio”), mas também não uma postura oposta à apresentada quando se discute o lado ruim de caipira, de entrada desenfreada na globalização desprezando suas origens e

²⁵⁴ Dentro deste mesmo item 7.4.3.1 e) “A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1”)), nas páginas 223-224.

seus costumes. O aluno já havia apresentado que a entrada no processo em questão é inquestionável.

Sua discussão voltar-se-á, então, a como entrar nesse processo. Não se trata de “fugir” dele, já que por “sabermos como ninguém, absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora”, não parece ser a questão, mas se trata de não ser guiado pela “alienação que lhe é imposta”, cautelosamente adaptando-se, para não se cair em uma atitude oposta à de fuga: uma abertura sem limites, que despreza origens e costumes, que é criticada pelo aluno. Não se poderia ter medo, mas seria preciso ter cautela, saber como se adaptar: uma postura de associação de um pouco do que se apontou inicialmente como tipicamente lado ruim, e que, por o Brasil costumar ser muito aberto, não seria tão negativo assim, tornar-se-ia positivo, associado ao que a redação levanta como lado bom.

Seguindo um caminho de críticas, no penúltimo parágrafo será E1, que no texto todo entrava julgando o que os outros enunciadores levantavam, que terá um outro enunciador junto à ideia que está construindo. Em dois momentos o aluno faz uso da indeterminação, “que se diz” e “também chamado”, a fim de se excluir do julgamento de que “o Brasil é um grande país, um país do futuro”.

Para ele, não se pode pensar em futuro se não se está preparado para ele. Tal preparo viria por meio do comportamento discutido de valorização das origens, dos costumes, de adaptação com cautela à globalização. O emprego do termo “tornar” antes de “bons caipiras do interior” reafirma o posicionamento do aluno de que os brasileiros não são caipiras, que devem “ainda” vir a ser. Falando em “sistema falido”, a redação parece fazer referência ao capitalismo e a discussão final parece reforçar que o questionamento que se deve ter, não sendo pensar se o país deve ou não entrar na globalização, já que a resposta a essa pergunta já foi dada, seria então em termos mesmo de um “como” entrar nesse processo: como “cosmopolitas massacrados” ou “bons caipiras”?

Uma crítica em termos de “inexplicavelmente se ter orgulho do que não se é” retoma o “falso orgulho” apontado no início da redação como característica dos brasileiros em geral, que o aluno, por sua vez, não compartilha por tudo o que discutiu em seu texto.

O texto, na mesma direção da primeira análise apresentada em nosso trabalho ²⁵⁵, levanta diferentes ângulos de focalização de “ser caipira”. O que chama mais a atenção, no

²⁵⁵ Item 7.2.2.1 “Análise”, p.160.

entanto, é como essas diferentes direções da noção apresentadas são trabalhadas neste caso a fim de promover discussões que conseguem quebrar polarizações.

É uma redação muito rica em modalizações, em que o aluno abusa da exploração desse recurso para posicionar-se de uma maneira bastante interessante. Ao invés de apenas apresentar uma positividade ou uma negatividade associada a “ser caipira”, trabalhará na defesa de que “os brasileiros não são caipiras, mas deveriam ser”, explorando o que chama de “dois lados da moeda”. Sua proposta é a de discutir que “ser caipira” é positivo, mas, para isso, faz-se necessário fazer contraposições, apresentar também o que mais tipicamente se costuma associar ao domínio nocional trabalhado. E, sobretudo, apresentar criticamente esse outro ângulo, de maneira a questionar se é mesmo tão negativo como parece, se não há a possibilidade de, diante uma característica particular do Brasil, como, por exemplo, costumar ser muito aberto, apontada como negativa pelo aluno, o lado ruim de “ser caipira” tornar-se passível de ser bom.

Como discutimos, “os dois lados da moeda”, então, que a princípio poderiam ser pensados como o lado positivo e o lado negativo ligado à noção “caipira” (“lado ruim” e “lado bom”, como o aluno apresenta), acabam podendo ser vistos dentro mesmo de um desses lados também. Além de poder ter o negativo e o positivo inicialmente contrapostos, dentro do negativo pode haver uma outra bifurcação: o negativo pode ser bastante ruim para alguns, mas outros podem vê-lo como não tão ruim assim, como positivo em certos aspectos.

É um trabalho diferenciado, que mostra muita reflexão, e faz que, mesmo que o texto apresente alguns problemas formais, não seja tão bem escrito em termos estruturais se comparado à maior parte do *corpus* ampliado, chame a atenção dentre as demais redações.

A maioria dos textos “acima da média” com os quais trabalhamos são muito bem escritos em termos formais. São redações que apresentam pouquíssimos problemas gramaticais e de estruturação. Por outro lado, não exploram ideias como a levantada na redação que analisamos. Quando “caipira” é apresentado é tomado como “positivo” ou como “negativo”, sem uma preocupação em se fazer todas as contraposições, busca por enxergar caminhos variados de apreensão de um domínio nocional, que o texto analisado mostrou-nos.

Em um caminho oposto, como foi apresentado na análise, na produção textual que focamos, algumas questões formais, de estruturação do texto, trazem alguns problemas, especialmente no final do quinto parágrafo, em que uma construção não bem feita atrapalha a leitura da redação. O texto, no entanto, mostra um trabalho de reflexão que poucos conseguem apresentar.

8 PÓLOS E GRUPOS

O que as análises das redações apresentadas no capítulo anterior nos mostraram foi que as polarizações de nossa sociedade, comuns na linguística e no ensino, como foi discutido em itens anteriores desta pesquisa, são refletidas na redação de vestibulandos.

Este capítulo, por sua vez, discute com mais detalhes essa não superação de pólos na produção textual.

Além disso, um mecanismo em específico que foi observado nos textos dos alunos também é abordado. Trata-se da separação em grupo.

Observamos nas redações de estudantes que analisamos que muitas vezes recursos linguísticos são utilizados para estabelecer um grupo: o “grupo dos caipiras”. Discutiremos que é a partir desse mecanismo que acreditamos que a questão do preconceito deva ser pensada, ao invés de se preestabelecer o caráter discriminatório ou não de um termo, como faz a “Cartilha do Politicamente Correto”. Quando se criam grupos, uma medida extrínseca é posta e a discriminação apareceria, então, ligada à marginalização.

As duas questões que serão discutidas, polarização e marginalização, embora em um primeiro momento possam parecer distantes, aproximam-se. Tanto quando se cria pólos, quando se estabelece grupos, elementos são separados e o interesse não está no que há de comum entre eles apesar das diferenças.

8.1 Polarizações nas redações: uma reflexão

A construção da noção caipira de forma despolarizada como vimos na última redação analisada ²⁵⁶ é possível graças ao trabalho com a linguagem. É o jogo linguístico constante possibilitado aos enunciadores que permite que uma ideia considerada típica possa ser alterada.

O modelo ao mesmo tempo estável e plástico, que apresentamos quando trouxemos a abordagem culioliana do conceito de “tipo” ²⁵⁷, permite explicar esses jogos.

Rezende, em suas reflexões, costuma muito evocar a figura de uma espiral para ilustrar a atividade de linguagem segundo a perspectiva culioliana em termos de “[...] um

²⁵⁶ Item 7.4.3.1 “Análise”, p.213.

²⁵⁷ Item 5.2 “Tipo”, p.94.

movimento que vai da unidade para a diversidade e volta para a unidade em um nível superior” (Rezende, 2010, p.12-13).

Pensamos que a ideia também possa ser a de que, como cada ponto neste tipo de representação geométrica pode ter uma projeção tanto para frente quanto para trás, uma ocorrência linguística envolve estabilidade e deformabilidade ao mesmo tempo, como Culioli sempre ressalta ²⁵⁸.

Tem-se uma sustentação, uma âncora, sem a qual não se pode começar a trabalhar e esta permite que sejam feitas comparações a fim de estabelecerem-se identificações ou diferenciações. Quando uma nova ocorrência é produzida a partir da inicial, ela possibilita uma projeção de uma representação sobre a outra, de modo que uma e outra mostram-se iguais e diferentes simultaneamente. É permitido, assim, que uma noção volte sobre ela mesma de maneira diferente, sempre carregando um pouco daquilo do que partiu.

Essa imagem de um vai-e-vem constante que permite que a cada movimento uma representação possa já não ser mais a mesma, mas levar um pouco do estável, agora alterado, que poderá ser material para ainda outras transformações, parece vir bem ao encontro do que a observação de textos como o último que apresentamos em nossas análises ²⁵⁹ suscita como reflexão.

A maior parte das redações que observamos em nossa pesquisa, no entanto, como já apontamos ²⁶⁰, não traz uma exploração de toda essa riqueza com a qual a linguagem permite que trabalhemos.

²⁵⁸ A ideia de estabilidade/deformabilidade, estabilidade/plasticidade é sempre bastante levantada por Culioli. Trazemos aqui alguns trechos em que o autor discute essa questão.

“Chaque fois qu’on introduit une nouvelle catégorie, une nouvelle notion, un nouveau schéma dans le système, on multiplie les interactions et le jeu de la stabilité/plasticité.” (CULIOLI, 1999, p.63)

“Cada vez que se introduz uma nova categoria, uma nova noção, um novo esquema no sistema, multiplicam-se as interações e o jogo da estabilidade/plasticidade.” (CULIOLI, 1999, p.63) *Tradução nossa*.

“Tout le travail métaphorique porte en grande partie sur cette propriété fondamentale de l’activité symbolique à travers l’activité de langage, et qui est plasticité (on a stabilité, c’est pour cela que les mots sont aussi des étiquettes, mais d’un autre côté on a déformabilité).” (CULIOLI, 1990, p.86)

“Todo o trabalho metafórico apóia-se em grande parte sobre essa propriedade fundamental da atividade simbólica através da atividade de linguagem, e que é plasticidade (tem-se estabilidade, é por isso que as palavras são também etiquetas, mas de outro lado tem-se deformabilidade).” (CULIOLI, 1990, p.86) *Tradução nossa*.

²⁵⁹ Item 7.4.3.1 “Análise”, p.213.

²⁶⁰ Itens 7.4.2.2 “Polarização”, p.208 e 7.4.3.1 e) “A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1””, p.220.

O que observamos no *corpus* ampliado de nossa pesquisa ²⁶¹ foi que, ainda que apresente uma quantidade maior de textos que trazem “caipira” como positivo, um caminho menos típico à noção em questão, as produções textuais que superam polarizações, como já comentamos ²⁶², são poucas. Ressaltamos que é interessante quando se vê a apresentação de olhares diferentes do senso mais comum, diversos daquilo que mais tipicamente se vê como ideia, no caso “caipira” associado apenas a uma negatividade, mas a superação de polarização parece ainda ser um trabalho mais difícil de ser atingido. A maioria dos textos que trazem “caipira” como positivo, assim como a maioria do restante das redações, não apresentam uma dada posição a partir de um trabalho de reflexão em várias direções como esperávamos encontrar com mais frequência nas produções textuais observadas. Pouquíssimos textos mostram um trabalho de reflexão como buscávamos.

Ainda assim foi possível encontrar esse texto nesse *corpus* “acima da média”, algo que não foi visto dentre as redações que não tinham esse critério por seleção.

Destacamos ainda que a polarização se dá para os dois lados: há tanto textos que apresentam “caipira” como negativo e não discutem uma positividade que poderia vir associada ao termo em questão, como casos de “caipira” levantado como positivo, sem explorar o porquê de uma não-negatividade ligada à noção.

Uma outra discussão que também gostaríamos ainda de levantar é que mesmo bem poucos, ainda encontramos textos com “caipira” superando polarizações. Todos, no entanto, superam polarizações para apresentar “caipira” positivo. Nesses bons textos, “caipira” é apresentado como “positivo”, discutindo-se o “negativo”. Não encontramos, no entanto, um único texto que apresente “caipira” como negativo, destituindo pólos. Por que isso acontece?

Os dados levam-nos a refletir. Acreditamos que a questão possa envolver discussões ligadas ao “tipo”. Por “caipira” ser tipicamente negativo, parece que, sendo como um “senso comum” a negatividade associada à noção estudada, quando se vai apresentá-la não se vê como necessário dar muitas explicações, haja vista que se espera que seja já conhecida a ideia que é apresentada e, por isso, dispensável de muita reflexão. Em uma direção contrária a essa, poderia ser justamente por ser menos típica, menos comum a positividade associada a “caipira”, que quando é apresentada precisaria ser bem justificada. Poderíamos ainda pensar que aquele aluno que consegue superar o “senso mais comum” e ver uma positividade ligada

²⁶¹ Item 7.4 “Análise do *corpus* ampliado”, p.186.

²⁶² Itens 7.4.2.2 “Polarização”, p.208 e 7.4.3.1 e) “A noção “caipira” construída por E1 (“entre E0 e E1””, p.220.

a “caipira” teria uma tendência a uma reflexão maior, já manifestada pela escolha de um caminho atípico, por isso seu texto seria mais rico.

No entanto, aquele que traz “caipira” como negativo poderia também, mesmo que defenda uma postura típica, demonstrar um trabalho bem reflexivo, não de mera repetição do “senso comum”, mas de chegada a essa conclusão após uma reflexão e negação dos pontos positivos que poderiam ser associados à noção. Seria interessante se encontrássemos um trabalho que defendesse o negativo contrapondo os argumentos que geralmente se apresenta para a positividade de “caipira”. Não encontramos essa redação, no entanto, no *corpus* que analisamos.

Acreditamos que essa questão pode estar um pouco relacionada com a reflexão que Rezende (2008, p.101) faz, a partir da leitura de Franchi (1991), sobre a criatividade poder estar tanto no comportamento divergente, como no convergente. Vejamos:

Carlos Franchi (1991) desmistifica o termo criatividade. Criatividade, defende ele, não é apenas o comportamento divergente, mas está presente também no comportamento convergente. Na maioria das vezes, quando falamos em criatividade, pensamos em produções de natureza artística ou próximas que apresentam originalidade na percepção do mundo e na sua expressão. Esses deslocamentos, tanto na percepção quanto na expressão rotineira, padronizada, geram, sobretudo quando o autor tem grande conhecimento de si próprio e do outro, efeitos estéticos, humorísticos, etc.

Parece-me que o que defende Carlos Franchi neste texto é que criatividade como arte é o ápice, o ponto flagrante, do processo básico de apropriação; é o ápice de um grande conhecimento de si próprio e do outro. Desse modo, a apropriação seria a assunção por um sujeito do cenário de origem de sua produção, no nosso caso específico, produção verbal, oral e escrita. Apropriação é o que os estudiosos em produção de texto chamam de autoria. Desse modo, quando somos origem de nosso discurso e concordamos com as coisas que estão construídas, porque elas nos convencem, porque são boas, o texto traz a marca desse consentimento e não somos, nesse caso, vítimas de formações discursivas ou sujeitos assujeitados. Se os eventos relatados passam pela tela da avaliação do sujeito, ele será marcado desse processo avaliativo, o que significa apropriação, quer para a convergência, quer para a divergência.

Há apenas uma questão de grau entre a apropriação e a criatividade, dita artística. As polarizações entre o estável, aquilo que já está construído e o instável, aquilo que está em construção, impedem a visibilidade do processo que sustenta um e outro, ora desestabilizando, ora estabilizando. E se há um espaço no qual essa distinção é irrelevante é o pedagógico. É por meio da indistinção que conseguimos trabalhar a variação radical de experiências e de expressões, quer dizer, as distinções. Ou, em outras palavras, será preciso apostar na indeterminação da linguagem para melhor entender o que é a determinação. (REZENDE, 2008, p.101)

A partir dessas discussões, o que se vê é que o importante não seria valorizar um valor ou outro associado a “caipira”, o interessante está no trabalho que é feito com a noção. Nesse sentido é que seria interessante ver um texto que apresentasse “caipira” negativo destituindo pólos. Apostamos que ele seria capaz de mostrar processos de linguagem que chamariam a atenção.

Acreditamos que a falta de um trabalho em sala de aula que aguce a sensibilidade dos alunos para um olhar mais refinado para a linguagem faz que não se veja muita reflexão no típico.

Discutiremos com mais atenção a questão educacional no penúltimo capítulo desta tese ²⁶³. Antes, abordamos uma problemática específica que aparece em nossa pesquisa: a discriminação.

8.2 Separação em grupo: o preconceito na marginalização

Como apontamos rapidamente no capítulo anterior ²⁶⁴, quando tanto o *corpus* inicial quanto o *corpus* ampliado de nossa pesquisa chamaram nossa atenção para um mecanismo especial mobilizado pelos vestibulandos em seus textos, acreditamos que se deva pensar com cuidado a questão do preconceito, levantada em nosso trabalho a partir de críticas a ideias como as veiculadas pela “Cartilha do Politicamente Correto”. Defendemos que, ao invés de se preestabelecer o caráter discriminatório ou não de termos, a discriminação seja abordada de uma maneira diferente.

O mecanismo especial observado nas produções textuais, como comentamos ²⁶⁵, trata-se do estabelecimento de uma separação em grupo, frequente nos textos observados. Em muitas redações, pudemos verificar construções que caminham na direção de colocar caipira como um grupo: o “grupo dos caipiras”.

Tais redações aparecem indicadas por um asterisco (*) logo após o número que as identifica nos quadros apresentados nas páginas 159, 198 e 212 de nosso trabalho ²⁶⁶ e dois

²⁶³ Capítulo 9 “Por uma destituição de polarizações: uma articulação entre linguagem e línguas, formal e empírico, estabilidade e plasticidade”, p.235.

²⁶⁴ Capítulo 7 “Caipiras”, itens 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150 e 7.4.1 “Primeiro momento”, p.186.

²⁶⁵ Itens 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150 e 7.4.1 “Primeiro momento”, p.186.

²⁶⁶ Quadros presentes nos itens 7.2.1 “Primeiro momento”, p.150, 7.4.1 “Primeiro momento”, p.186 e 7.4.2.2 “Polarização”, p.208.

exemplos presentes no *corpus* inicial de nossa pesquisa são trazidos abaixo. Um “comportar-se como”, como pode ser observado, parece evidenciar nestes casos exemplificados o grupo estabelecido, ainda que em um trecho tal atitude pareça estar associada a um julgamento positivo, contraposto a uma avaliação negativa do comportamento discutido na outra redação trazida. Vejamos ²⁶⁷:

- (60) O brasileiro *é como todo bom caipira*, um povo que demora mais a aceitar novas ideias como a da globalização mas com o passar do tempo e a melhor compreensão dessas ideias passa a defendê-las e leva em frente com força e coragem todo o mecanismo que se faz necessário para que ocorra essa globalização. (45a) ²⁶⁸
- (61) O Brasil *está se comportando como “caipira”* pois tem um povo que ignora sua própria História e acha que as coisas estrangeiras são as melhores. Assim como o “matuto” que olha para a cidade grande, o Brasil olha para o primeiro mundo. (50a) ²⁶⁹

A partir da observação dos exemplos listados, surgiu uma hipótese. A ideia levantada foi que independentemente de qual termo se atribua a um grupo estabelecido ou do julgamento que se faça, acreditamos que na validação desse grupo é que se pode pensar em preconceitos, contrariando o posicionamento da “Cartilha do Politicamente Correto” discutida em nossa pesquisa. Quer se chame o grupo de “caipira” ou se evite o termo em questão, se faça um julgamento positivo ou negativo, a partir do momento em que essa separação é estabelecida é que, a nosso ver, a questão da discriminação deve ser pensada.

Esse mecanismo aparece distribuído de maneira uniforme entre os blocos de redações apresentados no capítulo anterior ²⁷⁰. Assim, a nosso ver, poderíamos tanto ter “*é caipira (bom)*” e “*não é caipira (bom)*” e o texto seguir uma direção preconceituosa, quanto ver “*é caipira (ruim)*” ou “*não é caipira (ruim)*” e a discriminação não se instaurar, já que o preconceito não estaria no termo empregado ou na positividade ou negatividade que aparecem ligadas a ele nas produções textuais.

Trazemos abaixo alguns outros exemplos, agora retirados do *corpus* ampliado ²⁷¹.

²⁶⁷ Grifos nossos.

²⁶⁸ Este mesmo trecho desta redação já foi apresentado em 7.2.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.150.

²⁶⁹ Este mesmo trecho desta redação já foi apresentado em 7.2.1.1 b) “Focalizações”, p.152.

²⁷⁰ Quadro 6 “Avaliações da noção “caipira” no *corpus* inicial e no *corpus* ampliado”, p.212. Neste quadro, os textos em que o mecanismo em questão foi observado são indicados por um asterisco (*) que colocamos após alguns números de redações.

²⁷¹ Grifos nossos.

Nos três primeiros trechos que apresentamos (exemplos 62, 63 e 64), “ser caipira” é tomado como algo negativo e a separação em grupo é evidenciada por meio do recurso à comparação associada à presença de artigos antes do termo estudado. Nos dois primeiros excertos (exemplos 62 e 63), a comparação aparece por meio das marcas “*assemelha-se a um caipira*”, “*tanto o caipira como o Brasil*” e “*assim como o caipira*” e, no terceiro fragmento (exemplo 64), ainda que em alguns momentos se fale em “ser caipira”, “qualidade de caipira”, damos destaque aos enunciados em que há a presença do artigo definido “o” antes de “caipira”.

Já o penúltimo excerto (exemplo 65) trata-se de um texto que traz a ideia: “*Os brasileiros são caipiras e devem ser*”. Ainda que vejamos uma nítida positividade associada a “ser caipira”, uma vez que o aluno diz que “felizmente” somos “caipiras”, o mecanismo de separação em grupo também é evidente nesta redação. Fala-se em uma “comparação” do “Brasil” “a um caipira”. A mesma positividade discutida para este caso aparece também no último trecho (exemplo 66), em que um “*agir como caipira*” é apresentado.

- (62) O Brasil *assemelha-se a um caipira* na medida em que encontra-se relativamente fechado ao capital internacional.

[...]

Tanto o caipira como o Brasil são, sob certos aspectos fechados, entretanto este sabe adaptar-se às circunstâncias, diferentemente do caipira, e encontra-se aberto a ideias novas. (17b)

- (63) A “caipirice” do Brasil tem seus dias contados, pois *assim como o caipira*, nosso país admira as novidades, o que vem de fora. Mesmo apresentando uma leve desconfiança no início, apreciamos o novo e não demoramos a aderir. É esse o comportamento do Brasil com relação à globalização. Tendo o apoio da elite nacional, que será a maior beneficiada, a globalização vai, aos poucos, entrando em nosso país e se instalando. E o melhor exemplo desse comportamento, instável sob certo ponto de vista, é o nosso próprio presidente, Fernando Henrique Cardoso: ontem um social-democrata caloroso; hoje um neo-liberal convicto. (27b)²⁷²

- (64) Mais uma frase de presidente saltou em direção à fogueira dos críticos da imprensa (e da economia). Trata-se da afirmação que o presidente do Brasil, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, recentemente deu em entrevista à imprensa portuguesa, declarando no seu ver, que os brasileiros são caipiras.

Era de se esperar que a hecatombe jornalística acontecesse; como também era de que viesse à tona a questão de o que é ser caipira. Caipira é o adjetivo comumente dado ao homem do campo, na maioria das vezes ignorante, fácil de dobrar, “ensimesmado”, tímido e inocente. Com certeza, o que o presidente quis dizer não foi que todos os brasileiros são assim, embora alguns tenham aquecido essa visão pejorativista da afirmação.

²⁷² Este mesmo trecho desta redação já foi apresentado em 7.4.1.1 b) “Focalizações”, p.190.

Esta qualidade de caipira deve ser atribuída ao povo brasileiro em geral, no âmbito de cultura e mentalidade atuais. *O caipira* sempre aceita o que fala o doutor, que é grande e sábio; *o caipira* sempre respeita o “seu Dotô” e dele não discorda. O povo brasileiro, na maioria, é assim. O Brasil está assim. Com uma aceitação bovina do que mandam os desenvolvidos tecnológica e economicamente. (29b)²⁷³

- (65) Poderíamos *comparar o Brasil a um caipira* que, embora viva no interior, isolado das principais articulações econômicas e políticas das cidades, tem o potencial de aprender e adaptar-se, mesmo que lentamente, à vida em uma grande cidade, onde poderia relacionar-se ativamente com outras pessoas. E é isso que está acontecendo com o Brasil. Uma adaptação, e não uma rejeição à globalização. O país está inserindo-se nessa tendência mundial de forma positiva e vem dando resultado pelo Mercosul e por diversos outros caminhos que a economia e a sociedade brasileiras vem abrindo a outros países.

Acompanhando a globalização, o Brasil deixa de ser aquele caipira isolado, mas continua sendo caipira, felizmente. Afinal, temos individualidade cultural. O que deve ser evitado é que a cultura brasileira seja abalada por influências de outras culturas, devido à Globalização. Talvez seja inevitável o surgimento de uma cultura global, mas esse processo deve ser retardado ao máximo para que a individualidade de cada país seja preservada. (44b)

- (66) Nossa população encontra-se prestes a ser esmagada pela roda viva da globalização. Indústrias sucateadas, mão-de-obra desqualificada, falta de incentivos do governo, tudo indica piora na qualidade de vida da população. E não causa espanto *agirmos como caipiras*: ao invés de sermos devorados, preferimos ficar à espreita, esperando soluções verdadeiras. A implantação da globalização em nações já desenvolvidas, como o Japão, encontra terreno fértil, e cresce. No Brasil, onde a fome e a ignorância são crônicas, continuamos a viver à sombra de países mais desenvolvidos. (31b)

Esses mecanismos verificados nesses primeiros textos não são vistos em fragmentos como os trazidos abaixo. Nestes casos, “caipira” aparece como um mero adjetivo, ainda que em um trecho esteja voltado a uma qualificação positiva (exemplo 67), enquanto nos outros (exemplos 68 e 69) é uma negatividade que se vê associada ao termo. Vejamos²⁷⁴:

- (67) A opção de *ser caipira*

O medo do desconhecido é natural de todo ser humano, mas nunca foi desculpa para que a humanidade regredisse ou deixasse de evoluir. Neste sentido, a indefinição do povo brasileiro opera ao nosso favor, já que podemos escolher em que ramos da economia, política ou cultura, *seremos, ou não, caipiras*.

É evidente que, com o acelerado aumento das relações internacionais, os países demasiadamente fechados perderão em competitividade e tecnologia, mas é incorreto afirmar que a abertura total será a saída milagrosa para países como o nosso.

[...]

É importante que as pessoas que detêm o poder e decidem pelo futuro de nosso país não sejam maquiavélicas, acreditando que os fins justificam os meios, e aceitando cegamente as verdades neo-liberais. Nós sempre fomos o país do futuro, mas queremos um presente mais

²⁷³ Um outro trecho desta redação já foi citado quando abordamos 7.4.1.1 a) “Recursos linguísticos”, p.186 e 7.4.1.1 b) “Focalizações”, p.190.

²⁷⁴ Grifos nossos.

justo e democrático, no qual cada cidadão possua, além de uma vida digna, o direito de *ser caipira*. (36b)

(68) Brasil: país da *elite caipira*

O Brasil não faz parte dos países integrados ao dinâmico processo da globalização, porém, *caipira, não é* o povo brasileiro e sim, uma minoria que se solidificou no poder e vê, no caminho à globalização, uma ameaça aos seus privilégios.

[...]

[...] fica claro perceber, que embora a globalização venha a favorecer as classes mais ricas, o processo está sendo impedido, não pelo povo, que sempre esteve atento às transformações mundiais, mas sim, pelas classes que tiveram nesse processo a perda de sua hegemonia no poder.

Assim, mais uma vez o país, em detrimento de uma minoria, vê a globalização de longe: é a *elite caipira* conduzindo o futuro da nação brasileira. (42b)

(69) Demonstrar resistência a todo esse processo de globalização não é *ser caipira*. A resistência é fundamental pois não podemos simplesmente abrir nosso mercado a economias de primeiro mundo sem tomar algumas medidas.

[...]

Proteger a economia interna, as indústrias nacionais e o comércio até que eles tenham condições de competir com as poderosas indústrias estrangeiras não é *ser caipira*, nem nacionalista. É simplesmente ser racional e evitar que alguma crise indesejável ocorra no país. (48b)

Dando continuidade a nossa ideia do preconceito associado à marginalização, acreditamos que, quando a separação em grupo não aparece nos textos dos alunos, ainda que “caipira” possa ser levantado como algo negativo, a discriminação não se instauraria, independentemente de qual fosse o termo escolhido.

Essa reflexão envolve uma discussão voltada a propriedades quantitativas e qualificativas que estão associadas às operações de quantificação e qualificação, centrais à teoria culioliana. Ao se falar em grupo, pensamos em um processo de quantificação preponderante, enquanto nos últimos exemplos que apresentamos seria a qualificação que estaria presente com força.

Vejamos um último exemplo ²⁷⁵. Neste caso vê-se nitidamente uma negatividade associada a “caipira”, já que marcas mobilizadas pelo aluno apontam “ser caipira” como uma situação constrangedora, que deve ser revertida. No entanto, há um suporte dando sustentação à noção focada. “País” recebe a predicação e o termo que estudamos é então mobilizado a fim apenas de atribuir uma característica ao Brasil, não sendo empregado caracterizando um grupo. Seria por não haver uma separação em grupo neste trecho que acreditamos que uma discriminação não estaria instaurada.

²⁷⁵ Grifos nossos.

- (70) Uma solução imediata para que o Brasil deixe de ser um país *caipira* nos tempos de globalização é impossível, mas a melhor maneira de corrigirmos essa situação constrangedora seria aplicar mais verbas no sistema educacional brasileiro, que desde muitos anos atrás apresenta-se um fracasso. (10a) ²⁷⁶

A reflexão que apresentamos buscou abordar a questão do preconceito discutindo processos linguísticos que podem estar associados à discriminação.

É preciso ainda destacar que quando se estabelecem grupos, promove-se nitidamente uma separação entre elementos, assim como quando se criam pólos.

Ao polarizar “caipira” como negativo, por exemplo, como discutimos no item anterior a este ²⁷⁷ que muitas redações fazem, não se vê um interesse por uma possível positividade que, por ventura, possa ser associada ao termo. Assim, também, quando se coloca “caipira” como um grupo separado do restante dos brasileiros, não é um caráter comum entre eles que é enfatizado, mas as diferenças que são destacadas.

Pólos e grupos caminham, assim, em uma mesma direção.

²⁷⁶ Um outro trecho desta redação já foi citado quando abordamos 7.2.1.1 b) “Focalizações”, p.152.

²⁷⁷ Item 8.1 “Polarizações nas redações: uma reflexão”, p.225.

9 POR UMA DESTITUIÇÃO DE POLARIZAÇÕES: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E LÍNGUAS, FORMAL E EMPÍRICO, ESTABILIDADE E PLASTICIDADE

Este capítulo final sintetiza as discussões levantadas por esta pesquisa.

A linguagem e as línguas, o formal e o empírico, a estabilidade e a plasticidade linguísticas podem ser articulados por meio da observação do trabalho do sujeito.

O linguista francês Antoine Culioli, por meio de sua “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, permite que possamos discutir uma destituição de polarizações, ao propor que se observe como os sujeitos constroem diferentes representações linguísticas na relação com o outro e com o mundo.

O caminho sugerido possibilita que um momento anterior a estabilizações seja acessado. Refletir sobre um espaço gerador, anterior ao estável, permite aos sujeitos instaurarem-se como origem de seus discursos, em um processo de apropriação.

Uma “teoria da apropriação” é particularmente interessante para abordar o ensino e aprendizagem de línguas. Significa levar o aluno a crescer por fazê-lo pensar sobre o processo de construção de significação e toda a centralização e descentralização que ele envolve.

Nesse caminho, discussões de casos fronteiros e tradicionalmente apontados como “contraditórios” ganham uma importância particular. Discutiremos que, muito mais interessante do que preestabelecer, por exemplo, o que é “caipira”, como a “Cartilha do Politicamente Correto” faz e exercícios tradicionais muitas vezes indicam, será pensar aquele que “é e não é caipira” ao mesmo tempo.

A contradição fará, então, que a reflexão seja aguçada e os casos fronteiros promoverão crescimento, por permitirem levar o aluno a “pensar o seu pensar”, como Rezende (2010) defende que deve ser o papel da escola.

9.1 Uma teoria da apropriação: o trabalho do sujeito

Esta tese toda discutiu uma desarticulação entre formal e empírico, estabilidade e plasticidade, linguagem e línguas, que vimos se fazer presente na sociedade como um todo, quando ela apresenta-nos publicações como a “Cartilha do Politicamente Correto”; também nas ciências, ilustradas pelo caso específico da linguística, que é a área de pesquisa na qual nos inserimos; e ainda no domínio educacional, por meio de atividades descontextualizadas,

como exercícios voltados à sinonímia; chegando a refletir-se em produções textuais polarizadas de estudantes.

O linguista francês Antoine Culioli, por meio da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, permite que possamos pensar em uma destituição dessas desarticulações.

A proposta que consegue unir os elementos que costumam aparecer polarizados é olhar o trabalho do sujeito. Essa será a grande “chave” dessa teoria.

É o trabalho do sujeito que pode destituir polarizações, quando um momento anterior a estabilizações é acessado. Para isso, parte-se da consideração de uma indeterminação original e a ideia central é que o mundo não está construído, mas em construção.

Segundo Rezende (2010, p.08):

É interessante inverter o ponto de vista mais comum que existe sobre a interação verbal e, no lugar de dizer que os seres humanos se comunicam, dizer que eles não se comunicam. A comunicação será, pois, resultado de um árduo processo de conquista de valores e significados. Em consequência, temos o conceito de linguagem como trabalho ou atividade e a garantia da liberdade de que tanto o sujeito quanto o mundo que o envolve precisam ser construídos.

Dar ênfase ao trabalho do sujeito permite que a perspectiva teórica que adotamos se apresente como uma “teoria da apropriação” ²⁷⁸, que se torna interessante para o contexto educacional.

Ainda que o interesse do autor francês não esteja voltado ao ensino e aprendizagem de línguas, ao propor um conceito de linguagem como trabalho ou atividade, possibilita que reflexões educacionais possam ser promovidas a partir de sua teoria.

Rezende (2010, p.26) comenta:

A grande questão pedagógica, que nos remete ao diálogo psicossociológico, é a seguinte: quem não possuir as regras razoavelmente estáveis de significados, de valores, que nada mais são do que a alteridade, ou do que é a língua para o outro, fatalmente não saberá ser criativo, ser original, se colocar na origem do discurso e criar sutilezas de significados (eixo social); do mesmo modo, quem não souber que dentro de si próprio já existe uma ambiguidade constitutiva e uma indeterminação original e que significados se deslocam constantemente sob ângulos apreciativos diversos para si próprio, enquanto outro e para o outro-outro, não se entenderá também, não se autoconhecerá e, desse modo, não terá como alcançar o outro-outro igual a si próprio, real e mergulhado nessa cisão original colocada acima (eixo psíquico). A linguagem e, consequentemente a unidade

²⁷⁸ Rezende (2010) define “processo de apropriação” como “capacidade de se instaurar como origem do seu discurso” (REZENDE, 2010, p.18).

procurada na diversidade de experiências e de expressões estão exatamente no movimento entre esses dois eixos.

Levando em consideração os eixos psíquico e social, os conceitos culiolianos de língua e linguagem permitem que se pense em processos formativos de uma maneira interessante. Quando a identidade e a alteridade, a centralização e a descentralização são contempladas, trabalha-se com processos essenciais ao contexto educacional. Trata-se de levar o aluno a crescer por permiti-lo pensar na relação com o outro e com o mundo que a linguagem lhe possibilita por meio de um trabalho de representação mental, referenciação e regulação.

Para tanto, o conceito de linguagem como indeterminada é fundamental. Vejamos mais uma observação de Rezende:

A linguagem é colocada como indeterminada. Na organização das línguas, unidades gramaticais e lexicais apontam para uma grosseira direção de sentido e cabe aos interlocutores determiná-las, quer dizer, construir a significação. Sendo indeterminada, é vista como um constante trabalho de construção de representação. Esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmago dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade; os interlocutores são simultaneamente emissores e receptores. Há uma assimetria entre eles e o material físico, gráfico ou sonoro, não transmite nenhuma mensagem. Cabe aos interlocutores investir arduamente os textos de significados, seja na leitura, na escrita, na fala ou na escuta. Há uma ambiguidade constitutiva da linguagem e um trabalho de elaboração de enunciados em famílias parafrásticas submetidas a constantes processos de desambiguação. (REZENDE, 2010, p.13)

É essa ambiguidade constitutiva da linguagem, destacada na citação, que permite que se possa afirmar que:

[...] os problemas centrais para a produção de textos orais e escritos são os mesmos presentes na construção da identidade do sujeito. As questões de construção do ser são as questões de construção dos textos (o inverso não é verdadeiro, porque há construção do ser em vários domínios, embora a grande maioria se constitua por intermédio de textos, e, por outro lado, as línguas como sistemas de expressão têm especificidades que não se apresentam para outros setores da construção do homem). O ensino de línguas oferece uma oportunidade única para se trabalhar processos formativos. (REZENDE, 2010, p.14-15)

Pensando em processos formativos, algumas direções tomadas no ensino e aprendizagem de línguas deveriam ser repensadas.

9.2 Por “fronteiras” no ensino e aprendizagem de línguas: a contradição revisitada

Como comentamos no final da última análise de redação trazida em nosso trabalho ²⁷⁹, o que a observação de produções textuais de vestibulandos que realizamos em nossa pesquisa nos mostrou foi que a polarização é frequente nos textos vistos.

Discutimos que a maior parte das redações “acima da média” que compõem nosso *corpus* ampliado são muito bem escritas em termos formais, apresentando pouquíssimos problemas gramaticais e de estruturação, mas não conseguem destituir pólos, apresentando “caipira” como “positivo” ou “negativo”, sem superar estabilizações.

A redação cuja análise apresentamos, no entanto, em uma direção oposta a esta, ainda que apresente alguns problemas formais, de estruturação do texto, mostra um trabalho reflexivo diferenciado, de quebra de polarizações, difícil de ser encontrado nas produções textuais observadas.

Isso leva-nos a pensar em algumas questões. Não se trata de descartar um ou outro desses trabalhos, valorizar um em detrimento do outro, até porque, seguindo as discussões que temos promovido, uma redação melhor que as duas seria uma terceira, com um pouco de cada uma delas, que aliasse a não existência de problemas formais à atividade reflexiva, mas o que nos parece é que a tendência é cada vez ser mais difícil nos depararmos com olhares que vão além do que é mais evidente, haja vista o número de textos que encontramos em nosso *corpus* “acima da média” polarizados. Por isso a produção textual que analisamos chama-nos tanto a atenção.

O que temos discutido são trabalhos de ordens diferentes, cada qual com sua importância, mas a grande quantidade de redações formalmente muito bem escritas, mas desprovidas de uma reflexão mais refinada, mostra-nos que talvez devêssemos pensar um pouco em como temos trabalhado, se justamente não estamos na formação de nossos alunos dando um peso excessivo a um dos lados, e não promovendo trabalhos que contemplem a linguagem em sua totalidade, na sua riqueza que permite levar o homem a crescer, na medida em que medeia sua relação com o outro e com o mundo. São questões educacionais a serem pensadas.

Por que, ao invés de exercícios descontextualizados como apresentamos em nossa pesquisa ²⁸⁰, não olhar a diferença entre termos próximos ou se abordar casos fronteiriços em sala de aula?

²⁷⁹ Item. 7.4.3.1 “Análise”, p.213.

O “caipira que não é caipira” é interessante. O que é apontado como “contraditório” é capaz de revelar a riqueza da linguagem.

Geralmente quando se pensa em “fronteira”, se pensa em algo negativo, em obstáculos. Trabalhar com o conceito de “fronteira”, explorando casos fronteiriços em sala de aula, ao invés de levar barreiras à sala de aula, ao contrário, poderia as destituir.

Esses casos é que seriam ricos, por permitir aos alunos refletir sobre processos linguísticos.

Rezende (2010) comenta que:

A fronteira seria o espaço no qual acontece a transformação e onde acontece a passagem de um nível para o outro de organização do conhecimento. É quando um conjunto estruturado e funcionalmente ativo de valores, crenças, verdades se desestruturam e não são mais funcionais. É a fronteira que fornece as condições de passagem para um nível superior de organização do conhecimento. (REZENDE, 2010, p.17)

Essa mesma autora reflete sobre o papel da escola. Segundo ela:

O que poderia a escola fazer para realizar uma produção de texto autêntica, diante de um rival tão forte, que é o ambiente natural? Qual é o seu papel específico, uma vez que aprendizados de línguas (sobretudo na modalidade oral) são realizados com sucesso sem escolas? Penso que é para responder a essas questões que trazer a atividade epilinguística para a sala de aula é extremamente importante; e a escola passa a ter o seu papel, que é ensinar o aluno a pensar o seu pensar, atividade esta que traz em seu bojo processos simultâneos de centralização (identidade e autoconhecimento) e descentralização (alteridade ou conhecimento do outro). Esta última atividade, com certeza, o ambiente natural não faz. A atividade epilinguística, por meio de mecanismos de parafrase e desambiguação, permite que textos sejam transformados em busca de uma adequação precisa a um cenário psicossociológico. (REZENDE, 2010, p.21)

Dentro do propósito reflexivo apresentado, um conceito bastante importante na fundamentação teórica que adotamos e que é explorado por Rezende (2008) em uma mediação entre a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” e o ensino e aprendizagem de línguas, como já apontamos em nossa pesquisa ²⁸¹, a atividade epilinguística, enfatizada na citação, ganha uma importância particular.

Rezende (2010) afirma que:

²⁸⁰ Item 4.1.1 “Léxico, ensino e ótica tradicional”, p.72.

²⁸¹ Item 4.1.3 “Léxico, ensino e ótica enunciativa”, p.79.

Ao defender a existência da atividade epilinguística, acabamos por nos defrontar com uma tarefa gigantesca: a de sair de descrições de línguas e a de enfrentar o desafio do estudo de processos mais fundamentais – sem que tombemos em universais abstratos e formais novamente – que dêem conta da importância da experiência singular para a percepção da forma dinâmica de construção de experiências e expressões, isto é, o trabalho de parafraseagem e desambiguação. (REZENDE, 2010, p.24)

“Pensar o pensar”, como Rezende (2010) propõe, será o caminho sugerido.

Nessa perspectiva, abordagens descontextualizadas do estável darão espaço a uma direção reflexiva, voltada a um mundo em construção, aberto ao trabalho do sujeito, visto como central.

Ainda que por caminhos diferentes, a discussão que propomos em nosso trabalho se aproxima da levantada por Veríssimo (2008) no texto “A Questão”, por nós comentado em nossa pesquisa ²⁸².

Como foi apresentado ²⁸³, ao levantar o “negro vilão” como um marco nas relações raciais norte-americanas, o autor discute que preconceitos poderiam ser desfeitos quando um momento anterior a estereótipos é atingido. Compartilhando tal ideia, é também dando ênfase à importância de um olhar para lugares anteriores a cristalizações, que acreditamos que quando o aluno consegue perceber o que está antes de estabilizações, e não em meras polarizações, seu trabalho é enriquecido.

Assim como seria preciso dirigir o olhar para um lugar anterior à separação em “negro” ou “branco” para que discriminações não se configurassem, seria também importante que polarizações fossem quebradas para uma riqueza na produção textual.

Antoine Culioli, colocando-se com sua teoria em um lugar anterior a estabilizações e defendendo a tese da indeterminação da linguagem, permite-nos pensar neste tipo de trabalho e quando se busca o anterior ao estável é que ainda se pode dirigir um olhar diferente para a questão que focamos em nossa pesquisa: a sinonímica.

Este olhar diferente tem um interesse pela construção das noções no texto e critica um preestabelecimento de relações como se vê em alguns exercícios tradicionais. A predeterminação de significações mostrar-se-ia empobrecedora diante de relações léxico-gramatical-discursivas que são instauradas a cada enunciação.

²⁸² Item 3.1 “A Questão”, p.32.

²⁸³ Item 3.1 “A Questão”, p.32.

Na primeira redação cuja análise apresentamos em nossa pesquisa ²⁸⁴, por exemplo, vimos como a noção “caipira” aparece captada a partir de ângulos variados. É por isso que acreditamos que não é possível uma abordagem da sinonímia como tradicionalmente é feita. Se for feito um preestabelecimento de que “caipira” é sinônimo de “confuso, desajeitado”, por exemplo, corre-se o risco de perder toda a complexidade que envolve a apreensão da noção e que pudemos constatar a partir da análise feita.

Pode ser que em um determinado contexto “caipira” seja empregado bem próximo a “confuso, desajeitado”, mas há outros em que o termo pode estar mobilizado a fim de ressaltar a cautela de alguém, e aí é de “cauteloso” que a proximidade estará instaurada, por exemplo, como pudemos observar a partir do texto do aluno.

São operações de linguagem que permitem este movimento de focalizações trabalhando sobre um domínio nocional inicialmente dado de forma a conduzi-lo a caminhos variados. O que acreditamos é que há diferentes características ligadas a uma noção e que um pinçamento diverso delas é que leva a uma diferenciação de significações apreendidas e produzidas. Será a mobilização de propriedades físico-culturais ligadas à apreensão de mundo de cada um em uma dada cultura e a intenção de significação em um contexto específico que levarão a um caminho de construção ou a outro.

Uma noção pode ser apreendida de variadas formas. Trata-se de olhares diversificados, os quais vão sendo construídos por meio das experiências de vida de cada um, que nos levam também a pensar na inocuidade de um preestabelecimento de significações como o visto na “Cartilha do Politicamente Correto”.

Acreditamos que o processo de significação é contínuo, a cada enunciação que significações são construídas, não sendo produtivo um preestabelecimento de julgamentos. Esta construção de significações pode se dar de maneiras diferentes, a partir da mobilização de recursos variados que cada língua oferece a seus enunciadores, o que faz que, a nosso ver, um considerado “preconceito” só possa ser validado contextualmente.

Enunciados em transformação como os vistos nas redações que analisamos ²⁸⁵ impediriam que se pudesse pensar em linguagem por meio de etiquetagens. São variadas e complexas as operações que permitem que os sujeitos se relacionem entre si e com o mundo a partir da mobilização de recursos linguísticos diversos que cada língua oferece a seus falantes.

²⁸⁴ Item 7.2.2.1 “Análise”, p.160.

²⁸⁵ Capítulo 7 “Caipiras”, p.147.

É essa complexidade característica da linguagem que faz que se conceba o tipo de texto apresentado pela cartilha como irrelevante, afinal acreditamos que as línguas contam com recursos para que, mesmo usando um termo que esta publicação postula ser “preconceituoso”, uma discriminação possa acabar não sendo configurada.

Quanto a esta questão do preconceito, o que nos parece é que deva ser pensada a partir da ideia da separação em grupos, como o texto do primeiro aluno permitiu discutirmos e a crônica de Veríssimo (2008) parece corroborar.

Para finalizar, dando ênfase à questão da polarização, gostaríamos ainda de compartilhar um texto de aluno que, ainda que não esteja entre as cinquenta redações que analisamos no segundo lote de produções textuais, merece ser destacado por sintetizar bem nossas reflexões sobre o assunto.

Redação 55b

Caipira or not caipira, that is the question

Somos todos caipiras. Tal afirmação pode parecer pejorativa demais para um leitor que não consegue enxergar além de seus próprios preconceitos; que não é capaz de desenvolver um olhar multifacetado de seu próprio país. Este tipo de leitor infelizmente não poderá partilhar do orgulho de nossa “caipirice”, não entenderá a lógica de seu próprio povo.

Antes de mais nada devo alertar que não farei aqui um discurso utópico, ufanista de nossas raízes. Definitivamente, o que menos precisamos neste final de milênio é uma postura demasiadamente patriota, nacionalista. Precisamos, sim, resolver o dilema brasileiro de, como ingressarmos nesta nova ordem mundial de forma consciente, ou seja, sem perdermos nossa identidade cultural.

Pois bem, o caipira, o brasileiro está diante de uma encruzilhada. No primeiro momento, nosso personagem vislumbra apenas dois caminhos; afinal, enxergamos primeiro as estradas mais óbvias, mas que nem sempre são as mais seguras, corretas ou originais.

O primeiro trajeto mostra então ao nosso caboclo uma estrada repleta de luzes, totalmente informatizada, onde le-se numa placa os dizeres: ESTRADA VIRTUAL. Por lá, trafega-se através de bólidos alados, cuja promessa de destino é o próprio céu. Um céu construído por homens, porém paradoxalmente um espaço deserto, onde não há trabalho. Admirável Mundo Novo...

Já o outro caminho vislumbrado remete o caipira a uma estrada rústica, abandonada e isolada do restante do mundo. Não há o conforto da ESTRADA VIRTUAL o tráfego é feito por carros-de-boi. O tipo humano deste caminho é o caipira de Monteiro Lobato, acorçado e esquecido entre o mato que quase engole o trajeto, cujo destino é tão incerto e temível quanto o primeiro.

Mas então, que fazer? Esquecermos nossas origens, ingressarmos na primeira via e abandonarmos o chapéu de palha numa postura denominada atualmente de liberal? Ou seguirmos o segundo caminho, agarrados às tradições, mas desconectados do mundo? A resposta de tal dilema ao meu modo de ver já foi dada. O caipira, consciente de seu valor e de seu destino conceberá um terceiro caminho. Um trajeto original. As bases desta estrada, penso eu, foram lançadas em dois significativos movimentos culturais brasileiros. A semana de Arte Moderna (1922), o Modernismo, através do Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade e o Tropicalismo de Caetano e Gil. Para pensarmos o fenômeno de Globalização temos então, antes de tudo, submetê-lo a nossa lógica. Come-lo, degluti-lo e vomita-lo. Não devemos nega-lo ou nos submetermos a ele. Para isto, devemos ter clareza deste atual processo e da própria riqueza da cultura nacional. E isto, só se consegue através de uma forma: EDUCAÇÃO. Uma educação alternativa, libertadora, criativa, para todos, e já pensada por um dos expoentes da pedagogia brasileira que é justamente Paulo Freire.

Enfim, o Brasil, às vésperas de ingressar no século vinte e um, tem de ter orgulho de sua caipirice, de sua originalidade e cultura, porém sem ser desta forma ufanista ou nacionalista utópico. Muito menos se submeter às regras impostas por uma ordem que ele até então não ajudou a formular. O ponto ainda é, relembrando Oswald de Andrade, caipira or not caipira, that is the question...

O que vemos neste texto, ao debater uma proposta de se olhar para um terceiro caminho, original, em oposição a polarizações, é justamente a discussão que sugerimos de busca de quebra de pólos em favor de um caminho reflexivo diferenciado. Parece que encontramos nas próprias palavras de um aluno as reflexões que buscamos promover com este trabalho.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa mostrou que a sociedade polarizada em que vivemos, cujo reflexo pode ser visto nas polarizações que discutimos haver na linguística e que aparece também na escola, é refletida nos textos dos alunos.

Um caminho contrário a essas polarizações seria olhar para um momento anterior às estabilizações.

O linguista francês Antoine Culioli, por meio da “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, ao propor que se observe o trabalho do sujeito, permite que possamos discutir esse espaço gerador e que linguagem e línguas, formal e empírico, estabilidade e plasticidade sejam articulados.

Defendemos a transposição das ideias desse autor para o domínio educacional, como sugere Rezende (2008), ao discutir, por exemplo, o trabalho com a atividade epilinguística em sala de aula, como um caminho para uma abordagem voltada a aguçar a sensibilidade dos alunos para um olhar mais refinado para questões linguísticas.

Refletir sobre processos de linguagem é o que acreditamos que deva ser o papel da escola, levando a se pensar, por exemplo, por que termos próximos são distintos ou como casos fronteiros podem ser interessantes.

Desenvolver a acuidade, por meio de processos de apropriação, que só é possível por meio de um trabalho que articula língua e linguagem, não pode ser feito por meio de exercícios descontextualizados.

Gostaríamos ainda de destacar que em nosso trabalho as discussões teóricas aparecem articuladas com as análises apresentadas.

Damos ênfase à importância do quadro teórico-metodológico que a teoria culioliana nos fornece.

Era o trabalho do sujeito que propúnhamos observar em nossa pesquisa. Foi o trabalho do sujeito que nossas análises nos permitiram ver, por meio da consideração de S_0 .

Ressaltando a possibilidade de mediação entre a “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas” e o ensino e aprendizagem de línguas, é ainda para esse lugar de construção, anterior ao estável, que propomos que o olhar dos professores se volte, a fim de que os alunos tenham consciência do trabalho que realizamos com a linguagem e as línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas-SP: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de linguística geral I**. 4.ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas-SP: Pontes, 1995.

BORBA, F. S. **Teoria Sintática**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. v.2. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAFE, W. L. **Significado e estrutura linguística**. Tradução de Maria H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos, 1979.

CIPRIANO, P. Apresentação. In: QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004. p.11-12.

CULIOLI, A. **Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli**. “Recherche en linguistique: théorie des opérations énonciatives”. Paris : Département de Recherches Linguistiques, Université Paris VII, 1976.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. v.1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. A propos de la notion. In: RIVIÈRE, C.; GROUSSIER, M. (Org.). **La notion**. Paris: Ophrys, 1997. p. 09-24.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage**. v.2. Paris: Ophrys, 1999a.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel.** v.3. Paris: Ophrys, 1999b.

_____. **Variations sur la linguistique.** Entretiens avec Frédéric Fau. Préfaces et notes de Michel Viel. Paris: Klincksieck, 2002.

_____; NORMAND, C. **Onze rencontres sur le langage et les langues.** Paris : Ophrys, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

DUBOIS, D. (Org.) **Sémantique et Cognition – catégories, prototypes, typicalité.** Paris: CNRS Editions, 1991.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática.** São Paulo: CENP - Secretaria de Estado da Educação, 1991.

_____; NEGRÃO, E. V.; MULLER, A. L. Organização de Sírío Possenti. **Mas o que é mesmo 'gramática'?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FRANCKEL, J.J. ; LEBAUD, D. Lexique et opérations. Le lit de l'arbitraire. In: Groupe "Invariants Langagiers" (org.). **La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences.** Actes de la table ronde "Opérations de repérage et domaines notionnels". Paris: Ophrys, 1992. p. 89-105.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Tradução de Letícia M. Rezende. **Alfa**, São Paulo, v. 29, p. 111-129, 1985.

_____; LE GOFFIC, P. **Les linguistiques contemporaines – Repères théoriques.** Paris: Hachette Livre, 1992.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGNÁCIO, S. E. **Análise Sintática em Três Dimensões.** Franca-SP: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LYONS, J. **Introdução à Linguística Teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel; revisão e supervisão Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Editora Hucitec – Editora Universidade de Brasília, 1987.

ONOFRE, M. B. Gramática & Produção/Interpretação de texto no ensino de língua. In: XXVIII ESTUDOS LINGUÍSTICOS - GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo). **Anais do XXVIII Seminário do GEL**. Bauru-SP, 1999. p.577-583.

_____. Do nome à noção: do enfoque estático ao dinâmico. **Versão Beta: sob o signo da palavra**, São Carlos-SP, ano II, nº. 22, p. 57- 67, 2003a.

_____. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca “se”**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara-SP, 2003b.

_____. Operações de linguagem e ensino de língua. In: REZENDE, L.M.; MASSINI-CAGLIARI, G.; BARBOSA, J.B. (Org.) **O que são língua e linguagem para os linguistas**. Araraquara-SP: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p.73-83.

_____. REZENDE, L. M. (Org.) **Linguagem e Línguas Naturais – Clivagem entre o enunciado e a enunciação**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2009.

PINSKY, J. O preconceito nosso de cada dia. In: QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004. p.15-18.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais**. v.1. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara-SP, 2000a.

_____. A indeterminação da linguagem: léxico e gramática. **Alfa**, São Paulo, v.44, p. 349-362, 2000b.

_____. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. **Alfa**, São Paulo, v.47 (2), p. 21-39, 2003.

_____. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de Língua Portuguesa em sala de aula. In: REZENDE, L. M.; ONOFRE, M. B. (Org.). **Linguagem e línguas naturais – Diversidade experiencial e linguística**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2006a. p.11-21.

_____. Gramática e ensino de língua. **Versão Beta: sob o signo da palavra**, São Carlos-SP, ano IV, v. 40, p. 15- 30, 2006b.

_____. Atividade Epilinguística e o Ensino de Língua Portuguesa. In: **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v.5, n.1, p.95-108, 2008.

_____. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. (Org.). **Linguagem e Línguas Naturais – Clivagem entre o enunciado e a enunciação**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2009. p.13-42.

_____. Contribuições da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas. In: **Versão Beta: sob o signo da palavra**, São Carlos-SP, ano VIII, v.58, especial II, p. 07- 28, 2010.

ROBERT, S. Variation des représentations linguistiques: des unités à l'énoncé. In : FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.). **Diversité des langues et représentations cognitives**. Paris: Ophrys, 1997. p.25-39.

ROSCH, E. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.) **Cognition and Categorization**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1978. p.27-48.

_____; LLOYD, B. B. (Org.) **Cognition and Categorization**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

VERÍSSIMO, L. F. A questão. In: _____. **O mundo é bárbaro – e o que nós temos a ver com isso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.79-80.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'œuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. **Langues et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli**. Paris: Puf, 1995, p. 565-582.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GOURNAY, L. **Approche énonciative des catégories de marqueurs**. Document de synthèse pour l'Habilitation à Diriger des Recherches - Université Paris VII – Denis Diderot, Paris, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESQUEMAS QUE AUXILIARAM A PRIMEIRA ANÁLISE

Co-enunciadores:

EO

E3: Alguém/indeterminado

E2: Ele/FHC

E1: Eu/aluno

E3: *Geralmente, uma pessoa só é chamada de “caipira”, quando seus costumes assim o afirmam: um homem do campo, trabalhador rural, morador de cidades do interior ou até mesmo um indivíduo confuso, desajeitado, entre outras mais “qualidades”.*

Eu digo que
ALGUÉM diz

<x é (chamado de) caipira (por alguém)> se <x é homem do campo
trabalhador rural
morador de cidades do interior >

<x **pode ser** (chamado de) caipira (por alguém)> se <x é confuso
desajeitado>

<nem todos são caipiras> *porque* <só é caipira o homem do campo,
trabalhador rural, morador de cidades do interior>

<só é caipira o homem do campo, trabalhador rural, morador de
cidades do interior> *implica* <os outros não são confusos,
desajeitados>

E2: *No Brasil, não é bem desse modo: todos são considerados “caboclos”. Palavras de seu “Pai Maior”, o presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista feita em Portugal.*

A partir de outros enunciados* que compõem a redação, chega-se às seguintes relações para este enunciador:

Eu digo que
ELE diz

<x é caipira> <i>se</i> <x é inadaptável à civilização>
<ter cautela> <i>implica</i> <ser inadaptável à civilização>
<povo brasileiro tem cautela> <i>implica</i> <povo brasileiro é caipira>

E1: *Será que o povo brasileiro é mesmo esse homem, inadaptável à civilização?*

Há respostas para os dois lados, mas com a ofensa a que o indivíduo sofreu, uma resposta fica mais evidente: que o “caipira”, é quem manda nesse país.

A partir de outros enunciados que compõem a redação*, chega-se às seguintes relações para este enunciador:

Eu digo que

<x é caipira> <i>se</i> <x não demonstra ter o mínimo de sabedoria e inteligência>
<globalização com cautela> <i>implica</i> <não entregar o país ao exterior> <i>implica</i> <ter cultura> <i>implica</i> <valorizar o que é seu> <i>implica</i> <ter sabedoria e inteligência>
FHC <entrega o país ao exterior> <i>implica</i> <não tem cautela> <i>implica</i> <não tem inteligência> <i>implica</i> <é caipira>
Povo brasileiro <tem cultura> <i>implica</i> <valoriza o que é seu> <i>implica</i> <tem cautela> <i>implica</i> <tem inteligência> <i>implica</i> <não é caipira>

*Os enunciados a partir dos quais as relações apresentadas são delineadas são os seguintes, seguidos das análises de cada um deles, que nos levaram às conclusões já apresentadas:

1996. Uma era onde o desenvolvimento é visto como prioridade por aqueles que, um dia, sonham em representar a elite do tão afamado Primeiro Mundo.

Em respeito a esse sonho, o que se pode dizer de um país, onde o seu governante maior, o Presidente da República, o trata de maneira irônica.

<O desenvolvimento é visto como prioridade para aqueles que sonham representar a elite do Primeiro Mundo>

<Para que o país chegue ao Primeiro Mundo> <é bom que seu presidente não o trate de maneira irônica>

<No Brasil, o presidente trata o país de forma irônica>

<para aqueles que não sonham em representar a elite> *implica* <desenvolvimento não é prioridade>

Brasil:

<o presidente trata o país de maneira irônica> *implica* <será difícil chegar ao Primeiro Mundo>

<chamar os brasileiros de caipiras> *implica* <tratar o país de maneira irônica>

<chegar ao Primeiro Mundo> *implica* <não chamar os brasileiros de caipiras>

A Globalização é muito importante em termos de desenvolvimento, mas, o que se vê no país é que os governantes o estão entregando ao interior trazendo um novo país, com nacionalidade diferente.

Caso fosse realizada de maneira correta, se enxergaria, sim, as transformações sociais e produtivas, permitindo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, como diz Paulo Paiva à revista Veja. Do contrário, o ocorrido é que o país perde, acima de tudo, a competitividade, sendo que um dos primeiros sinais, sem dúvida, seria a incapacidade de se criar empregos, causando impacto social grandiosíssimo, afetando logo, a economia e assim por diante.

Opiniões de grandes nomes ligados diretamente ao assunto, mostram que essa globalização pode ser muito perigosa para o país, pois é boa para as classes privilegiadas podendo causar sérios estragos por parte das menores.

<FHC não demonstra ter o mínimo de sabedoria e inteligência> *porque* <entrega o país ao exterior>

<Globalização é importante> *mas* <perigosa>

<como a globalização é importante, mas perigosa> *implica* <deve haver cautela>

Há duas maneiras de globalizar.

-Maneira correta: traz transformações sociais e produtivas, permitindo a melhoria da qualidade de vida do cidadão (não entrega o país ao exterior trazendo um novo país, com nacionalidade diferente)

-Maneira incorreta: leva o país a perder competitividade; gera incapacidade de se criar empregos, causando impacto social grandiosíssimo; afeta a economia (entrega o país ao exterior trazendo um novo país, com nacionalidade diferente)

Globalização é boa para as classes privilegiadas.

Classes menos favorecidas: pode causar sérios estragos.

Sendo assim, o governo, que não demonstra ter o mínimo de sabedoria e inteligência, deveria começar a ouvir melhor e entender as “cabeças inteligentes” desse mundo, para que, futuramente o Brasil possa ser incluído no ramo dos “Deuses da Terra”: o Primeiro Mundo.

Mas, para isso, haveria de se conseguir abrir a mente dos principais “caipiras”, a qual não aparenta existir a cultura, principal fornecedora dos princípios da vida, sendo assim, uma tarefa difícil para um país onde só existem “caboclos”.

FHC deveria começar a ouvir melhor e a entender as “cabeças inteligentes” (caipiras para FHC) desse mundo.

Brasil poder ser incluído no Primeiro Mundo é uma tarefa muito difícil.

<ouvir as “cabeças inteligentes” (caipiras para FHC)> *implica* <Brasil poder ser incluído no Primeiro Mundo>

<ouvir as “cabeças inteligentes” (caipiras para FHC)> *implica* <conseguir abrir a mente dos principais “caipiras” (governo, para o candidato)>

<Brasil poder ser incluído no Primeiro Mundo> *implica* <conseguir abrir a mente dos principais “caipiras” (governo, para o candidato)>

<Brasil poder ser incluído no Primeiro Mundo é uma tarefa muito difícil> *porque* <o presidente disse que no país só há pessoas que não têm o mínimo de sabedoria e inteligência>

APÊNDICE B – ESQUEMAS QUE AUXILIARAM A SEGUNDA ANÁLISE

Co-enunciadores:

EO

E4: Alguém/indeterminado

E3: Nós/povo brasileiro

E2: Ele/FHC

E1: Eu/aluno

E3: *Uma dúvida paira sobre o povo brasileiro, e o motivo para ferir o falso orgulho que caminha conosco desde muito tempo, a mania de acharmos que pertencemos à categoria chamada de “primeiro mundo”.*

Eu digo que
NÓS dizemos

<x é caipira> <i>se</i> <x não pertence ao “primeiro mundo”>
<brasileiros pertencem ao “primeiro mundo”> <i>implica</i> <brasileiros não são caipiras>

<FHC diz que brasileiros são caipiras> <i>implica</i> <dúvida: somos ou não caipiras, pertencemos ou não ao “primeiro mundo”?>
--

Eu digo que

<brasileiros não pertencem ao “primeiro mundo”> <brasileiros <i>acharem</i> que pertencem ao “primeiro mundo”> <i>implica</i> <falso orgulho>

E2: *Em entrevista à imprensa portuguesa, o presidente Fernando Henrique Cardoso nos chamou de caipiras. O fato, por sinal, deixou nossa população super ofendida, mas considerando que a acusação se deu, devido à resistência brasileira ao processo de globalização, devemos analisar os dois lados da “caipirice” nacional.*

Eu digo que
ELE diz

<x é caipira> <i>se</i> <x resiste ao processo de globalização>
<povo brasileiro resiste ao processo de globalização> <i>implica</i> <povo brasileiro é caipira>

Eu digo que

<o presidente chamar o povo de caipira> <i>porque</i> <resiste ao processo de globalização> <i>implica</i> <acusação>

<ser chamado de caipira> <i>porque</i> <resiste ao processo de globalização> <i>implica</i> <a “caipirice” nacional tem dois lados>

E1: *O processo de globalização, o qual vem ocorrendo em toda economia mundial, parece representar um momento de transformações sociais e também, talvez uma solução para a grave crise econômica que abala maior parte do planeta. Nesse processo de transição, o país que não conseguir se adaptar ao novo sistema, será fatalmente sugado pelas gigantes globais.*

Eu digo que

<globalização representar um momento de transformações sociais> <i>implica</i> <possibilidade apenas>
<globalização ser uma solução para a grave crise econômica que a abala maior parte do planeta> <i>implica</i> <possibilidade apenas>

<pontos positivos ligados à globalização são possibilidades apenas> *mas*
<é preciso se adaptar ao novo sistema>

<não conseguir se adaptar à globalização> *implica* <ser sugado pelas
gigantes globais>

<ser sugado pelas gigantes globais> *implica* <é preciso se adaptar ao
novo sistema>

E4: *Talvez este seja o lado ruim do caipira brasileiro, o medo de não apresentar-se bem ao mundo, a fuga para não adaptar-se às novas tendências, o receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências.*

Eu digo que
ALGUÉM diz:

<x é caipira> *se* <x tem medo de não apresentar-se bem ao mundo>
<x foge para não adaptar-se às novas tendências>
<x tem receio de não conseguir contornar a situação de
mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar
de um fantoche nas mãos das potências>

<brasileiro ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não
adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a
situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de
um fantoche nas mãos das potências> *implica* <brasileiro é caipira>

<ser preciso adaptar-se à globalização> *implica* <ter medo de não
apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas
tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal
visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas

mãos das potências> <ser algo ruim>
<ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências> <ser algo ruim> <i>implica</i> <ser caipira é ruim>

LADO 1 de <ser caipira>

E1: *Por outro lado, veremos não possuírmos ou possuírmos muito pouco, o lado bom do caboclo. O brasileiro não merece ser chamado de caipira, pois, ao contrário deste, despreza suas origens, seus costumes e tem sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta.*

Eu digo que

<x é caipira> <i>se</i> <x não despreza suas origens, seus costumes e não tem sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta>
<o brasileiro despreza suas origens, seus costumes e tem sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> <i>implica</i> <o brasileiro não é caipira>

<não desprezar suas origens, seus costumes e não ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> <ser algo bom> <i>implica</i> <ser caipira é bom>
<brasileiro não ser caipira> <i>implica</i> <algo ruim>

LADO 2 de <ser caipira>

E1: *Esse lado de “mau caipira” deve ao invés de nos deixar temerosos, ajudarnos na adaptação à aldeia global, já que sabemos como ninguém, absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora.*

Eu digo que

<saber como ninguém absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora> *implica* <algo ruim>

<ser ruim absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora> *implica* <ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências> <ser algo bom>

<ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências> <ser algo bom> *implica* <lado “mau” de caipira não ser ruim>

<lado “mau” de caipira é bom> *porque* <ter medo de não apresentar-se bem ao mundo, fugir para não adaptar-se às novas tendências, ter receio de não conseguir contornar a situação de mal visto, de dominado e continuar assim, a não passar de um fantoche nas mãos das potências> <ajuda na adaptação à globalização>

<saber como ninguém absorver e receber de braços abertos tudo o que vem de fora> <não ajuda na adaptação à globalização>

E1: *É chegado o momento de uma reflexão em massa naquele que se diz o maior país da América do Sul, ou também chamado às vezes de país do futuro. Como pensar em futuro se demonstramos através de nossos atos, que não estamos preparados para este.*

<desprezar suas origens, seus costumes e ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> *implica* <brasileiro demonstrar que não está preparado para o futuro>

<desprezar suas origens, seus costumes e ter sua vida guiada pela alienação que lhe é imposta> *implica* <brasileiro demonstrar que não está preparado para o futuro>

<brasileiro demonstrar que não está preparado para o futuro> *implica* <ser preciso refletir>

E1: *Na atual situação, ou nos tornamos bons caipiras do interior, ou continuamos como cosmopolitas massacrados por um sistema falido, porém, inexplicavelmente orgulhos do que não somos.*

<estar preparado para o futuro> *implica* <tornar-se bons caipiras do interior>

<não tornar-se bons caipiras do interior> *implica* <continuar como cosmopolitas massacrados por um sistema falido>

<continuar como cosmopolitas massacrados por um sistema falido> *implica* <falso orgulho>

ANEXOS

ANEXO A – PROPOSTA DE REDAÇÃO



REDAÇÃO

ORIENTAÇÃO GERAL

Há três temas sugeridos para redação. Você deve escolher um deles e desenvolvê-lo conforme o tipo de texto indicado, segundo as instruções que se encontram na orientação dada para cada tema. Assinale no alto da página de resposta o tema escolhido.

Coletânea de textos:

- Os textos foram tirados de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema. Eles não representam a opinião da banca examinadora; são textos como aqueles a que você está exposto na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros, e que você deve saber ler e comentar. Consulte a coletânea e utilize-a segundo as instruções específicas dadas para o tema. Não a copie.
- Ao elaborar sua redação, você poderá utilizar-se também de outras informações que julgar relevantes para o desenvolvimento do tema escolhido.

ATENÇÃO: SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA QUE ESCOLHEU, SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA**.

TEMA A

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente entrevista à imprensa portuguesa, referiu-se ao povo brasileiro como “caipira”, a propósito da resistência à globalização dos mercados. Esta afirmação causou grande polêmica, seja pelas conotações do termo *caipira*, seja pela orientação político-econômica que sua atitude revela.

Levando em conta os textos abaixo, redija uma dissertação sobre o seguinte tema:

Brasil: um caipira em tempos de globalização?

1. “Caipira: homem ou mulher que não mora em povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público. (...) Habitante do interior, canhestro e tímido, desajeitado, mas sonso (...)”. (Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*)

2. Este funesto parasita da terra é o CABOCLO*, espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptável à civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (...). Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.”** (Monteiro Lobato, *Velha Praga in Urupês*)

**caboclo*: sinônimo de *caipira*

** mantivemos aqui a escrita de Lobato



3. “O festival de ‘caipirice’ acaba dando uma volta completa sobre si mesmo quando reaparece a pergunta sobre o assunto. FHC dá a mesma resposta da véspera: “Eu disse uma coisa simpática, que o Brasil não é um país arrogante, não desdenha outros países, mas está preocupado com ele próprio”. (Clóvis Rossi, “FHC vive dia de brasileiro caipira na viagem a Lisboa”, **Folha de São Paulo**, 18/7/96)

4. “Somos caipiras, sim, e com muito orgulho. O que nos deixa ofendidos não é a constatação presidencial, mas sim a mágoa revelada por nossos ‘pseudocosmopolitas’, que assim demonstram entender a condição de ‘caipira’ como algo pejorativo. (...) Somos caipiras, sim, com muito orgulho. E o ideal seria que agíssemos como os japoneses, que são internacionalistas em termos de tecnologia e economia, mas não abrem mão jamais de sua cultura ou de suas tradições. Eis aí um exemplo do bom caipira - um sujeito orgulhoso de suas origens, auto-suficiente em seus costumes e cuja auto-estima não se abala em função de opiniões alheias.” (João Mellão Neto, “Viva o Caipira!”, **Folha de São Paulo**, 26/7/96)

5. “‘Eu também sou caipira’, remendou FHC na entrevista da Band, negando a intenção de ofender o brasileiro, a quem ele antes havia qualificado como incapaz de compreender a tendência moderna da globalização da economia, como fazem as pessoas inteligentes. (...) O que o nosso sociólogo parece esquecer é que o povo brasileiro, ao longo de sua história, sempre acompanhou e soube interpretar muito bem o que havia de realmente novo nas idéias vindas do mundo exterior. Isso, pelo menos, desde que um caipira chamado Tiradentes sonhava com a emancipação do Brasil, inspirado pela Declaração de Independência dos Estados Unidos (...).”

(Moacir Wernick de Castro, “Caipira, no bom sentido”, **Jornal da Tarde**, 23/7/96)

6. “Os tempos mudaram, e um país com fronteiras fechadas tem pouco acesso a capitais e a novidades tecnológicas. Com isso, o país perde competitividade e marca passo. ‘Sua indústria envelhece, fica incapaz de produzir coisas melhores e baratas, a inflação sobe e a capacidade de criar empregos cai’, diz Luís Roberto Martins, presidente da EDS, consultoria de São Paulo.” (Antenor Nascimento Neto, “A Roda Global”, **Veja** 3 /4/ 1996)

7. “A globalização é um fenômeno tão importante quanto a Revolução Industrial ou a reorganização capitalista da década de 30. É a integração econômica e tecnológica dos países. A globalização da economia não é um processo ideológico. É um movimento de transformação social e de produção que vai permitir melhoria da qualidade de vida do cidadão e domínio cada vez maior das potencialidades naturais.” (Paulo Paiva, *in* “A Roda Global”, de Antenor Nascimento Neto, **Veja**, 3 /4/96)

8. “A globalização é tão velha como Matusalém. O Brasil é produto da expansão do capitalismo europeu do final do século XV. O que está havendo agora é uma aceleração. Isso pode ser destrutivo para o Brasil, se o país não administrar sua participação no processo. A globalização é boa para as classes mais favorecidas. As menos favorecidas ficam sujeitas a perder o emprego.” (Paulo Nogueira Batista Jr., *in* “A Roda Global”, de Antenor Nascimento Neto, **Veja** 3/4/96)

9. “Convenhamos que o que se esconde (às vezes nem se esconde) por trás da retórica de globalização é um velho e surrado conhecido nosso: o entreguismo, comportamento que tem raízes fundas na mentalidade das camadas dirigentes brasileiras.”

(Paulo Nogueira Batista Jr., “Globalização como biombo”, **Folha de São Paulo**, 8/8/96)

TEMA B

Imagine a seguinte situação: um dia você acorda com o habitual ruído do jornal atirado contra a parede. Levanta-se, abre a porta da rua e o apanha. Ao olhar à sua volta, vê que a placa da rua teve o nome mudado de Rua dos Colibris para Rua YN-15. Você entra em pânico - o que aconteceu? Num primeiro momento, tenta convencer-se de que a mudança da placa não deveria ter-lhe causado tal reação. Mais tarde, com uma série de outras descobertas que fará, acaba por compreender que sua reação tinha mesmo razão de ser.